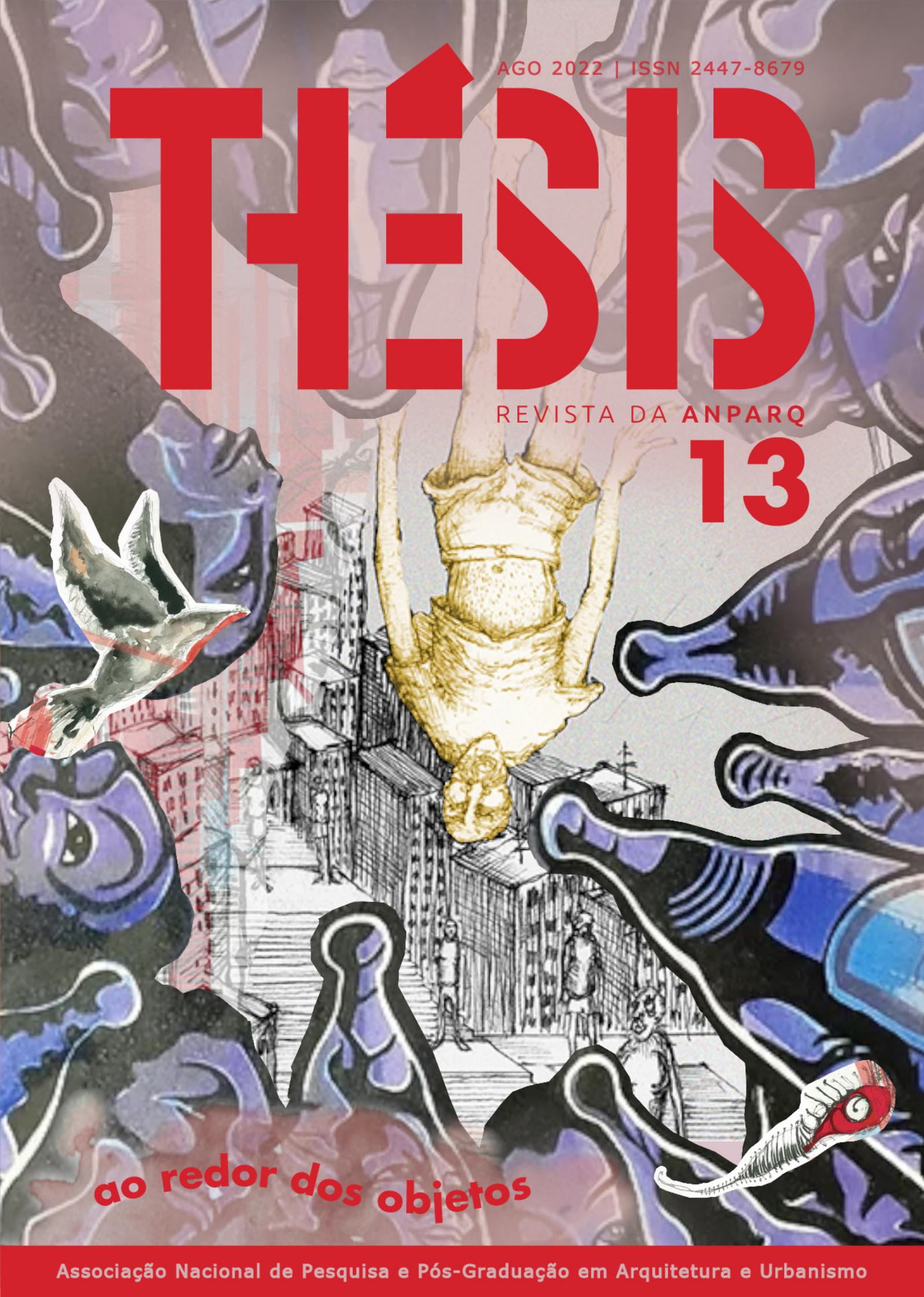


AGO 2022 | ISSN 2447-8679

TESTES

REVISTA DA ANPARQ

13



ao redor dos objetos

Os direitos de publicação desta revista são da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - ANPARQ. Os textos publicados na revista são de inteira responsabilidade de seus autores.

Projeto gráfico

NONE Design Gráfico Ltda. | Romero Pereira

Diagramação

Poliana Vasconcelos

Capa

Lídia Quieto

ANPARQ - Diretoria executiva gestão 2021/2022

Presidente

Ricardo Trevisan (FAU-UnB)

Secretária executiva

Rita de Cássia Lucena Velloso (UFMG)

Tesoureira

Luciana Saboia Fonseca Cruz (FAU-UnB)

Diretoria

Ana Cláudia Duarte Cardoso (UFPA)

Ethel Pinheiro Santana (PROARQ-UFRJ)

Miguel Antonio Buzzar (IAU-USP)

Suplente: Ana Gabriela Godinho Lima (UPM)

Conselho Fiscal

Angela Maria Gordilho Souza (FAUFBA)

Margareth Aparecida Campos da Silva Pereira (PROURB-UFRJ)

Sergio Moacir Marques (PROPAR-UFRGS)

Suplente: George Alexandre Ferreira Dantas (UFRN)

Coordenador Prêmio ANPARQ (2022) Marcio Cotrim Cunha (UFBA)

Representante de Editores Revista Thésis Rachel Coutinho Marques da Silva (PUC-Rio)

Secretaria local Valmor Cerqueira Pazos (FAU-UnB); Isis Pitanga de Souza (FAUFBA)

Thésis, revista semestral online da ANPARQ – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, é um periódico científico que tem por objetivo a divulgação dos trabalhos de pesquisa, análises teóricas, documentos, textos fundamentais e resenhas bibliográficas na área de arquitetura e urbanismo. Seu conteúdo é acessado online através do endereço eletrônico [www.thesis.anparq.org.br]. O endereço eletrônico para contato é thesis.anparq.org.br
Copyright - 2022 ANPARQ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Thésis / vol.7, n.13 (2022) – Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo [ANPARQ], 2022.

v.

Semestral

ISSN 2447-8679

1. Arquitetura. 2. Urbanismo. 3. Pesquisa. I. ANPARQ.

CDD 720

Corpo editorial

Comissão editorial

A comissão editorial da revista *Thésis* é composta pelos docentes e pesquisadores:

James Miyamoto (FAU-UFRJ);
Lídia Quiéto Viana (PPGAU – UFBA);
Marcio Cotrim - (PPGAU-UFBA);
Tomas Moreira (IAU-USP).

Conselho editorial

Akemi Ino | Universidade de São Paulo - São Carlos | Brasil
Ana Carolina Bierrenbach | Universidade Federal da Bahia | Brasil
Ana Luiza Nobre | Pontifícia Universidade Católica - RJ | Brasil
Ana Rita Sá Carneiro | Universidade Federal de Pernambuco | Brasil
Anália Amorim | Universidade de São Paulo | Brasil
Angélica Benatti Alvim | Universidade Presbiteriana Mackenzie | Brasil
Anthony Vidler | Brown University | Estados Unidos da América
Carlos Eduardo Dias Comas | Universidade Federal do Rio Grande do Sul | Brasil
Carlos Martins | Universidade de São Paulo – São Carlos | Brasil
Eneida Maria Souza Mendonça | Universidade Federal do Espírito Santo | Brasil
Frederico de Holanda | Universidade de Brasília | Brasil
Gabriela Celani | Universidade Estadual de Campinas | Brasil
Gustavo Rocha Peixoto | Universidade Federal do Rio de Janeiro | Brasil
Jorge Moscato | Universidad de Buenos Aires | Argentina
Maisa Veloso | Universidade Federal do Rio Grande do Norte | Brasil
Maria Cristina Cabral | Universidade Federal do Rio de Janeiro | Brasil
Renato T. de Saboya | Universidade Federal de Santa Catarina | Brasil
Sophia Psarra | University College London | Reino Unido
Teresa Heitor | Instituto Superior Técnico | Portugal
Yasser Elsheshtawy | United Arab Emirates University | Emirados Árabes

In memoriam

Fernando Alvarez Prozorovich | Universitat Politècnica de Catalunya | Espanha)
Nelci Tinem | Universidade Federal da Paraíba | Brasil

Editorial

Ao redor, em redor, em volta, em torno, em derredor: andar ao redor	06
--	-----------

Ensaio

Cidades novas de papel: Da intenção a não realização <i>Ricardo Trevisan e Carolina Guida Teixeira</i>	10
--	-----------

Trabalho, receituário e alienação na arquitetura: Apontamentos críticos à prática do arquiteto <i>Eric Crevels</i>	28
--	-----------

A Economia Doméstica e a contribuição feminina na Arquitetura Moderna <i>Ana Maria Reis de Goes Monteiro, Kelen Gracielle Magri Ferreira</i>	44
--	-----------

Os projetos do arquiteto Rino Levi para o Centro Cívico da Cidade Universitária Armando Salles Oliveira em São Paulo <i>Bruno Rossi, Ana Maria Reis de Goes Monteiro</i>	64
--	-----------

Reflexão sobre a significação da água no espaço urbano de Macapá-AP <i>Camilla Souza Barbosa</i>	81
--	-----------

Janelas para o rio na "nova" Cidade Velha: Uma análise sobre os usos do Parque Naturalístico Mangal das Garças e do Portal da Amazônia <i>Sidney Costa Filho, Cybelle Salvador Miranda e Luiz de Jesus Dias da Silva</i>	96
--	-----------

Políticas públicas para regiões mineradoras: Etapa pós fechamento das minas <i>Tainara P. S. Augusto, Marcela A. de Almeida e Filomena Maria A. Bomfim</i>	119
Produção arquitetônica do Arquiteto Milton Monte em conexão com o lugar amazônico <i>Hugo Arraes e Kláudia Perdigão</i>	142
Patrimônio cultural em territórios metropolitanos: Novos aportes para sua compreensão <i>Maria Cristina da Silva Schicchi</i>	154
Arquivo	
A “pele” atmosférica da cidade, de Tonino Griffero <i>Tradução Ethel Pinheiro Santana</i>	173
Recensão	
Sujeitos assujeitados: Produzindo a exaustão <i>Cibele Saliba Rizek</i>	193
Passagens	
A cidade de feltro <i>Amine Barbuda</i>	200

Ao redor, em redor, em volta, em torno, em derredor: andar ao redor

James Miyamoto, Lídia Quieto, Marcio Cotrim e Tomas Moreira

A edição número 13 da revista *Thésis* chega até o leitor com o título/tema, *Ao redor dos objetos*. Os textos e ilustrações aqui apresentados tratam da cidade, da paisagem e da memória, e concentram-se fora dos limites do objeto arquitetônico. A locução adverbial “ao redor” ganha uma interpretação múltipla, quase alegórica: de território que circunda e atribui significado, de texto e contexto, noção de lugar, assim como de movimento, de andar ao redor, por entre. Sua publicação marca também o momento em que voltamos a sair de nossas casas e pudemos, novamente, circular entre, em cima, através, ao lado, frente a frente, justapostos, atravessados pela possibilidade do encontro.

A possibilidade de se mover, como ato cotidiano, deliberado porém quase inconsciente, devolve às cidades o que lhes é intrínseco natural, tal como sugere **Tonino Griffero** em seu **The atmospheric skin of the city**, traduzido por **Ethel Pinheiro** para a sessão Arquivo. Griffero aborda a presença e o encontro em tempos de atmosferas mais coloridas na cidade, de vida, música, arte, e histórias. É exatamente essa atmosfera que a capa desta edição, de autoria de **Lídia Quieto**, busca captar. A colagem que a compõe se constrói do encontro entre a obra da arquiteta **Amine Barbuda** e a do designer **Marcelo Gemmal**, que gentilmente ofereceram seus olhares e expressões de cidades para a sessão Passagens deste

Outra colagem — de autoria de Lídia Quieto — abre a sessão Recensão, na qual **Cibele Saliba Rizek** lê a **Sociedade do Cansaço** de **Byung-Chul Han**, e se concentra na “noção mesma de liberdade se transforma em coação” conduzindo sujeitos ao limite da auto-destruição na concorrência consigo mesmo. Um ser social livre que responde centralmente a si mesmo, mas nem por isso menos regulado, observado ou cobrado. A composição da colagem se ambienta nas

caóticas, lotadas e complexas cidades contemporâneas que são também uma metáfora dos fluxos incessantes da congestão. A exaustão de ser, contra si mesmo, resultado da iconoclastia massificadora, sufocado de informação, de formas-imagem.

O texto que abre a sessão **Ensaio, Cidades novas de papel: da intenção a não realização, de autoria** de Ricardo Trevisan, deposita o olhar sobre projetos de cidades elaborados por arquitetos do calado de Lucio Costa, Niemeyer e Paulo Mendes da Rocha, mas que por diferentes motivos, ficaram à margem da historiografia e nunca saíram do papel. Em **Patrimônio cultural em territórios metropolitanos: novos aportes para sua compreensão**, de Maria Cristina da Silva Schicchi, as escalas tradicionais do patrimônio cultural são ampliadas para a do território, no caso a Região Metropolitana de Campinas, o que permitiu a explorar a hipótese de que “de que a compreensão de um conjunto de cidades alinhadas por vetores de crescimento e expansão da região, historicamente constituídos, possibilitariam novas perspectivas para a discussão do patrimônio cultural.” Ainda em uma escala ampliada, outros três trabalhos se dedicam à questão ambiental: **Políticas públicas para regiões mineradoras: etapa pós fechamento das minas**, cujos autores, Tainara Augusto, Marcela Almeida e Filomena Bomfim, apresentam uma revisão legal sobre as políticas públicas relacionadas à mineração no Brasil, com maior especificidade ao estado de Minas Gerais, para identificar potencialidades e fragilidades da legislação atual em preparar os municípios para lidarem com a etapa pós-mineração e os caminhos para modalidades mais sustentáveis de desenvolvimento econômico e social nessas regiões; **Janelas para o rio na “nova” Cidade Velha: uma análise sobre os usos do Parque Naturalístico Mangal das Garças e do Portal da Amazônia**, de autoria de Sidney Costa Filho, Cybelle Salvador Miranda e Luiz de Jesus Dias da Silva, objetiva refletir a respeito da percepção de usuários e moradores vizinhos a dois grandes projetos em Belém, Pará: Parque Naturalístico Mangal das Garças e o Portal da Amazônia (Orla de Belém), contribuindo para o reconhecimento da ocupação e utilização destes locais bem como do papel desempenhado pelos referidos espaços na vida de tais indivíduos; **Reflexão sobre a significação da água no espaço urbano de Macapá - AP**, de autoria de Camila Barbosa, que traz a reflexão sobre a produção do espaço urbano na cidade de Macapá, Amapá, e das significações construídas na região amazônica, com destaque para a presença protagonista do rio Amazonas. Outro conjunto possível revela três abordagens



distintas sobre a arquitetura moderna brasileira: **Os projetos do arquiteto Rino Levi para o Centro Cívico da cidade universitária Armando Salles Oliveira em São Paulo**, de Bruno Rossi e Ana Maria Reis de Góes Monteiro, se debruça cuidadosamente sobre uma obra de um arquiteto consagrado, como Rino Levi; enquanto a **Produção arquitetônica de Milton Monte em conexão com o lugar amazônico**, de Hugo Arraes e Kláudia Perdigão, trata de um arquiteto muito menos prestigiado pela historiografia, Milton Monte, falecido aos 84 anos em 2012, mas cuja produção, fortemente ancorada nas condições naturais e técnicas da região amazônica, tensiona as pré-definições de arquitetura moderna brasileira; Kelen Gracielle Ferreira e Ana Maria Reis de Góes Monteiro apresentam um olhar inusitado e radical em **A Economia Doméstica e a contribuição feminina na Arquitetura Moderna**, a partir do qual atestam que o trabalho precursor das mulheres com arquitetura, foi iniciado muito antes de elas começarem a ser efetivamente chamadas de arquitetas. Segundo as autoras, as mulheres, conhecedoras do trabalho no ambiente doméstico, demonstraram através de comprovação científica e conceitos tayloristas, o quanto o desperdício de tempo causado por um projeto mal resolvido poderia afetar seu cotidiano e o bem-estar da família e conseqüentemente a economia do país. Finalmente, em **Trabalho, receituário e alienação na arquitetura: apontamentos críticos à prática do arquiteto**, Eric Crevels aponta que ao se valorizar o receituário técnico-estético dos arquitetos e urbanistas, supostamente os únicos agentes legitimados para pensar o espaço, promove-se a ideia de que pessoas comuns são incapazes de compreender, planejar, construir e gerir o próprio espaço (seja público ou privado). Por uma outra perspectiva, o autor destaca que a prática do arquiteto contribui para a alienação e exploração do trabalho dos operários da construção civil em detrimento de uma dialética corpo-habilidade que poderia aproximar indivíduo e sociedade.



THESIS

Ensaaios

Cidades novas de papel: Da intenção a não realização

Ricardo Trevisan e Carolina Guida Teixeira

Ricardo TREVISAN é Doutor pela Universidade de Brasília (UnB); prof.trevisan@gmail.com;

Carolina Guida TEIXEIRA é Graduanda pela FAU-UNB; carolguidax@gmail.com

TREVISAN, Ricardo; TEIXEIRA, Carolina Guida. Cidades novas de papel: Da intenção a não realização. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 10-27, out. 2022

data de submissão: 16/05/2021
data de aceite: 21/06/2021

Resumo

Ao resgatar cidades que nunca saíram do papel, nunca passaram de riscos, croquis, esboços – cidades novas, projetadas, porém não materializadas –, o presente artigo busca revelar no arranjo proposto leituras pouco prováveis, para além dos atributos e histórias que as caracterizam. São três cidades idealizadas por arquitetos renomados e aqui encadeadas de acordo com sua emergência cronológica no tempo: Marina, uma cidade agrícola-industrial planejada em 1956 por Oscar Niemeyer; São Bento da Lagoa, um balneário litorâneo elaborado no ano de 1975 por Maria Elisa Costa e Lucio Costa; e Cidade do Tietê, uma cidade portuária fluvial imaginada em 1980 por Paulo Mendes da Rocha. Mas o que tais cidades apresentam em comum? São somente ideias lançadas? Por que não vingaram? A partir do método “pensar” e “fazer” por atlas, ao aproximá-las intencionalmente, procurou-se refletir sobre a importância da utopia e do ideário coletivo na concepção de uma cidade. Buscou-se compreender o universo imaginário de cada caso, explorando as intenções, as imperfeições e as marcas deixadas por cidades não materializadas. Trata-se de cidades de papel que nos auxiliam no entendimento da sociedade em determinado período; são cidades no papel cujos traços revelam sua real identidade e as verdadeiras motivações para sua criação e rejeição. **Palavras-chave:** História do urbanismo, cidades projetadas, atlas, Cidade Marina, São Bento da Lagoa, Cidade do Tietê.

Abstract

When rescuing cities that never left the paper, they never went beyond risks and sketches – new cities, projected, but not materialized –, this article seeks to reveal in the proposed arrangement unlikely readings, in addition to the attributes and stories that characterize them. There are three cities idealized by renowned architects and linked here according to their chronological emergence in Time: Marina, an agricultural-industrial city planned in 1956 by Oscar Niemeyer; São Bento da Lagoa, a seaside resort designed in 1975 by Maria Elisa Costa and Lucio Costa; and Cidade do Tietê, a river port city imagined in 1980 by Paulo Mendes da Rocha. But what do these cities have in common? Are they just ideas launched? Why didn't they avenge? Using the “think” and “do” method by atlas, intentionally approaching them, we tried to reflect on the importance of utopia and collective ideas in the conception of a city. We sought to understand the imaginary universe of each case, exploring the intentions, imperfections and marks left by non-materialized cities. These are paper cities that help us understand society in each period; they are cities on paper whose features reveal their real identity and the true motivations for their creation and rejection.

Keywords: Urban history, designed cities, atlas, Marina City, São Bento da Lagoa, Tietê City.

Resumen

Al rescatar ciudades que nunca dejaron el papel, nunca fueron más allá del riesgo e bocetos (ciudades nuevas, proyectadas, pero no materializadas), este artículo busca revelar en el arreglo pro-



puesto lecturas improbables, además de los atributos e historias que las caracterizan. Hay tres ciudades idealizadas por arquitectos de renombre y vinculadas aquí según su aparición cronológica en el tiempo: Marina, una ciudad agrícola-industrial planeada en 1956 por Oscar Niemeyer; São Bento da Lagoa, un balneario diseñado en 1975 por Maria Elisa Costa y Lucio Costa; y Ciudad do Tietê, una ciudad portuaria fluvial imaginada en 1980 por Paulo Mendes da Rocha. Pero ¿qué tienen en común estas ciudades? ¿Son solo ideas lanzadas? ¿Por qué no se vengaron? Utilizando el método "pensar" y "hacer" por atlas, acercándonos intencionalmente, tratamos de reflexionar sobre la importancia de la utopía y las ideas colectivas en la concepción de una ciudad. Intentamos comprender el universo imaginario de cada caso, explorando las intenciones, imperfecciones y marcas dejadas por las ciudades no materializadas. Estas son ciudades de papel que nos ayudan a entender la sociedad en un período determinado; son ciudades en papel cuyas características revelan su identidad real y las verdaderas motivaciones para su creación y rechazo.

Palabras-clave: Historia urbana, ciudades diseñadas, atlas, Ciudad Marina, São Bento da Lagoa, Ciudad Tietê.

Introdução: A cidade como uma folha em branco

Nos anos 1970, surgia ao norte de Valparaíso, no Chile, a Cidade Aberta (*Ciudad Abierta* de Ritoque) – uma “cidade laboratório” implantada em plenas dunas junto ao Pacífico com “arquitetura livre e colectiva, originando formas mutáveis em constante revisão, análogas ao próprio lugar” (AMORIM, 2013). Tratou-se de um experimento concebido na Escola de Arquitetura e Desenho da Pontifícia Universidade Católica de Valparaíso (EAD-PUVC),¹ sob a coordenação do arquiteto Alberto Cruz Covarrubias (1917-2013) e do poeta argentino Godofredo Iommi Marini (1917-2001), e realização da Cooperativa Amereida.² O assentamento foi pautado pela união cultural e social a partir da vida comum entre os seus integrantes. Há no local mais de vinte edificações, dentre as quais hospedarias e espaços de uso público, porém, destituído de comércios ou serviços locais, esquivando-se do formato de uma cidade tradicional. Cada construção, realizada pelos professores em conjunto com os alunos, explorou a experimentação formal e estrutural, introduzindo o aproveitamento de materiais locais e reciclados, gerando configurações espaciais insólitas e complexas.

A livre implantação de formas orgânicas e adversas, dispersas pelo sítio peculiar, caracteriza a pseudo-cidade como um laboratório experimental de produção arquitetônica – reverberação do método de ensino autônomo da EAD, reformulado em 1952. A primeira linha reguladora dessa reformulação determinava um alicerce projetual para os alunos mediante a incorporação poética da realidade arquitetônica e popu-

¹ Para mais informações, acessar: <<https://www.ead.pucv.cl/>>.

² A Cooperativa Amereida foi conceituada a partir do poema Amereida escrito, em 1965, por Godofredo Iommi ao conceber uma Eneida fundacional e simbólica para a América. Eneida, por sua vez, é uma epopeia de 12 cantos, versada por Virgílio. O poema celebra a fundação e desenvolvimento do Império Romano, porém, esta obra encontra-se inacabada.

lar da região de Valparaíso: multifacetada, reciclada e autoconstruída. A poesia, ou o “Ato Poético”, foi a linguagem e sustentação desse ensino arquitetônico. Numa escala mais ampla, a segunda diretriz, intitulada “Travessias”, teve início em 1965, por meio de viagens pelo interior e litoral da América, onde foram desenhados caminhos e sulcos que guiaram criações esparsas rumo ao interior do continente.

A Cidade Aberta nasce, assim, dessas reflexões teórico-ideológicas, envolvida pelo mar e encravada sobre dunas de areia. Desprovida de traçado viário, suas construções foram – e são – guiadas por trincheiras e percursos, esboçados pela comunidade durante suas “Travessias”. O local se expande como um sonho fortuito, incorporando em suas redondezas imagens poéticas e experimentais, passíveis de serem estendidas e reformuladas. As colinas de areia, em comunhão com a maré, apagam e refazem o registro de marcas e informações, conformando representações físicas do “desaprender”, do “não-saber”:

É preciso então que o saber se acompanhe de um igual esquecimento do saber. O não-saber não é uma ignorância, mas um ato difícil de superação do conhecimento. [...] Na poesia, o não-saber é uma precondição; se há um ofício no poeta, este se encontra na tarefa subordinada de associar imagens. Mas a vida da imagem está toda em sua fulgurância, no fato de que a imagem é uma superação de todos os dados da sensibilidade. (BACHELARD, 1972, p:16)

Ao introduzir o presente trabalho com tal imagem, um experimento arquitetônico e, porque não, urbanístico, já registrado pela historiografia da área, buscou-se trazer o inusitado, o excêntrico, o peculiar, assim como os objetos de estudo a serem neste artigo expostos e confrontados. A pesquisa, na tentativa de atravessar novos caminhos inexplorados, busca desaprender o que já está convencionalizado por meio da associação imagética de três cidades brasileiras projetadas que não saíram do papel: Marina (MG), São Bento da Lagoa (RJ) e Cidade do Tietê (SP) (Figura 01). O “não-saber” posto num primeiro momento – quais resultados tal arranjo nos traria? –, transformou-se ao longo da “travessia” num novo saber, numa nova possibilidade de leitura, no despertar das sensibilidades.

Para isso, recorreu-se ao método de “pensar” e “fazer” por atlas (TREVISAN, 2018; TREVISAN et. al., 2019), o qual busca repensar objetos de estudo a partir de aproximações e conexões despercebidas ou inusitadas. O atlas aqui apropriado, para além de mero catálogo ilustrativo-informativo, pode ser um material interativo, uma ferramenta de reflexão, de troca e

³ O estudo das "Cidades Novas de Papel" tem como fundamentação a obra "Cidades Novas" de Ricardo Trevisan (2020), que define mediante seis atributos estruturadores uma nova tipologia urbanística: Cidades Novas. Esses núcleos urbanos são amálgamas montadas por seis peças essenciais (desejo, função, sítio, profissional, projeto e tempo) que se encaixam durante o desenvolvimento progressivo e a urbanização de um novo assentamento.

de aprendizagem. Um atlas em que as mais distintas "nebulosas" façam-se capturadas, decifradas, associadas e registradas para melhor compreensão dos objetos colocados sobre a mesa (DIDI-HUBERMAN, 2013). Um instrumento de pesquisa, oriundo dos estudos do filósofo e historiador alemão Aby Warburg (1866-1929), materializados em seu notório *Atlas Mnemosyne*, ou *Bilderatlas*, ou *Atlas de Imagens*, elaborado entre 1927 e 1929. Um meio aqui colocado em prática a partir da combinação de três núcleos urbanos projetados (TREVISAN, 2009).

Operacionalmente, as três cidades novas³ – idealizadas por arquitetos renomados – são encadeadas de acordo com sua emergência cronológica na história. Inicia-se por Marina, planejada em 1956 por Oscar Niemeyer, quem almejava a construção de uma cidade sustentável a ser implantada junto à Colônia Agropecuária do Menino, próxima à futura capital do país. A cidade seguinte, denominada São Bento da Lagoa, foi elaborada no ano de 1975 por Maria Elisa Costa, sendo o urbanista Lucio Costa o consultor e signatário do projeto, e tinha por finalidade urbanizar a antiga fazenda de São Bento da Lagoa, situada na Restinga de Maricá no estado do Rio de Janeiro. Por fim, tem-

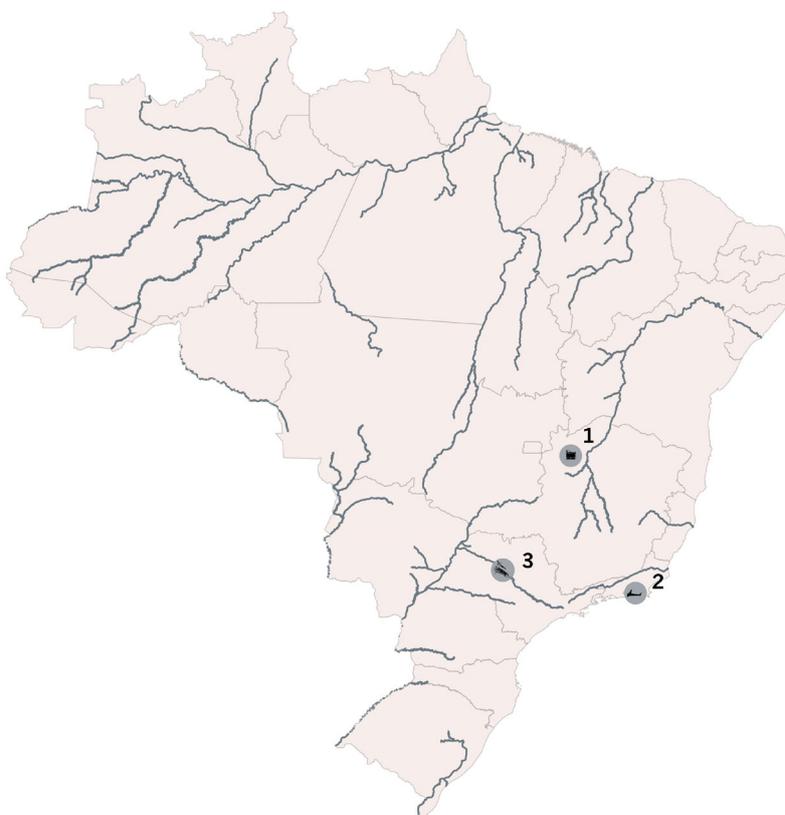


Figura 1
Localização das cidades novas de papel. Legenda: 1. Marina; 2. São Bento da Lagoa; 3. Cidade do Tietê
Fonte: Autores, 2019

-se a Cidade do Tietê, uma cidade fluvial portuária, imaginada em 1980 por Paulo Mendes da Rocha, a ser alocada entre as cidades de Lins e Novo Horizonte, no interior de São Paulo.

Antítese a essas três cidades, as quais foram esboçadas no papel, mas não realizadas, a Cidade Aberta nunca esteve no papel de fato, mas é real. É um espaço desvinculado de vicissitudes históricas e materiais – um objeto à parte –, aberto à criação de novas subjetividades, reflexões e interferências. A Cidade Aberta conserva, assim, a premissa elementar da pesquisa “Cidades Novas de Papel”: consiste, simbolicamente, na própria folha de papel – continuamente em branco e inacabada –, em progressiva revisão e reconstrução coletivas.

Ao assumir múltiplos papéis, formas e conteúdo, as folhas a seguir representam a pesquisa, e esta introdução conduz a sua abertura. Depois de aberto, o papel (este artigo) é dividido em três partes principais, intituladas de: “Cidades de Papel” – porção conceitual; “Cidades no papel – Marina, São Bento da Lagoa e Cidade do Tietê”, com a descrição de cada cidade; e “O papel das Cidades”, como considerações finais, incluindo a associação das cidades entre si e possíveis leituras.

Cidades de papel

Para voar é preciso ter coragem para enfrentar o terror do vazio. (DOSTOIÉVSKI, 2012, p:890)

Ao derivar da condição de uma folha de papel em branco, resta colar, recortar, rabiscar, rasgar, dobrar e desdobrar a mesma, a fim de que, mesmo depois de todas as suas transformações, ela permaneça continuamente incompleta e refundada, tal como a própria imaginação. É a partir dessa condição, portanto, que se pode criar e recriar a própria realidade: impermanente e mutável – distanciando, assim, das certezas fixas determinadas pela historiografia. A investigação que permeou a pesquisa dessas três cidades novas de papel não se atém a firmar um conhecimento uno, de cada imagem singular, com seus significados e propriedades; mas sim, perscrutar o que, para além de suas denominações, sobrevive.

As imagens carregam uma memória coletiva e estabelecem, através de seus resquícios e fragmentos, pontes entre tempos heterogêneos. Partes inacabadas, incompletas e inapreensíveis do passado resguardam uma vida póstuma que, quando despertadas e reapropriadas pelo historiador no tempo presente, provocam

ressureições da memória (GAGNEBIN, 2013). A sobrevivência reside na ponte que essas cidades estabelecem entre si e com o "outro" – com vestígios de narrativas – fazendo emergir um "ato reminiscente: um choque, um rasgar de véu, uma irrupção ou aparição do tempo, [...] [d]a memória involuntária" (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 26).

Através do método "Pensar por Atlas" (TREVISAN, 2018), pretende-se, desdobrar o papel dessas e de outras cidades a fim de abri-las, reconhecendo suas dobras anacrônicas, advindas do elo entre a imagem, o tempo e a história:

[...] o anacronismo surge na dobra exata da relação entre imagem e história: as imagens, certamente, têm uma história. Mas o que elas são, o movimento que lhes é próprio, seu poder específico, tudo isso aparece somente como um sintoma [...] na história. (DIDI-HUBERMAN, 2015, p:30)

Assim, as cidades novas de papel (Marina, São Bento da Lagoa, Cidade do Tietê), restritas ao imaginário coletivo, pois não se materializaram, resgatam um lugar no qual não residimos, mas que se abriga em nós. É um espaço onde tudo é possível – é um papel em branco, aberto. Esse não-lugar, que também é o significado etimológico de Utopia, permite-nos recortar tempos e lugares externos e evocar fantasmas, estabelecer colagens e vislumbrar sonhos. Revela-se então, que entre o dentro e o fora, o abstrato e o concreto, o presente e a história, o lugar e o não-lugar, existe um diálogo progressivo, correspondido por sintomas:

Ao decompor a história presente, surgem do atlas espectros, fantasmas, seres ou coisas anacrônicas [dobras]: é o impensado da repetição, o ignoto das repressões e dos "retornos do reprimido". Talvez não exista reflexão [...] sem uma atitude genealógica e arqueológica que revele seus sintomas, seus movimentos inconscientes. (DIDI-HUBERMAN, 2010, s/p)

A dobra (DELEUZE, 1991) provoca a desestabilização entre limites selados, instaurando complementariedades ressonantes; ela delinea o interior como um prolongamento do exterior: "o lado de fora não é um limite fixo, mas uma matéria móvel, animada de movimentos peristálticos, [...] de dobras que constituem um lado de dentro: nada além do lado de fora, mas exatamente o lado de dentro do lado de fora" (DELEUZE, 2005, p. 104). As "dobras" (o fora) são movidas pelos "sintomas" (o dentro), ou seja, o anacronismo é expresso e conduzido por dinâmicas ocultas e inconscientes. O reconhecimento dos sintomas, inerentes às dobras, ocorre no espaço liso, no espaço imaginário, intangível:



[...] o espaço liso é direcional, e não dimensional ou métrico. O espaço liso é ocupado por acontecimentos ou hecceidades, muito mais do que por coisas formadas e percebidas. É um espaço de afectos, mais que de propriedades. [...] Corpo sem órgãos, em vez de organismo e de organização. Nele a percepção é feita de sintomas e avaliações mais do que de medidas e propriedades. (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p:162-163)

Portanto, na utopia – um espaço liso – conseguimos reconhecer os sintomas da sociedade, seja através da supressão de seus paradoxos, ambiguidades e problemas – conformando uma sociedade ideal –, ou pela amplificação dos mesmos, refletindo as distopias. Analogamente, através das cidades novas de papel (espaços lisos), parte das dobras (sintomas) inerentes às cidades construídas ficará invisível, cabendo a nós supormos sua concretude. Haveria nesse não-lugar – no não construído – possíveis dobras a serem identificadas? Dobras invisíveis, fantasmagóricas, que permitissem trazer ao presente elementos passíveis de serem reconhecidos, confrontados e, porque não vivenciados.

Ao estudar cidades que não foram construídas, teoricamente, são resgatados espaços presos – fixados no papel e na história. Busca-se então libertá-los dos limites dicotômicos impostos pela materialidade e pela abstração. Procura-se abrir uma brecha, ou uma rasgadura entre esses limites a fim de que possamos repensar a importância do ideário coletivo, da utopia e do imaginário na construção das cidades na atualidade.

Três recortes dessa imagem maior serão apresentados a seguir, de modo que amálgamas estabelecidas entre os mesmos, ao longo do percurso de suas histórias e por suas descrições, possam ser feitas pelo leitor (dispositivo-atlas), conforme sedimentos existentes em sua memória, criando e recriando narrativas, como aquelas aqui presentes (TREVISAN et al., 2019). São, portanto, novos olhares a formar novas imagens em constante movimento.

Cidades no papel

Marina (MG)

Em 1956, meses antes do concurso de Brasília (setembro de 1956), Oscar Niemeyer (1907-2012) e mais quatro arquitetos (José Lopes da Silva, José de Sousa Reis, Marcos Jaimovich e Nauro Jorge Esteves) assinaram o Memorial Descritivo da Cidade Marina, um núcleo urbano a ser implantado na zona rural de

Arinos, em Minas Gerais, próximo ao sítio da futura capital federal. Concomitantemente, portanto, Niemeyer se vê imerso em dois projetos com origens e práticas díspares: de um lado, um empreendimento privado, com operações tradicionalistas (Marina); do outro, um projeto público, com ações idealizadoras (Brasília) (TAVARES, 2007).

Devido ao contexto em que estava inserida, Marina, a primeira cidade projetada pelo arquiteto, é considerada um “balão de ensaio” (COUTINHO, 2017 apud RIBEIRO; DAMASCENO, 2017) ou ainda, uma espécie de “futuro celeiro” de Brasília (RIBEIRO; DAMASCENO, 2017). A fim de conectar o quadrilátero do Distrito Federal com o restante do país, foram movimentados grandes investimentos para a estruturação de uma nova rede rodoviária, que a interligaria com as demais regiões do país. Por onde passou, esta rede valorizou as terras ao seu redor, atraindo interesses de investidores.

Distante a menos de duzentos quilômetros da futura capital, a implantação estratégica do novo núcleo urbano mineiro, unido à Colônia Agropecuária do Menino, tiraria proveito da valorização das glebas do seu entorno, assim como de seu adensamento. Desse modo, Marina – de caráter especulativo, destinada à capitalização de terras consignadas pelo mercado imobiliário – distancia-se do discurso de transformação social aclamado pelo arquiteto, pautado na solidariedade, visando a uma maior igualdade de classes (NIEMEYER, 1958 apud TAVARES, 2007, p:5). A migração populacional destinada ao Distrito Federal propiciaria um crescente mercado consumidor de provisões agrícolas da região, o qual estimularia o desenvolvimento da cidade nova. Desse modo, ligada à nova capital por rodovia (RIBEIRO; DAMASCENO, 2017), Marina produziria alimentos de cultivo agrícola, abastecendo à demanda local e da nova capital, além de guarnecer os principais centros do país.

O projeto (Figura 02) foi encomendado pelo empresário e idealista Max Hermann (ignoto-ignoto), um carioca de ascendência alemã, que vislumbrava erguer uma cidade em homenagem a sua mulher: Marina Ramona. Planejada para abrigar duzentos mil habitantes, a mesma ocuparia noventa mil hectares da Fazenda Menino, no Vale do Urucuia, localizada na porção Noroeste de Minas Gerais. O empreendimento seria dividido em duas zonas principais: a Colônia Agropecuária do Menino (a zona produtiva rural) e a Cidade Marina (o núcleo urbano).

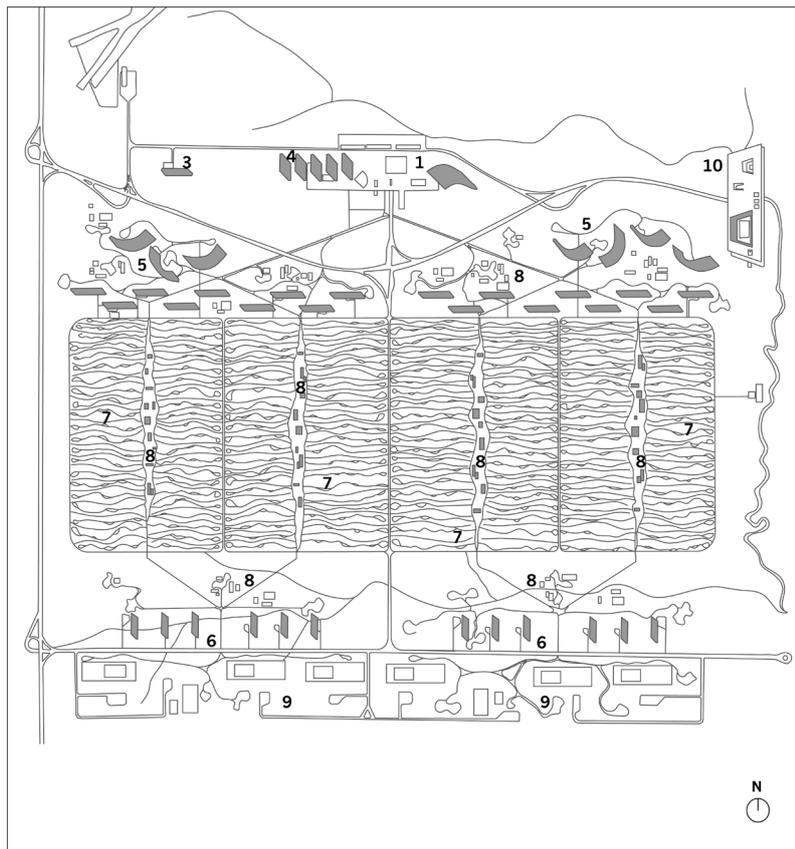


Figura 2

Plano da Cidade Marina. Legenda: 1. Centro Cívico; 2. Aeroporto; 3. Hospital e Centro de Saúde; 4. Escritórios; 5. Cidade Vertical (edifícios de 8 a 10 pavimentos); 6. Cidade Industrial; 7. Cidade Horizontal (residências); 8. Escolas, Mercado, Ginásio, Clube, Creche, Esportes etc.; 9. Zona Industrial; e 10. Centro Esportivo
Fonte: Autores, 2019

A cidade, subvertendo a aridez e o vazio alastrados pelo sertão mineiro, emergiria verdejante, submersa em jardins, parques e áreas com vegetação abundante. Materializaria-se como uma “cidade sustentável”: com o objetivo de aproximar o homem da natureza (NIEMEYER, 1980). As áreas verdes da nova cidade espelhariam o paisagismo do artista Roberto Burle Marx (1909-1994), enquanto sua espacialidade seria articulada a partir de diferentes setores funcionais.

O centro cívico, localizado na porção central do conjunto, seria acessível a todos da cidade ou da colônia, sendo composto por edifícios públicos relacionados à cultura, lazer, serviços, administrativo e trabalho. Haveria uma área vertical, constituída por edifícios de oito a dez pavimentos, e outra horizontal, composta por setores essencialmente residenciais unifamiliares (FON, s/d). Além desses, era previsto uma zona industrial;

o centro de saúde; os componentes das “zonas vicinais” (mercados, escolas, creches, ginásios e clubes); e, por fim, um aeroporto – único elemento do Memorial Descritivo que, de fato, foi construído na região. A venda dos lotes e imóveis seria realizada através da Colonizadora Agrícola e Urbanizadora S/A – companhia fundada em 1956 e comandada pelo empresário Max Hermann (RIBEIRO; DAMASCENO, 2017).

O projeto de Marina, porém, permaneceu no campo das ideias. A sua imaterialização foi renunciada com o fim do mandato de Juscelino Kubitschek, que perdurou de 1956 a 1961. Após a dissolução dos “Anos Dourados”⁴ no país, em 1962, as terras destinadas à cidade (parte de um espólio herdado pelo empresário) foram tomadas como terras devolutas pela antiga autarquia Ruralminas, encarregada pela reforma agrária no estado. A partir dessa ação, a área foi ocupada rapidamente: cravando o início de uma luta demorada entre o estado (comprometido em regularizar as terras) e os posseiros (que invadiram a região) (RIBEIRO, 2017). Estabeleceu-se, assim, o processo de arquivamento do plano de Marina.

São Bento da Lagoa (RJ)

O sítio que conserva a Restinga de Maricá se encontra entre a lagoa e o mar, a aproximadamente 30 quilômetros da cidade do Rio de Janeiro – contíguo ao centro da Região Metropolitana. Essa faixa do litoral fluminense, na década de 1940, foi adquirida pela Companhia Vidreira do Brasil (COVIBRA), administrada por Lúcio Thomé Feteira (1902-2000).⁵ A comunidade de pescadores que antes ocupava a região foi removida, passando a residir na beira do canal de São Bento, conformado pela união da lagoa Brava com a lagoa de Maricá (MELLO; VOGEL, 2004).

Em meados de 1970, o empresário Feteira foi ao encontro do urbanista Lucio Costa (1902-1998) determinado a realizar uma “cidade”⁶ com que sempre sonhara, publicamente denominada como “Cidade de São Bento da Lagoa”. Anos antes, em 1969, o arquiteto e urbanista havia elaborado o plano para a Barra da Tijuca⁷, e para este caso seria propor algo equivalente, espelhando-se a Barra da Tijuca no sentido oposto da Baía da Guanabara, na Restinga de Maricá (COSTA, 2008). Maria Elisa Costa (1934-), filha de Lucio, era sócia do economista Eduardo Sobral no escritório C&S Planejamento Urbano Ltda., onde seu pai assinou como consultor e signatário do projeto o contrato com Feteira (COSTA, 2008).

⁴ Fase permeada por um discurso capitalista e desenvolvimentista, ancorado no Plano de Metas do presidente, assim como na própria construção de Brasília. A política de industrialização e de desenvolvimento econômico, instaurada no país, alavancou o seu parque industrial, atraindo grandes investimentos estrangeiros. Porém, o governo gerou altíssimas crises inflacionárias, um grande déficit público e a consequente dissipação das contas externas.

⁵ A COVIBRA, nesta fase, extraiu da região a areia monazítica para exportação, da qual era retirado o elemento radioativo Tório. A substância era catalisadora de reações químicas industriais, usada como combustível em certas usinas nucleares.

⁶ Segundo Maria Elisa Costa, em uma entrevista concedida a Ricardo Trevisan em 2008, denominar o projeto de “cidade” foi apenas nome de batismo afetivo.

⁷ Em 1969, o arquiteto Lucio Costa é convidado a preparar um Plano Piloto para a urbanização da baixada compreendida entre Barra da Tijuca, o Pontal de Sernambetiba e Jacarepaguá. O projeto objetivou a formação de um novo núcleo metropolitano que conectaria as regiões norte-sul da cidade e leste-oeste do estado. Além deste polo central, propôs-se a geração de mais dois polos contíguos, um na própria Barra e outro em Sernambetiba, ao lado do Recreio (REVIS-TA MÓDULO, 1975).

O anteprojeto (Figura 03), realizado por Maria Elisa Costa em 1974-1975, sob consultoria de Lucio Costa, não consistia propriamente em uma cidade, mas como ela própria afirma em um bairro de classe média alta (COSTA, 2008) próximo à Niterói, que se estenderia por cerca de novecentos hectares,⁸ para abrigar aproximadamente noventa mil habitantes (REVISTA MÓDULO, 1975). Vale ressaltar que, nesse período, o município de Maricá já possuía cerca de vinte mil moradores.

⁸ A área destinada a “cidade” abrangia a borda sul da lagoa de Maricá, limitada a oeste pelo canal de São Bento, e a leste pela Ponta do Fundão.



Figura 3
Anteprojeto realizado por Maria Elisa Costa para São Bento da Lagoa
Fonte: Autores, 2019

A viabilização da futura cidade teria início com a criação de um núcleo residencial para lazer e veraneio em um ponto estratégico: a restinga. A área, com vistas para o mar e lagoa, é muito privilegiada e promissora. Além de instaurar um mercado com potencial de crescimento, a implantação do empreendimento tinha vantagens quanto à sua localização (devido a sua proximidade à capital fluminense) e às condições viárias favoráveis (a construção em andamento da ponte Rio-Niterói,⁹ as rodovias Niterói-Rio das Ostras,

⁹ A ponte Rio-Niterói, oficialmente Ponte Presidente Costa e Silva, foi construída entre 1968 e 1974, durante a Ditadura Militar.

¹⁰ Nas unidades de habitação, sobre pilotis, os edifícios mais altos estariam distribuídos em grupos de seis, amplamente espaçados. Os médios, longos arqueados – com comprimento de cento e cinquenta metros – seriam alternados com os edifícios baixos, ao longo da orla (REVISTA MÓDULO, 1975).

Amaral Peixoto e BR-101) (REVISTA MÓDULO, 1975). O plano, inserido nessa várzea, incorporaria edifícios de múltiplos gabaritos (variando entre um, dois, seis, doze e vinte e dois pavimentos),¹⁰ que se distribuiriam ao longo do terreno – de modo a garantir vista para o mar, além de permitir variação da massa volumétrica na paisagem (REVISTA MÓDULO, 1975).

O sistema viário da cidade – desprovido de esquinas, opondo-se à malha ortogonal – presaria pela livre circulação de veículos e pedestres, estruturando-se em uma malha que mesclaria “harmoniosamente” a sucessão de volumes abertos (áreas verdes) e fechados (edificações). Incluiria três ligações principais entre a via de acesso ao norte (Rodovia Amaral Peixoto) e as duas principais vias arteriais da cidade. O encontro dessas três linhas sinalizaria o centro urbano, onde também estaria localizada a rodoviária aos moldes de Brasília, com acessos por patamares: subterrâneo e térreo (REVISTA MÓDULO, 1975).

Contudo, à época, a comunidade de pescadores Zacarias, com apoio de instituições ambientalistas e pesquisadores universitários, resistiu à implantação da Cidade de São Bento da Lagoa. Para eles, além de impactar ambientalmente a região, tal empreendimento vultuoso impossibilitaria a pesca artesanal. Somente uma década depois, a partir dos processos de reabertura política, foi quando este movimento contrário obteve resultados mais expressivos e palpáveis. O governador Leonel Brizola, no mesmo ano em que assumiu o seu mandato (1983-1987), criou a Área de Proteção Ambiental (APA) de Maricá – a qual proíbe o loteamento de terras destinadas à construção ou edificação urbanas nessa região. Assim, São Bento da Lagoa nunca saiu do papel.

Cidade do Tietê (SP)

Em meados de 1978-1979, o engenheiro, empresário e político, então governador do estado de São Paulo, Paulo Salim Maluf resgatou a lógica de transferência da capital para o interior e transfigurou-a como um de seus principais objetivos. Comprometido com a concretização de seu novo projeto, Paulo Maluf estabeleceu a Comissão de Estudos e Localização da Nova Capital (CELCAP). A partir da CELCAP, houve a seleção de seis áreas distintas, dentre as quais, caberia ao governo escolher uma para ser instalada a nova capital. Direcionado a esse fim, também foi criado o Conselho de Mudança da Capital, presidido por Lucas Nogueira Garcez (TREVISAN; FICHER; MATTOS, 2017).

A base da cidade estaria concentrada em um núcleo de duas a cinco mil habitações, além dos edifícios destinados à Assembleia Legislativa, ao Palácio do Governo e à Justiça (MALUF, 2016). Isso proporcionaria um fluxo de pessoas para o interior, com novas oportunidades de trabalho e de moradia, fazendo com que o grande centro urbano de São Paulo fosse desobstruído. A transferência da capital, porém, foi vetada (por um voto) pela Câmara Legislativa do Estado de São Paulo, mais por questões políticas do que econômicas, reduzindo o potencial do projeto a uma esfera abstrata, impregnada nos papéis.

Um ano após o arquivamento do plano, um projeto do renomado arquiteto e professor Paulo Mendes da Rocha (1928-),¹¹ com a colaboração de Pedro Paulo de Mello Saraiva, Alberto Rubens Botti e Giancarlo Gasperini, coincide com a discussão de uma nova capital paulista (TREVISAN; FICHER; MATTOS, 2017). Às margens do Rio Tietê, localizada em uma área também a oeste do estado, com um zoneamento semelhante àquele idealizado no governo de Paulo Maluf,¹² o possível projeto para uma nova capital paulista visava ressignificar a calha do rio Tietê assim como a sua articulação com a economia, os sistemas de transporte e a ocupação humana.

A Cidade Porto Fluvial do Tietê (Figura 04), mais conhecida como Cidade do Tietê, seria implantada entre Lins e Novo Horizonte, em um local totalmente plano, circundado por uma laguna. A proposta tinha como primazia a releitura da geografia preexistente, situada às margens do Tietê. O arquiteto pensou em implantar uma cidade portuária a fim de aproveitar o sistema de navegação já construído e estimular sua utilização, que era impossibilitada devido à ausência de funções e infraestruturas subjacentes à área navegável que a amparassem. A cidade, além de viabilizar a navegação, conectaria as duas ferrovias (à noroeste e à sudeste) e a rodovia SP-320.

Por fim, a calha do Tietê – que nasce na Serra do Mar e flui para o interior do continente – renunciaria a possibilidade de interligação da América por outras vias, mesmo que artificiais. Paulo Mendes da Rocha aspirava pela ligação da Bacia Amazônica à Bacia do Prata através de uma via interna continental navegável. A integração do continente latino-americano (perpassando o Brasil, a Argentina, o Paraguai, a Bolívia e o Uruguai), romperia com a separação convencional da América e impulsioneira as economias iminentes das regiões, através da navegação fluvial (VILLAC, 2012).

¹¹ Paulo Maluf conhecia e acompanhava os projetos de Paulo Mendes da Rocha, de quem é grande admirador, conforme foi exposto em entrevista concedida a Ricardo Trevisan, em 2016.

¹² Inclusive, o caráter universitário do projeto seria mantido, porém, o convênio com o *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) seria substituído por um centro de estudos hidráulicos da USP, como consta no plano da cidade.

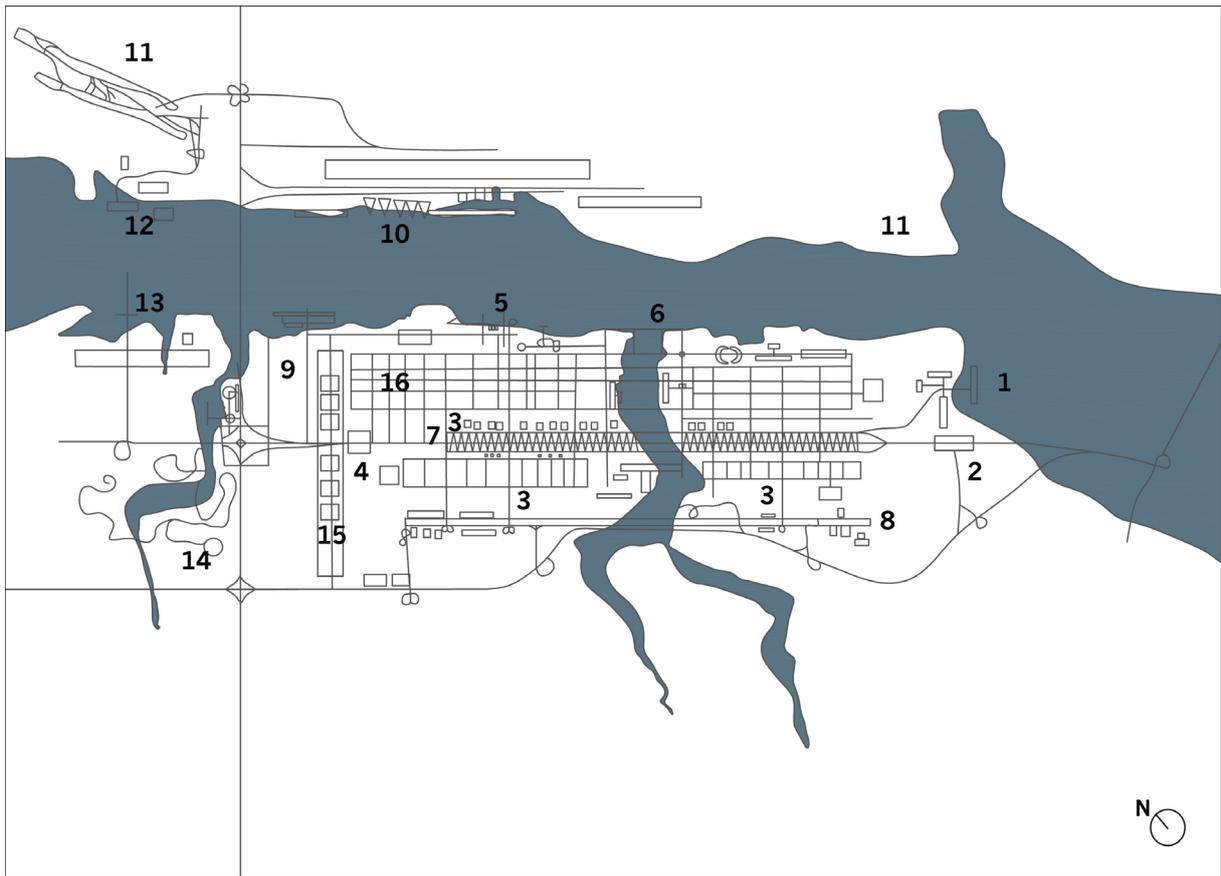


Figura 4
Cidade do Tietê em planta esquemática. Legenda: 1. USP- Instituto de Hidráulica Aplicada; 2. Estação Rodoviária SP-333; 3. Escolas médio especializadas; 4. Estação rodoferroviária – Porto; 5. Centro esportivo e náutico popular; 6. Cais da cidade, Praça, Parque central - Hotéis, Teatros, Espetáculos; 7. Comércio central, Edifícios administrativos; 8. Apoio - Serviços de manutenção; 9. Hospital regional; 10. Indústrias, Estaleiros, Portos de cargas - Silos e armazéns; 11. Aeroporto; 12. Base naval; 13. Zona militar; 14. Jardim Botânico; 15. Abastecimento e indústria local; 16. Habitação.
Fonte: Autores, 2019

Pela geomorfologia pré-existente, o arquiteto traçou um eixo imponente que entrecruzaria o sítio com blocos elevados sobre pilotis, separados por vastos espaços verdes, conectados a plataformas e esplanadas extensas (TREVISAN et al., 2019). A cidade, ao articular suas diversas funções, corporificaria uma dualidade: em um extremo, encontrar-se-ia a parte da cidade destinada a suprir demandas mais técnicas e específicas como o aeroporto, o porto de carga, armazéns, indústrias, estaleiros e combustíveis. Na outra extremidade seriam encontrados os seus atributos civis e domésticos: incluindo o porto, a estação ferroviária, a estação rodoviária, a área de comércio atacadista regional, o hospital regional, o centro de compras, o centro de estudos hidráulicos da USP, as habitações e o comércio local. A região também abrigaria núcleos de recreação, esporte, diversão e cultura, além de um espaço institucional e administrativo (ARTIGAS, 2000; KOGAN, 2009; PISANI, 2013). Infelizmente, a cidade portuária, ou a nova capital, não

foi construída. O projeto foi realizado num período de declínio tardio da ditadura militar. O arquiteto insistiu em noções de industrialização, crescimento econômico e desenvolvimento social como forma de transpor as barreiras impostas pela política nacionalista e totalitária até então. Seu projeto foi fadado a não sair do papel, talvez, devido a uma logística e análise extremamente racionais e técnicas, que demandariam um custo muito elevado. Além disso, Paulo Mendes da Rocha estava convicto de que a implantação correta da cidade (e conseqüentemente, de sua população) levaria à evolução social e à transformação política, lógica que não se adequava aos princípios do governo à época.

Considerações finais: O papel das cidades novas

Ao analisarmos a história traçada pelas três cidades novas de/no papel: Marina, São Bento da Lagoa e Cidade do Tietê, e aplicarmos o dispositivo-atlas como método de interpretação (TREVISAN, 2019), podemos agrupá-las, aproximá-las, narrá-las a partir de alguns pontos em comum. “Pensar” e “fazer” por atlas possibilita-nos, neste instante, tecer entendimentos e destacar elementos até então obscurecidos em suas biografias.

De início, nota-se fortes indícios de que a força-motriz mais importante para idealização de cada uma, possivelmente, tenha sido a oportunidade lucrativa. Supõe-se que essa tríade de cidades novas traria um retorno econômico expressivo à parte daqueles que estiveram envolvidos em suas concepções (os empreendedores). Os projetos urbanísticos estudados podem ser vistos por essa perspectiva: Marina, um empreendimento privado com fins especulativos – aproveitando-se do mercado consumidor a se instalar na nova capital; São Bento da Lagoa, também de origem privada e finalidade especulativa, projetada como um grande “bairro balneário” em local privilegiado, destinado à classe alta; e, por fim, a Cidade do Tietê que mesmo sendo, supostamente, de caráter público, a sua idealização inicial teria sido do então governador Paulo Maluf, político alvo à época de especulações de posse terras em áreas da futura capital.

Dentro desse raciocínio, e outro ponto a ressaltar, percebe-se que nos respectivos planos propostos pelos arquitetos, inexistente uma abordagem ecológica ou antropológica mais profunda, inexistente uma preocupação com o local, o presente – antítese ao projeto mimético da *Ciudad Abierta* de Ritoque. Desse modo, pode-se entender que, em sua narrativa original, a preocupação

¹³ No caso da Cidade do Tietê, o sítio foi protagonista, mas não o ecossistema propriamente dito.

ambiental com o ecossistema e com a população pré-existentes foi algo marginalizado e/ou silenciado.¹³

Os arquitetos mencionados (Oscar Niemeyer, Maria Elisa Costa, Lucio Costa e Paulo Mendes da Rocha), à primeira vista, buscaram privar as cidades de seus aparentes problemas (dobras), respaldados sob uma ótica racional, tecnicista, distanciada da realidade. Com isso, a partir da demanda programática de cada uma, os arquitetos almejavam criar uma nova realidade – uma nova cidade –, de forma a ter controle e domínio sobre ela mediante regras formais e espaciais coerentes, sejam estas atreladas a teorias socialistas, modernistas ou pós-modernistas. Deixaram, portanto, escapar sobrevivências, fragmentos, particularidades e valores inerentes ao contexto social presentes em cada sítio.

Evidentemente, o sonho e a utopia voltados para um bem-comum estão presentes, especialmente, no projeto de Marina e na Cidade do Tietê: Niemeyer com sua cidade sustentável e verde, que visava a aproximar o homem da natureza; e Paulo Mendes da Rocha, em seu discurso de união e desenvolvimento conjunto da América Latina. Porém, isso se deu de forma periférica, pois o discurso que permeava as aspirações de todos os projetos desalinhou-se das práticas implícitas e subjacentes aos mesmos. Em nenhum dos processos de aprovação dessas cidades, porém, o contraste entre o fator econômico e humano ficou tão claro quanto no caso de São Bento da Lagoa. Essa oposição foi gerada devido à prevalência de interesses especulativos no plano urbanístico para a região, em detrimento dos valores tradicionais e artesanais incorporados à comunidade pesqueira que a habitava.

Essas cidades, lugares sem lugar, delimitam os já explicitados espaços lisos. São fechadas sobre si mesmas, herméticas, e, que ao mesmo tempo, são abertas – entregues à infinitude do imaginário. Portanto, o papel dessas cidades, assim como a chilena Cidade Aberta, mantém-se incompleto e inesgotável. Aberto a interferências coletivas e desprovido de caminhos pré-definidos: livre para ser traçado por outras travessias, tingido por novas narrativas e rasgado a partir de recém-descobertas sobrevivências. Lugares e não-lugares aqui expostos a fim de refletirmos melhor sobre o que foram tais projetos. Especulações lançadas para ampliar o entendimento sobre cidades imaginadas, projetadas, porém não construídas. Cidades de papel que ampliam o arcabouço de repertório urbanístico-arquitetônico, como conjuntamente permitem olhar e atribuir vida (dobras) para tais objetos inanimados.

Referências

- AMORIM, S. "A Cidade Aberta: Laboratório experimental de Ritoque". *InComunidade*, ano 2, Edição 17, nov. 2013. Disponível em: <http://www.incomunidade.com/v17/art25.php?art=385>
- ARTIGAS, R. (org.). *Paulo Mendes da Rocha*. São Paulo: Cosac & Naify, 2000.
- BACHELARD, G. *A poética do espaço*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1972.
- COSTA, M. E. *Entrevista com Maria Elisa Costa*. [Entrevistador] Ricardo Trevisan, 2008.
- DELEUZE, G. *A dobra: Leibniz e o Barroco*. Campinas: Papyrus, 1991.
- DELEUZE, G. *Foucault*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2005.
- DELEUZE, G; GATTARI, F. *Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 1997.
- DIDI-HUBERMAN, G. *Atlas, como llevar el mundo a cuestras?* Madrid: Museu Reina Sofia, 2010. Folheto distribuído na exposição Atlas.
- DIDI-HUBERMAN, G. *Atlas ou a Gaia ciência inquieta: o olho da história, 3*. (Tradução: Renata Correio Botelho e Rui Pires Cabral). Lisboa: KKYM/EAUM, 2013.
- DIDI-HUBERMAN, G. *Diante do tempo: história da arte e anacronismos das imagens*. (Tradução de Vera Casa Nova e Márcia Arbex). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.
- DOSTOIÉVSKI, F. M. *Os irmãos Karamázov*. São Paulo: 34, 2012.
- FUNDAÇÃO OSCAR NIEMEYER (FON). *Cidade de Marina na Colônia Agrícola do Menino*. s/d. Disponível em: <http://www.niemeyer.org.br/obra/pro071>. Acesso em: 10 abril 2018.
- GAGNEBIN, J. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- KOGAN, G. *Cidade do Tietê: Paulo Mendes da Rocha*. 2009. Disponível em: <http://cosmopista.com/2009/01/10/cidade-do-tiete-paulo-mendes-da-rocha/>. Acesso em: 13 agosto 2017.
- MALUF, P. S. *Entrevista com Paulo Salim Maluf*. [entrevistador] Ricardo Trevisan, 03 maio 2016.
- MELLO, M. A.; VOGEL, A. *Gente das Areias. História, Meio Ambiente e Sociedade no Litoral Brasileiro*. Maricá - RJ 1975 - 1995. [S.l.: s.n.], 2004.
- NIEMEYER, O. Uma Cidade para o Amanhã. *Revista Módulo*, Rio de Janeiro, n. 56, set. 1980.
- PISANI, D. *Paulo Mendes da Rocha: Obra completa*. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.
- REVISTA MÓDULO. *Cidade de São Bento da Lagoa: projeto de urbanização da Restinga de Maricá*. Rio de Janeiro, n. 40, set. 1975, p. 64-71.
- RIBEIRO, L.; DAMASCENO, R. *Como seria Marina, a única cidade projetada por Oscar Niemeyer no Brasil*. 2017. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/especiais/cidademarina/2017/09/01/cidade-marina,897087/saiba-como-seria-a-unica-cidade-projetada-por-niemeyer-no-brasil.shtml>. Acesso em: 19 abril 2018.

RIBEIRO, L. *Marina, o sonho de Niemeyer no sertão mineiro que a ditadura abafou*. 2017. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/especiais/cidademarina/2017/09/01/cidade-marina,897091/marina-o-sonho-de-niemeyer-no-sertao-mineiro-que-a-ditadura-abafou.shtml>. Acesso em: 19 abril 2018.

TAVARES, J. *Brasília [As] simetrias entre Lúcio Costa e Oscar Niemeyer*. Revista RISCO: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo. EESC- USP: 2007.

TREVISAN, R. *Cidades Novas*. Brasília: EdUNB, 2020.

TREVISAN, R. "Atlas, uma aposta e o dispositivo-atlas". *VIRUS*, São Carlos, n. 19, 2019. [online]. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/_virus19/?sec=4&item=7&lang=pt>. Acesso em: 13 dez. 2019.

TREVISAN, R. Pensar por atlas. In: JACQUES, P. B.; PEREIRA, M. da S. (org.). *Nebulosas do Pensamento Urbanístico: tomo I - modos de pensar*. Salvador: EDUFBA, 2018; p.46-69.

TREVISAN, R et al. Fazer por atlas. In: JACQUES, P. B.; PEREIRA, M. da S. (org.). *Nebulosas do Pensamento Urbanístico: tomo II - modos de fazer*. Salvador: EDUFBA, 2019.

TREVISAN, R; FICHER, S; MATTOS, F. M. de. Brasil: um século, cinco cidades novas administrativas. In: *ANAIS do XVII Enanpur*, São Paulo, maio de 2017.

VILLAC, M. I. *Paulo Mendes da Rocha: América, Cidade e Natureza*. São Paulo: Estação Liberdade, 2012.

Trabalho, receituário e alienação na arquitetura: Apontamentos críticos à prática do arquiteto

Eric Crevels

CREVELS, Eric. Trabalho, receituário e alienação na arquitetura: Apontamentos críticos à prática do arquiteto. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 28-43, out. 2022

data de submissão: 31/05/2021
data de aceite: 25/08/2021

Eric CREVELS é Doutorando em Arquitetura pela Delft University of Technology; Mestre e graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais; E.FerreiraCrevels@tudelft.nl

Resumo

O ensaio procura apontar fenômenos contemporâneos de tolhimento da autonomia pela alienação de conhecimentos cotidianos que, junto com o desenho arquitetônico, promovem o arquiteto e urbanista ao status de especialista, engessando sua prática em formatos heterônomos. Busca expor, com as críticas de Ivan Illich e Sérgio Ferro, como a prática do arquiteto contribui para a alienação e exploração do trabalho dos operários da construção civil em detrimento de uma dialética corpo-habilidade que aproximaria indivíduo e sociedade. Contrapondo estes processos, que dizem respeito tanto à produção como ao consumo da arquitetura, com estudos sobre tecnologia e antropologia, argumenta-se em favor de uma política de transformação da tecnologia da arquitetura, baseada na relação entre corpo, habilidades, aprendizado e técnica. **Palavras-chave:** alienação, teoria crítica, ofícios, produção do espaço.

Abstract

The essay seeks to point out contemporary phenomena of decreasing autonomy by the alienation of everyday skills that, together with architectural drawing, promote the architect and urbanist's figure to that of an expert, thus immobilizing its practice in a heteronomous form. It aims the exposition, with the critiques of Ivan Illich and Sérgio Ferro, how the architect's practice contributes to the alienation and exploitation of the construction worker's labor in detriment of the body-skill dialectics, which would allow for a closer relation between individual and society. Opposing this alienation processes, both in consuming as in the production of architecture, with studies about technology and anthropology, it argues in favor of a politics of transformation of architectures technology based on the relation between body, skills, apprenticeship and technique.

Keywords: alienation, critical theory, crafts, production of space.

Resumen

El ensayo busca señalar los fenómenos contemporáneos de restricción de la autonomía mediante la alienación del conocimiento cotidiano que, junto con el diseño arquitectónico, promueve al arquitecto y urbanista a un estatus de especialista, proyectando su práctica en formatos heterónomos. Busca exponer, con críticas de Ivan Illich y Sérgio Ferro, cómo la práctica del arquitecto contribuye a la alienación y explotación del trabajo de los trabajadores de la construcción civil en detrimento de una dialéctica de habilidades corporales que uniría al individuo y a la sociedad. Opongo a estos procesos, que se refieren tanto a la producción como al consumo de arquitectura, con estudios sobre tecnología y antropología, lo argumenta a favor de una política para la transformación de la tecnología en la arquitectura, basada en la relación entre cuerpo, habilidades, aprendizaje y técnica.

Palabras-clave: alienación, teoría crítica, artesanías, producción del espacio.



Arquitetura como necessidade

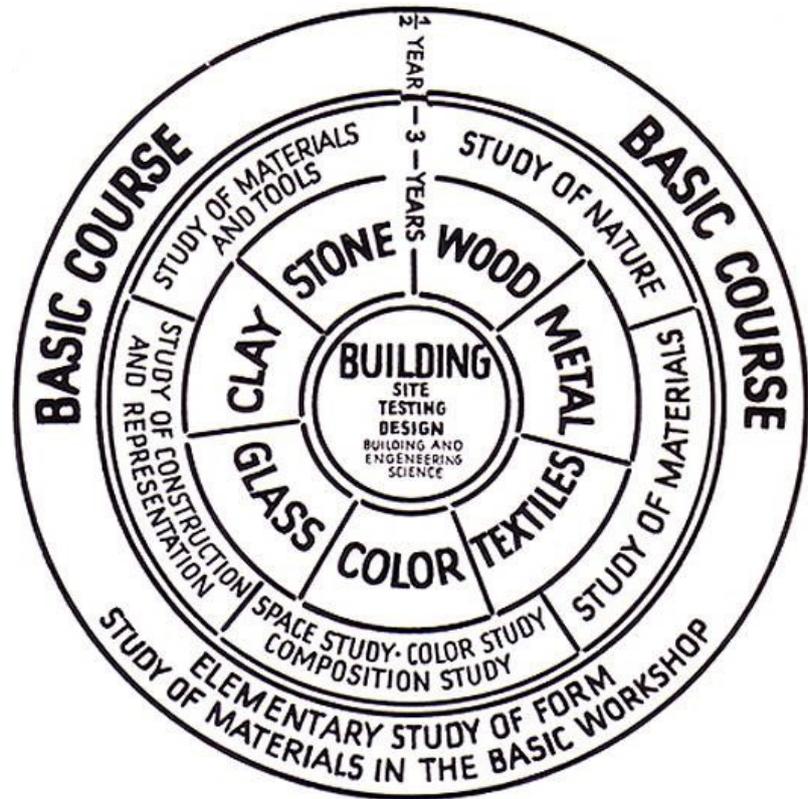


Figura 1
Diagrama curricular da Bauhaus
Fonte: LUPTON e MILLER (2010, p. 9)

O diagrama curricular da *Bauhaus* é familiar para a maioria dos estudantes de arquitetura. O modelo figura nas aulas de história da arquitetura como uma provocativa possibilidade de um ensino de arquitetura constituído conjuntamente de pensar e fazer – uma reconciliação idílica de teoria e prática. Em uma tentativa de criar as bases para um design industrial, os estudantes da escola alemã entravam em contato com os materiais antes mesmo de se dedicarem a exercícios projetivos. A chamada “utopia social” (GROPIUS, 2013, p:15) da *Bauhaus* forneceu inspiração para o bem conhecido *estilo internacional*, mas sua influência em muito perdeu o alinhamento ideológico com o *fazer*, rumando em direção a mera questão de estilo.

Este desvio não se deu por puro acaso. Como Sérgio Ferro argumenta, o que chama-se de “estilo” está intimamente vinculado ao processo de divisão social do trabalho e à consequente acentuação da dominação dos trabalhadores no canteiro de obra (2006). Em um modelo de mercantilização da arquitetura, o ‘estilo’ tem a função específica de afirmar a realização do capital ou, em outras palavras, se trata de uma forma de investimento de capital econômico para acumulação de *capital social* (BOURDIEU, 1986). Sem essa afirmação do capital, a elite corre o risco de perder seu *status*, pois estar à altura da moda é parte do *habitus*

do burguês, e se tornar simbolicamente pobre, no sentido em que estaria constantemente carente de uma dita arquitetura contemporânea. Como a carência, segundo Illich (1990), é o sinal desumanizante da pobreza, o trabalho do arquiteto torna-se o da invenção de uma identidade espacial burguesa. Esta identidade deve ter aspectos imagéticos relacionando espaço e cliente (pois ser único e original também é necessidade), mas deve também dialogar com uma unidade estética social identificável, aquela da classe burguesa. Como coloca Stevens, a arquitetura “tende a valorizar um conjunto de capitais simbólicos produzidos e julgados pelas classes dominantes” (2003, p:11). No léxico cotidiano da arquitetura, tal conjunto de capitais simbólicos é referido como ‘estilo’, e diferentes grupos sociais e profissionais competem historicamente pela sua produção. A produção de tendências e estilos arquitetônicos se traduz na criação constante de necessidades para ajustar o espaço de uma determinada maneira, sem a qual seus proprietários não podem se assumir legitimamente enquanto elite, e que toma forma nas disputas discursivas entre arquiteturas modernas e clássicas, inovadoras e tradicionais etc.

Este modelo de identidade e distinção é relacionado à uma condição propriamente moderna. Segundo Ivan Illich (1990), a partir do pós-guerra as ideias de progresso e desenvolvimento assumem a forma de uma mercantilização do cotidiano. O fenômeno é acentuado, sobretudo, na esfera dos conhecimentos e habilidades que perpassam as produções marginais, contingentes, que fazem parte do trabalho de manutenção do trabalhador, ou seja, de sua reprodução. Essa mercantilização se dá, de acordo com Illich, pela invenção sistemática de ausências, ou *necessidades*, criadas impositivamente. Progressivamente, os indivíduos passam a ser definidos pelas suas carências e não mais por suas capacidades produtivas em seu contexto material particular:

[O] fenômeno humano já não se define por aquilo que nós somos, que enfrentamos, que conseguimos, que sonhamos, nem pelo mito de que podemos produzir a nós mesmos a partir da escassez, mas pela medida daquilo que nos falta e de que, assim, necessitamos. E essa medida, determinada pelo pensamento analítico dos sistemas, implica uma percepção radicalmente nova da natureza e da lei, e prescreve uma política mais ocupada com a provisão de requerimentos definidos profissionalmente (*necessidades*) para a sobrevivência do que com reivindicações pessoais de liberdade, que estimulariam ações autônomas. (ILLICH, 1990, p:6)

Essa nova condição humana, para Illich, está relacionada à reificação do cotidiano por sua inserção na lógica da mercadoria. A transformação de todas as instâncias da vida corriqueira em necessidades prescritas, para além da redução das possibilidades individuais, implica o desmanche do que Michel de Certeau (2012) denomina táticas de sobrevivência. Baseadas em produções marginais e microscópicas, são práticas que somam um vasto montante produtivo realizado relativamente fora das cadeias produtivas de valorização

do capital. Representam uma rede de técnicas que opera inversamente à lógica da mercadoria, essencialmente estratégica, tecno-científica. São chamadas de táticas precisamente em razão desta oposição, conquanto respondem à situação e se adaptam à complexidade da realidade. Constituem uma dialética prático-crítica profundamente reativa à dimensão concreta da vida e, como tal, são por essência avessas às abstrações normativas e classificatórias. Existem e são formadas em processos dinâmicos de percepção e resposta às complexidades da vida cotidiana. Dessa forma, são esquivas a leituras totalizantes e predeterminadas do planejamento e do pensamento empresarial.

A agenda da invenção de necessidades profissionalmente prescritas surge em oposição a esse universo produtivo marginal, e o arquiteto e urbanista se insere nessa lógica como um de seus profissionais. A imposição de necessidades que “demandam por satisfação” (ILLICH, 1990, p. 4), definidas não pelos supostos necessitados, mas por profissionais especializados e sistemas de análise de dados, cria também a demanda por especialistas em satisfazê-las. A ideia de que pessoas comuns são incapazes de compreender, planejar, construir e gerir o próprio espaço (seja público ou privado) é parte desse fenômeno e atua em detrimento da autonomia: com ela se valoriza o receituário técnico-estético dos arquitetos e urbanistas, então os únicos agentes legitimados para pensar o espaço.

A expansão do fenômeno é perceptível na crescente atuação dos arquitetos e urbanistas em camadas e espaços sociais até então ignorados pelo meio profissional, como nos programas de urbanização de favelas brasileiras. O próprio uso do termo ‘urbanização’ indica um modelo de gestão pública na forma de ‘satisfação de necessidades’ que, ao colocar as vilas e favelas como objetos de uma ação – ‘urbanizar’, ‘tornar cidade’ –, as classifica como não-cidades. A chamada Lei da Assistência técnica, em vigor desde 2009, busca garantir o acesso das camadas da população de renda mais baixa aos serviços dos profissionais de arquitetura, em uma tentativa de reconhecer a abrangência do fenômeno da autoprodução¹ no contexto brasileiro de produção habitacional. No entanto, ao fazê-lo, pressupõe sobretudo a necessidade da atuação de arquitetos e urbanistas na produção habitacional e qualifica os espaços que prescindem desses profissionais como marginais, inadequados, improvisados, caracterizando o que passa a ser conhecido como a “cidade informal”, ou mesmo os “aglomerados subnormais”². Fortalece, assim, a ideia de que o espaço deve ser planejado, construído e mesmo gerido por especialistas e que, na sua falta, estes devem ser garantidos pelo Estado, conforme presente no parágrafo 2 do Art 4. da lei, que postula: “deve ser garantida a participação das entidades profissionais de arquitetos e engenheiros, mediante convênio ou termo de parceria com o ente público responsável” (BRASIL, 2008). Como a determinação do que é *ser cidade* parte das opiniões de especialistas da área, não daqueles que nela habitam, a favela se torna não somente *a-pólis*, como também *apolítica*. A autonomia dos moradores sobre o espaço em que

¹ Em diversas ocasiões teóricas se utilizam do termo “autoconstrução” para se referir à arquitetura produzida sem o envolvimento de profissionais como arquitetos e engenheiros, em especial se tratando das construções da periferia. Os pesquisadores do grupo MOM, no entanto, reprovam seu uso, devido ao entendimento tácito que o termo gera de que a arquitetura produzida nessas instancias seria total ou majoritariamente construída pelo trabalho direto de seus proprietários/moradores, o que não é verdade. Pelo termo “autoprodução” espera-se englobar também o grande volume de construções que são empreendidas pelos seus proprietários diretamente, mas que fazem uso de mão de obra e trabalho de terceiros para sua realização, como pedreiros, mestres de obra, carpinteiros etc. Para mais detalhes, ver Kapp (2015).

² Uma síntese da definição do IBGE de “aglomerados subnormais”, apresentando também outras variantes e críticas à nomenclatura por diversos autores pode ser encontrada em SILVA (2014).

residem é tolhida pelo processo de criação da falta – a necessidade de ser cidade – cujos parâmetros são invocados daquilo que lhes é prescrito: a cidade fruto do desenho de arquitetos e urbanistas. Assim, a produção da favela se dá primeiro como reprodução da força de trabalho em consequência da contingência do trabalhador³, depois como território para a prescrição especializada. Ou, como diria Marx, primeiro como tragédia, depois como farsa ([1851] 2011).

Igualmente exemplar é o caso de várias das conhecidas 'arquitecturas sociais'. O Programa Vivenda, aclamado como iniciativa de suposto impacto social responsável, se baseia em soluções modulares ("kits") para realizar projetos de reforma para famílias de baixa renda. Os kits, que montam a base metodológica do programa, referem-se a modelos básicos (como cozinha, banheiro, área de serviço) e não apenas refletem um modelo já hegemônico na moradia popular, repetido exaustiva e catastróficamente pelos programas habitacionais, como são flagrantemente focados no embelezamento dos espaços de acordo com a estética da cidade formal. Não surpreende que, na constituição dos kits, o tópico "revestimento" tenha lugar privilegiado ou que esteja quantificada, em seu *website*, a metragem de revestimentos instalados no âmbito do programa⁴, de maneira evidentemente publicitária. Logicamente, pelo próprio tempo hábil de produção e a escala de atendimento, os kits são soluções pré-concebidas para problemas pré-determinados ou, em outras palavras, *receituários*.

Na atuação contemporânea do arquiteto, a forma habitual do receituário é seu produto e objeto de trabalho principal: o desenho. Resta, portanto, analisar este desenho:

[O] desenho [arquitetônico] pode assumir os padrões dominantes ou não, seguir a 'função' ou fazê-la seguir, ser qualificado como racional, orgânico, brutalista, metabólico ou como se queira no interior da confusão das pseudotendências, ser mais ou menos conformista em relação ao 'utensílio' que informa, ser modulado, modenado ou a-sistemático, ornar ou abolir o ornamento: a constante única é ser desenho para a produção. (FERRO, 2006, p:110)

Ser desenho para a produção (de mercadorias) é a única propriedade comum a todos os tipos de desenho arquitetônico, seja ele referente à construção de habitações, equipamentos urbanos, centros comerciais ou edifícios industriais. A sua função é, fundamentalmente, servir à produção, pois é produto do modo de produção e é por ele determinado. O projeto, marca do profissional da arquitetura, não tem como objetivo (tampouco é capaz de) materializar o edifício. Conceder corpo físico é o objetivo do canteiro, por meio do trabalho (em geral, um trabalho duro). A produção do arquiteto, concentrada no desenho, não concretiza o espaço, mas seu *dever*, sua virtualidade, e logo é uma reificação (MARCUSE, 2004). Projeta *sobre* o espaço: impõe-lhe toda informação *a priori* e delimita seu valor. O projeto é uma abstração, cujo destino é incidir sobre o canteiro. O objetivo final dá-se à medida que é o desenho...

³ Marx, n' *O Capital* (2013), afirma que a composição dos salários trata não valor do trabalho em si, mas do "valor da força de trabalho, que existe na personalidade do trabalhador" (2013, p:609) e, portanto, se refere à reprodução da vida do operário. Ou seja, os salários dos trabalhadores no modo de produção do capital são "sempre determinados pelo menor custo do absolutamente necessário à sua manutenção" (FERRO, 2006, p:66). Neste custo de reprodução do trabalhador está incluído o gasto com a moradia. Ao construir sua própria residência, o barateamento que o operário consegue neste processo se reflete na diminuição do custo de reprodução da sua força de trabalho que, em consequência, reduz o valor de seu salário. Engels, em *A Questão da Habitação*, expõe como opera essa redução (ENGELS, [1873] 1979).

⁴ Disponível em <http://programa-vivenda.com.br/#about>, acessado em 30 de Abril de 2020

[...] que orientará o desenvolvimento da produção. Nesse primeiro emprego, conta pouco o que se queira chamar de qualidade ou adequação. [...]. O que vale é que esse desenho fornece o solo, a coluna vertebral que a tudo conformará, no canteiro ou nas unidades produtoras de peças. Em particular – e é o principal – juntará o trabalho antes separado, e trabalho a instrumento. (FERRO, 2006, p:109)

O desenho/projeto em si não é uma condição básica para a construção - inclusive em edifícios celebrados entre críticos e teóricos da arquitetura, como é o caso das catedrais góticas. Também a chamada autoprodução do espaço, marginal, abstém-se sistematicamente de arquitetos e engenheiros e corrobora o fato (BALTAZAR, 2016). Acontece que o desenho arquitetônico, apesar de ser desenho para a produção, pouco se refere, em realidade, à construção do edifício propriamente dita. Não estão nele incorporadas as técnicas dos pedreiros, dos carpinteiros e de outros ofícios. Apresenta senão a forma finalizada da obra e desconsidera os processos e as configurações internas do canteiro de obras. Define apenas os aspectos formais, pois tem como função constituir e implantar a forma, controlá-la, para assim dominar o trabalho e a hierarquia do canteiro de obras (FERRO, 2006). A implantação do desenho é bem descrita por Santos:

A linguagem arquitetônica e matemática (cada vez mais sofisticadas) e todos seus instrumentos são postos a serviço da produção, dando distinção ao grupo dos diplomados em relação aos oficiais práticos da construção. A introdução desses artifícios logo frutifica em submissão total do canteiro de obras e seus agentes diretos, aumentando sua heteronomia e com isso o rebaixamento das condições de trabalho. (SANTOS, 2008, p:32)

O trabalho do arquiteto, distante dos ofícios da construção, dá o argumento matemático, normativo, formal ou filosófico para a dominação do trabalho. Mantém, a partir dessa designação autoritária, a hegemonia do arquiteto e daqueles que assumem o comando do canteiro com o instrumento que o arquiteto fornece. Esse fenômeno independe da vontade ou intenção do próprio arquiteto. As considerações sociais e políticas do seu desenho, assim como as tipológicas, não ultrapassam a dimensão do conteúdo. Mantido o lugar do desenho na cadeia produtiva da arquitetura, permanecem seus impactos sobre o canteiro de obra, à revelia do discurso. O desenho, como instrumento técnico, não é neutro. A tônica normativa, hierárquica e impositiva que carrega deriva de seu uso, de sua posição enquanto instrumento de legitimação.

A instituição da norma, e todo esforço necessário ao seu questionamento, acaba por manter a construção civil brasileira no patamar da manufatura serial (...). Tal como era a tendência na Europa, a pesquisa colaborou para que a norma técnica substituísse os métodos empíricos patenteados. Ao contrário dos discursos em favor da norma, a quebra das patentes não significa a abertura do conhecimento técnico ao



domínio público, mas a concessão de monopólio a um determinado grupo. A norma parametriza a conduta do novo personagem – o técnico neutro ou perito. A perícia técnica, base da legitimação social do grupo dos diplomados, é o que autoriza o Estado a conceder o “monopólio de saber” a esse grupo. Por isso o empenho na regulamentação profissional, homologada em 1933 com a criação do Sistema CONFEA-CREAs. (SANTOS, 2008, p:306)

A figura do “técnico neutro” citado acima, indica uma posição privilegiada na hierarquia social do canteiro de obras e revela o caráter epistemológico de uma tecnologia de produção do espaço. O especialista, empoderado por sua própria linguagem, legitima a sua superioridade sobre os demais trabalhadores da construção civil, armado de sua suposta capacidade para receitar soluções às necessidades do espaço.

A apreensão metonímica da tecnologia pelos seus produtos em detrimento a uma leitura etimológica do termo turva e enfraquece sua discussão filosófica. Costumeiramente considerada como um dispositivo imanente à sociedade, a tecnologia é aceita quase como um termômetro do desenvolvimento humano, ou uma espécie de escala teleológica do progresso histórico. Esta visão tende a deslocar o foco de análise de suas características estruturantes, seu *logos*, para uma leitura superficial de seus aparatos e metodologias. De acordo com Andrew Feenberg (2002), existe hoje uma estagnação do entendimento filosófico da tecnologia, reduzido a duas leituras superficiais igualmente rasas, irreduzíveis em seus argumentos e baseadas na neutralidade da tecnologia. A primeira é fundamentada no conceito da *instrumentabilidade*, da tecnologia como mera ferramenta, isente de quaisquer atributos de agência ou influência sobre a sociedade. A segunda visão, também determinista, por sua vez acredita o fator tecnológico como objeto pleno, que carrega vieses e determinações socioeconômicas e é portanto influente sobre a sociedade, mas em si mesmo imune à agência política. Nesta perspectiva, resta à sociedade apenas a decisão sobre a sua utilização ou abandono, em cálculo eterno dos prós e contras de sua interferência nas relações sociais. O autor aconselha direcionar a análise para a produção epistemológica da tecnologia, ou seja, para os ideários e contextos sócio-produtivos de sua concepção, condicionantes do que chamamos corriqueiramente de “avanço” ou “desenvolvimento”. Também destaca a não perder de vista a agência e influência da tecnologia sobre a sociedade, material e subjetivamente. Em suma, o autor nos chama atenção para a relação dialética entre tecnologia e modo de produção, no lugar de meramente aceitar sua neutralidade ou imutabilidade. Aceita duplamente a influência da sociedade sobre a tecnologia e vice-versa. A alienação do trabalho e da técnica, dessa forma, não é característica fundamental da tecnologia mas, ao contrário, um aspecto registrado na sua produção e reprodução social. Com isso, muda o objetivo da teoria crítica da tecnologia para o questionamento da produção da própria tecnologia, ou, como diz o autor, para uma “política da transformação da tecnologia” (2002, p:15).

Tendo em vista os fenômenos apontados por Illich e as leituras de Sérgio Ferro sobre o papel do desenho, em quais bases poderia se sustentar tal política de transformação da tecnologia na arquitetura? Partindo do pressuposto que o projeto arquitetônico foi tornado instrumento para a dominação em uma sociedade progressivamente alienada de suas capacidades cotidianas do *fazer*, compreender as relações experimentais/estéticas entre indivíduo (corpo) e o ato de fazer pode esclarecer alguns caminhos a se tomar.

Corpo, habilidade e alienação

O antropólogo Eduardo Viveiros de Castro (2002) afirma que o corpo não deve ser entendido como mera anatomia, mas antes enquanto hábito: composto por uma rede de habilidades e procedimentos que estão intimamente relacionados com a construção social do cotidiano e da realidade. Nessa linha, o antropólogo Tim Ingold (2000) apresenta um entendimento aprofundado de como as habilidades são inerentemente aspectos sociais do homem. Seu argumento é que o homem não somente desenvolve suas habilidades de maneira social, mas também a si mesmo em um processo dialético de descoberta dessas habilidades, em um movimento social de invenção simbólica do corpo. Ingold concebe as habilidades não como adquiridas, pois o aprendizado de uma habilidade não é uma ação à qual o sujeito incorre por si só, mas um desenvolvimento do próprio indivíduo em relação aos objetos componentes da dita habilidade – estes constituídos socialmente. Isto é, uma habilidade não é algo que se possa ‘injetar’ no sujeito, como que preenchendo um espaço vazio, mas a construção desse espaço, simultânea ao seu preenchimento. Pelo envolvimento ativo do sujeito com aquilo que percebe relacionado a determinada habilidade, é que ele é capaz de criar a habilidade dentro de si; ou *inventá-la*.

Por habilidade não me refiro a técnicas do corpo, mas às capacidades de ação e percepção de todo o ser orgânico (corpo e mente indissociados), situado em um ambiente ricamente estruturado. Como propriedades dos organismos humanos, as habilidades são assim tão biológicas como culturais. [...] As habilidades não são transmitidas de geração a geração, mas recriadas em cada uma, incorporadas no *modus operandi* do organismo humano em desenvolvimento pelo treino e experiência na performance de tarefas específicas. (INGOLD, 2000, p:5. tradução minha.)⁵

⁵ “By skills I do not mean techniques of the body, but the capabilities of action and perception of the whole organic being (indissolubly mind and body) situated in a richly structured environment. As properties of human organisms, skills are thus as much biological as cultural. (...) Skills are not transmitted from generation to generation but are regrown in each, incorporated into the *modus operandi* of the developing human organism through training and experience in the performance of particular tasks.”

Portanto, habilidades e saberes são construções individuais, frutos da agência do próprio indivíduo, de maneira única e gradual, e também sociais, pois construídas a partir de constante percepção e apropriação de elementos retirados do contexto social. O aprendizado é um processo de *formação dentro do ambiente* (INGOLD, 1999); uma maneira pela qual o indivíduo *incorpora* componentes construídos socialmente e presentes no seu contexto para dar forma a uma habilidade:

As pessoas desenvolvem suas habilidades e sensitividades pelas histórias de contínuo envolvimento com os constituintes humanos e não humanos dos seus ambientes. Pois é pelo engajamento com estes múltiplos constituintes que o mundo é conhecido pelos seus habitantes. (INGOLD, 1999, p:10. tradução minha.)⁶

Ingold assume que a própria estrutura cognitiva individual é arranjada dessa maneira. O aprendizado não se refere somente ao objeto puro, o saber a ser incorporado, mas também à construção das próprias capacidades cognitivas, isto é, à identificação dos meios com os quais é possível e favorável aprender em determinado contexto social e em relação a realidades específicas. Paradoxalmente, trata-se de *aprender a aprender*, pois, ao envolver-se com os elementos contextuais de uma habilidade, o indivíduo não somente se relaciona com eles, mas com o seu corpo e mente em contato com tais elementos⁷. A formação do indivíduo em sociedade leva à incorporação de uma gama de habilidades e técnicas que são consideradas partes componentes do que se espera de uma pessoa funcional em determinada cultura. Tal abordagem revela que a própria cultura, construída sobre essa estrutura cognitiva, não é um sistema suprabiológico ou metafísico, mas antes a “medida da diferença” entre organismos que surgem de seu posicionamento frente a frente – sua interação – e com “componentes não humanos do ambiente, em campos mais abrangentes de relacionamento” (INGOLD, 2000, p:10).

Como observa Ingold (1999), nada impede que as habilidades socialmente desenvolvidas pelos indivíduos estejam arranjadas em uma estrutura de dominação. O fenômeno pode ser pensado em termos de distinção de classe, no Brasil, com os conceitos de “ralé estrutural” e “batalhadores” desenvolvidos por Jessé Souza (2009, 2010) a partir da teoria social de Pierre Bourdieu. Souza argumenta que a população brasileira mais pobre se distingue das classes mais altas não apenas pelo poder econômico. Falta-lhe, sobretudo, as habilidades ou “capacidades” que o acesso às posições de privilégio pressupõem, tais como “disciplina, auto-controle e pensamento prospectivo” (SOUZA, 2013, p:65). Esta carência se reflete na incapacidade de planejamento, concentração, crítica e mesmo na dificuldade de expressão, situando o pobre em uma posição estrutural de fragilidade social e econômica, e interditando sua ascensão social. Da formação acadêmica ao suposto ‘espírito empreendedor’, as classes mais altas monopolizam o arcabouço técnico-cultural e as formas de sociabilidade que perpetuam sua posição privilegiada na sociedade.

Nesse contexto de alienação das táticas cotidianas de produção, é natural que a estrutura cognitiva dos corpos em relação aos espaços permaneça embotada, deslocando as habilidades relativas à produção material do espaço para a abstração do receituário técnico-científico. Este fenômeno não elimina para os trabalhadores da construção civil a ameaça da alienação. Pelo contrário, pois a base da alienação se encontra justamente na instituição do trabalho as-

⁶ “[P]eople develop their skills and sensitivities through histories of continuing involvement with human and non-human constituents of their environments. For it is by engaging with these manifold constituents that the world comes to be known by its inhabitants.”

⁷ O entendimento ingoldiano apresenta uma consonância marcante (ainda que não confessa) com as leituras de Hegel e especialmente de Marx sobre o trabalho, em sua forma não alienada. Para os autores alemães o trabalho forma o homem enquanto indivíduo e ser social (ou ser *genérico*, para Marx). É pela atividade que o homem se relaciona com o mundo (a natureza) e com os demais indivíduos, em uma relação dialética, e assim é capaz de reconhecer a si mesmo no mundo que constrói. Esse reconhecimento é a base para um reconhecimento de si enquanto ser *partícipe* do mundo e da sociedade e, ao reconhecer-se dessa maneira, reconhece também a participação da natureza e dos outros homens na construção de si mesmo, ou seja, reconhece não apenas a si no mundo, mas o mundo em si mesmo. Para mais informações sobre o entendimento desses autores, ver MESZÁROS, (1992).

salariado (MESZÁROS, 1992). Ferro (2006) argumenta que os operários da construção civil estão, a todo momento, sob uma pressão ativa que busca a alienação de seu trabalho, por diversas frentes e sob a lógica da manufatura, em acordo com os postulados de Marx (2013). Para que seja possível a extração (maximizada) da mais valia no canteiro de obra, o trabalhador deve ter seu trabalho reduzido, idiotizado - transformado, tanto quanto possível, em força de trabalho pura.

Os conhecimentos assim alienados são precisamente aqueles que caracterizam o trabalho qualificado no ofício. De acordo com Adorno em *O Funcionalismo Hoje* (1967), o ofício não pode ser entendido como apenas "o conjunto das fórmulas estereotipadas" ou "o conjunto das 'práticas' destinadas a poupar as forças do compositor", pois "a especificidade de qualquer tarefa concretamente colocada exclui tais fórmulas" (ADORNO, 1967, p:116). Em outras palavras, ele argumenta que o ofício não pode ser apenas uma operacionalidade mecânica, pois se baseia constantemente na realidade, ou seja, *concretiza-se* sempre que confrontado com a "especificidade" das tarefas que lhe são demandadas, quando são elas também concretas. A abstração das tarefas, sua retirada do cotidiano operacional do artesão, é justamente o que marca a divisão entre ofício e manufatura. Para alienar o artesão, faz-se necessário transformar suas tarefas em um conjunto não só de fórmulas e práticas, mas de movimentos e técnicas homogeneizados e congelados, rasos em *racionalidade*. São retiradas das atribuições dos artífices as *dificuldades técnicas* que incentivam a inventividade; essas passam a ser resolvidas longe do canteiro, por profissionais especialistas, como engenheiros e arquitetos. A lógica segue o princípio de *facilitar pela fragmentação*, presentes na linha de produção e nos estudos de ergonomia do trabalho (ADORNO, 1967, p:115). A produção do trabalhador é amputada dos aspectos que antes configurariam sua *maestria*, isto é, sua versatilidade e independência em lidar com diferentes situações de produção. Este movimento é realizado de duas maneiras, representantes dos pólos de seu trabalho. Por um lado, acentuam-se os procedimentos *produtivos* do trabalho, aqueles que de fato alteram a matéria. São aqueles que efetivam a divisão entre os trabalhadores, no chão de fábrica e no canteiro, e que são contabilizados como o trabalho propriamente dito: assentar tijolos, preparar o concreto e transportar cargas. Por outro lado, é-lhe retirada a parcela intelectual do ofício, o trabalho que coloca as técnicas isoladas em conexão e coerência entre si e com o contexto em que são utilizadas.

No caso específico, o operário da construção civil não somente é afastado de seu produto, mas desconhece mesmo, frequentemente, sua razões de projeto, cálculo, oportunidade etc. Não tem, nem pode ter, portanto, qualquer influência que pese nos seus rumos. (FERRO, 2006, p:93 nota 36)

Essa insistência inverte o desenvolvimento livre do indivíduo na produção, pois a construção cognitiva da habilidade – a incorporação autônoma – representa justamente o caminho

oposto da alienação. Indica o combate às potencialidades formativas, e portanto emancipatórias, dos aspectos pedagógicos da habilidade. O problema retorna para a filosofia da tecnologia. Como a tecnologia não é neutra, tampouco o são os componentes incorporados nas habilidades e técnicas da produção capitalista. De maneira similar, como no contexto da "ralé brasileira", o trabalhador da construção é também subtraído de uma série de habilidades, capacidades e conhecimentos que, ainda que participem da totalidade de seu trabalho, seriam (na perspectiva do capitalismo) problemáticos se delegados aos operários. O projeto arquitetônico, conforme nos demonstra Ferro (2006), vem assim em auxílio da hierarquia do capital: a divisão do trabalho é levada a patamares fordistas, em operações seriadas e desligadas entre si e da totalidade da produção. Separa assim os trabalhadores, criando a figura do "trabalhador parcial", apenas para novamente ajuntá-los, no chamado "trabalhador coletivo" (MARX, 2013), com o cuidado, porém, de manter-se entre eles. Isola e reveste a mão de obra, para então reconectá-la segundo sua própria ordem. Age como estrutura – ou "cola", para usar o termo de Ferro – que mantém e suporta a hierarquia do canteiro de obras mas mantém a permeabilidade para a entrada do capital e a retirada da mais valia.

Somente ao estabelecer essa hierarquia é que o desenho é capaz de realizar esse movimento de alienação, pois, para mantê-la, é necessário que seus níveis e divisões sejam classificados e bem definidos. Impedir a comunicação livre e a perspectiva de totalidade, premissas da prática criativa, é fundamental, de modo que o comando continue centralizado e esteja protegido pela própria pirâmide da autoridade. Para a separação do trabalho no canteiro, não basta apenas a diferenciação em nível de ofício ou habilidade. O trabalho manual é perigoso, mesmo que exprimido no detalhe, pois permite ao corpo o aperfeiçoamento - o desenvolvimento dialético entre habilidade e sujeito. O especialista sofre com o embotamento da crítica, mas ela ainda não é completamente subtraída de seu trabalho. Permanece enclausurada no detalhe, mas ali pode florescer. Sérgio Ferro bem pontua, ao dizer que a "construção acertada acorda, revela, reúne. Mas, mesmo na nossa construção explorada e cujo objetivo não é o acerto, o operário não pode evitar que nele alguma coisa acorde, se revele e reúna." (2006, p:145)

Esse perigo precisa ser evitado, ou, pelo menos, contido. Para manter o canteiro sob controle, o fluxo de informação deve ser segregado, de maneira que a conexão entre os trabalhadores da base passe inevitavelmente por seu superior – que não por acaso é também *supervisor*. A dominação começa na esfera da linguagem. O trabalhador coletivo mantém-se funcional, sob a regência heterônoma, somente se o universo de trabalhadores parciais incorporados é desprovido de comunicação. Para tanto, e de modo que a produção continue operante, há de restar apenas uma linguagem ou, mais precisamente, uma única voz, que alcance a todos, de forma descendente. Toda relação horizontal,

assim, é feita estrangeira – o mito da Torre de Babel é paradigma e arquétipo de toda produção capitalista da arquitetura. É também necessário que essa voz recite precisa e somente o direcionamento necessário à produção. Como sabemos, esse papel é realizado pelo projeto:

O progressivo apartamento entre o desenho e o canteiro de obras é viabilizado pelo desenvolvimento de uma nova linguagem, fundamentada na linguagem matemática. O projeto, a perspectiva, a nova linguagem de inspiração clássica antiga ajudam a desbancar a antiga ordem dos canteiros. (SANTOS, 2008, p:31)

Em termos de incorporação cognitiva, há poucos componentes apropriáveis para o trabalhador além daqueles permitidos e determinados pelo desenho do arquiteto que, como visto, é fundamentalmente um desenho para produção de mercadorias. Os aspectos tecnológicos da dominação do canteiro, presentes em todo o processo construtivo, permeiam estes componentes e consigo trazem a lógica do capital (junto à alienação) para o processo de desenvolvimento e aprendizado. O trabalhador assim incorpora os elementos estruturais de sua própria alienação, de modo tal que até mesmo a estrutura hierárquica e a divisão do trabalho intelectual e manual na produção da arquitetura figuram em seu cotidiano como fenômenos naturais e inquestionáveis.

Uma possibilidade de atuação

A escolha exemplar da Bauhaus para a abertura deste ensaio não se deu por acaso. Procurou-se argumentar sobre como a atuação do arquiteto e urbanista é marcada pela tecnologia enviesada do *desenho para a produção*, seu principal instrumento, e quais os fenômenos sociais envolvidos na abstração que é a representação. Apesar de ser o objetivo principal do trabalho, busca-se agora apontar, como alternativa, uma forma de envolvimento direto do arquiteto com a produção material e com os indivíduos diretamente relacionados à ela: artesãos e operários da construção. O resgate do *concreto* na prática arquitetônica, em sua dimensão crítica e histórica, invoca a possibilidade de uma arquitetura para além do projeto reificado, além do desenho para a dominação. Desta forma, enseja, compreendendo a dimensão dialética do aprendizado com o conceito de *incorporação* de Ingold, um novo paradigma tecnológico da arquitetura, que tem como objetivo e viés o desenvolvimento individual e coletivo dos envolvidos junto à produção do espaço, dos objetos que o preenchem e do cotidiano que o permeia. A aproximação do arquiteto com as práticas construtivas e com a produção material fornece um caminho lógico para uma tecnologia não alienada da arquitetura, e a pertinência de se pensar a arquitetura dessa maneira surge da sua oposição à codificação e abstração da técnica, fundamental ao projeto. Está em acordo com o entendimento de Silke Kapp (2005) da arquitetura como “todo espaço modificado pelo trabalho humano”, pois toma o trabalho, a produção, como base para a crítica e mesmo a prática da arquitetura. Ao destacar o envolvimento pela atividade, seja individual

ou coletivo, na definição de arquitetura - o trabalho que modifica o espaço - Kapp centraliza o processo pelo qual o espaço é produzido como um produto social, com destaque ainda para sua produção *sem interferência por parte dos diplomados*, a chamada autoprodução do espaço.

A questão premente é a possibilidade de repensar o trabalho na arquitetura (e, em consequência, a própria arquitetura) para que ele assuma, no lugar de sua versão alienada, um caráter emancipador. A transcendência da alienação é, afinal, o principal objetivo tanto da obra como da ação política marxiana (FROMM, 1962). Mas a questão não é passível de resposta imediata, pois exige uma abordagem crítica que não se resguarde das dificuldades concretas de seu empreendimento. Como diz Meszáros, "devemos compreender que: o único poder capaz de superar praticamente ('positivamente') a alienação da atividade humana é a própria atividade humana autoconsciente" (2006, p:165).

Mesmo que reduzida e alienada, na produção material permanece sempre algum potencial emancipatório residual capaz de ativar a consciência, pois envolve conhecimentos que, de uma maneira ou outra, se referem ao material e lidam com ele. São conhecimentos e técnicas que não se apreendem senão pela prática, ou seja, pela dupla descoberta e criação, individual e coletiva, pela ginga entre o corpo e o *ambiente* social e material historicamente dado. O operário, o artesão ou o artífice (ainda que em níveis diferentes) se envolvem com os materiais e, conseqüentemente, com a dimensão social neles presente. Nessa relação desenvolve-se a atividade que os conecta com a realidade concreta e sobre a qual efetivamente podem se objetivar. A tecnologia da produção material abstrata não é capaz de apagar completamente o ofício, pois ele é sua gênese, e, portanto, o paradigma do ofício é sua principal contradição, uma fragilidade permanente em sua estrutura.

Sua potência está na perspectiva da produção material do espaço e dos artefatos que o qualificam. Ingold, em *Textility of making* (2009), afirma que a produção material do artífice (*craftsman*) é como um nó em uma costura, em um processo de tecelagem. Este nó é composto pelas linhas que representam os materiais utilizados, assim como pelas técnicas, ferramentas e outras construções sociais a ele associadas. Na perspectiva de um artífice, o material não se resume a uma constituição física, mas inclui igualmente relações contextuais: para quê serve, o que acontece quando é trabalhado, como pode ser manipulado, obtido, transformado, utilizado etc. As qualidades do material são definidas pela realidade sociocultural do respectivo meio e pela experiência, tanto no sentido laboratorial, de teste, como no sentido cotidiano, de acontecimento, de presença, e de conhecimentos e saberes acumulados. O trabalho no material e as diversas formas de uso que assume no dia a dia do artífice constroem a ideia do que ele é. Trata-se de uma percepção concreta, não abstrata. Ao mesmo tempo, o nó que Ingold sugere é uma estrutura aberta, pois não impede que as linhas que por ele passam (materiais, téc-

nicas, ferramentas etc.) continuem seus percursos e estejam disponíveis para se envolver em outros nós, em outras construções e criações.

⁸ O trabalho etimológico de Raymond Williams (1983) indica que o termo 'arte' (*art*), desde o século XIII, se referia ao conhecimento sobre o fazer das coisas, envolvendo suas técnicas, e se referia basicamente à qualquer habilidade produtiva. Neste contexto, o 'artista' é efetivamente idêntico ao 'artesão' (*artisan*). Já 'ciência' (*science*, *scientia*), figura a partir do século XIV, usado em intercâmbio com *art*, para descrever um corpo de conhecimento ou habilidade e que, a partir do século XVII, passa se distinguir de 'arte' como uma habilidade que requer conhecimento teórico, ao passo que 'arte' representa as habilidades que requerem prática (1983, p. 40 - 42, 276 - 278). Nesta leitura, a arte seria conjunto de conhecimentos que permitem reproduzir determinado ofício na prática, ao passo que a ciência abarca os conhecimentos teóricos sobre o mesmo ofício.

Nesta perspectiva, arte e ofício (sem distinções)⁸ devem desafiar as bases da tecno-ciência, com o objetivo de reafirmar os sentidos e a percepção para permitir um crescimento do conhecimento pelo fazer. Não se trata somente de inserir o cotidiano na produção de conhecimento, mas também do inverso, ou seja, tornar o conhecimento parte ativa da vida cotidiana. Para Ingold, isso possibilitaria aos indivíduos deter formas de conhecimento que partam de suas experiências e que retornam a elas como reflexão e construção normativa. Ensejaria, portanto, a autonomia e o que Marx enxerga como caráter formador do trabalho (MESZÁROS, 2006), onde o indivíduo descobre a si mesmo e o mundo ao seu redor, e se objetiva nesse mundo.

Essa possibilidade é urgente sobretudo nos contextos de vulnerabilidade social, onde o paternalismo, o tecnicismo e a pura má-fé contribuem para um cenário de progressiva alienação e heteronomia. O contato com as contingências da produção concreta, seja de objetos, de espaços ou das próprias iniciativas, em sentido de sua organização e realização, coloca em questão a realidade dos contextos em que as coisas são feitas, para além das resoluções estéticas e funcionais relativos puramente à forma e ao uso, ou seja, à forma mercadoria e ao consumo. Traz para a perspectiva do próprio arquiteto as condicionantes da produção, severamente ignoradas durante sua formação, nos debates teóricos sobre a profissão e, principalmente, na sua atuação usual.

Por outro lado, o saber-fazer potencializa a crítica, pois permite algum distanciamento da condição cotidiana de dependência, fazer improvisado, subvalorizado e de contingência. Ele carrega o índice do trabalho livre e, assim, aproxima-se da arte que, na concepção de Marcuse, tem "poder de cindir o monopólio da realidade estabelecida para definir o que é real" (1999, p:21). Apresenta um mundo fictício que não é ilusão, pois refere-se à potência do trabalho formador, do mundo enquanto objetivação da humanidade pelo trabalho. Por isso mesmo, tem caráter de utopia: os rastros de uma utopia que, pela sua própria interdição produz um impulso político, são também rastros de um trabalho real, livre. Aparecem justamente pelo contraste, por seu brilho fugaz em meio à opacidade da sociedade, e remetem ao mundo das potencialidades humanas. Fazem aflorar suas contradições - tensionam o *status quo* e revelam seus pontos estruturais.

[A] arte pode ser revolucionária [...] quando apresenta ausência de liberdade do existente e indica as forças que se rebelam contra isso; quando rompe com a realidade reificada e aponta horizontes de transformação; quando subverte as formas de percepção e compreensão e deixa transparecer um teor de verdade, de protesto e de promessa na linguagem e na imagem. (CHAVES; RIBEIRO, 2014, P. 15)

A defesa do caráter experimental da arquitetura e, em última análise, das ciências sociais, não é novidade no pensamento e na prática acadêmica, sobretudo em ideologias libertárias. Segundo Sérgio Ferro (2006), é necessário apostar em formas experimentais de produção da arquitetura que apontem uma nova maneira de construir, para romper com a dominação do canteiro de obras. Boaventura de Sousa Santos (1980) também defende a experiência como método investigativo. Seu argumento é que, enquanto a sociedade se encontra emaranhada em inúmeros expedientes de dominação, é dever da ciência explorar suas brechas e praticar suas possibilidades, *inventar* novas formas de sociedade que, mesmo pesando-lhes a estatística do fracasso, possam servir de ensaio (e ensejo) para transformações sociais reais. Também Žižek (2013) aponta que, para transpor um modo de produção, faz-se necessário encontrar os pontos (ou nós) que, pressionados, exerçam pressão por toda sua estrutura. Para tanto, é imprescindível a procura, a experiência e, em especial, uma profunda autocrítica. O que esses autores indicam é que a prática que se propõe a apontar os caminhos para a autonomia ganha potência quando realizada em formato experimental, pois este lhe permite certo afastamento crítico da realidade social contingente. A experiência realiza uma projeção virtual — devir — sobre terreno concreto. Faz despontar as mais imprevisas contradições e é capaz de materializar-se como negação da realidade, na forma de imaginário, possibilidade: poética. Logo, é preciso experimentar, para que se possa apontar (projetar – lançar à frente) formas de atuação transformadoras da condição heterônoma.

Referências

ADORNO, Theodor. "Funktionalismus heute." In: *Ohne Leitbild. Parva Aesthetica*. Frankfurt/M: Suhrkamp, 1967, p.104-126

BALTAZAR, Ana Paula. *Architecture as Interface: a constructive method for spatial articulation in architectural education*. Lisboa, 2016

BOURDIEU, Pierre. *The forms of capital*. 1986

BRASIL, 2008. *Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008*. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005. Brasília, 2008.

CHAVES, J. C; RIBEIRO, D. R. "Arte em Herbert Marcuse: formação e resistência à sociedade unidimensional." *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 12-21. 2014

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: 1 Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2012.

ENGELS, Friederich. *A Questão da Habitação*. Belo Horizonte: Aldeia Global Editora. 1979

FERRO, Sérgio. *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac &Naify, 2006.

FEENBERG, Andrew. *Transforming technology: A critical theory revisited*. New York, Oxford University Press, 2002.

GROPIUS, Walter. *Bauhaus: Novarquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

ILLICH, Ivan. *Necessidades*. NP, 1990.

INGOLD, Tim. "Three in One: On dissolving the distinctions between body, mind and culture" . Manchester: University of Manchester, 1999.

INGOLD, Tim. *The Perception of the Environment: Essays on livelihood, dwelling and skill*. New York: Routledge, 2000.

INGOLD, Tim. "The Textility of Making" *Cambridge Journal of Economics*, Volume 34, p. 91 - 102. 2009

KAPP, Silke. Por que Teoria Crítica da Arquitetura? Uma explicação e uma aporia. In: Maria Lúcia Malard. (Org.). *Cinco Textos Sobre Arquitetura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p. 115-167.

KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula. *Against determination, beyond mediation*. 2009

MARCUSE, Herbert. *A dimensão estética*. Portugal: Ed. 70. [1977] 1999.

MARCUSE, Herbert. *Razão e Revolução - Hegel e o advento da teoria social*, São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, [1851] 2011.

MARX, Karl. *O Capital: O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MESZÁROS, Istvan. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006

SANTOS, Boaventura de Souza. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento, 1980.

SANTOS, Roberto Eustáquio dos. *A armação do concreto no Brasil*. História da difusão da tecnologia do concreto armado e da construção de sua hegemonia. Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação: "Conhecimento e Inclusão Social", da Faculdade de Educação da UFMG. FAE-UFMG, 2008

SILVA, R.A. Aglomerados subnormais: definição, limitações e críticas. *Revista GeoUECE - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE, Número Especial*, p. 26-40, dezembro de 2014

SOUZA, Jessé. *A Ralé brasileira: Quem é e como vive*. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2009

SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros: Nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Editora UFMG: Belo Horizonte, 2010

STEVENS, Garry. *O Círculo Privilegiado: Fundamentos Sociais da Distinção Arquitetônica*. Brasília: Editora UNB, 2003.

WILLIAMS, Raymond. *Keywords: A Vocabulary of Culture and Society*. Oxford University Press: New York, 1983

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. *A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaios de Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002

ŽIŽEK, Slavoj. Problemas no paraíso. in Harvey, David. *Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

A Economia Doméstica e a contribuição feminina na Arquitetura Moderna

Ana Maria Reis de Goes Monteiro, Kelen Gracielle Magri Ferreira

Ana Maria Reis de Goes MONTEIRO

Doutora; Unicamp; anagoes@fec.unicamp.br

Kelen Gracielle MAGRI FERREIRA

Mestranda; Unicamp; kelenmagri@yahoo.com.br

Resumo

O curso de economia doméstica teve início nas escolas femininas de meados do século XIX, quando meninas começaram a ter mais acesso à educação. O presente artigo foi resultado de um trabalho de mestrado sobre as demandas da Escola Profissional Feminina de São Paulo em seus primeiros anos de existência. A partir de uma análise do currículo dessa escola e de outros estudos de caso, foi possível constatar que a evolução de cursos como esse, lecionados especificamente para mulheres, pelo vínculo ao lar, aperfeiçoou ou derivou em diversos outros cursos e profissões. Algumas mulheres, sejam elas jornalistas, professoras ou donas de casa, escreveram livros e artigos sobre o assunto e forneceram subsídios para o amadurecimento da economia doméstica enquanto ciência. Uma das contribuições foi para a arquitetura e o estudo do uso racional do espaço que era enfoque de arquitetos modernistas, aos quais há indícios de que prestaram consultoria. Como conhecedoras do trabalho no ambiente doméstico, essas mulheres começaram a observar e repensar a disposição ideal de mobiliário e equipamentos tanto para cozinhas quanto em outros ambientes da casa. Elas demonstraram através de comprovação científica e conceitos tayloristas, o quanto o desperdício de tempo causado por um projeto mal resolvido poderia afetar seu cotidiano e o bem-estar da família, do marido trabalhador e consequentemente da economia do país.

Palavras-chave: Economia Doméstica; Arquitetura Moderna; Taylorismo; Racionalismo; mulheres na arquitetura.

Abstract

The home economics course began in women's schools in the mid-19th century, when girls started having more access to education. This article was the result of a master's work on the demands of the Escola Profissional Feminina de São Paulo in its first years of existence. From an analysis of the curriculum of this school and other case studies, it was possible to verify that the evolution of courses like this one, taught specifically for women, due to the link to the home associated with the gender, improved or derived in several other courses and professions. Some women, whether they are journalists, teachers or housewives, have written books and articles on the subject that have provided subsidies for the maturing of the domestic economy as a science. One of the contributions was to architecture and the study of the rational use of space, which was the focus of modernist architects, to whom there is evidence that they provided consultancy. As connoisseurs of work in the domestic environment, these women began to observe and rethink the ideal arrangement of furniture and equipment both for kitchens and other environments in the home. They demonstrated through scientific evidence and Taylorist concepts, how much waste of time caused by a poorly resolved project could affect their daily lives and the well-being of the family, the working husband and, consequently, the country's economy.

Keywords: Home Economics; Modern architecture; Taylorism; Rationalism; women in architecture.

MONTEIRO, Ana Maria Reis de Goes; MAGRI FERREIRA, Kelen Gracielle. A Economia Doméstica e a contribuição feminina na Arquitetura Moderna. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 44-63, out. 2022

data de submissão: 30/05/2021

data de aceite: 14/09/2021



Resumen

El curso de economía doméstica comenzó en las escuelas de mujeres a mediados del siglo XIX, cuando las niñas comenzaron a tener más acceso a la educación. Este artículo fue el resultado de un trabajo de maestría sobre las demandas de la Escuela Profesional Feminina de São Paulo en sus primeros años de existencia. A partir de un análisis del currículo de esta escuela y otros casos de estudio, se pudo constatar que la evolución de cursos como éste, impartido específicamente para mujeres, debido al vínculo con el hogar asociado al género, mejoró o derivó en varios otros cursos y profesiones. Algunas mujeres, ya sean periodistas, maestras o amas de casa, han escrito libros y artículos sobre el tema que han proporcionado subsidios para la maduración de la economía doméstica como ciencia. Una de las contribuciones fue la arquitectura y el estudio del uso racional del espacio, que fue el foco de los arquitectos modernistas, a los que se tiene constancia de que brindaron consultoría. Como conocedoras del trabajo en el ámbito doméstico, estas mujeres empezaron a observar y repensar la disposición ideal de mobiliario y equipamiento tanto para cocinas como para otros ambientes del hogar. Demostraron a través de evidencias científicas y conceptos tayloristas, cuánto tiempo desperdiciado por un proyecto mal resuelto podría afectar su vida diaria y el bienestar de la familia, el marido trabajador y consecuentemente la economía del país.

Palabras-clave: Economía doméstica; Arquitectura moderna; Taylorismo; Racionalismo; mujeres en arquitectura.

Introdução

O trabalho das mulheres com arquitetura iniciou muito antes de elas começarem a ser efetivamente chamadas de arquitetas. A busca pela funcionalidade no projeto da casa acercou os arquitetos modernistas da perspectiva feminina por conta da forte associação que se fazia da figura da mulher ao ambiente doméstico. O vínculo com atividades do lar e o conhecimento desse universo elevado a um nível crítico, permitiu que algumas se aproximassem da arquitetura em um momento em que somente grandes mestres dispunham desse acesso. Segundo Gropius, fundador da Bauhaus, elas eram consideradas fisicamente e geneticamente *qualificadas apenas para as artes que trabalham com duas dimensões e não para a arquitetura, em três dimensões* (MOURA, 2020, p.51).

Qual seria então a relação do curso de economia doméstica com a arquitetura? Para responder a esse questionamento, é importante compreender a função da mulher sob a ótica da época em que a especialização começou a ser oferecida. Os primeiros indícios do curso de economia doméstica datam do século XVIII a partir da criação da escola de *Saint Cyr* pela generosa Madame de Maintenon, esposa de Luiz XIV, o rei Sol. Era uma escola destinada a moças da nobreza que haviam empobrecido. O ensino de Economia Doméstica, entretanto, somente foi oficializado em 1844 na Bélgica por Dextraedre, que instalou a primeira *École*

Menagère, ou Escola Doméstica no país. Em 1871 foi fundada a Sociedade *Mercinelli y Coirellet*, a primeira escola vinculada à indústria e a educação doméstica, destinada a suas operárias (FREITAS, 1948, p. 780). A partir daí esse modelo de escola se espalhou por Suíça, Alemanha, Inglaterra e França com capacitação de professores e criação de cursos superiores.

A Economia Doméstica enquanto ciência que começava a florescer no final do século XIX, precisava do suporte de manuais e tratados e estes eram desenhados especificamente para que as meninas se transformassem em donas de casa e mães adequadas. O objetivo era que por meio da educação, as jovens aprendessem e se apropriassem das ocupações domésticas, garantindo o bem-estar e a moral da casa, ajudando no controle sobre as finanças. A economia doméstica era uma formação que visava desenvolver gestoras do lar, o que envolvia os cuidados com os filhos, o marido e dedicação com a casa. Era um momento em que a industrialização e a urbanização evidenciavam as diferenças entre a esfera pública, relacionada ao provedor, à exposição, ao masculino; e esfera doméstica, relacionada ao íntimo, ao refúgio, ao feminino. A casa é o local onde a mulher assume uma ação irradiadora sobre diversos âmbitos, sejam eles sociais, familiares ou o seu próprio corpo (CARVALHO, 2008, p.68). O conceito de domesticidade envolve um conjunto de práticas que ocorrem dentro do ambiente doméstico (MOURA, 2020, p.41) e o estudo dessas práticas estaria, portanto, associado ao feminino.

A partir de um desses manuais de Economia Doméstica, escrito pelo francês Michaux (1895), para dar suporte às aulas de Economia Doméstica ensinadas nas *Écoles Ménagères* da Europa, é possível observar a divisão de funções determinada por cada componente da família. A mulher era vista como uma extensão do homem e, para o desenvolvimento de uma sociedade moderna, que exaltava o trabalho, era necessária sua preparação educacional especial para influenciar hábitos e caráter do marido. A contribuição social e o papel da mulher era o da propagação de hábitos morais, para evitar maridos bêbados e crianças desobedientes, promovendo o bem-estar ao homem trabalhador (MICHAX, 1895, p. 28, 30). Fica claro o uso da mulher como veículo para que os homens encontrassem em seus lares um refúgio agradável depois de um dia de trabalho. Dessa forma, eles desfrutariam um ambiente limpo e adequado ao repouso físico e mental, auxiliando-os para uma nova jornada e evitando descontentamentos.

Na América do Sul, uma argentina chamada Cecília Grierson, a primeira médica do país em 1889, foi impedida de exercer a cadeira de obstetrícia após ser aprovada em concurso devido à sua condição de mulher. Obstinada pela vontade de lecionar, ela precisou desvendar um meio para que pudesse transmitir seus conhecimentos e ajudar a sociedade feminina e foi através do caminho do ensino técnico que encontrou essa possibilidade. Em resposta a esse fato, ela foi então estimulada a fundar a *Sociedad de Educación Doméstica* juntamente com a escola prática de economia doméstica, que chamou de *Escuela técnica del hogar*, ambas em 1902 após uma visita à Europa, onde pôde tomar contato com o modelo de ensino. A Argentina, portanto, conheceu suas primeiras escolas profissionais femininas a partir da história de Cecília Grierson, quando suas dificuldades em exercer a docência na educação de nível superior não a impediram de levar a frente seu projeto de lecionar e foi o que a motivou a criar escolas técnicas voltadas para a educação feminina (LOPEZ, 2019, p.76).

A partir dos modelos de educação feminina argentino e europeu, a formação de Economia Doméstica instalada no Brasil na Escola Profissional Feminina da Capital em São Paulo com sua inauguração em setembro de 1911, quando recebeu cursos de arte culinária e outros ramos da economia doméstica. Nos anos 1920, ocorreram discussões entre diretores acerca dos objetivos dos saberes domésticos oferecidos pela escola. Eram cursos voltados para o ambiente privado e as intenções femininas que se refletiam no número de matrículas, eram maiores em especializações cuja formação lhes proporcionaria trabalhar fora do lar (Relatório do Diretor da Escola Profissional Feminina de 1922 apud SALVETTI, 2011). Entretanto a escola ganhou um prédio novo e uma expansão em sua área em 1930, possibilitando a revisão do currículo e reforçando os conceitos da Economia Doméstica que coincidiam com os ideais de formação de nação brasileira de Getúlio Vargas. Novas disciplinas começaram a ser oferecidas com esse enfoque em uma formação profissional feminina que atuasse como suporte ao lar e à família.

Em 1935 o diretor desta escola, Horácio Augusto da Silveira, elaborou o Programa de Educação Doméstica adotado nas Escolas Profissionais Secundárias Femininas e Mistas, instituindo o curso de maneira oficial a ser oferecido às meninas do curso vocacional e de aperfeiçoamento para professoras do ensino profissional (SILVEIRA, 1935, p.233). Em 1939, com o nome de Instituto Profissional Feminino, a escola passou a

oferecer de maneira pioneira no país o curso de Dietética e Auxiliares de Alimentação, na busca de acabar com a subnutrição e atuarem em refeitórios para uma alimentação mais saudável do brasileiro (CARVALHO, 2013, p.1) e em 1940 o curso de enfermagem, derivando de cuidados com a saúde também relacionados ao curso de Economia Doméstica.

Apesar de parecer obsoleto, o curso de Economia Doméstica existe até os dias de hoje, com um caráter voltado ao social e de estímulo à qualidade de vida da população. Atualmente no Brasil são oferecidos como graduação em cinco Universidades Federais e uma Estadual. Ao observar manuais que embasavam esse curso em seus primórdios é possível identificar disciplinas que derivaram ou deram suporte ao desenvolvimento de outras profissões como é o exemplo de auxiliares de alimentação e dietética. Na linha da arquitetura a busca pela transformação e pelo conhecimento científico dentro dessa área fez emergir mulheres que demonstraram que suas capacidades não se encerravam na escolha do tema decorativo de suas residências. Ainda que muitas tivessem seu trabalho encobertos pelo de arquitetos, algumas delas desenvolveram o ramo da Economia Doméstica e contribuíram para a nova forma de pensar a arquitetura.

Disciplinas oferecidas e o cuidado com a casa

A partir de um texto intitulado “Finalidade da Educação Feminina”, escrito pelo diretor da Escola Profissional Masculina no Anuário do Ensino do Estado de São Paulo de 1920, é possível compreender o que era esperado das meninas que cursavam Economia Doméstica. Ele descreveu como as disciplinas contribuíram para o bom desempenho daquelas que ele chama de “rainhas do lar”. O intuito do texto era direcionar o ensino da Escola Profissional Feminina para que prevalecessem os cuidados com a família e com o lar em primeiro plano em detrimento de cursos profissionais direcionados ao trabalho em fábricas e ateliês, evidenciando que o papel da mulher na sociedade se encerraria no ambiente privado.

Existiam muitas disciplinas oferecidas no curso de economia doméstica. Na escola da capital, Gonzaga (1920) sugeriu dividi-las em três áreas, a saber: cozinha (ou química alimentar), higiene infantil e os cuidados com a casa. A economia estava presente em aspectos relacionados à moderação no consumo, com direcionamentos sobre reaproveitamento de materiais de uso cotidiano como por exemplo restos de alimen-

tos, ossos para o uso no fortalecimento da alimentação dos filhos, gorduras para a produção de sabão. As disciplinas de costura ensinavam a aproveitar retalhos e a fazer remendos e serzir peças, evitando assim a necessidade de comprar novas roupas (GONZAGA, in Anuário do Ensino do Estado de São Paulo 1920).

Na cozinha elas aprendiam a preparar dietas balanceadas ao marido trabalhador e aos filhos. A puericultura preparava a mulher para o cuidado com crianças, em dispensários criados em escolas técnicas eram comuns concursos de robustez infantil. Faziam uso do conhecimento de química, tanto para elaboração e uma alimentação adequada, na química alimentar, quanto para a limpeza correta de tecidos e utensílios domésticos. A importância do curso estava também em tornar a mulher uma propagadora de bons hábitos de higiene, principalmente em um contexto de epidemias com crises sanitárias vivenciadas por diversas cidades no final do século XIX.

Dentro do lar era esperado que a mulher tivesse cuidados com a casa de maneira a prepará-la da melhor forma para a hora da chegada do marido após um dia de trabalho exaustivo. O trecho a seguir ilustra como o ambiente deveria estar acolhedor para agradar ao homem:

(...)O trabalhador chega à casa; o chão brilha; a todos que a mobília bem limpa; a mesa coberta com uma toalha bem alva, de pano de saco, onde é a esposa abriu uma franja bem larga, desfiando, fazendo caprichosas aranhas. Sobre a mesa, uma garrafa envolvida em papel amassado, de cor alegre, apertada ao meio, com um cordãozinho, garrafa essa que agora é uma jarra japonesa, ostenta uma rosa, algumas flores, uns galhinhos verdes. Na parede, uns cromos. Por volta a parte, a ordem e o asseio. A esposa, trajando um vestido limpo, os filhos penteados, tudo indicando o asseio e o capricho, que só a mão da mulher sabe dar. O homem repara, gosta e deixa-se ficar. Sente-se bem; agrada a esposa; ralha daquele luxo (...) no íntimo de seu coração, agradece aquele desvelo. (GONZAGA, in Anuário do Ensino do Estado de São Paulo 1920, p:390)

Anos mais tarde, após a construção do edifício monumento para a Escola Profissional Feminina em 1930, o espaço foi suficiente para acolher um programa de economia doméstica mais completo. O diretor Horácio Augusto da Silveira desenvolveu em 1935 um documento com disciplinas voltadas para a higiene, química alimentar, cozinha dietética, puericultura e dentre elas, a disciplina de "Arranjos da Casa" cuja finalidade ia de encontro ao trecho acima descrito por Gonzaga (1920), ou seja, agradar o esperado marido ao final

de cada dia de trabalho. Pela descrição, as meninas seriam ensinadas a elaborar e manter o ambiente agradável com enfeites e quadros, plantas e cortinas e móveis adequados a cada dependência do lar (SILVEIRA, 1935, p. 244).

Essas visões masculinas demonstram um entendimento de que elas teriam limitações essencialmente decorativas, afastando o envolvimento da mulher na disposição do espaço. Segundo esses documentos elas não interagiam com arquitetos ou opinavam sobre a melhor disposição de ambientes em um nível de projeto residencial. Um exemplo desse pensamento é o Manifesto e programa da Bauhaus de Weimar, expresso por seu fundador Walter Gropius. A escola conhecida por suas propostas de vanguarda não permitia o acesso de mulheres na arquitetura porque elas possuíam limitações biológicas, ou seja, somente eram física e geneticamente qualificadas para artes que envolviam duas dimensões como como bordados, tapeçarias, quadros. Apenas a oficina de tecelagem, considerada como artesanato ou feminino e visto como arte inferior, pode ser conduzida por uma mulher, Gunta Stolzl (MOURA, 2020, p.51). A opinião feminina sobre o projeto mesmo que fosse de sua própria casa, onde passaria a maior parte do tempo, ainda era algo pouco ou nada considerado.

No Brasil Carmen Portinho começou a atuar na engenharia nos anos 1920, mas enfrentou grandes dificuldades na carreira por ser mulher. Era um trabalho de pouca visibilidade já que a realidade dos cursos oferecidos para elas desenvolvia-se no âmbito dos ofícios e técnicas domésticas, ainda com pouca relação com o espaço tridimensional. Em 1948 a professora do Instituto Profissional Feminino Maria Vitoria de Freitas relatou a falta de material didático e resolveu organizar suas aulas através do livro "Artes e Ofícios Femininos-Tecnologia", trazendo capítulos sobre artes, tecelagem, desenho, corte e costura, bordado e rendas, flores e chapéus. Eram assuntos relacionados ao objeto e ao lar sem uma visão espacial ou relacionados à arquitetura, mas que demonstram uma busca por especialização e organização científica para a formação feminina, conforme propõe:

Conhecendo arte culinária, puericultura, higiene, enfermagem, prendas e serviços domésticos, ao mesmo tempo em que adquire um ofício, uma profissão ou se adentra no campo das letras ou das artes, a mulher se torna mais forte e capaz. É por isso que nas Escolas Industriais esse ensino (economia doméstica) é obrigatório em todo o currículo. (FREITAS, 1948, p.780)

Além de abrir caminhos para o universo científico, a Economia Doméstica na visão feminina começava a ser direcionada para outras possibilidades, dentre elas a de articulação do espaço de forma racional.

O “arranjo” da casa na Economia Doméstica sob o ponto de vista feminino

A análise do conteúdo de Manuais de Economia Doméstica do final do século XIX e início do século XXI evidencia que aqueles escritos por mulheres, em muitos casos buscavam aprofundar sobre a implantação de ambientes, indo além dos costumeiros direcionamentos voltados à manutenção do lar. No livro *La Future Ménagère* escrito por Wirth (1892) foram formuladas soluções críticas no que diz respeito à disposição de elementos na casa, com capítulo sobre a instalação de um lar e outro sobre sua distribuição interior. Diferentemente do manual escrito por Michaux (1895), cujo conteúdo relacionado à mobília em ambientes da casa não vai além dos métodos de limpeza, Wirth recomenda o diálogo da mulher com o arquiteto nos casos de construção da casa, para que fique claro o estilo desejado por ela, que deverá ter seus interesses atendidos, sempre tendo em mente a economia. Ela compreendia que algumas questões técnicas e legais deveriam ser tratadas pelo arquiteto, mas ressaltou a importância de a mulher acompanhar pessoalmente a instalação de portas, janelas, mobília, supervisionando a obra (WIRTH, 1892, p.123).

A implantação e disposição da casa, com direcionamentos sobre a escolha de lugares altos no campo e com ruas largas e arejadas na cidade, era reflexo da preocupação sanitarista daquele momento, que também envolvia a arquitetura. Recomendou como mais saudáveis os ventos a leste e exposições solares a sul e sudeste como mais recomendáveis (França). Wirth (1892) recomendou pisos em parquet em detrimento de ladrilhos, mais frios e faz uma breve descrição sobre a localização ideal dos cômodos e como estariam distribuídos em um sobrado:

O térreo é normalmente constituído por uma cozinha com escritório e três ou quatro divisões, consoante a casa seja mais ou menos grande. Um destes cômodos serve de sala de jantar, outro de sala de estar, um terceiro, se necessário, de escritório ou escritório para o dono da casa; a quarta, por fim, é uma pequena sala de visitas, onde a dona de casa costuma ficar para colocar seus negócios em ordem. É onde seus livros de contabilidade, sua mesa de trabalho, pequena biblioteca, etc. estão localizados; é onde recebe pessoas que vêm falar com ela sobre negócios, se ela for dona



de uma fazenda. No primeiro andar encontram-se os quartos com os respectivos sanitários, um quarto de hóspedes. No andar superior estão os quartos dos empregados, a lavanderia e o sótão. (WIRTH, 1892, p:131, tradução nossa).

E continuou seu texto com recomendações detalhadas sobre materiais de acabamento e móveis indicados a cada ambiente e como deveriam estar dispostos, sem deixar de lado os conceitos de economia doméstica: *mobílie sua casa de acordo com os requisitos de sua posição, mas nunca exceda seus recursos por vaidade* (WIRTH, 1892, p.132, tradução nossa). Wirth (1892) ainda advertiu que antes de escolher o mobiliário, a mulher deveria traçar uma planta para buscar mais harmonia, segurança e bom gosto. Os direcionamentos da autora para os cuidados com o lar demonstram uma maior autonomia e poder de decisão não apenas sobre as tarefas cotidianas do ambiente doméstico, mas também sobre a arquitetura daquele que era o seu "reino". O conteúdo do programa de Economia Doméstica nesse caso envolvia uma compreensão do espaço tridimensional e dos fenômenos físicos, como ventilação e iluminação a serem considerados na implantação de uma edificação.

Nos Estados Unidos, já se discutia como a mulher poderia fazer da casa instrumento para garantir a saúde, o prazer doméstico e para o sucesso de sua família. Em 1869 Harriet Beecher Stowe e sua irmã Catherine Beecher, uma professora de um seminário feminino escreveram o manual "*The American Woman's Home*" o qual foi ilustrado com plantas com propostas de economia de tempo de trabalho e de despesas não apenas na construção, mas também em móveis e arranjos. Trata-se de um livro com tom religioso, o capítulo de interesse é intitulado "*A Casa Cristã*", somado a isso as autoras também demonstraram preocupação em contribuir com a economia na formação da sociedade americana.

Beecher (1869) refletiu sobre os ambientes de trabalho da casa e a lógica da disposição de cada elemento. A cozinha que propôs foi disposta de maneira a separar funções, a área de preparo e lavagem dos alimentos da área de uso do fogão, criando uma sala do fogão, gerador de muita fumaça, que seria contida através de porta de correr e uma antecâmara. Além disso, sugeriu que todos os ingredientes estivessem próximos e localizados em armários para economizar tempo com distâncias ao reunir os materiais necessários para cozinhar, em geral espalhados principalmente em casas maiores (BEECHER, 1869, p.34)

(...) na maioria das casas grandes, os móveis de apoio, os materiais e utensílios de cozinha, a pia e o refeitório estão a distâncias tão grandes que metade do tempo e da força são empregados para andar para frente e para trás para coletar e devolver os artigos usados. (BEECHER, 1869, p.34, tradução nossa)

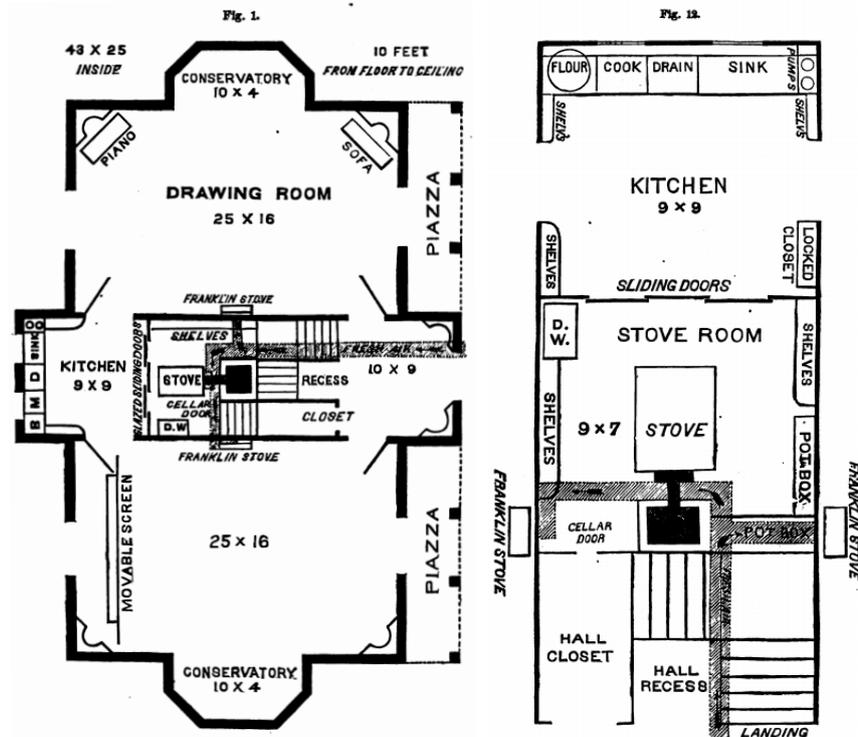


Figura 1
Sugestão de uma planta residencial
Fonte: BEECHER, 1869, p.26 e 33

Christine Frederick foi outra professora norte-americana, especializada em Economia Doméstica capaz de enxergar o trabalho no lar sob o ponto de vista taylorista. A preocupação americana com a economia se estendia aos lares e o trabalho feminino passava a ser quantificado para a análise da eficiência de movimentos praticados diariamente para manutenção da casa, de forma semelhante à que Frederick Taylor adotou em fábricas. Após casar-se com um executivo interessado em teorias de administração científica, Christine mudou-se para New York e fundou um laboratório para experimentos tayloristas em sua própria casa. Para ilustrar o posicionamento ideal de equipamentos em planta, Frederick enumerou as etapas dos processos de trabalho. Portanto a importância dessa disposição seria a de evitar que circulações se cruzassem, colocando os equipamentos na ordem em que eles seriam utilizados no processo de limpeza das roupas. Essa disposição evitaria que roupas sujas ficassem próximas ao local de passar ou engomar (FREDERICK, 1923, p.222).

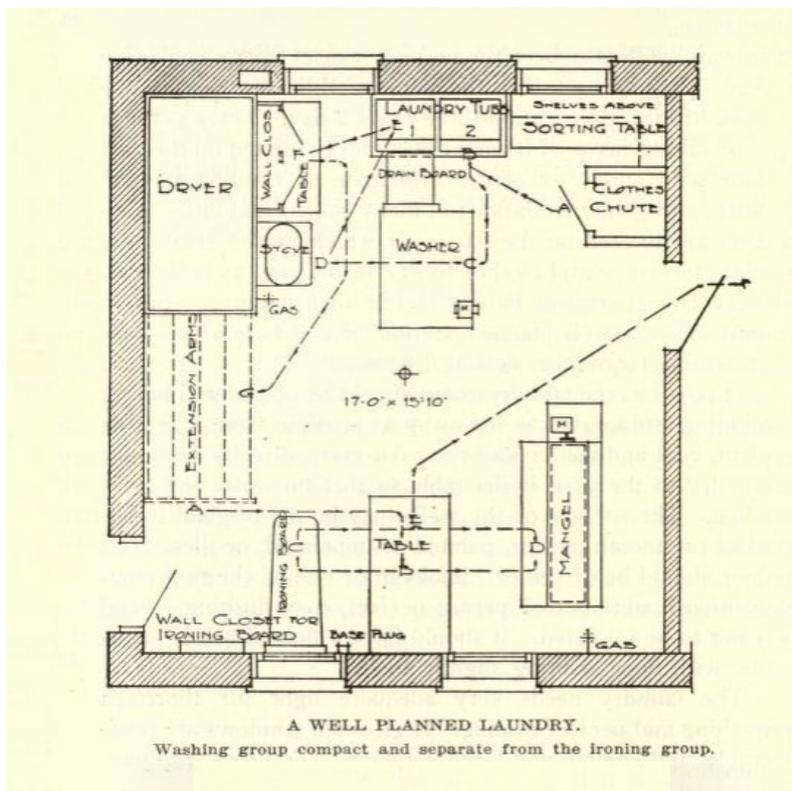


Figura 2

Espaço racionalizado para uma área de serviço

Fonte: (FREDERICK, 1923, p.222)

No que diz respeito à cozinha, ela estabeleceu o mesmo método, primeiramente entendeu as etapas de preparação dos alimentos e como cada atividade está articulada até que o último prato seja lavado e guardado. Em um segundo momento, Frederick associou e agrupou equipamentos de acordo com cada ação e na mesma sequência em que o trabalho é realizado. Nas plantas a seguir Frederick (1923) projetou duas cozinhas com o layout de equipamentos e a circulação relativa ao preparo do alimento (A) e outra à limpeza e guarda dos utensílios (B). Na primeira planta, as circulações se cruzam diversas vezes, móveis de apoio distantes do fogão, e de armários. Na segunda planta foi feito um rearranjo de móveis e utensílios, com circulações sistematizadas, como uma linha de produção fabril. Nela a circulação de preparo de alimentos (A) e a guarda de utensílios (B) não se cruzam e essas ações ficam setorizadas na planta.

A partir de seus estudos, Frederick passou a denominar a Economia Doméstica de Engenharia Doméstica com o estudo aprofundado das tarefas do lar a partir de investigações em plantas, alturas adequadas para as superfícies de trabalho através de experimentos científicos. Em sua cozinha-laboratório

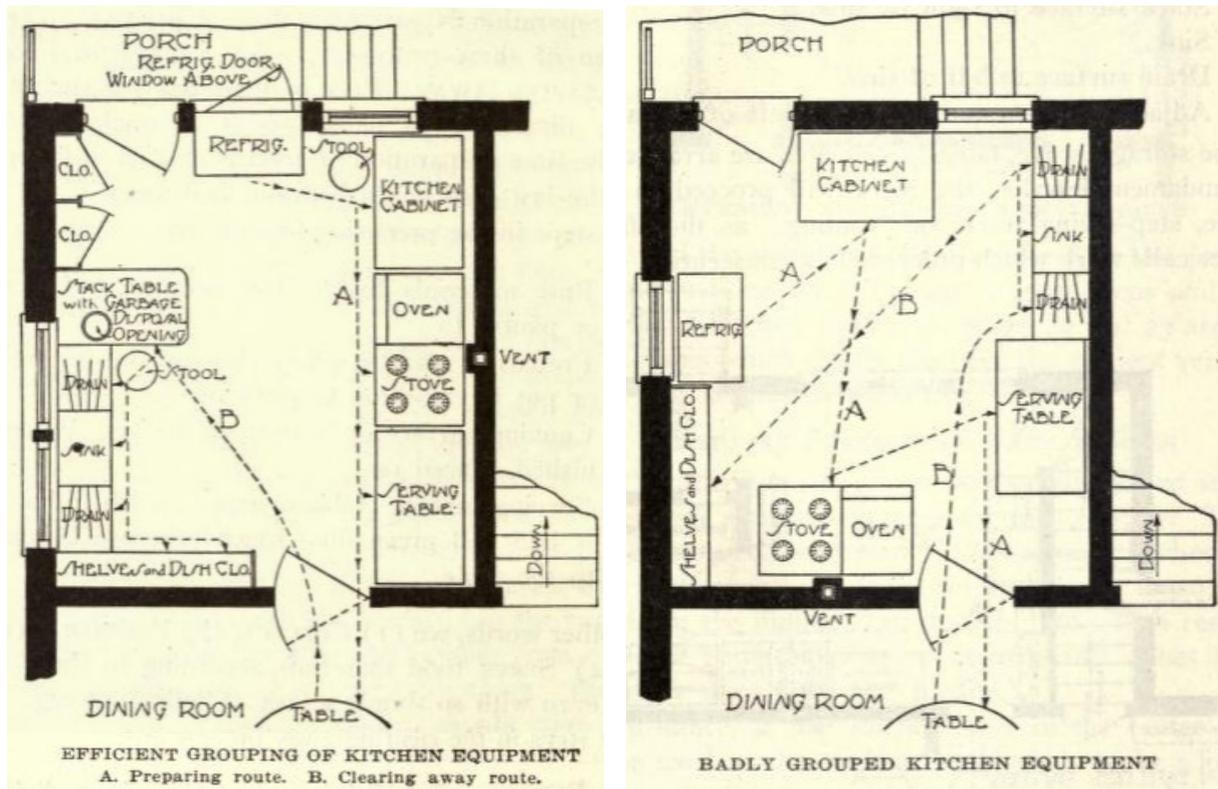


Figura 3
Agrupamento de equipamentos desarranjado X eficiente em uma cozinha
Fonte: (FREDERICK, 1923, p.22, 23)

ela tomou uma atividade, como preparar uma torta, e mediu a diferença de passos entre a cozinha não funcional e uma cozinha funcional, remodelada por ela. Dessa forma, estudou o posicionamento mais assertivo de móveis e eletrodomésticos a partir de experimentos. Frederick (1923) aconselhou que o posicionamento de pia, fogão e armários não fosse deixado totalmente a cargo do arquiteto para evitar que os equipamentos fossem simplesmente posicionados no espaço que sobra entre portas e janelas (FREDERICK, 1923, p:222).

Na Europa, um nome que parece ter caído no esquecimento é o de Paulette Bernège, uma professora e jornalista francesa, que se encantou com o método desenvolvido por Christine Frederick e com as teorias tayloristas, efervescentes no pós-guerra. Graduada em letras e pós-graduada em filosofia, teceu críticas às condições de trabalho doméstico femininas e dedicou sua vida à pesquisa e ao reconhecimento da igualdade em relação ao trabalho masculino. Em 1923, Bernège encabeçava a Revista "Mon Chez moi", cujas discussões apontavam para o taylorismo doméstico da dona de casa americana com adaptações à realidade francesa (DUMONT, 2012, p.56).

O Método Bernège enxergou “trabalho doméstico” como um negócio, que envolve tempo e mão de obra de uma considerável parcela da população. Ela separou as atividades como lavar, passar, cozinhar, contou passos e ações, cronometrou fases, mediu distâncias e chegou a números surpreendentes. A perda de tempo estimada para instalações precárias seria de cerca de duas horas por dia, por dona de casa com vida laboral de quarenta anos. Considerando todas as famílias francesas, Bernège estimou 7,3 bilhões de horas perdidas ao ano, o que equivaleria em números à riqueza da França. Os cálculos comparativos dos recursos familiares com a economia nacional chamaram atenção para a importância de se pensar melhor o ambiente doméstico e atribuíram significado ao trabalho da mulher dentro de casa comparando-o com qualquer outra profissão (DUMONT, 2012, p.57). Traduzindo esses números em atuais (Janeiro/ 2020), nos deparamos com uma pesquisa recente da Oxfam que chegou ao número de 12,5 bilhões de horas dedicadas ao serviço doméstico não remunerado por mulheres e meninas ao redor do mundo, um valor de US\$ 10,8 trilhões por ano na economia global ou três vezes o valor gerado pela indústria tecnológica mundial.

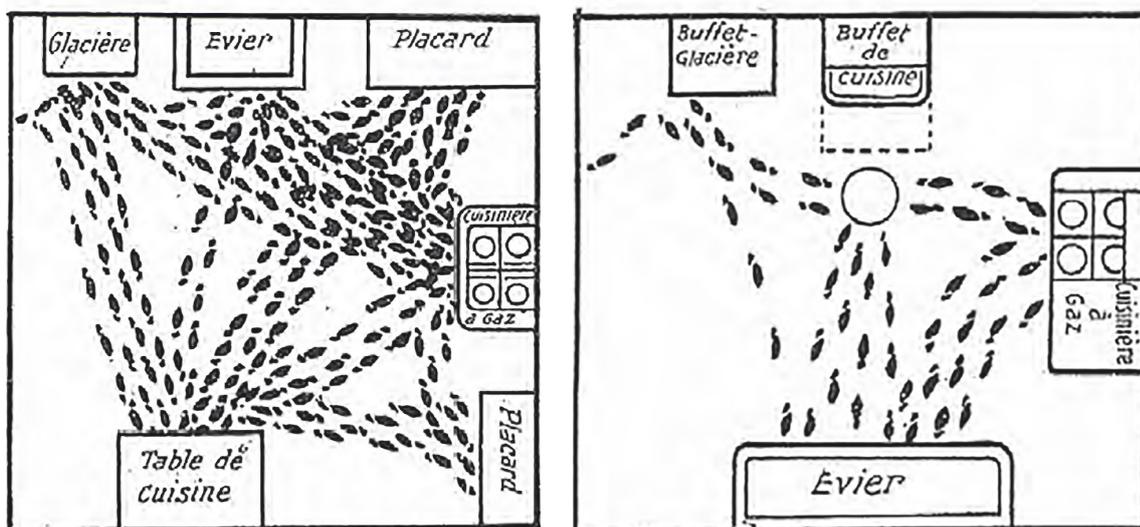


Figura 4

Esquema Taylorista de análise de quantidade de passos em uma disposição de cozinha normal e de cozinha racionalizada

Fonte: BERNEGE In ROCHER, p.25

Com o título *Si les femmes font les maisons* Bernège refletiu como as casas seriam se fossem projetadas por mulheres e usou comparações para evidenciar dificuldades cotidianas com o espaço da casa. Em um momento de reconstrução da Europa pós-guerra e da mulher que começava a trabalhar fora, a discussão sobre o espaço era oportuna. Basta de distân-

cias “vampíricas” entre ambientes que deveriam ser contíguos ou se conectarem, protestava, as rotas no interior das casas poderiam ser reduzidas e mais bem pensadas. Com a distância de 8m entre sua cozinha e sua sala de jantar ela percorreria a pé de Paris até o lago Baikal em 40 anos, ou, ao subir uma escada 5 vezes ao dia nos mesmos 40 anos, demandaria uma energia equivalente a levantar os 9 milhões de quilos da Torre Eiffel a uma altura de 2,30m do piso.

Os materiais de construção a serem utilizados também deveriam ser mais práticos, evitando aqueles que são frágeis e exaustivos de limpar, como metais que devem ser polidos ou que são abrasáveis, grandes áreas de janelas, pisos que precisam ser encerados. A

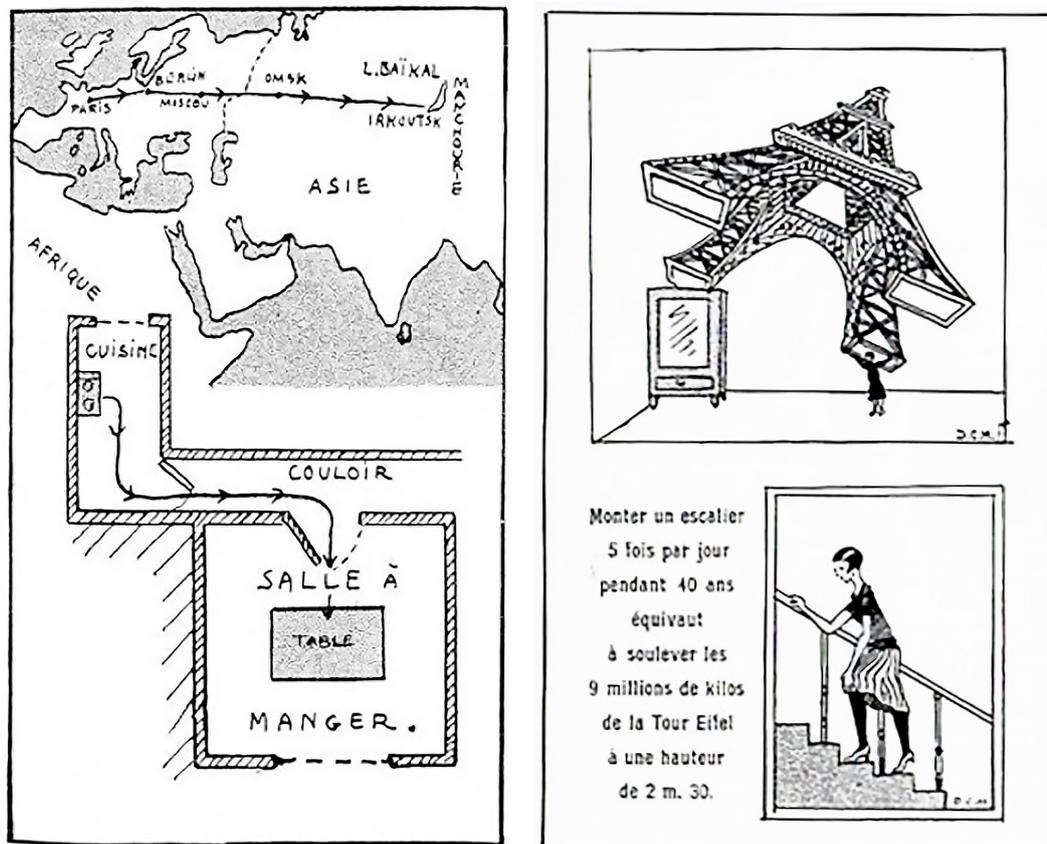


Figura 5
Análise de esforços no cotidiano doméstico
Fonte: *Si les femmes font les maisons* (BERNEGE, 1928, p.7, 17)

simplicidade na decoração, evitando uso de cornijas e molduras, acréscimo de áreas desnecessárias a serem espanadas poderiam ser evitadas dando lugar à praticidade na limpeza cotidiana (DUMONT, 2012, p.57). Paulette sugeriu a dominação do espaço pela mulher através da compreensão de altura, comprimento e largura de maneira simples. Ela enxergou o espaço do

trabalho doméstico a partir de uma visão ergonômica e separou essas alturas de atuação em quatro partes: **zona inacessível**, que fica acima do teto; **zona privilegiada**; **zona de trabalho doméstico** (entre a privilegiada e dolorida, considerada por ela entre 0,60 e 1,85m), a altura indicada para os móveis e prateleiras, que permite o alcance de objetos de uso cotidiano e armazenamento; e **zona dolorida**, próxima ao piso, que demanda agachamento (BÉRNEGE, 1935, p. 26).

A seguir, uma mulher com todos os instrumentos de que precisa à mão é apresentada como referência doméstica ao homem vitruviano, onde o círculo formado pelo movimento dos braços estendidos para cima até junto ao tronco delimita o campo ideal de trabalho doméstico. Bernège (1935) indicou dimensões mais favoráveis para a dona de casa e que são determinadas pela escala, ou de maneira simples, o compr-

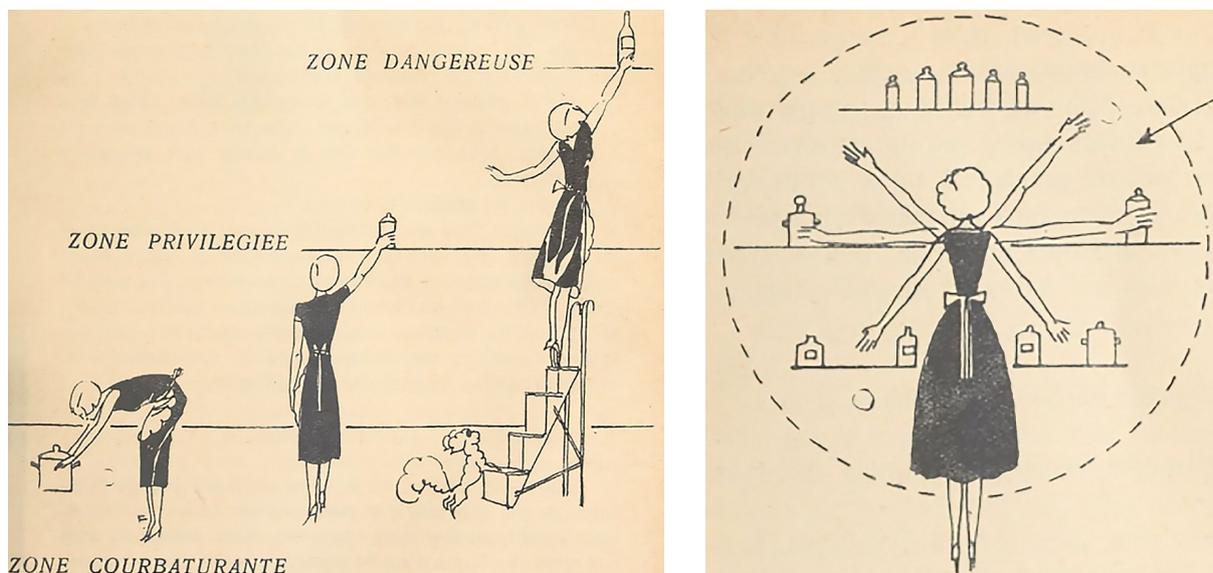


Figura 6

Campo ideal de trabalho

Fonte: BÉRNEGE, 1935, p. 25, 27

mento do braço como referência e propôs que o posicionamento de acessórios de preparação de alimentos e outros elementos estejam dentro desse raio, tendo como base um centro como o fogão, a pia, a máquina de costura, de maneira a evitar o deslocamento para a direita ou esquerda e sem criar tensão corporal para o alcance de objetos.

Como solução para libertar a mulher da “escravidão” do trabalho doméstico, Paulette apontou para os desenvolvedores de eletrodomésticos, arquitetos e designers e para a inteligência de donas de casa, através da formação adequada das mulheres (DUMONT,

2012, p.58). No ano de 1930 ela fundou uma Escola de Ensino Superior Doméstico, mas não foi aprovado pelo governo seu projeto de criar uma escola de artes domésticas para meninos.

A austríaca Margarete Scütte-Lihotzky pôde contribuir enquanto arquiteta através de estudo espacial em larga escala dentro dos princípios de eficiência e economia no ambiente doméstico. Em 1926 ela foi chamada pelo arquiteto Ernst May para trabalhar em projeto de conjunto habitacional para o qual desenvolveu uma cozinha de 1,90X3,40m, a Cozinha de Frankfurt, otimizando espaço e mobiliário em uma cozinha que seria compacta e com viabilidade de reprodução em série. Lihotzky aperfeiçoou e racionalizou o espaço da cozinha através de um projeto que reduzia movimentos, aproveitava o espaço e evitava móveis volumosos para garantir conforto no trabalho doméstico dentro do espaço mínimo.

A cozinha de Frankfurt representa um momento de reconstrução da Europa pós-guerra em que as mulheres começaram a assumir maiores demandas de trabalho fora do ambiente doméstico. A economia doméstica passava a ser uma questão de economia nacional, abraçando juntamente o interesse das donas de casa pela redução de trabalho, juntamente com a criação de eletrodomésticos que surgiam para auxiliar nessa empreitada. Assim como as cozinhas-laboratório desenvolvidas por Christine Frederick e Paulette Bernège, a Cozinha de Frankfurt foi um projeto desenvolvido a partir do cuidadoso estudo de eficiência e que pôde ser reproduzido em cerca de 10 mil unidades. Era o embrião da cozinha planejada e da produção em série que despertava no design uma maneira de massificação do consumo.

A economia doméstica e a máquina de morar

Nos anos 1920 a Economia Doméstica foi estimulada pela oportunidade de disseminação e de venda dos aparelhos que ajudariam a dona de casa. Além das revistas e manuais, o tema ganhou instituições, exposições e congressos para discussão. Com o intuito de incentivar inventores de eletrodomésticos para impulsionar o setor industrial foram criados os Salões de Eletrodomésticos na França. Assim como a máquina libertou o trabalhador fabril de grandes esforços, agora era a vez da mecanização ajudar as donas de casa em suas diversas tarefas domésticas, permitindo mais tempo com os filhos, o marido e até para o trabalho externo.



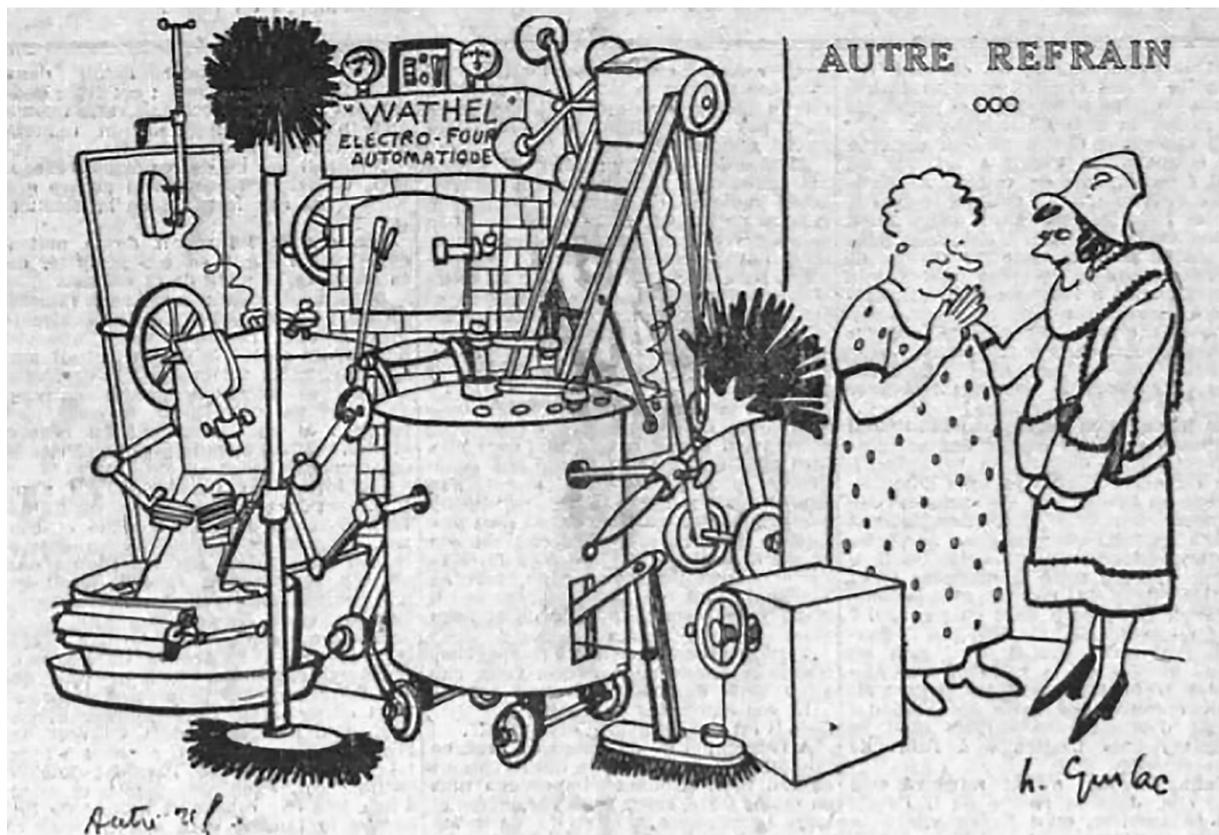


Figura 6

Charge dos *Salon des Arts Ménagers*

"O seu marido comprou tudo isso para você no "Arts Ménagers"? Como te invejo por não depender mais de empregados! Sim, mas agora estamos procurando mecânicos"

Fonte: (Henri GUIILLAC. 1927. DUBAIL, 2020, p. 6, tradução nossa)

O Grand Palais de Paris recebeu o *Salon des Arts Ménagers* entre 1926 e 1960, quando artigos domésticos eram apresentados por seções cujo alcance envolvia especialmente a classe burguesa. Esses salões ofereciam palestras sobre a preservação de alimentos, higiene de uma residência e prevenção de doenças infantis, composição de refeições e eram palco de discussões sobre o trabalho feminino com as vozes de Paulette Bernège e Louise Weiss.

Bernège sabia da importância do envolvimento de arquitetos nos estudos de Economia Doméstica e teve contato com alguns deles. Ela nomeou o arquiteto e urbanista Alfred Agache vice-presidente do conselho de melhorias de seu Instituto de Organização Doméstica e o convidou a escrever artigo para a revista *Mon Chez Moi* a respeito da questão do trabalho doméstico. Segundo Dumont (2012, p.62), há indícios de que Bernège tenha se encontrado com Le Corbusier e pedido para que ele participasse do *IV Congrès de l'organisation scientifique du travail*, onde foi discutido o relatório em que ele escreveu sobre economia doméstica e construção econômica em 1929. A partir da difusão

de seus estudos, mulheres passaram a ser chamadas na Alemanha e na Bulgária para consultas e aplicação de seus métodos na construção de habitações.

Através do artigo *La Machine a Habiter* escrito em 1926 por Bernège para a revista *Mon chez moi* fica clara a empolgação com a arquitetura racional e livre de ornamentos que vinha sendo produzida por Le Corbusier. Nesse artigo Bernège fez um apelo para que fosse removido dos ambientes tudo o que fosse inútil e atrapalhasse os movimentos, repugnou a manutenção desnecessária e que destrói a ordem, a sobriedade e o sossego. Em uma clara influência pelo movimento moderno, ela indicou que as casas deveriam ser feitas para atender as necessidades humanas sem que sejam sobrecarregadas com confusão causada por coisas desnecessárias, que originam cansaço e prejudicam a economia. Ela incentivou: *tenhamos em casa o que é útil, a beleza estará no que é claro, linhas retas, vigorosas e corajosas; deixemos em casa somente espaço para verdadeira e raras obras de arte* (BERNÈGE, 1926).

Bernège incentivou mulheres à formação de arquiteturas domésticas. Em 1925 ela propôs a criação dessa profissão já que arquitetos modernos dificilmente se preocupariam com as funções realizadas por elas no interior de suas obras. Assim, elas garantiriam a praticidade das instalações que eram propostas. Essa jornalista foi tão envolvida com o tema que chegou a ter participação no CIAM de 1928 com conceitos e direcionamentos a serem seguidos na concepção de espaços domésticos (CARDOSO, 2018). Trata-se de uma voz de alcance que pode ter influenciado arquitetos com seus artigos e livros até Le Corbusier através de consultoria prestada.

Conclusão

Desenvolvido especialmente para as mulheres enquanto gestoras do lar, o curso de Economia Doméstica rumou para diversas vertentes. O conhecimento aprofundado em cozinha, química e preparação de alimentos teve contribuição para a especialização de dietistas e auxiliares de alimentação. Mulheres puderam se aproximar de conceitos de projeto e da arquitetura no início do século XX através de manuais sobre o assunto que demonstravam pela análise de plantas, a disposição mais eficiente para o lar.

Os manuais, artigos e o material relacionado à Economia Doméstica desenvolvidos por mulheres indicam um aprofundamento construtivo maior do que os de-



mais, que em geral direcionavam posturas desejadas e métodos de manutenção da casa. Mesmo sem poder projetar, elas contribuíram com estudos aprofundados sobre a relação com o espaço que bem conheciam, contando passos, separando e cronometrando ações, criando verdadeiros laboratórios com conclusões que comprovam a ineficiência de projetos mal resolvidos. Mais do que isso, elas conseguiram comprovar que o tempo e esforço da mulher ao desenvolver tarefas dentro de casa não é insignificante, mas um desperdício que pode afetar a economia nacional.

Com base em conceitos tayloristas de eficiência, as cozinhas, as lavanderias foram associadas a espaços fabris, com linhas de produção diária em que cada movimento pode ser pensado e articulado adequadamente, desde que a disposição de equipamentos e mobiliário esteja em uma lógica de execução das tarefas. Essas mulheres encontraram na racionalidade do movimento moderno a esperança de melhorar suas condições e reduzir seus esforços cotidianos. Elas evoluíram a Economia Doméstica a um patamar crítico que as colocaram como vozes importantes a serem consideradas por arquitetos do Movimento Moderno.

Referências

BEECHER, Catherine E.; STOWE, Harriet Beecher. *American Woman's Home: a guide to the formation and maintenance of economical, healthful, beautiful, and christian homes*. New York: J.B. Ford And Company, 1869.

BERNÈGE, Paulette. *La machine a habiter. Mon Chez Moi: la revue d'organisation ménagère*. Paris, p. 239-243, 15 nov. 1926.

BERNÈGE, Paulete. *Le ménage simplifié: ou la vie en rose*. Paris: Stock, 1935.

CARDOSO, Florencia Fernandez. *Deux cuisines médiatisées et leur transgression de genre: le cas de Bernège et Hefner*. Livraisons de L>Histoire de L>Architecture, Online, v. 2018, n. 35, p. 99-109, 15 jun. 2020.

CARVALHO, Maria Lúcia Mendes de. *Desvendando raízes e retratos no campo da alimentação e nutrição no Brasil: de Francisco Pompêo do Amaral ao Centro Paula Souza*. 2013. 485 f. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia Agrícola, Unicamp, Campinas, 2013.

CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Gênero e Artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material - são paulo - 1870-1920*. São Paulo: Edusp, 2008.

DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA (São Paulo) (org.). *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*. 1920.

DUBAIL, Caroline. *Un grand Palais pour les arts ménagers (1926-1960): hommage à Jules-Louis Breton*. Les Dossiers Pédagogiques Du Grand Palais, Paris, n. 7, p. 1-29, 2020. Disponível em: https://www.grandpalais.fr/pdf/DP_SAM_Au_GrandPalais.pdf. Acesso em: 07 fev. 2021.

DUMONT, Marie-Jeanne. *Si les femmes font les maisons: la croisade de Paulette Bernège*. Criticat, Paris, n. 10, p. 55-63, 2012. Disponível em: <https://issuu.com/criticat/docs/criticat10>. Acesso em: 07 fev. 2021.

FREDERICK, Christine. *Household Engineering*. Chicago. American School of Home Economics, 1923.

FREITAS, Maria Vitorino de. *Tecnologia: Artes e Ofícios Femininos*. São Paulo, 1948.

HENDERSON, Susan. Margarete Schütte-Lihotzky (1897-2000). *The Architectural Review*, [s. l], p. 1-2, 27 jun. 2015.

LOPEZ, Guillermo. Cecilia Grierson. *Escuelas técnicas del hogar. La ciencia doméstica como profesionalización temprana de las mujeres*. Congreso - Memorias 2019, Buenos Aires, p. 75-79, jan. 2019.

MICHAUX, Edouard. *Les écoles ménagères: leur utilité pour améliorer le sort des travailleurs et combattre le collectisme leur programme travail suivi d'une méthode facile et complète de comptabilité domestique*. Paris, Librairie Guillaumin et Cie, 1895.

MOURA, Lígia Carolina Silva. *O papel da mulher no suplemento feminino entre 1945 e 1964*. 2020. 1 v. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

SALVETTI, Xenia Miranda. *Imprensa e Publicidade em São Paulo dos Anos 20: cotidiano das mulheres pobres*. 2011. 371 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SILVEIRA, Horácio Augusto da. *O Ensino Técnico-Profissional e Doméstico em São Paulo*. Empr. Grafica da Revista dos Tribunais, em 1935.

WIRTH, Ernestine. *La Future Ménagère: lectures et leçons sur l'école domestique, la science du ménage, la hygiène, les qualités et les connaissances nécessaires a une maitresse de maison*. 6. ed. Paris: Librairie Hachette Et Cie, 1892.

Os projetos do arquiteto Rino Levi para o Centro Cívico da Cidade Universitária Armando Salles Oliveira em São Paulo

Bruno Rossi, Ana Maria Reis de Goes Monteiro

ROSSI, Bruno; MONTEIRO, Ana Maria Reis de Goes. Os projetos do arquiteto Rino Levi para o Centro Cívico da Cidade Universitária Armando Salles Oliveira em São Paulo. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 64-80, out. 2022

data de submissão: 19/07/2021
data de aceite: 22/09/2021

Bruno ROSSI, Universidade Estadual de Campinas; arq.bruno-rossi@gmail.com

Ana Maria Reis de Goes MONTEIRO é Doutora pela Universidade Estadual de Campinas; anagoes@fec.unicamp.br

Resumo

A idealização das universidades públicas e a realização de suas cidades universitárias representam, em certa medida, a história da construção e desenvolvimento de uma sociedade. Desde a sua formação a Universidade de São Paulo se desenvolveu em paralelo ao avanço teórico e prático do urbanismo da cidade e do estado de São Paulo, ao mesmo tempo que acompanhou e impulsionou as discussões sobre arquitetura, ensino e desenvolvimento público no Brasil. Com a proposta de arquitetos relevantes no cenário da arquitetura moderna brasileira, tanto para a organização urbana do campus quanto para a arquitetura dos edifícios, a USP construiu um importante legado na história da arquitetura nacional. Neste contexto, este artigo pretende apresentar os projetos desenvolvidos pelo escritório paulista Rino Levi Arquitetos Associados para o chamado Centro Cívico da Cidade Universitária da USP, no começo da década de 1950.

Palavras-chave: Rino Levi. Arquitetura Moderna. Cidade Universitária. Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo.

Abstract

The idealization of public universities and its campus represents, in a way, the history of society's development and construction. Since the beginning, the University of São Paulo has developed in parallel with the advancement of urbanism in the city and the state of São Paulo, while it has stimulated discussions on architecture, teaching and public development in Brazil. With the proposal of relevant architects in the Brazilian modern architecture scenario, both for the urban organization of the campus and for the architecture of the buildings, USP has built an important legacy in the history of national architecture. In this context, this article intends to present the projects developed by the office Rino Levi Arquitetos Associados for the so-called Civic Centre at USP campus, in the early 1950s.

Keywords: Rino Levi. Modern Architecture. University Campus. Architecture and Urbanism. University of São Paulo.

Resumen

La idealización de las universidades públicas y la realización de sus ciudades universitarias representan, en cierta medida, la historia de la construcción y el desarrollo de una sociedad. Desde su formación, la Universidad de São Paulo se ha desarrollado paralelamente al avance teórico y práctico del urbanismo en la ciudad y el estado de São Paulo, al mismo tiempo que ha seguido y estimulado debates sobre arquitectura, enseñanza y desarrollo público en Brasil. Con la propuesta de arquitectos relevantes en el escenario de la arquitectura moderna brasileña, tanto para la organización urbana del campus como para la arquitectura de los edificios, USP ha construido un importante legado en la historia de la arquitectura nacional. En este contexto, este artículo tiene la intención de



presentar los proyectos desarrollados por la oficina de Rino Levi Arquitectos Asociados para el llamado Centro Cívico de la Ciudad Universitaria de la USP, a principios de la década de 1950.

Palabras-clave: Rino Levi. Arquitectura Moderna. Ciudad Universitaria. Arquitectura e Urbanismo. Universidad de São Paulo.

Introdução

No início da década de 1950, aproximadamente quinze anos após a instituição oficial da Universidade de São Paulo e devido aos fomentos econômicos dado às comemorações do IV Centenário da capital paulista, a Cidade Universitária da Universidade de São Paulo - USP, no Butantã, começou a tomar forma com o início de algumas obras e o planejamento de setores e edifícios.

Importantes nomes da arquitetura paulista se tornaram protagonistas, a partir daquela década, da construção deste patrimônio urbanístico e arquitetônico que é o campus Armando Salles Oliveira da USP. De Ícaro de Castro Mello, Oswaldo Brakke e Carlos Millan, à Eduardo Corona, Vilanova Artigas e Paulo Mendes da Rocha, várias são as experiências, construídas ou não, dos principais arquitetos de São Paulo para a Cidade Universitária.

A equipe chefiada pelo arquiteto Rino Levi também participou efetivamente da construção deste legado arquitetônico. Além de um grande complexo para as habitações estudantis (1952) e o centro social (1962) - espaço com restaurante, estação rodoviária, serviço de saúde, cinema e hotel - ambos não construídos, Rino Levi projetou o Centro Cívico, nos primeiros anos da década de 1950.

No projeto, a grande praça da Cidade Universitária de São Paulo era um espaço que representava os anseios da busca do espaço cívico, do encontro, que por um período foi determinante na criação do campus universitário. Por isso, este artigo tem como objetivo apresentar o projeto do arquiteto Rino Levi para o Centro Cívico do campus Armando Salles Oliveira, da Universidade de São Paulo (USP), no Butantã.

O campus da USP

Até a década de 1930 o Brasil não tinha ainda uma estrutura universitária consolidada ou a ideia, como hoje a conhecemos, de universidade. Apenas aventavam-se iniciativas difusas e isoladas de escolas de ensino superior. A partir daquela década, porém, os pensamentos acerca do tema começaram a se aproximar



do imaginário de uma nova elite pensante, erudita e letrada – rica pelo café e educada no exterior.

É verdade que a concentração de escolas ou faculdades num espaço comum, como ideia de campus, já era conhecida na Europa e nos EUA desde o final do século XIX. Era frequente, entre o final do século XIX e início do século XX, na Europa e nos EUA, a instalação de escolas e faculdades fora do tecido urbano consolidado das cidades, alavancando em certa medida o desenvolvimento de regiões menos centrais.

Embora que não estivesse explícita a ideia de uma Cidade Universitária, a lei de criação da Universidade de São Paulo (Lei Estadual n. 6283) já rezava, em 1934, sobre a necessidade de um ambiente universitário que dependeria de um espaço físico comum. No artigo 47 desta Lei, intitulada “Do espírito universitário”, já se imaginavam os meios para a criação de uma interação entre alunos, professores e auxiliares, como também entre as diversas Escolas, Faculdades e Institutos, como se vê:

“Parágrafo único - A aproximação e o convívio dos professores e alunos das diversas Faculdades, Escolas ou Institutos, serão promovidos especialmente: pela proximidade dos edifícios e construção de vilas universitários [...]” (Coleção de leis e Decretos do Estado de SP – 1934, tomo XLIV, p. 37).

A ideia de um campus universitário ganhou força até que, em 1935, o governador do Estado de São Paulo e interventor Armando Salles Oliveira nomeou uma comissão encarregada de estudar a localização da Cidade Universitária, chamada de Comissão da Cidade Universitária (C.C.U.). Segundo XAVIER, 2005 a comissão foi formada por pessoas que representavam os vários interesses da USP e foram nomeadas de acordo também com as participações anteriores na construção de edifícios escolares.¹

Datam do mesmo período diversas discussões e soluções sobre o tema das cidades universitárias na América Latina, como por exemplo para as modernas cidades universitárias da Cidade do México e de Caracas. No Brasil, se destacavam no período a de Recife e do Rio de Janeiro, chamada de Universidade do Brasil, considerada a primeira universidade brasileira.

Apesar das propostas para a cidade universitária da então capital federal brasileira divergissem bastante entre si, foi a partir dos preceitos modernos que ela triunfou. O projeto vencedor para a implantação da Universidade do Brasil, de autoria de Jorge Machado

¹ Formação da CCU: Presidida pelo reitor Reynaldo Porchat, da Faculdade de Direito, era composta pelos professores: Alexandre Albuquerque, da Escola Politécnica, Ernesto de Souza Campos, da Faculdade de Medicina, Ernesto Leme, da Faculdade de Direito, Fernando de Azevedo, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Afrânio do Amaral, do Instituto Butantã e Mário de Andrade, diretor do Departamento Municipal de Cultura.

² “Ville Radieuse (Cidade Radiante) foi um plano urbano não construído de Le Corbusier, apresentado pela primeira vez em 1924 e publicado no livro homônimo em 1933. (...) Embora radical, rigorosa e quase totalitária na sua ordem, simetria e padronização, os princípios propostos por Le Corbusier tiveram extensa influência sobre o planejamento urbano moderno, levando ao desenvolvimento de novas tipologias de habitação de alta densidade.

³ Ernesto de Souza Campos (1882-1970), médico, foi um dos fundadores da Universidade de São Paulo, diretor da Faculdade de Medicina da USP e ministro da Educação e Saúde Pública do governo de Eurico Gaspar Dutra, em 1946.

⁴ Faculdades de Medicina, Direito e Escola Politécnica.

Moreira, destacava o modelo modernista que foi protagonista em várias intervenções e projetos urbanos no Brasil. Os edifícios isolados situados em meio a um grande espaço livre arborizado, cortado por vias de automóveis e pedestres e divididos por funções repetia os dogmas da Villa Radieuse² de Le Corbusier, que virou uma espécie de guia para os projetos urbanos no Brasil.

Este conceito, enraizado nas premissas das intervenções urbanas no Brasil influenciou também a decisão para as diretrizes da busca do terreno para a implantação da cidade universitária em São Paulo. A ideia para a localização da Cidade Universitária da USP, defendida por Souza Campos³, em nome da C.C.U., englobava uma enorme área localizada entre o centro médico do Araçá e o Instituto Butantã.

As discussões seguiram entre a área mais perto da Faculdade de Medicina e a do Butantã, entretanto devido às iminentes dificuldades das desapropriações da opção mais central foi definido o terreno da antiga Fazenda Butantã como local apropriado para o novo campus da USP, deixando de fora as três faculdades mais velhas e maiores da Capital.⁴

Em 1941, após o golpe do Estado Novo em 1937, o interventor Fernando Costa baixou o decreto-lei que

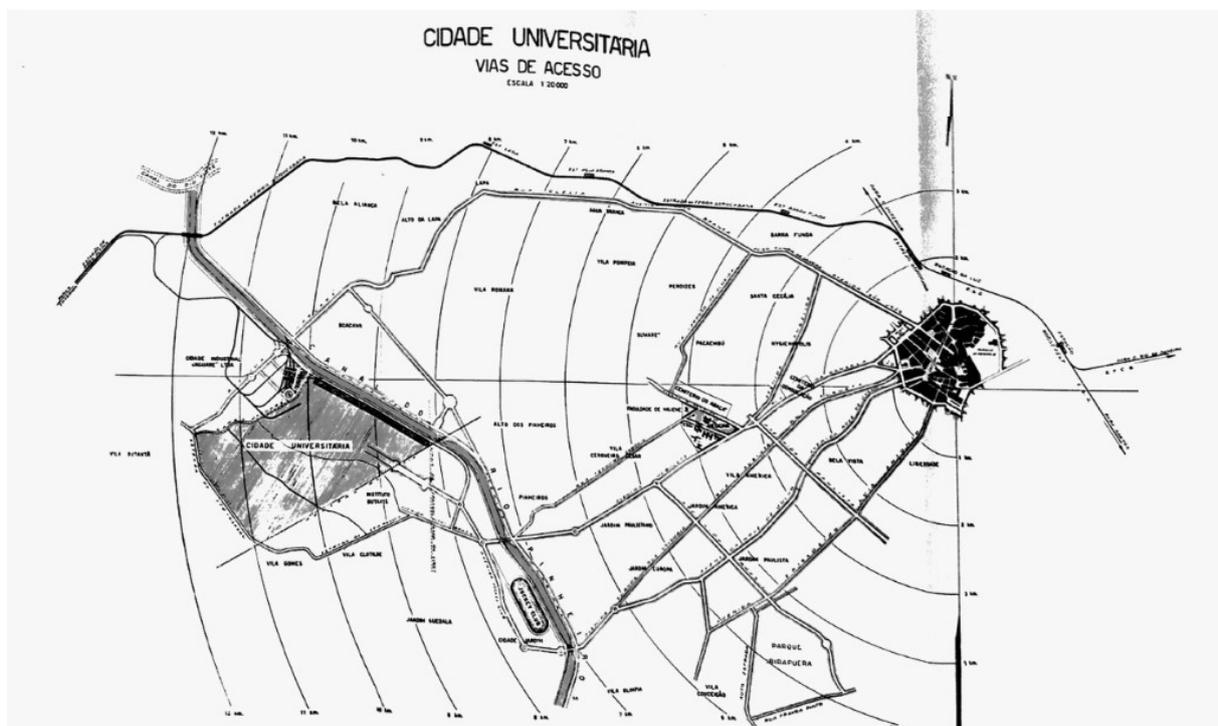


Figura 1
Mapa da cidade de São Paulo com a localização da Cidade Universitária
Fonte: CAMPOS, 1954

designava a área da antiga Fazenda Butantã para a construção da Cidade Universitária, “compreendida entre a linha adutora de Cotia e o ribeirão Jaguaré.” (CAMPOS, 1954, p. 17), como se vê na Figura 1.

Desta proposta surgiu, em março de 1949, o memorial que apresentou o estudo elaborado para o que seria, em linhas gerais, o plano geral de ocupação, projeto e construção da Cidade Universitária da Universidade de São Paulo. As linhas mestras deste plano iniciavam com a sistematização da gleba em setores para conter as atividades idênticas ou afins, contemplando respectivas áreas de expansão.

Além de definir a abertura de uma avenida diagonal e de uma avenida circular para conexão de extremos do campus, talvez a principal diretriz deste plano foi a idealização do traçado de uma grande avenida, chamada de *parkway*, de ingresso no campus com 100 metros de largura e que culminava numa grande praça chamada de Centro Cívico.

Esta grande avenida, monumental, começou a ser construída no início da década de 1950. No seu final, surgiria o Centro Cívico que contaria com o projeto (naquele momento em construção) do edifício da Reitoria, de autoria do arquiteto José Maria da Silva Neves⁵, junto com os edifícios da Biblioteca Central, do Auditório Universitário (Teatro) e da Torre do Relógio, todos projetados pela equipe liderada pelo arquiteto ítalo-brasileiro Rino Levi.

Os projetos encomendados pela Comissão e desenvolvidos por Rino Levi no começo da década de 1950 não eram, contudo, os primeiros projetos do arquiteto e sua equipe para a Universidade de São Paulo. Dez anos antes, ele já havia vencido o concurso e projetado o edifício da Maternidade Universitária para a Faculdade de Medicina da USP, que lhe rendeu o prêmio para Projeto de Uso Público na 1ª Bienal de São Paulo em 1951.

O projeto de Rino Levi para o centro cívico da USP

Protagonista do plano que triunfou para a implantação da Cidade Universitária, o Centro Cívico, ou a “grande praça destinada a conter, em zona privativa e tranquila, a Reitoria, a Biblioteca e Teatro”, como descreveu CAMPOS, 1954, p.111, seria talvez o projeto mais importante da Cidade Universitária. Do ponto de vista simbólico, englobava no seu conceito os principais edifícios administrativos e de uso coletivo do campus.

⁵ Importante ressaltar que Silva Neves era, naquele momento, assistente técnico do engenheiro Ernesto de Souza Campos, presidente da Comissão da Cidade Universitária. Esta comissão também contava com a colaboração dos arquitetos Rino Levi, Roberto Cerqueira Cezar, Ariosto Mila, Ícaro de Castro Mello, Gio Ponti, Plínio Croce, Carlos Millan, Roberto Aflalo, Salvador Candia, entre outros. Muitos destes arquitetos, importantes figuras no cenário da arquitetura moderna brasileira, acabaram realizando estudos e projetos para edifícios e setores da Cidade Universitária, como é o caso de Rino Levi e Cerqueira Cezar, Ícaro de Castro Mello e Carlos Millan, além dos estudos de implantação para as universidades brasileiras realizados por Plínio Croce e pelo italiano Gio Ponti.

O *parkway* contava, além dos seus 100 metros de largura, 1300 metros de extensão, sendo o projeto da maior “e mais bela avenida da América do Sul” (CAMPOS, 1954, p. 111). A imensa avenida, com sua fileira monumental de palmeiras imperiais, encontraria a apoteose justamente no Centro Cívico, constituído por uma grande praça com a forma triangular ao mesmo tempo curvilínea, tendo uma dimensão de aproximadamente 125 mil metros quadrados de superfície.

O Centro Cívico, que estava previsto no plano urbanístico da década de 1940, manteve “a monumentalidade da composição simétrica que alinhava a Torre do Relógio e a Reitoria à continuidade da avenida de acesso, dispendo lateralmente, os edifícios da Biblioteca e do Auditório” (CAMPOS. 1954, p. 111).

No projeto desenhado por Rino Levi, a linha de chegada da avenida de entrada encontraria a Torre num primeiro plano e o prédio da Reitoria ao fundo, com os blocos da Biblioteca Central e Teatro Universitário circundando a grande praça. Naquele momento, o projeto já contava com a colaboração paisagística de Burle Marx para as espécies vegetais e arbóreas, espelho d’água e pavimentação, como se vê na Figura 2.

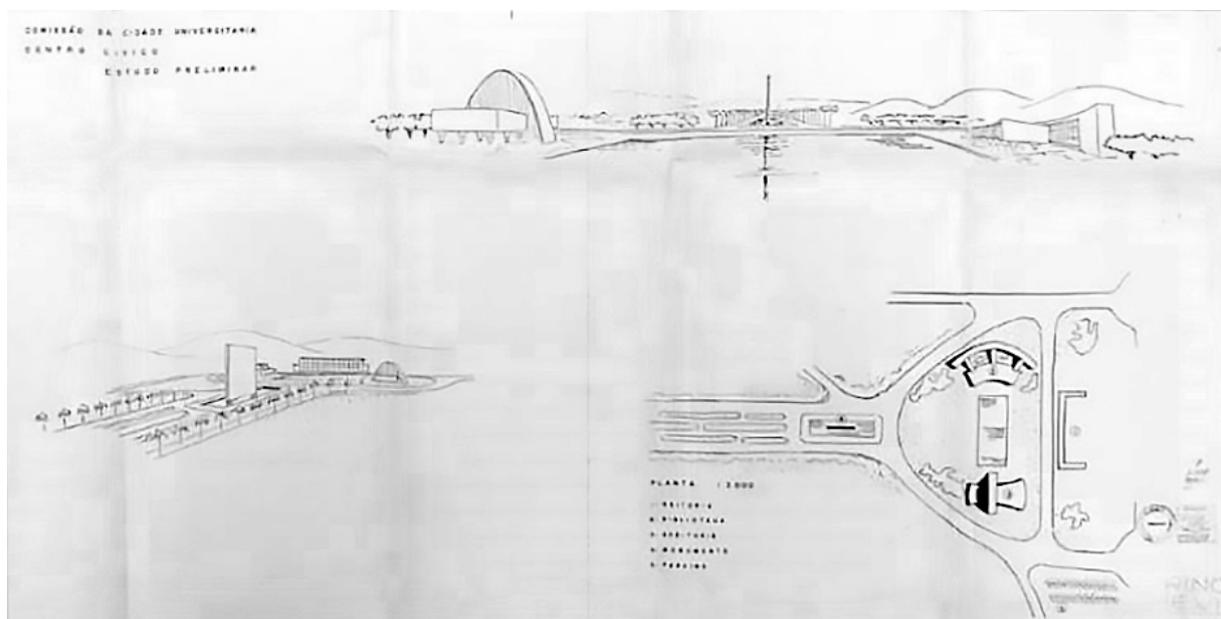


Figura 2
Implantação do Centro Cívico. Desenhos do estudo preliminar. 1952
Fonte: Arquivo FAU USP

A grande esplanada teria uma capacidade para um público de aproximadamente 25.000 pessoas e foi imaginada no intuito da concentração de caráter cívico para comemorações e aglomerações. Do projeto

e memorial entregues à Comissão da Cidade Universitária, de junho de 1953, encontram-se as seguintes palavras, do próprio autor:

“Os edifícios do auditório ou aula magna e da biblioteca são localizados vis-a-vis no centro cívico da Cidade Universitária, que é completado pelo edifício da Reitoria, a Torre da universidade e uma grande esplanada prevista em posição central em relação às construções mencionadas.

A Reitoria está colocada em posição de destaque no eixo e olhando para a grande avenida de acesso da Cidade Universitária, tendo de um lado o Auditório, do outro a Biblioteca e em frente a Torre.” (LEVI, 1953)⁶

A proposta para o Centro Cívico, Figura 3, subordinada ao eixo monumental da proposta elaborada em 1945 pelo Escritório Técnico, curiosamente apresentava solução bastante alinhada com a proposta do projeto para o plano piloto de Brasília elaborada por Lúcio Costa. A proposta de Costa, que seguia os preceitos do urbanismo moderno de Le Corbusier, enfatizava o caráter da cidade como *civitas*, ou seja, “possuidora dos atributos inerentes a uma capital”⁷. É curiosa esta aproximação entre o projeto de Rino Levi e o plano piloto apresentado por Lucio Costa em Brasília, uma vez que no concurso para a nova capital, de 1956, a proposta apresentada pela equipe liderada por Rino

⁶ Trecho retirado do memorial de entrega do projeto. 1953. Arquivo FAU USP.

⁷ Trecho inserido no Memorial para o Plano Piloto de Brasília, elaborado por Lucio Costa para o concurso de 1956.

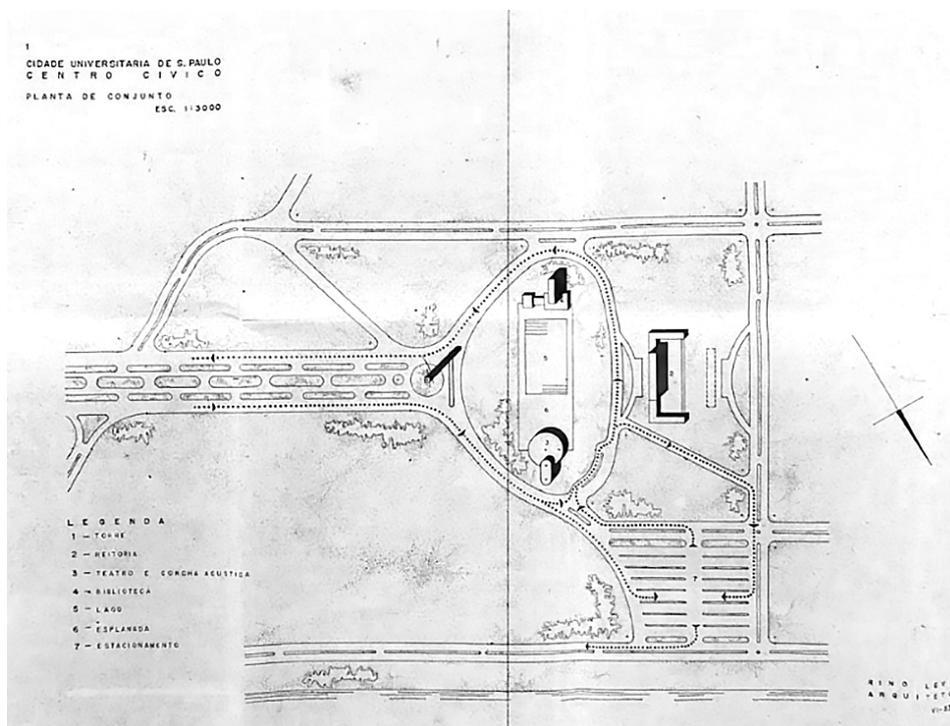


Figura 3
Implantação do Centro Cívico. Desenhos do ante projeto. 1953
Fonte: Arquivo FAU USP

Levi apontava para uma outra direção. O projeto de Rino Levi para Brasília apresentava os grandes blocos residenciais como gigantescos bairros verticais com ruas internas e elevadas do chão, reforçando o caráter da *urbs* grega.

A simetria e monumentalidade da proposta de Rino Levi, de 1952, para o Centro Cívico, com a definição de uma grande praça que, apesar do paisagismo e do espelho d'água, tinha um caráter bastante austero e ausente da dimensão humana e de vivência. Dispondo cuidadosamente os edifícios administrativos e institucionais – no caso a Biblioteca Central e Auditório – ao redor do grande vazio, Rino Levi enaltecia a relação institucional do espaço. Este conceito vai ser bastante criticado com a incorporação dos novos conceitos de urbanismo promovido pelo VIII CIAM, e que veio a ser palco do debate no fim da década de 1950 na própria USP.

Os edifícios que compõem o Centro Cívico

Torre universitária

O único projeto construído de autoria de Rino Levi para a Cidade Universitária, a Torre Universitária, ou como ficou mais conhecida, Torre do Relógio, foi defi-

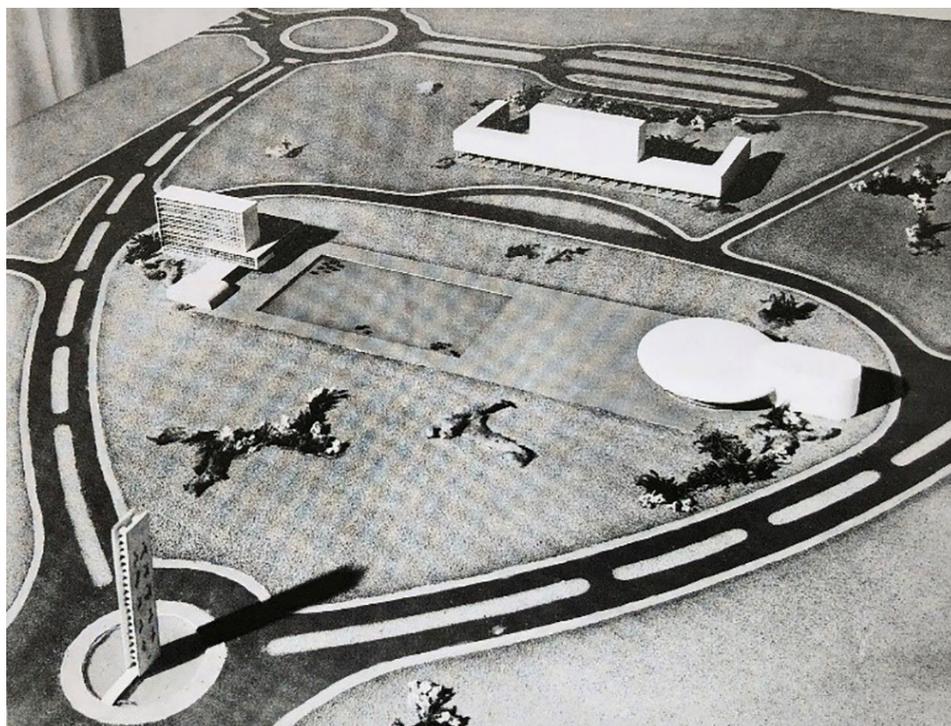


Figura 4
Vista aérea da maquete do Centro Cívico
Fonte: ANELLI, 2019

nida junto com a avenida de ingresso ao campus para serem as primeiras obras financiadas pela Comissão da Cidade Universitária. Entretanto, a verba destinada foi suficiente apenas para execução de parte da *parkway* e a construção da torre demorou cerca de 20 anos para ser finalizada.

O projeto da torre se iniciou a partir dos estudos sob a orientação do arquiteto Hipólito Gustavo Pujol Júnior, chefe do Escritório Técnico, que definiu as características essenciais do empreendimento. Para ele, além da representação simbólica, a torre deveria conter o relógio mestre com a hora oficial, o sino, o “carrilhão” eletrônico e servir de base para estações de rádio e televisão.

Os diversos estudos coordenados por Pujol foram entregues à Comissão da Cidade Universitária e subordinados ao julgamento de alguns professores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Sem a aprovação de nenhuma das soluções, a própria Comissão resolveu solicitar o projeto para o arquiteto Rino Levi, que já vinha desenvolvendo o projeto da esplanada do Centro Cívico.

“Feliz foi a iniciativa da C. C. U. Realmente melhor não poderia ter sido a solução proposta pelo profissional a que nos referimos. Admirável foi a sua inspiração. Não somente projetando uma obra de arte excepcional como dando-lhe ainda cunho diferente de quantas torres, universitárias ou não, existem por toda parte.

A nossa Torre individualiza, portanto, imagem própria para a representação da Universidade de São Paulo. Quem olha para aquela Torre ‘vê’ a Cidade Universitária. E os que já tiverem visitado, recomporão por esta imagem típica, o parque universitário de São Paulo”. (CAMPOS, 1954. p. 116)

A composição arquitetônica elaborada por Rino Levi para a torre, na verdade, é bastante simples. São duas empenas de concreto de 50 metros de altura, separadas pela escada de acesso técnico, implantada sobre um espelho d’água, de onde a torre se erguia como se emergisse de um lago e na ponta superior, o relógio oficial.

Nas faces das empenas foram gravadas, em baixo relevo moldadas no próprio concreto, obras feitas pela artista Elizabette Nobling que simbolizavam os grandes feitos da civilização, nas ciências, nas letras e nas artes. Como vemos no projeto de execução de 1972, os desenhos se remetem às diversas áreas do conhecimento. De um lado: Astronomia, Química, Geologia, Física, Biologia e Matemática; do outro: Poesia, Ciên-

cias Econômicas, Música, Dança e Teatro, Ciências Sociológicas, Artes Plásticas e Filosofia, como se vê na Figura 5.

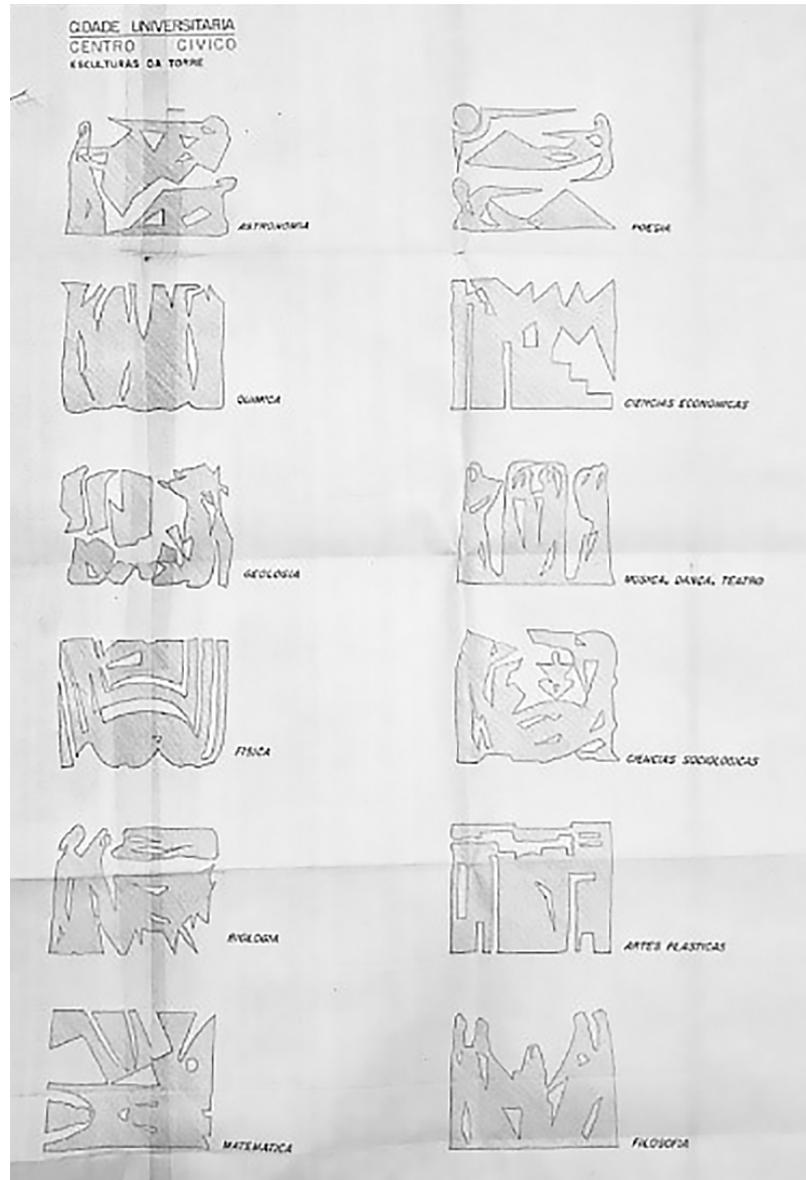


Figura 5
Desenhos para os baixos-relevos da torre
Fonte: Arquivo FAU USP

Auditório Universitário

Dos projetos previstos para o Centro Cívico de Rino Levi o mais complexo, sem dúvida, era o do Auditório universitário. Mesmo com sua forma externa simples, ele suscita uma temática bastante contemporânea, uma vez que sua grande virtude era a flexibilidade de usos e arranjos possíveis entre plateia e palco. Além das diversas combinações de layout interno, a marquise externa e o corpo da edificação poderiam servir

como concha acústica para funções ao ar livre. É por esta razão, presumo, que o espelho d'água da grande praça tenha sido posicionado mais próximo à biblioteca e mais distante do auditório.

A arquitetura, neste sentido, era o resultado da caixa técnica interna e da possibilidade de uso externo, aproveitando a grande esplanada criada no Centro Cívico. O próprio memorial do projeto, escrito pelo escritório de Rino Levi, também identificava a carência que existia na cidade de São Paulo, naquele momento, de teatros e auditórios de música. Por isso, o desenho do auditório (Figura 6) incorporava a flexibilidade de usos possíveis, aproveitando um único projeto para preencher uma necessidade que extrapolava, como ainda hoje, os limites da cidade universitária.

O auditório poderia variar a lotação de 700, 1.7000 e 3.000 pessoas, numa posição tradicional de palco e cena, até lotações de 1.000 ou 2.300 pessoas com o palco central. A flexibilidade do espaço pretendia garantir que nestes 5 arranjos e combinações o auditório pudesse atender todos os gêneros, "desde espetáculos dramáticos e de música de câmara, que exigem sala de tamanho reduzido e baixa reverberação acústica, até os espetáculos de ópera, música sinfônica, corais

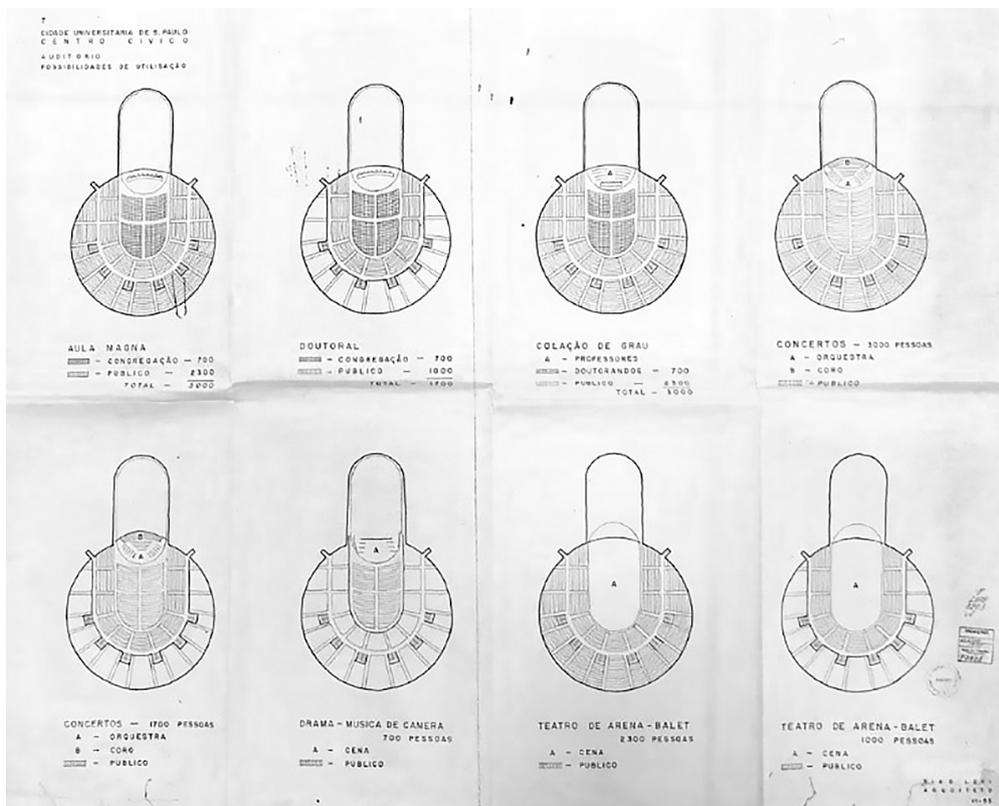


Figura 6
Plantas das diversas variações de plateia e palco para o auditório do Centro Cívico
Fonte: Arquivo FAU USP



e órgão, que exigem sala ampla e alta reverberação acústica". (LEVI, Rino. Memorial de projeto. 1953. Arquivo FAU USP).

Não era a primeira vez que o arquiteto se dedicava às soluções de projetos e edifícios com as preocupações acústicas, o que acabou se transformando numa das suas principais virtudes. Esta temática foi desenvolvida desde seus primeiros projetos, como no Cine Ufa-Palácio e Universo, ambos de 1936, Cine Art-Palácio de 1937, Cine Ipiranga de 1941 e no Teatro Cultura Artística de 1942/43, e remontava à história para o embasamento das soluções.

No próprio memorial do projeto da Cidade Universitária, enviado à Comissão em junho de 1953, Rino Levi se baseava, ao mesmo tempo, no tradicional arranjo de palco e plateia no teatro, cuja origem se deu no 800 italiano, e ao projeto não executado de Walter Gropius, denominado de "Teatro Total", de 1926, com 2.000 lugares e que também enfrentava questões semelhantes.

Biblioteca Central

O edifício da Biblioteca Central, disposto do lado oposto ao Auditório na esplanada do Centro Cívico se apresentava com uma tipologia bastante simples e já conhecida, num desenho com embasamento e torre, como se vê na Figura 7. Esta solução se deu fundamentalmente para resolver impasses técnicos e de dimensionamento, uma vez que a Biblioteca Central deveria atender um corpo discente de 5.000 alunos e 450.000 volumes de coleção própria. Além disso, se pretendia completar com seu acervo as bibliotecas especializadas das várias faculdades e institutos, atendendo a comunidade universitária.

Para isso, Rino Levi projetou o térreo, livre, com os conhecidos pilotis que faziam o papel de acolhimento ao público. O bloco de embasamento, mais largo, com as atividades coletivas que iam até 3o pavimento. A partir do 4o pavimento, se destacava uma torre laminar para acervo de volumes, com 10 andares e capacidade de 45.000 volumes por pavimento.

⁸ Lever House é um edifício localizado em Nova Iorque, projetado pelo escritório norte americano S.O.M (Skidmore, Owings and Merrill), finalizado em 1952. É considerado pela historiografia de arquitetura um dos primeiros prédios com pele de vidro e o pioneiro com a tipologia de um embasamento maior e torre, mais fina e alta, deslocada.

É curiosa a solução dada por Levi em 1952, ano que se finalizou a obra do edifício *Lever House*⁸ em Nova Iorque. O icônico projeto do escritório americano S.O.M. é conhecido como o pioneiro na solução de um embasamento mais largo com a torre, mais esbelta, alta e recuada. Esta tipologia foi bastante difundida pela arquitetura moderna e o chamado Estilo Internacional.

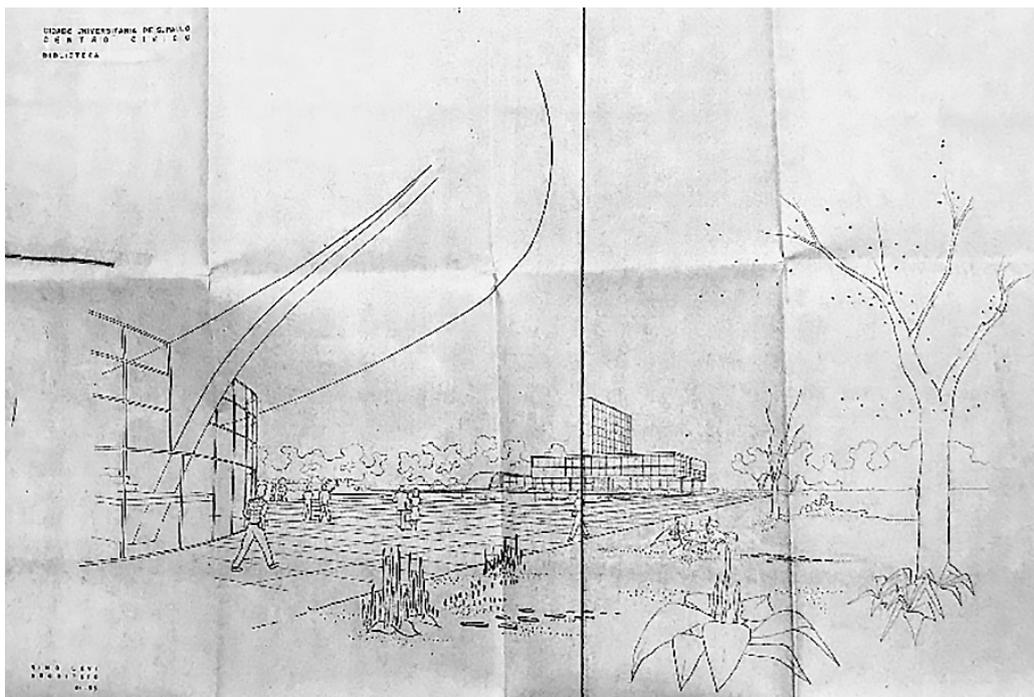


Figura 7
Perspectiva do edifício da Biblioteca Central, vista do Auditório
Fonte: Arquivo FAU USP

Para atender o enorme volume previsto para o acervo da Biblioteca Central da USP, Rino Levi dividiu o edifício de aproximadamente 12mil m² em diversas seções. Para o grande depósito de livros, implantado na torre, foi desenvolvido num sistema tipo stack-system, que garantiria a flexibilidade de modificação de layout e arranjo. Nos andares, a consulta de livros poderia ser feita na sala coletiva ou nas saletas privadas de leitura, a depender do estudo e dos grupos de estudo em questão. A administração, localizada no 3o pavimento, fazia o papel da interseção entre o acesso do público, nos andares baixos e o acesso restrito, na torre. Esta divisão era possível através dos locais de consulta do catálogo, considerado elemento fundamental e estratégico na dinâmica prática da biblioteca dado que deve ser acessível aos funcionários e ao público.

No térreo, além do acesso às diversas atividades, Rino Levi previu um auditório para 450 lugares, que serviria como um espaço de divulgação, com conferências, cursos, exposições e congressos relativos a assuntos de interesse da biblioteca.

Considerações finais

Para além da história e desenvolvimento do campus, os projetos de Rino Levi para o Centro Cívico da Cida-

de Universitária Armando Salles Oliveira da Universidade de São Paulo, apesar de não terem sido construídos, são importantes peças nas discussões acerca das intervenções urbanas modernas. Em certa medida, estes projetos anteciparam questões discutidas anos depois, tanto no concurso de Brasília, quanto nos tratados de urbanismo moderno, que guiaram as grandes intervenções urbanas no Brasil.

Em 1951, apenas um ano antes do projeto de Rino Levi para a grande praça para a USP, ocorreu o 8º CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna) na cidade de Hoddesdon – Inglaterra. Este congresso, presidido pelo arquiteto catalão José Luis Sert, promoveu um estudo sobre os centros urbanos, apresentando-os como o “coração das cidades”, e mudou a direção do entendimento moderno para as intervenções urbanas, antes presos à Carta de Atenas.

“Do esforço em revidar as críticas que vinha recebendo, o 8º CIAM acabou por criar um método para intervir nas cidades. Consistia na produção de um espaço urbano especial e na definição de regras para sua concepção espacial.

(...) Significa dizer que a aplicação do método deveria gerar um espaço onde a comunidade – seja do bairro ou da cidade – pudesse desenvolver uma rede de relacionamentos e através dela articular a vida urbana. Ou seja, o lugar deveria funcionar como sendo um centro cívico.” (BRAZ E SILVA, 2010).

O relatório *El corazón de la ciudad* (SERT, 1955) evidenciava a busca de um ambiente que pudesse promover a relação entre os indivíduos, com o homem como agente protagonista do espaço. Embora o resultado deste encontro na Inglaterra tenha versado diretamente sobre o centro cívico, a difusão deste relatório tem impacto mais direto no Brasil apenas mais tarde naquela década de 1950.

O conceito debatido na Inglaterra e presente no relatório de Sert pretendia de alguma maneira “reverter a tendência funcionalista que havia predominado no entre guerras e também propor soluções para os centros urbanos degradados” (FERNANDES, 2005, p. 62) e abarcar uma quinta e nova dimensão ao espaço, que seria justamente a atividade humana.

Este assunto só foi explicitamente debatido nos projetos do começo da década de 1960 na Universidade de São Paulo com a revisão do plano de ocupação do campus, promovido pelo arquiteto Hélio de Queiroz Duarte que dirigia o Escritório Técnico naquele momento. O ponto mais enfatizado nesta proposta de

Duarte de 1956, chamada de “Replanejamento do Campus” foi justamente o centro da comunidade universitária, também chamado de core (coração). Para Duarte, seguindo as conclusões de Sert e dos urbanistas do CIAM, este espaço deveria conter elementos que privilegiassem as relações sociais, em substituição à antiga proposta para o Centro Cívico, da qual era bastante crítico⁹.

“Apontava, ainda, o arquiteto a crescente especulação sobre os terrenos, que ameaçava todas as grandes cidades, e a necessidade de reverter esse processo criando meios para que um novo fluxo de centralização pudesse ocorrer. Nesse sentido, a construção de novos centros de convívio para os cidadãos era fator essencial. A ideia de centro cívico (core) vinha incorporada ao princípio de organização das cidades por setores, estabelecendo centros para cada um deles, onde se agrupariam os edifícios públicos, formando espaços adequados para a reunião da população, de forma a poder desenvolver-se o espírito cívico. Também as mais diversas atividades humanas deveriam encontrar lugar nesses centros, promovendo as mais diversas manifestações culturais a partir de um ambiente físico especial, no qual pudesse manifestar-se, de modo concreto, o sentido de comunidade.” (FERNANDES, 2005, p.63).

Para que o novo plano pudesse funcionar, Helio Duarte buscou simplificar as zonas e setores de atividades do campus em macrozonas e não mais em pequenos setores divididos apenas pelas atividades, com a alteração do traçado de vias de veículos que de certa forma acompanhava esta simplificação em grandes áreas.

Com isso, o campus perdia sua grande avenida de ingresso – parkway – numa clara divisão das hierarquias viárias e numa proporção mais condizente com as demais vias de acessos de veículos. Perdia, na verdade, o simbolismo das propostas dos anos 1930 a 1950 num caráter mais ordinário de traçado, muito apoiado com os traçados modernistas das superquadras, onde a ligação interna entre os edifícios se dava a partir dos fluxos internos de pedestres e usos comuns.

Esta nova abordagem levou à outras propostas de intervenção no campus, com a elaboração de propostas para um novo centro catalisador de diversas atividades, numa interface entre o campus e a cidade. Chamado de Centro Social, este complexo deveria conter diversas atividades e serviços, como cinema, comércio, estação rodoviária e restaurante central. Os projetos desenvolvidos para este fim, de autoria dos arquitetos Rino Levi e Oswaldo Brakte também foram alvos de críticas e nunca saíram do papel.

⁹ Muitas foram as críticas ao modelo desenvolvido por Rino Levi e sua equipe, que obedecia aos primeiros planos urbanos do campus. Além de Helio Duarte, Mario Pedrosa e Gerlado Ferraz entre outros manifestaram suas discordâncias do projeto.

Sob o conceito programático do crítico de arte Mario Pedrosa que embora entendesse que o core da Cidade Universitária deveria ter a clara distinção a partir da homogeneidade de público em relação ao core de qualquer cidade, ele deveria ser a “ideia de síntese” que englobasse as atividades que compunham a vida universitária. Para Pedrosa, era preciso se atentar para o espaço criado a partir das formas arquitetônicas, a fim de “torná-lo não um centro realmente convivência, mas um local frio, deserto, sem vida, por lhe faltarem recursos e as fontes recreativas de uma comunidade urbana real”

De acordo com SEGAWA, 2012, Mario Pedrosa ainda definiu que as “atividades fundamentais” e que deveriam compor o core da universidade seriam o conjunto com reitoria, Conselho Universitário e Aula Magna, a Biblioteca Central e o Museu, com seus devidos anexos. Fica claro, portanto, que o core seria, além da incorporação do conceito de vitalidade dos centros urbanos e da sociabilidade, uma revisão dos programas previstos no centro Cívico elaborado por Rino Levi praticamente uma década antes.

Entretanto, os projetos pensados para o Centro Social apresentavam programas que extrapolavam os edifícios administrativos e buscavam de certa maneira os espaços de interação entre as pessoas e de interface entre as atividades do campus com a cidade de São Paulo.

Dado sua localização estratégica no acesso principal ao campus, através da antiga parkway, o conjunto deveria conter também serviços como posto de gasolina, hotel e estação rodoviária. A ideia deste plano era, de fato, criar uma cidadela dentro da Cidade Universitária e que por sua vez se relacionaria com a cidade de São Paulo numa tentativa de geração e manutenção da vida urbana, ou ainda, o coração da Cidade Universitária.

O resultado era um conjunto uniforme promovido por um grande edifício laminar com um ritmo estrutural homogêneo e uma luz difusa e democrática. De certo modo, é similar a concepção espacial promovida por Vilanova Artigas no projeto do edifício da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, iniciado em 1961, praticamente no mesmo período. Se faltava sociabilidade no Centro Cívico de 1953, o Centro Social parecia resgatar a interação promovida pelo projeto do setor residencial de estudantes, e presente no concurso de Brasília, e avançar ainda mais na técnica construtiva.

A incorporação da dimensão humana nas intervenções urbanas promovida pelo relatório do CIAM inglês, embora tivesse tido relevância a ponto de promover a elaboração de propostas para revisão do planejamento do campus da USP, através de novos planos urbanísticos e arquitetônicos, não sintetizou uma nova via de pensamento que vingou no Brasil, a se confirmar no projeto vencedor para o Plano Piloto de Brasília. E de certa forma, a proposta para o Centro Cívico, subordinada ao eixo monumental da proposta elaborada em 1945 pelo Escritório Técnico, apresentou solução semelhante com a proposta do projeto para o plano piloto de Brasília elaborada por Lúcio Costa.

Referências

AMARAL, Keil. "Cidades Universitárias, Realizações Contemporâneas". *Arquitectura*. Porto, n. 55-56, pp. 6-13, 1956.

ANELLI, Renato; GUERRA, Abílio; KON, Nelson. *Rino Levi: Arquitetura e cidade*. São Paulo: Romano Guerra Editora, 2ª edição, 2019.

BRAZ E SILVA, Ângela Martins Napoleão. "8º CIAM: Ideias antigas e uma nova atitude para o planejamento urbano". *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, v. 17, n. 20, pp. 67-84.

CAMPOS, Ernesto de Souza. *Cidade Universitária da Universidade de São Paulo: Aspectos Gerais do Planejamento e Execução*. Edusp, 1954.

CAMPOS, Ernesto de Souza. *História da Universidade de São Paulo*. São Paulo. Edusp, 1954.

FERNANDES, Fernanda. *Arquitetura e sociabilidade na cidade universitária de São Paulo*. In: *Cidades Universitárias: Patrimônio urbanístico e arquitetônico da USP*. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005. pp. 59-69.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Cidade universitária: Patrimônio e identidade*. In: *Cidades Universitárias: Patrimônio urbanístico e arquitetônico da USP*. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005. pp. 81-88.

MUNFORD, Eric Paul. *The Ciam discourse on urbanism, 1928-1960*. Cambridge: The MIT Press, 2002.

SERT, José Luis; ROGERS, Ernesto N.; TYRWHITT, Jacqueline. *El corazón de la ciudad: por una vida más humana de la comunidad (Ciam 8, Hoddesdon, 1951)*. Barcelona: Hoepli S. L., 1955.

XAVIER, Marco Antonio. *O campus e a cidade*. In: *Cidades Universitárias: Patrimônio urbanístico e arquitetônico da USP*. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005. pp. 42-58.

BARBOSA, Camilla Souza. Reflexão sobre a significação da água no espaço urbano de Macapá-AP. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 81-95, out. 2022

data de submissão: 06/07/2021
data de aceite: 18/10/2021

Reflexão sobre a significação da água no espaço urbano de Macapá-AP

Camilla Souza Barbosa

Camilla Souza BARBOSA é Mestre em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFPA); Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA/UFPA); barbosascamilla@gmail.com

Resumo

O artigo reflete sobre a relação entre a significação e a produção de espaço urbano na cidade de Macapá-AP. Localizada na região amazônica e às margens do Rio Amazonas, a cidade tem suas origens atreladas a uma disputa territorial que configura um momento importante em sua história e no seu processo de formação espacial. Neste trabalho encontramos uma breve apresentação sobre a percepção do espaço associada à construção da cidade, sendo que em sua estrutura vemos o tema da relevância das significações construídas no espaço amazônico, com a abordagem sobre o desenvolvimento da cidade de Macapá como um produto histórico-social. Esta discussão faz parte de uma pesquisa de doutorado em andamento cujo tema é compreender as vivências e os traçados que procedem do Rio Amazonas como elemento configurador do espaço urbano.

Palavras-chave: cidade de Macapá-AP, espaço urbano, Rio Amazonas.

Abstract

This text addresses the complexity of the Amazonian municipality as an illustration for reflections on the need for South-Global urbanism to incorporate socio-environmental discussions. It departs from the theses on intraurban space structuring and on green and blue corridors with the support of literature review, historical maps, field research, data available in official bases and the use of geotechnologies. Along the way, the classic intraurban space was expanded, and from a perspective that acknowledges the territories of forest peoples as part of a variant of green and blue grid. It is concluded that to an extended urban corresponds an extended periurban, invisibilized and under strong pressure for its disappearance, but which is the bearer of solutions to socio-environmental crises and recent conflicts established between the historical city and the cycles and processes of nature.

Keywords: city of Macapá-AP, urban space, Amazon River.

Resumen

El artículo reflexiona sobre la relación entre el significado y la producción del espacio urbano en la ciudad de Macapá-AP. Ubicada en la región amazónica y a orillas del río Amazonas, la ciudad tiene sus orígenes vinculados a una disputa territorial que representa un momento importante en su historia y en su proceso de formación espacial. En este trabajo encontramos una breve presentación sobre la percepción del espacio asociada con la construcción de la ciudad, su estructura aborda los temas de relevancia de los significados construidos en el espacio amazónico y el desarrollo de Macapá como producto histórico-social. Esta discusión es parte de una investigación doctoral en curso cuyo tema es comprender las experiencias y los contornos que provienen del río Amazonas como un elemento de configuración del espacio urbano.

Palabras-clave: ciudad de Macapá-AP, espacio urbano, Río Amazonas.

Introdução

“O refúgio é um microcosmo” afirma Yi-fu Tuan (1974, p. 150) ao comentar sobre a percepção da realidade e as paisagens criadas pelo indivíduo. É interessante como as diferentes percepções da realidade possuem ressonâncias que afetam o espaço em que vivemos, Tuan (1974) indica a importância dos termos natureza, paisagem e cenário na transformação de como o mundo é percebido, que passou da escala do cosmo para a da paisagem, segundo o autor. A transformação da visão do mundo é indicada nas simbologias criadas pelo ser humano ao longo do tempo, os símbolos e mitos podem ser entendidos como um modo de transpor os pensamentos e as emoções que o rodeava. Schama (1995) reconhece que no processo de criação de paisagens ocorre a projeção de memória social e política, de modo que seja possível identificar temporalidades da paisagem relacionadas a diversidade de apropriações do espaço, que resulta em uma construção simbólica haja vista que “a paisagem é cultura antes de natureza” (SCHAMA, 1995, p.70).

Diversas paisagens podem ser criadas de acordo com a percepção de cada indivíduo sobre o espaço, uma vez que a significação do espaço é subjetiva aos que o ocupam (MEINIG, 2002). Com o intuito de compreender sociedade de determinado período histórico analisamos a paisagem socialmente construída, pois esta condiz com a realidade e cultura dos indivíduos envolvidos na construção de suas significações no espaço vivenciado (COSGROVE, 2002); desta maneira, é possível visualizar as relações sociais que integram a produção de determinado espaço.

Portanto, o presente artigo estrutura o debate sobre as nuances que entrelaçam o ser humano e a natureza na perspectiva das relações entre a cultura e o meio ambiente em determinado lugar (TUAN, 1974), sendo importante destacar que é resultado de uma pesquisa ainda em estágio inicial.

Às margens do Rio Amazonas

O espaço amazônico reúne significações criadas de acordo com imagens construídas ao longo do tempo. Pizarro (2012) indica que a construção discursiva sobre a Amazônia transita entre o imaginário e o mundo moderno, logo o início da construção da ideia de Amazônia, que se propagou de modo hegemônico pelo mundo, tem como ponto fundamental a exploração dos europeus séculos atrás. A invasão europeia representa o momento em que o imaginário sobre a

região passa a atingir novas sociedades, bem como representa quando o espaço passou a ser apropriado segundo o colonialismo. Além disso, é importante frisar que como resultado temos a construção de um imaginário do ponto de vista do colonizador, que contribuiu para a invisibilidade dos saberes e das culturas tradicionais (PAULA, 2017).

A água passou por diversas representações na cultura ocidental, como o mar que contemplava inicialmente uma imagem associada a catástrofes e mistérios, para mais tarde ser transformada, no século XVIII, passando ser associada ao lugar provedor de prazer e alegria (CORBIN, 1989). Durante os primórdios das explorações no espaço amazônico, a água era associada ao lugar da aventura e cobiça, onde os europeus almejavam encontrar poder e ouro (PIZARRO, 2012); como exemplo deste imaginário, de acordo com Pizarro (2012), os exploradores europeus denominaram o Rio Amazonas em alusão a criaturas da mitologia grega que eram conhecidas por habitar áreas próximas ao ouro.

Assim, a Amazônia passou a instigar sentimentos nas pessoas que escutavam os relatos sobre este paraíso na terra, para alguns seria onde encontrariam a cidade mitológica do El Dorado (MANTHORME, 1996) enquanto outros se interessariam em descobrir a sua fauna e flora; de uma maneira ou de outra, o fator em comum aos viajantes era o discurso eurocêntrico de que seriam capazes de revelar as riquezas que os próprios habitantes da Amazônia não conseguiam (PIZARRO, 2012). Neste contexto, temos a disputa das terras situadas nas margens do Rio Amazonas, na particularidade geográfica designada por Cabo Norte nos mapas europeus, que o povo tucuju conhecia por Yamapaba (REIS, 1949; RODRIGUES, 2011), e atualmente é a capital do estado do Amapá, Macapá.

A cidade de Macapá passa por modificações desde os primórdios da sua fundação, no século XVII, sendo inicialmente um lugar apropriado pelos povos indígenas e depois sendo associado como um local de cobiça de estrangeiros que logo passaram a ser os detentores do poder de produção do espaço. As ações que definem o surgimento de Macapá como produto histórico-social estão atreladas não somente aos desafios da conquista de suas terras pelos exploradores europeus, mas desde quando era chamada de lugar da chuva, Yamapaba, pelos indígenas tucujus (RODRIGUES, 2011). Apesar do ponto de vista do conquistador ser o que predomina nos relatos da história amapaense, é de grande importância buscar mais da perspectiva

indígena que tanto contribuiu na formação da cidade como o lugar que atualmente reconhecemos.

Para entendermos o desenvolvimento da produção de espaço urbano em Macapá é necessário apreender as diferentes temporalidades existentes na sua história, pois, de acordo com Pesavento (2005), a sua relevância seria tão notória quanto a reflexão sobre as formas construídas que permaneceram no espaço e foram capazes a resistir a passagem do tempo. Além do reconhecimento das temporalidades no espaço urbano com a ideia de “um lugar no tempo” (PESAVENTO, 2005, p. 11), trabalhamos também com a noção de Roncayolo (2016) sobre os lugares não se encontrarem isolados, mas sim dotados de relações com elementos externos, podendo ocasionar “encontros, travessias ou mesmo confrontos” (RONCAYOLO, 2016, p. 12).

Origens da cidade de Macapá-AP

A cidade de Macapá tem as suas origens atreladas à disputa de domínio territorial entre portugueses, espanhóis e franceses a partir do século XVI, que buscavam deter do controle deste ponto na costa do Novo Mundo para seguir os ideais mercantilistas. A disputa entre Portugal e Espanha tinha como contexto a divisão controversa determinada pelo Tratado de Tordesilhas firmado em 1494 (FAUSTO, 2012). Assim, um dos primeiros acontecimentos que se tem registro sobre tais terras da foz do Rio Amazonas é a concessão feita em 1544 a Francisco de Orelana pelo rei espanhol Carlos V, que determinou o explorador como “senhorio das águas e terras da bacia do grande rio” denominada de Adelantado de Nueva Andaluzia (REIS, 1949, p. 14); enquanto, do lado português da situação, houve a concessão de tais terras a Luís de Melo da Silva em 1553 pelo rei D. João III. Mas, no final, não houve desdobramentos destas concessões em função da morte destes beneficiários antes de iniciarem seus projetos de ocupação.

As terras, dotadas de importância estratégica no contexto político e econômico, necessitavam de ações para promover o seu povoamento e assim defender o território, deste modo, consideramos a disputa entre as potências como determinante para o desenvolvimento do processo de produção espacial da cidade que atualmente conhecemos por Macapá.

A linha do tempo de Macapá é delineada seguindo os fatos e momentos decisivos, o tempo é um elemento inexorável à compreensão da criação da cidade e de

sua identidade, pois segundo Lamas, “o tempo é fundamental para compreender o território como objeto físico” (LAMAS, 2004, p.111). Para entender o espaço concebido na atualidade é necessário observar tais momentos decisivos, pois, segundo Santos (2001), ao criar e depositar objetos em um determinado lugar ocorre a imposição de determinados ritmos à sociedade; e, deste modo, podemos configurar a importância destes objetos na construção do espaço urbano de Macapá.

A criação da Capitania do Cabo Norte pelo rei Felipe IV da Espanha em 1637 teve como um dos seus motivos a defesa do território da ocupação francesa que se expandia a partir de Caiena (REIS, 1949). Mas, ainda que o sistema de capitanias não tenha sido próspero em sua maioria (FAUSTO, 2012), a política de defesa perdurou como prática para garantir a conquista das terras às margens do Rio Amazonas. Dentre as consequências desta política na produção espacial temos a construção da Fortaleza de São José de Macapá, executada no período entre 1764 e 1782.

Segundo Reis (1949), um dos maiores problemas para a conquista do espaço amazônico era a “multidão gentia”, uma vez que “as tribos espalhavam-se por todo o vale, dando a impressão de verdadeiras multidões” (REIS, 1949, p. 32). Então, se fez necessário a atuação de religiosos na região, com o intuito de promover uma “conquista espiritual” sobre a população indígena que habitava a região.

A política de povoamento na Capitania do Cabo Norte também atuou com a convocação de casais açorianos para assegurar o desenvolvimento das terras que, apesar das boas experiências como lavradores, encontraram dificuldades com o clima e as endemias. Como resultado das iniciativas de povoamento, em 4 de fevereiro de 1758 houve a instalação da vila e o levantamento do Pelourinho (símbolo das franquias municipais) por Mendonça Furtado, governador geral do Estado do Grão-Pará e Maranhão.

O esforço nas tentativas de povoamento mostra como o espaço passou a ser imbuído de expectativas, mesmo com a disputa das terras e as dificuldades climáticas encontradas. O esforço dos colonos em povoar a região está atrelado aos objetivos políticos em que Portugal buscava mostrar a soberania nacional. Desta maneira, podemos ver como o espaço é um intermediário, como explica Lefebvre (2008, p. 44), ele é “um modo e um instrumento, um meio e uma mediação [...] o espaço é um instrumento político intencionalmente manipulado”.

Para Lefebvre (2008), o espaço está associado as relações de poder de determinados grupos da nossa sociedade, assim como:

“É um modo nas mãos de ‘alguém’, individual ou coletivo, isto é, de um poder (por exemplo, um Estado), de uma classe dominante (a burguesia) ou de um grupo que tanto pode representar a sociedade global, quanto ter seus próprios objetivos” (LEFEBVRE, 2008, p. 44-45)

Neste período da sua formação, Macapá detinha como intuito o desenvolvimento do seu espaço social, para assim fortalecer a sua principal funcionalidade de defesa do território, pois encontrava-se em área de fronteira e era uma necessidade a proteção contra a presença estrangeira (PICANÇO, 1981). As medidas de povoamento foram um meio da sociedade colonial produzir este espaço, uma vez que a sociedade constrói o espaço social de modo que este se torna o lugar dos objetos produzidos, pois o lugar compreende o resultado do trabalho e da divisão do trabalho (LEFEBVRE, 2008).

Água e ocupação

Por encontrar-se em uma localização estratégica, a disputa pelo domínio do território era uma situação recorrente desde o século XVI, assim, de acordo com Reis (1949), após a instauração da vila, o próximo passo para garantir a defesa do território foi a construção da Fortaleza de São José de Macapá. A construção da Fortaleza levou dezoito anos para ser concluída e durante este período a vila passou por intervenções urbanas que a dotaram de um traçado regular, além da malha urbana, a planta desenvolvida em 1761 também estabelecia uma distinção entre o núcleo da cidade e a área periférica (BRITO, 2014).

Ao longo dos anos a urbanização de Macapá foi sendo desenvolvida obedecendo o traçado inicial determinado pela concepção de 1761, o que resultou na determinação de um traçado imponente que não sofreu influências pela construção da Fortaleza, que por sua vez, passou por atrasos em sua construção por impasses políticos e pela mortalidade das epidemias da época, como indica Brito (2014). Mas, ainda assim, a Fortaleza de São José com seu desenho com quatro baluartes pentagonais nos vértices ainda conseguiu se tornar um dos maiores símbolos na cidade.

O desenvolvimento da forma urbana da cidade de acordo com todo o seu processo como produto histórico-social foi responsável pela valorização do es-



Figura 1
Um dos baluartes da Fortaleza de São José de Macapá, localizada na área central da cidade
Fonte: Fotografia da autora, 2019

paço urbano da orla de Macapá, sendo o resultado da materialização das ações dos agentes sociais que detém o poder de transformar o espaço (CARLOS, 2007; CORRÊA, 1989).

A orla da cidade de Macapá passou por uma grande intervenção com o plano urbanístico realizado pela empresa HJ COLE Associados em 1977, como afirma Silva (2017). Após a realização de um diagnóstico sobre as particularidades de Macapá, a empresa buscou elaborar medidas que seriam capazes de atrair investimentos no então Território Federal¹ e indicou potencialidades no mercado do turismo (COLE, 1977). Dentre as propostas do Plano Cole, havia a construção do Parque Beira Rio que era apontado como uma intervenção que seria relevante no soerguimento econômico do Território.

Para Brito (2014), a nova estruturação da margem do Rio Amazonas que alcançou o entorno da Fortaleza de São José contribuiu com desdobramentos que atingiram a economia local e comércio, uma vez que o Projeto Beira Rio incentivou o turismo na área. Todavia, apesar das melhorias ao mercado turístico, é relevante mencionar que a transformação urbana proporcionada pelo Plano Cole (1977) também foi responsável por destituir as margens do rio dos usos populares e tradicionais que caracterizavam a área.

¹ No governo do presidente Getúlio Vargas, de acordo com o Decreto-lei nº 5.812, houve a criação do Território Federal do Amapá em 13 de setembro de 1943, destacando a região do estado do Pará.



Figura 2
Nos dias atuais, o entorno da Fortaleza de São José de Macapá é voltado ao lazer e turismo
Fonte: Fotografia da autora, 2019

No processo de organização do espaço urbano dificilmente há lugar para os usos populares e as comunidades que estão atreladas a eles, pois no momento em que o espaço passa por uma valorização são as relações capitalistas que passam a comandar as relações socioespaciais (HARVEY, 1996). A transformação urbana que ocorreu na orla de Macapá afetou diretamente as dinâmicas socioespaciais desta parte da cidade, uma vez que houve um deslocamento dos usos populares para áreas mais periféricas.

Assim, na área central da cidade diminuiu drasticamente a presença dos usos atrelados a cultura ribeirinha. Usos que estão associados ao modo de vida dos ribeirinhos são muitas vezes vistos de modo pejorativo, em uma lógica que associa os espaços apropriados por essa população a espaços que necessitam de modernização, de acordo com os argumentos das elites econômicas (PONTE, 2010).

Apesar do uso do barco e da cultura ribeirinha serem os principais elementos da paisagem do rio na Amazônia (BARBOSA, 2018), os usos populares continuam sendo marginalizados e estigmatizados em cidades da região amazônica (PONTE, 2010); a própria noção sobre o “ribeirinho” está associada a um caráter pejorativo, como explica Ponte:

"[...] a figura do 'ribeirinho' é apropriada e acionada em pelo menos duas frentes diversas. A primeira relaciona-se com este perfil supostamente identitário, uno e consensual. A segunda tem aspectos de estigma; o ribeirinho — ou a noção de 'ribeirinho', amorfa e inespecífica como são os senso-comuns — pode representar uma cidade deteriorada, desperdiçando os potenciais que o território lhe permitiria caso houvesse adesão aos modelos hegemônicos de planejamento e desenho urbanos." (PONTE, 2010, p. 114)

Ademais, como parte da cultura ribeirinha, o barco representa o domínio das águas pelos ribeirinhos (XIMENES, 1992), sendo um produto do homem que encontra-se "historicamente circunscrito no tempo e espaço" (XIMENES, 1992, p. 60). A relevância das embarcações na vida ribeirinha é inestimável tanto pela sua funcionalidade no cotidiano como no que representam culturalmente, pois em conjunto com o porto e o trapiche, o barco interliga e diminui as distâncias dos que procuram na cidade o acesso à educação, cidadania e saúde.

Para Santos (2006), o espaço urbano é caracterizado pelo movimento dos agentes que atravessam o espaço com seus diferentes cotidianos, como exemplo temos os portos que presenciam o cotidiano dos feirantes, carregadores e barqueiros que trabalham nestes lugares. Na cidade de Macapá destacamos dois pontos que apresentam tais elementos de ocupação espacial, o Canal do Jandiá e o Igarapé das Mulheres.

Localizado no bairro do Pacoval, o Canal do Jandiá é caracterizado pelo mercado informal onde ocorrem atividades de embarque e desembarque de mercadorias e passageiros e de comércio informal (produtos oleiros e produtos da região), tendo o beneficiamento da madeira como principal atividade (SILVA, 2017). Em 2018 houve a desocupação de cerca de mais de 90 famílias que viviam na área de ressaca do Canal do Jandiá. As famílias foram contempladas com unidades habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida no Conjunto Habitacional Macapaba II e tiveram as suas casas na área de ressaca demolidas (G1 AMAPÁ, 2018).

Situado no bairro do Perpétuo Socorro, o Igarapé das Mulheres é a denominação popular do lugar onde ocorrem atividades portuárias, com movimentação de embarcações de pequeno porte com passageiros e cargas, e o comércio de pescado e produtos provenientes do extrativismo vegetal e animal, como açaí, banana e mariscos (SILVA, 2017). Localizado nas proximidades da área central da cidade, na orla do Rio Amazonas, o Igarapé das Mulheres é nomeado em

função de ser o lugar onde as mães de família e serviços se dirigiam para lavar as roupas e tomar banhos (G1 AMAPÁ, 2016), o que designa um relevante valor cultural na orla da cidade.

De acordo com Meinig (2002, p. 53), “cada paisagem é uma acumulação”, assim o Igarapé das Mulheres concebe um espaço de acordo com as experiências e vivências dos indivíduos que o vivenciam em sua vida cotidiana. A água como zona de união (FEBVRE, 2000) também funciona como o ponto de convergência de diferentes significações construídas de acordo com a diversidade dos que vivenciam o espaço em contato com ela, sendo possível a concepção de vários pontos de vista sobre a mesma paisagem (MEINIG, 2002), neste caso sendo a orla da cidade de Macapá.

É importante destacar que a paisagem da orla apresenta uma diversidade de agentes sociais, e se faz necessário que todos sejam contemplados pelas intervenções urbanísticas realizadas pelos agentes detentores de poder. A ação destes agentes devem contemplar a totalidade dos agentes que estão presentes no espaço urbano da orla de Macapá, para que não ocorra segregação urbana ao excluir determinados agentes do direito à cidade (LEFEBVRE, 2008).

Entre a significação e a produção de espaço

Em Macapá temos o Rio Amazonas tomando parte da vida urbana, apresentando funcionalidades tanto no contexto econômico como no social, que determina relevância ao cotidiano dos que residem na cidade. Nas cidades em contato com cursos d’água temos o rio considerado como uma zona de união (FEBVRE, 2000), como um elemento conectivo ao espaço urbano e detentor de relações particulares com ritmos e itinerários envolvendo os indivíduos. Além da sua relevância a partir da concepção de Febvre (2000), o Rio Amazonas carrega toda a importância enquanto elemento essencial da região amazônica, da sua história e identidade.

O imaginário construído sobre a região amazônica teve o Rio Amazonas como uma figura central na criação de imagens e discursos desde a sua ocupação há séculos atrás. Num recorte mais recente, podemos apontar como estas concepções trouxeram diversas consequências vivenciadas no espaço, como a construção da imagem de paraíso ecológico e o discurso ambientalista utilizado para impulsionar o mercado turístico.



Figura 3

A Praia da Fazendinha é um dos lugares em que o Rio Amazonas se encontra presente no cotidiano da população, localizada afastada da área central da cidade, no distrito da Fazendinha

Fonte: Fotografia da autora, 2019

Para entender a relação entre a produção de espaço urbano de Macapá a partir da significação do Rio Amazonas é necessário compreender o modo em que a natureza é utilizada pelo homem e os processos que envolvem esta relação (McHARG, 1971). Segundo McHarg (1971), a compreensão do lugar da natureza na cidade se encontra associada ao reconhecimento dos valores sociais referentes aos processos naturais, em vista ao modo que os recursos naturais são utilizados.

A subjetividade existente na construção do espaço urbano corresponde a processos que, de acordo com Gottdiener (1985), envolvem, de modo dialético, relações sociais e espaciais, uma vez que o espaço é transformado à medida que as necessidades do capitalismo são impostas no espaço. Logo, não podemos caracterizar a produção do espaço urbano em Macapá como um processo de causa e efeito (GOTTDIENER, 1985), uma vez que o espaço é concebido à medida que ocorrem mudanças vividas enquanto sociedade (LEFEBVRE, 2008).

Para Gottdiener (1985), a transformação do espaço acontece de acordo com a complexidade das relações sociais e todo o seu caráter subjetivo, sendo assim, a compreensão do espaço vivenciado poder ser realizada a partir da perspectiva de diferentes temporalidades e indivíduos (agentes sociais).

Ao trabalharmos com as representações de espaço-tempo que a cidade oferece é interessante dedicar-se a duas formas específicas de apropriação do urbano relacionadas ao passado, a memória e a história (PE-SAVENTO, 2005). Para Pesavento (2005), é possível apreender o tempo através de uma narrativa sobre fatos passados, de modo que o seu discurso passa a compreender um caráter de permanência.

Ao tratarmos sobre a significação de algo remetemos ao seu sentido, para o filósofo Byung-Chul Han² (2019) o sentido em questão é construído em uma relação ou construção de relações:

A, B ou C ficam sem sentido, quando se rompe a construção que os mantém unidos. Também pode acontecer com uma palavra, caso ela fique toda esvaziada de referência, de perder totalmente o sentido (HAN, 2019, p.51-52).

E nesta construção de relações ocorre a significância do objeto/sujeito em questão, o que contribui para a complexidade existente entre o poder e o sentido:

O poder gera significância na medida em que forma um horizonte de sentido a partir do qual as coisas são interpretadas. Só em vista do poder elas se tornam significativas, só em vista do poder obtêm um sentido. A relação com o poder é constitutiva do sentido. (HAN, 2019, p.56-57).

O poder pode ser compreendido como um fenômeno que age na relação entre produção e significação, sendo que Han (2019) afirma que o próprio poder é uma relação. E, no âmbito deste trabalho, pontuamos como o indivíduo e a cidade de Macapá apresentam uma relação de poder de acordo com a significação construída. Entende-se que a complexa relação entre o indivíduo e a cidade está integrada a uma rede de significados e valores, sendo estes um produto da intervenção humana ao longo do tempo na cidade, remetendo à história do desenvolvimento da cidade de Macapá.

Para Pesavento (2005), o processo de criação de memória no contexto do espaço urbano compreende as esferas do mundo material e imaterial. Para repassar essa temporalidade apreendida é necessário que

² Byung-Chul Han é natural da Coreia do Sul, mas teve os seus estudos situados na Alemanha. Estudou Filosofia na Universidade de Friburgo e Literatura Alemã e Teologia na Universidiae de Munique. Atualmente é professor na Universidade de Berlim e é um dos pensadores que vem discutindo sobre a sociedade atual. No livro "O que é poder?", utilizado neste artigo, Han discorre sobre as complexidades do poder além do modelo da causalidade, tratando do tema em relação ao ego, alter e self.

ocorra um processo em que a objetividade do tempo escoado (como a autora denomina) seja transformado em subjetividade, em que o indivíduo que a recebe possa compreender as significações dos seus discursos e imagens; desta maneira, os acontecimentos são fixados associados com a atribuição de significados.

De acordo com Roncayolo (2016), na relação com a cidade os lugares passam a ter vínculos de observação e reflexão criados com resistências e mutações. O espaço que um dia foi designado como Yamapaba ou Capitania do Cabo Norte já não é mais reconhecido apenas como espaço de convergência de dinâmicas sociais e econômicas, na verdade, ele passa a ser reconhecido em si próprio como um lugar, tendo suas significações, mitos e memória, de modo que "o espaço se conhece reconhecendo-se" (LEFEBVRE, 2008, p.44).

Considerações finais

A breve reflexão sobre a percepção do espaço e a cidade de Macapá propôs indicar a relevância de pesquisar o poder do Rio Amazonas sobre o espaço urbano, à medida que o entendimento do seu grau de mediação (HAN, 2019) seja possibilitado ao delinear as forças que agem entre a significação do rio e a produção de espaço urbano na cidade de Macapá.

A relação indissociável do urbano e do cotidiano são elementos essenciais à produção do espaço social (LEFEBVRE, 2008). O entrelaçamento entre a percepção e a produção do espaço urbano tem a subjetividade do ser humano como ponto em comum, trabalhando com as estruturas sociais que são construídas com suas próprias temporalidades à medida que o espaço passa a ser apropriado pelos indivíduos. O indivíduo apresenta uma relação com a cidade de pertencimento e propriedade em que o ser humano é caracterizado, segundo Roncayolo (2016, p. 12), como "uma testemunha privilegiada, não por sua neutralidade, mas por sua subjetividade em escalas cada vez mais variáveis".

Referências

BARBOSA, Camilla S. *Planos e Usos na Orla de Belém-PA*. 183f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Instituto de Tecnologia, Universidade Federal do Pará, 2018.

BRITO, Jaqueline F. de L. *A Fortaleza de Macapá como monumento e a cidade como documento histórico*. 264f. Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2014.

CARLOS, A. F. A. *O Espaço Urbano: Novos Escritos Sobre a Cidade*. São Paulo: FFLCH, 2007.

COLE, H. J. Associados S.A. Brasil. *Consultoria de Planejamento Urbano, Arquitetura e Turismo. Documento síntese*. Rio de Janeiro, 1977.

CORRÊA, Roberto L. *O Espaço Urbano*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

CORBIN, Alain. *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

COSGROVE, Denis. *Observando la Natureza: el Paisaje y el Sentido Europeo de la Vista*. Boletín de la A.G.E, nº 34, 2002.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

FEBVRE, L. *O Reno: história, mitos e realidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

G1 AMAPÁ. *Justiça cumpre reintegração de posse de 92 casas em área da Infraero em Macapá*. Disponível em: < <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2018/08/27/justica-cum-pre-reintegracao-de-posse-de-92-casas-em-area-da-infraero-em-macapá.ghtml> > Acesso em: 16 set. 2019.

G1 AMAPÁ. *Perpétuo Socorro, ou 'P. Help', é o bairro com a 'cara' de Macapá*. Disponível em: < <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2016/02/perpetuo-socorro-ou-p-help-e-o-bairro-com-cara-de-macapá.html> > Acesso em: 16 set. 2019.

GOTTDIENER, M. *A Produção do Espaço Social*. São Paulo: EDUSP, 1985.

HAN, Byung-Chul. *O que é o poder?* Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

HARVEY, D. *Do Gerenciamento ao Empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio*. São Paulo: Espaço & Debates, n. 39, pp. 48-64, 1996.

LAMAS, J. M. R. G. *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2004.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e Política*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008.

MANTHORNE, K. *O Imaginário Brasileiro para o Público Norte-Americano do Século XIX*. Revista USP, Brasil, n. 30, p. 58-71, 1996.

McHARG, I. L. *Design with Nature*. New York: American Museum of Natural History, 1971.

MEINIG, D. *O olho que observa: dez versões da mesma cena*. Espaço e Cultura, n. 13, 2002.

PAULA, E. *Os saberes e valores indígenas transformando os processos de escolarização. Saberes e Identidades: Povos, Culturas e Educações*. R. Educ. Públ. Cuiabá, v. 26, n. 62/1, p. 355-372, maio/ago. 2017

PIZARRO, Ana. *Amazônia: as vozes do rio*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

PESAVENTO, Sandra J. *Cidade, Espaço e Tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano*. Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio.V. II, nº 4. Pelotas: Editora da UFPEL. Ago/Dez 2005.

PONTE, 2010. *Cidade e Água no Estuário Guajariano*. 318 f. 2010. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

REIS, Arthur C. F. *Território do Amapá – Perfil Histórico*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

RODRIGUES, Randolfe. *Amapá: a epopeia de um povo!* Disponível em: < <https://congressoemfoco.uol.com.br/opiniaio/colunas/amapa-a-epopeia-de-um-povo/>> Acesso em: 10 set. 2019

RONCAYOLO, Marcel. *Le Géographe dans as Ville*. Parenthèses, 2016.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1).

SANTOS, Milton. *O Tempo nas Cidades*. Coleção Documentos, série Estudos sobre o Tempo, fascículo 2, fevereiro de 2001.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SILVA, Suéllen C. de O. da. *Orlas fluviais das cidades de Macapá e Santana: análise da dinâmica urbana*. 143 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Macapá, 2017.

TUAN, Y. *Topofilia: um estudo de percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: DIFEL/Difusão Editorial SA, 1974.

XIMENES, Tereza. *O barco na vida do ribeirinho*. In: XIMENES, Tereza. et al. *Embarcações, homens e rios na Amazônia*. Belém: UFPA, 1992. p. 53-72.

Janelas para o rio na "nova" Cidade Velha: Uma análise sobre os usos do Parque Naturalístico Mangal das Garças e do Portal da Amazônia

Sidney Costa Filho, Cybelle Salvador Miranda e Luiz de Jesus Dias da Silva

COSTA FILHO, Sidney; MIRANDA, Cybelle Salvador; SILVA, Luiz de Jesus da. Janelas para o rio na "nova" Cidade Velha: Uma análise sobre os usos do Parque Naturalístico Mangal das Garças e do Portal da Amazônia. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 96-118, out. 2022

data de submissão: 11/08/2021
data de aceite: 11/08/2021

Sidney COSTA FILHO é Mestre pela Universidade Federal do Pará (UFPA); sidney_pery@hotmail.com

Cybelle Salvador MIRANDA é Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (UFPA); cybelle@ufpa.br

Luiz de Jesus Dias da SILVA é Doutor em Antropologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA); ljesusds@hotmail.com

Resumo

O bairro da Cidade Velha, conhecido por possuir um caráter histórico que remete à fundação da cidade de Belém do Pará, tem atraído, nas últimas duas décadas, grandes projetos que vêm promovendo uma transformação gradual na paisagem do mesmo, dentre os quais é possível destacar a inauguração, em 12 de janeiro de 2005, do Parque Naturalístico Mangal das Garças, e em junho de 2012 da primeira etapa do chamado Portal da Amazônia (Orla de Belém). Os dois projetos estão situados em uma parte do bairro que pode ser chamada de "nova" Cidade Velha devido à sua ocupação mais recente e à arquitetura predominante no local. O presente artigo objetiva refletir a respeito da percepção de usuários e moradores vizinhos ao Mangal das Garças e o Portal da Amazônia, contribuindo para o reconhecimento da ocupação e utilização destes locais bem como do papel desempenhado pelos referidos espaços na vida de tais indivíduos.

Palavras-chave: Mangal das Garças, Portal da Amazônia, Orla de Belém, Percepção, Belém - PA.

Abstract

The Cidade Velha neighborhood, known by its historical character which evokes the foundation of Belém do Pará, has attracted, in the last two decades, great projects that's been promoting a gradual change to its landscape, among which it's possible to highlight the opening of Mangal das Garças Natural Park (Parque Naturalístico Mangal das Garças), in January 12, 2005, and the first part of Portal da Amazônia (Orla de Belém), in June, 2012. Both projects are located in a portion of the neighborhood that can be called the "new" Cidade Velha due to its most recent occupation and its predominant architecture. This article aims to discuss about the perception of users and nearby residents of Mangal das Garças Natural Park and Portal da Amazônia, contributing to the recognition of the occupation and use of these places, as well as the role played by them in the individual's lives.

Keywords: Mangal das Garças, Portal da Amazônia, Orla de Belém, Perception, Belém - PA.

Resumen

El barrio Cidade Velha, conocido por su carácter "histórico" que evoca a la fundación de la ciudad de Belém do Pará, ha atraído, en las últimas dos décadas, grandes proyectos que han promovido una transformación paulatina en su paisaje, dentro de los cuales es posible destacar la inauguración, el 12 de enero de 2005, del Parque Natural Mangal das Garças, y en junio de 2012 de la primera etapa del llamado Portal da Amazônia (Orla de Belém).



¹ A lei 7.709/94, também conhecida como Lei do Centro Histórico, dispõe sobre a preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural do Município de Belém e dá outras providências. A poligonal do CHB e entorno criada em função desta lei é utilizada pela Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL). Ela inclui o núcleo inicial de fundação da Cidade Velha, todo o bairro da Campina e parte do bairro de Batista Campos. O entorno do CHB inclui a porção mais recente da Cidade Velha e parte dos bairros de Nazaré e do Reduto. A portaria nº 54, de 8 de maio de 2012, do Ministério da Cultura (MinC) homologa o tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico dos Bairros da Cidade Velha e Campina por meio de sua inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro do Tombo Histórico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Para tal, a portaria se utiliza do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o qual organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

Los dos proyectos están ubicados en una parte del barrio a que se puede denominar la "nueva" Cidade Velha debido a su ocupación más reciente y la arquitectura predominante en el local. Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre la percepción de los usuarios y residentes vecinos del Parque Natural Mangal das Garças y del Portal da Amazônia, contribuyendo al reconocimiento de la ocupación y uso de estos lugares, así como del papel que estos espacios desempeñan en la vida de los individuos.

Palabras-clave: Mangal das Garças, Portal da Amazônia, Orla de Belém, Percepción, Belém - PA.

Introdução

O bairro da Cidade Velha, fundado em 1616 com a chegada dos colonizadores portugueses, constitui o início da cidade de Belém (Figura 01) e, por este motivo, abriga numerosos sítios e edificações de interesse à preservação, cujos limites são inscritos na poligonal que demarca o Centro Histórico de Belém (CHB), definida pela lei 7.709/94¹. Com a expansão dos limites urbanos, novas áreas passaram a ser ocupadas e, com isso, a ocupação de outra parte do bairro foi possibilitada graças a obras governamentais desenvolvidas como o aterramento do Alagado do Piri e a abertura de novas ruas e travessas, entre fins do século XVIII e início do século XIX (CRUZ, 1973). Porém, essa porção do bairro em particular teve sua ocupação intensificada principalmente entre os anos de 1940 e

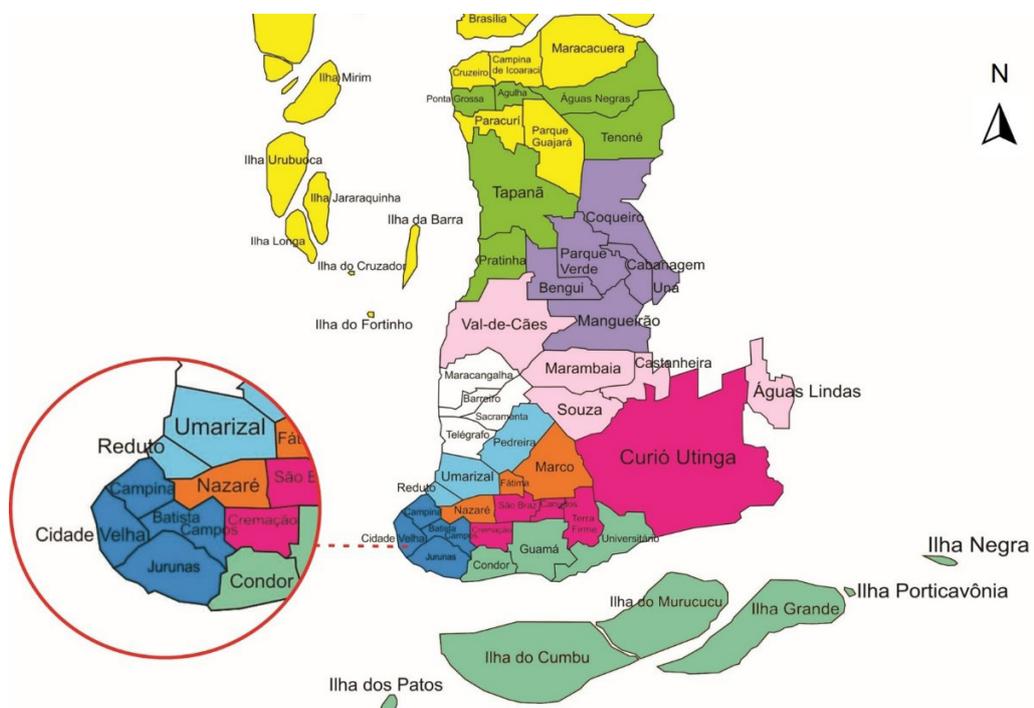


Figura 1
Localização do bairro da Cidade Velha no Município de Belém. O bairro faz fronteira com outros como o do Jurunas, Campina e Batista Campos
Fonte: TRE/PA (2018), modificado pelos autores, 2021

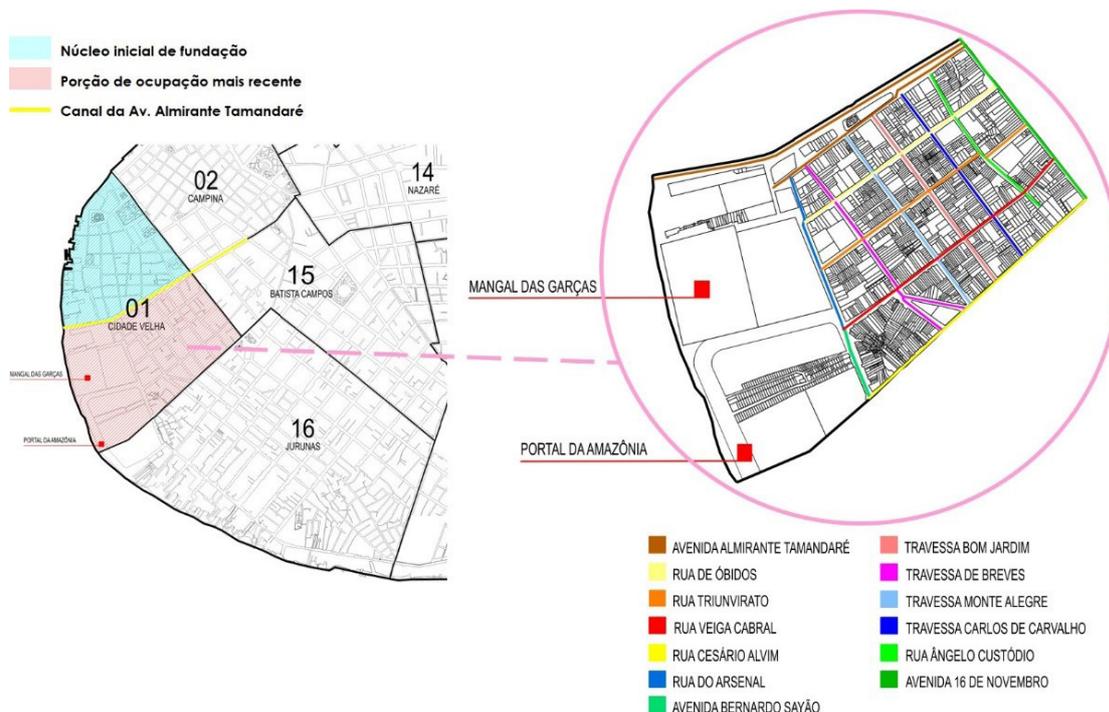


Figura 2

Divisão do bairro em duas partes, com indicação do núcleo inicial de fundação em azul, porção de ocupação mais recente em rosa e Canal da Tamandaré, indicado por linha amarela. À direita, destaca-se a porção mais recente, com a indicação de suas vias em cores

Fonte: Autores, 2021

1950, com a execução de obras como a construção do Dique da Estrada Nova (DEN), a partir de 1944 (SANTOS, 2016), e a partir da década de 1950 com a realização, pela Prefeitura de Belém, de uma grande obra de saneamento. Nesta intervenção houve aterramento e canalização de áreas alagadas dos bairros da Cidade Velha, Campina e Jurunas, cuja drenagem conflui para o Canal da Tamandaré, o primeiro a ser construído com paredes de concreto vertical e bacia de acumulação de águas pluviais (PALHETA, 2016). O canal atua também como um limite natural, físico e geográfico capaz de dividir o bairro em duas partes (Figura 02).

Esta porção mais recente do bairro está inscrita na área de Entorno do Centro Histórico e possui um perfil diferente quando comparada ao núcleo inicial: ruas e calçadas mais largas, limite de gabarito até 22 metros de altura (contra os 7 metros permitidos no núcleo inicial) e, diferentemente da linguagem eclética e da implantação colonial, predominantes na "Cidade Velha Patrimonial", a predominância nesta "nova" Cidade Velha é das edificações de renovação, imóveis que não possuem interesse à preservação e onde em seu lugar a legislação vigente permite uma nova construção (TUTYIA, 2013, p. 4). Embora nesta área existam

edificações de interesse à preservação, estas podem ser encontradas em menor número. Ademais, a área possui uma paisagem ainda em constante transformação, em grande parte devido aos projetos e empreendimentos que continuam a ser executados ou implantados na mesma.

As inaugurações do Parque Naturalístico Mangal das Garças em 12 de janeiro de 2005 (ocasião do 389º aniversário de Belém) e da primeira etapa do Portal da Amazônia, projeto do qual a Orla de Belém faz parte, em junho de 2012, traduzem sobremaneira a dinâmica existente na "nova" Cidade Velha bem como consolidam a ocupação dessa área, constituindo também opções de lazer para a população e turismo para os visitantes de fora. No entanto, apesar de o Mangal e a Orla serem espaços situados contiguamente um ao outro (Figura 03), os mesmos não são ocupados e utilizados da mesma forma pela população e turistas, bem como despertam percepções e opiniões diferentes nesses indivíduos.

Os projetos

O projeto do Mangal foi concebido com o objetivo de valorizar a identidade local, proteger a vegetação ciliar de aningas (*Montrichardia linifera*) e recuperar o caráter público de uma área abandonada e subutilizada, aproximando a população do rio e do ecossistema amazônico (GORSKI, 2008). Foi idealizado pelo arquiteto e então secretário de cultura Paulo Chaves e contou com a colaboração de profissionais de renome nacional, como a paisagista Rosa Kliass. O terreno onde o parque foi implantado consistia anteriormente em uma área sem uso específico que foi cedida pela Marinha do Brasil. A criação de um espaço naturalístico que abrangesse as diferentes macrorregiões florísticas do Estado do Pará (as matas de terra firme, os campos e as matas de várzea), foi apresentada como uma das principais propostas do parque (MERGULHÃO, 2009). Atualmente, o parque pode ser associado ao passeio e contemplação da natureza e paisagem, além de atividades associadas à gastronomia (Restaurante Manjar das Garças) e ao turismo, não incluindo a prática de esportes ou lazer cultural como em outros exemplares de parques públicos mundo afora.

O terreno onde o Mangal foi locado possui uma área total de 40.000 m², da qual foram usados 36.070 m² (90% da área total) para locar as áreas livres (MERGULHÃO, 2009). O parque pode ser dividido em duas partes, sendo que a primeira (Figura 03) pode ser classificada como a que concentra equipamentos que

oferecem suporte ao espaço, tais quais a portaria, o estacionamento, o bicicletário e os depósitos; mas também nela estão inclusos o Armazém do Tempo - pavilhão em estrutura metálica pertencente à antiga Empresa de Navegação da Amazônia S/A (ENASA) e o edifício em madeira que abriga o Memorial Amazônico da Navegação, o qual conta com uma exposição permanente, no pavimento térreo e o restaurante no pavimento superior.

Já a segunda parte inicia com a praça, onde uma fonte inaugura o circuito das águas, o qual desenvolve seu curso ao longo do parque manifestando-se em cascata, rio sinuoso e, finalmente, grande lago. A segunda parte expressa melhor, de acordo com Kliass (2006), o caráter naturalístico do projeto, com a criação de ambientes que representam as três variedades florísticas da região. Ademais, a porção abriga também a Fonte dos Caruanas, o Lago do Cavername, o viveiro de pássaros, o borboletário, o Farol de Belém, o Mirante do rio Guamá e o aningal.

O Portal da Amazônia, por sua vez, possui apenas uma pequena parte inicial situada dentro dos limites da Cidade Velha (até a rua Cesário Alvim) (Figura 04), estando sua maior parte concentrada no bairro do Jurunas. Ele é composto por dois grandes projetos: a macrodrenagem da Estrada nova, atualmente Programa de Reabilitação Urbana e Ambiental da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN) – e a Orla de Belém. A referida orla possui mais de 6 km de extensão ao longo do rio Guamá e abrange desde o Mangal das Garças até a Universidade Federal do Pará. Seu projeto também foi desenvolvido por Paulo Chaves e possui tratamento paisagístico feito com espécies nativas, anfiteatro, deck, área de convivência à beira rio, quiosques e equipamentos como quadras poliesportivas. A primeira etapa do projeto teve suas intervenções iniciadas em 2009 e foi entregue à população em junho de 2012, com 1,5 km de extensão dos 2,2 km inicialmente propostos (LEÃO, 2013).

Assim como o Mangal, que possui um mirante para o rio, na Orla também é possível a contemplação do Rio Guamá. A atitude de recuperar a vista para o rio constitui uma postura ainda recente, motivada pelo que Corbin (1988) chama de “desejo de litoral”, originário principalmente das elites locais, e é impulsionado pelo mercado internacional e a especulação imobiliária em busca de uma “retomada das águas”, de um “resgate” da natureza da cidade, de sua identidade cultural, de suas raízes caboclas e da possibilidade e potencialidade de desenvolvimento econômico (PONTE, 2007),



Figura 3 e 4
 Vista da parte inicial do Parque e da porção inicial da Orla
 Fonte: Autores, 2020, 2021

considerando o elemento água e a paisagem constituída por esta como fator de valorização de um empreendimento. É a comercialização da paisagem, de uma vista, algo que projetos como o Feliz Lusitânia, a Estação das Docas e o Ver-o-Rio, pontos turísticos já consagrados no gosto da população belenense, também proporcionam.

Sobre percepção

As percepções que um indivíduo tem a respeito de determinado ambiente são apreendidas pelos órgãos dos sentidos. O sentir é, segundo Merleau-Ponty (1999), uma comunicação vital com o mundo que o torna presente para nós como lugar familiar de nossa vida. Tuan (2012), por sua vez, afirma que a resposta ao meio ambiente pode ser estética ou tátil. Da mesma forma, Santaella (2012), ao analisar os estudos de Gibson sobre ecologia da percepção, aponta, baseada no pensamento do autor, que o ambiente acolhe o animal em uma relação que se torna inseparável, em que um implica o outro. Assim, todo animal é, até certo ponto, um percebedor e um agente, de forma que, ao perceber o ambiente, o animal nele age. Tal comportamento também é possível de ser associado ao ser humano.

Tuan (2012) concebe a percepção como sendo uma resposta dos sentidos aos estímulos externos, ao mes-

mo tempo em que também pode ser uma atividade proposital; sendo necessário ter em mente que cada indivíduo enxerga o mundo de modo "egocêntrico", a partir de sua própria perspectiva, a qual é fundamentada nas vivências e repertório que cada um possui. Por conta da subjetividade envolvida, a percepção possui suas complexidades: "nada é mais difícil do que saber ao certo o que nós vemos" (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 91). Assim, diferentes percepções a respeito de um mesmo objeto ou ambiente são possíveis. É a partir daí que surge a *alteridade* a que Velho (2008) se refere como sendo o respeito à individualidade de cada pessoa ou ao "eu" interior individual e particular ao nos relacionarmos com o outro.

Em relação ao lugar, Agier (2011) afirma que o sentido do mesmo é condicionado estreitamente pela existência de uma troca simbólica e social a qual é o seu suporte. Da mesma forma, Augé (1994, p. 73) pontua que: "o lugar se completa pela fala, a troca alusiva de algumas senhas, na convivência e na intimidade cúmplice dos locutores". Sendo assim, o lugar possui potencial de ser identitário, relacional e histórico. Norberg-Schulz (2006), por sua vez, identifica na arquitetura o potencial fenomenológico como capacidade de dar significado ao ambiente mediante a criação de lugares específicos. Assim, a identidade humana pressupõe a identidade do lugar.

A relação da percepção do sujeito com a paisagem, elemento que, assim como o lugar, contribui para o estabelecimento de elos afetivos ou identidade, é essencial para entender nossos objetos de estudo. Eckert (2009) considera a paisagem como um sistema de signos capaz de produzir no indivíduo identidades individuais e sociais. Segundo a autora, uma paisagem nasce a partir da experiência temporal em consonância ao movimento da sensibilidade. Ela destaca também que a paisagem é uma experiência humana possível pela evocação das imagens que habitam nossa memória coletiva. Já Ribeiro (2009) considera "paisagem" um termo polissêmico e subjetivo. Dessa forma, a paisagem pode ser lida como um documento que expressa a relação do homem com o seu meio natural, mostrando as transformações que ocorrem ao longo do tempo e constituindo um testemunho da história dos grupos humanos que ocuparam determinado espaço. Pode ser lida, também, como um produto da sociedade que a produziu ou ainda como a base material para a produção de diferentes simbologias, *locus* de interação entre a materialidade e as representações simbólicas.

² As incursões de outubro de 2020 foram realizadas em conjunto com a também mestranda Thayse Queiróz e contaram como parte do trabalho final da disciplina Método Etnográfico, do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFPA).

Portanto, a partir do registro de percepções dos pesquisadores e dos usuários dos espaços, é possível compreender melhor como o público se apropria dos espaços em questão e quais usos podem ser feitos dos mesmos. Assim, as incursões aos locais ocorreram aos fins de semana, durante os dias de sexta, sábado e domingo, entre os meses de outubro de 2020² e janeiro de 2021. A partir das mesmas, foi possível observar ambos os locais e seus visitantes, realizar registros fotográficos e estabelecer diálogos com indivíduos.

Impressões gerais

Apesar de um dos pesquisadores ser morador do bairro da Cidade Velha há quase dezessete anos e de possuir com ambos os locais (em especial o Mangal) o elo afetivo que Tuan (2012) chama de *topofilia*; ao analisar os espaços em questão, o papel a ser desempenhado agora não seria o de nativo, mas o de pesquisador/estrangeiro. Para tal, Geertz (2009) afirma ser necessário possuir uma visão íntima e, ao mesmo tempo em que devemos nos aproximar do objeto de estudo para coletar informações, devemos manter distância, evitando que juízos e opiniões pessoais interfiram. Da mesma forma, é necessário desenvolver um olhar mais atento ao que já é familiar, pois, de acordo com Rocha e Eckert (2001, p. 20), “a efemeridade da nossa passagem, entretanto, certamente nos impede de desvendar uma série de códigos locais, etiquetas, segredos, não ditos, gestos, olhares e ações que nos passam despercebidos, e que apenas uma continuidade da pesquisa de campo neste espaço pode elucidar”. Sendo assim, uma postura diferenciada deve ser assumida pelo pesquisador.

Outra observação aqui aplicada também foi baseada em um dos postulados de Geertz (1997), o qual afirma ainda que é necessário que as pessoas tolerem nossa intrusão em suas vidas ou que nos aceitem como “seres com os quais vale a pena conversar”. Sendo assim, quanto aos entrevistados para o estudo, estes podem ser divididos em: moradores vizinhos aos locais analisados, visitantes dos locais analisados e trabalhadores do Parque Naturalístico Mangal das Garças. Durante as incursões foram entrevistados cinco indivíduos na Orla, sete no Mangal e dois nas proximidades aos dois locais, totalizando quatorze pessoas. Destes quatorze, somente três sujeitos foram indicados por alguém, enquanto o restante foi escolhido de forma aleatória ao longo do percurso, conforme a prática da etnografia de rua proposta por Rocha e Eckert (2001) e utilizando a idade como único critério, com o objetivo de



abranger diferentes faixas etárias e desconsiderando dados socioeconômicos. Segundo Rocha e Eckert:

A etnografia de rua, aqui, é um deslocamento em sua própria cidade, o que significa dizer, dentro de uma proposta benjaminiana, que ela afirma uma preocupação com a pesquisa antropológica a partir do paradigma estético na interpretação das figurações da vida social na cidade. Um investimento que contempla uma reciprocidade cognitiva como uma das fontes de investigação, a própria retórica analítica do pesquisador em seu diálogo com o seu objeto de pesquisa, a cidade e seus habitantes [...] (ROCHA; ECKERT, 2001, p. 3).

Ademais, algumas perguntas-base foram elaboradas de acordo com os grupos entrevistados: para os moradores, algumas das perguntas foram: "há quanto tempo reside na área?" e "costuma frequentar algum dos espaços em questão? Se sim, com que frequência?". Quanto às perguntas-base feitas aos visitantes, algumas delas possuíam relação com a frequência com que visitavam os locais e se tais espaços eram capazes de despertar alguma impressão em quem os visita ("em caso positivo, qual?"). Já quanto aos trabalhadores do Mangal, alguns dos questionamentos propostos foram relativos ao tempo de trabalho no local até então e como era trabalhar num espaço como o Parque. As perguntas serviram como uma forma de estabelecer um diálogo inicial e, a partir de aí, se o entrevistado assim permitisse, tais diálogos poderiam ser prolongados, com perguntas não previstas anteriormente e que surgiam espontaneamente a partir dos relatos. Dessa forma, os relatos obtidos foram bastante variados, com alguns entrevistados respondendo além do que foi perguntado e prolongando a conversa, enquanto outros economizaram nas palavras e responderam somente o que foi perguntado.

Em relação ao Mangal (Figura 5), de maneira geral, alguns pontos importantes a serem destacados são que logo ao chegar, próximo à entrada do Parque, o visitante se depara com vários vendedores: pipoqueiro, vendedores de *chopp*³, de água mineral e de coco. Os visitantes que chegam ao local a pé têm suas temperaturas aferidas na entrada, medida de prevenção adotada pela administração, assim como a distribuição, ao longo do parque, de lavatórios e totens com instruções de como se proteger da Covid-19, ações estas necessárias para a reabertura em um contexto pandêmico.

Durante as primeiras incursões realizadas, em outubro de 2020, foi possível observar também que famílias com filhos representam a maior parcela dos

³ O *chopp*, no Pará, é o equivalente ao *sacolé*, *geladinho*, *gelinho*, *dim-dim* ou *chup-chup* de outras regiões do país.

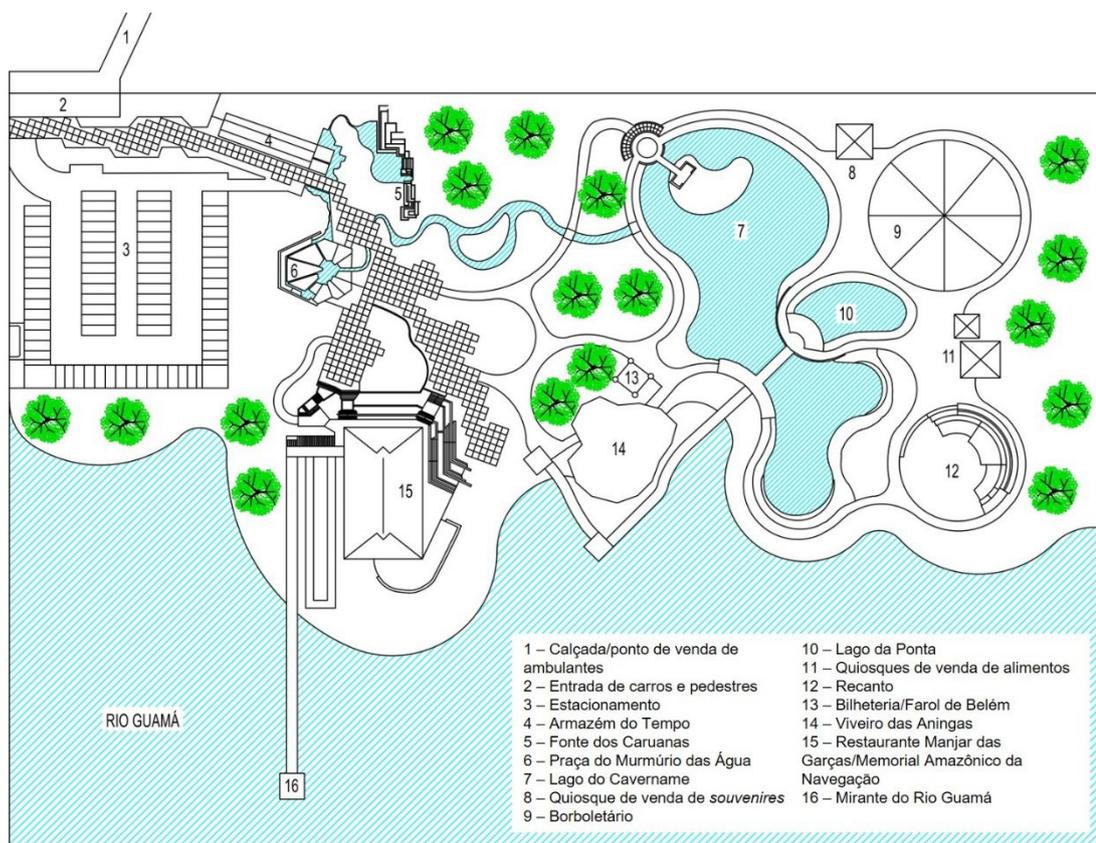


Figura 5
Implantação do Mangal

Fonte: Redesenho feito pelos autores, 2021, a partir de ilustração originalmente publicada na Revista *Landscape Architecture*, 2021, v. 96, n. 4, p. 123, abr. 2006

visitantes, em detrimento dos casais e visitantes desacompanhados. Um outro fato que merece destaque é a grande quantidade de ensaios fotográficos sendo realizados no local, sejam eles de gestantes, casais, de aniversário ou formatura; tanto no período da manhã quanto no fim da tarde. As sessões de fotos, que possuem maior ocorrência no sábado pela manhã, são responsáveis por interferir na dinâmica espacial ao interromperem constantemente o traslado dos transeuntes, obrigando-os a fazer uma pausa entre um registro e outro, para, assim, poder seguir seu caminho em passos apressados, numa tentativa de se desvencilharem da situação. Aos sábados, um dos quiosques onde ocorre a venda de alimentos conta com música ao vivo para animar os frequentadores e consumidores.

O contato com a natureza que o espaço proporciona faz com que alguns visitantes comparem o Mangal a outros espaços da cidade como o Bosque Rodrigues Alves ou o Museu Emílio Goeldi; este último um espaço que o casal Alberto e Irlene⁴, de 26 e 24 anos res-

⁴ Entrevista realizada em 09 de out. de 2020.



pectivamente, costumam frequentar com maior assiduidade com sua filha devido à localização próxima à residência da família. Eles afirmam ainda que, apesar de já terem visitado algumas vezes o Portal da Amazônia, situado ao lado do Mangal, em relação ao Portal são mais temerosos por conta da violência. Mergulhão (2009) afirma que o Mangal das Garças foi responsável por resgatar uma prática costumeira e que acabou sendo incorporada à vida de muitas famílias belenenses: a visita, aos domingos, aos espaços públicos de caráter paisagístico como os já citados Bosque e Museu. Ademais, além de oferecer um ambiente propício para levar a família (principalmente as crianças), o Mangal já se tornou uma parada obrigatória para turistas.

Apesar da sensação de prazer e bem-estar proporcionada, Tuan (2012) afirma que a atividade turística permite contatos superficiais e pouco autênticos com a natureza. Isso acontece pois, segundo o autor, na vida moderna, o contato físico com o próprio meio ambiente natural é cada vez mais indireto e limitado a ocasiões especiais. Fora do contexto rural, o envolvimento do homem tecnológico com a natureza é mais recreacional (atividades turísticas principalmente) do que vocacional. Dessa forma, o turismo tem uma utilidade e beneficia a economia, porém não une o homem verdadeiramente à natureza. Ainda segundo o autor, a apreciação da paisagem é mais pessoal e duradoura quando está mesclada com lembranças de incidentes humanos. Ele também afirma que quando uma sociedade alcança um certo nível de desenvolvimento e complexidade, as pessoas começam a observar e apreciar a relativa simplicidade da natureza. Destarte, a apreciação romântica da natureza é privilégio e riqueza da cidade.

As incursões ao Mangal naquele mês de outubro permitiram, ainda, o contato com o biólogo Basílio, o qual trabalha no Parque há cerca de 1 ano e meio. Ele revelou que o Mangal foi projetado tendo como foco principal o restaurante Manjar das Garças, o qual possui, em suas palavras, *“uma cozinha de renome, que é uma referência da comida paraense”*. Assim, afirma existirem dois tipos de visitantes: o visitante que vai ao Mangal somente pelo restaurante e ocasionalmente passeia pelo parque e aquele que frequenta o parque para *“ter um contato com a natureza”*. Dessa forma, a maioria do público que frequenta o Manjar acaba ficando restrito somente ao restaurante, estacionamento e intermediações.

O contato com outro funcionário do Parque, Reginaldo, também pôde ser estabelecido. Reginaldo, garçom

do Restaurante Manjar das Garças, nos contou que mora em Belém há doze anos e trabalha no Manjar há sete. Durante esse período, ele conta ter ido ao Mangal a passeio apenas duas vezes. Descreve tanto o restaurante como o parque em si como locais bonitos; no entanto, considera necessária uma mudança na cobertura do restaurante (a qual julga, segundo seu gosto pessoal, como "feia"), tendo em vista o incêndio ocorrido no restaurante em agosto de 2018, no qual o fogo tomou conta de parte da cobertura em madeira e fibra de piaçava.

Algumas das impressões dos visitantes, moradores próximos e trabalhadores do Parque podem ser conferidas no quadro abaixo, elaborado tomando como referência o trabalho de Miranda e Lima (2021):

É maravilhoso. Como qualquer trabalho, tem seus percalços, né. Mas é um ambiente super agradável pra trabalhar, pra ficar aqui. Você vê que é uma paisagem diferente, todo dia tem uma novidade... novidades boas, novidades ruins também. Mas é o natural (Basílio, 32 anos, biólogo do Mangal das Garças. Entrevista realizada em 09/10/2020). Não parece estar dentro de Belém.
(Lucélio, 30 anos, visitante do Mangal, residente do bairro Castanheira).

O Mangal, de quatro em quatro anos, [...] ele muda de administração. Tem administrador que dá uma ajuda aqui na rua, manda podar as plantas desse muro aí do lado; tem administrador que nem olha pra cá e assim vai levando. Tem várias pessoas que já passaram por aí, tem gente que convive com a gente e tem gente que nem quer saber [...]
(Adriano, 38 anos, dono do Boteco das Garças e morador da rua Carneiro da Rocha, localizada ao lado do Mangal. Entrevista realizada em 10/10/2020).

É como uma floresta dentro da cidade [...] tudo parece mais verde e bonito
(Sr. João, 65 anos, visitante do Mangal, natural de Belém, mas atualmente não residente na cidade. Entrevista realizada em 10/10/2020).

Ao voltarmos ao parque em janeiro de 2021, foi possível perceber algumas mudanças em relação às últimas visitas: uma grande tenda foi colocada sobre as mesas dos quiosques que vendem alimentos (Figura 06), modificação feita para proteger os clientes do sol e da chuva. Ademais, desta vez o acesso ao mirante (o qual desde a reabertura do Parque, em julho de 2020, estava interditado) foi liberado aos visitantes (Figura 07), permitindo a contemplação do rio, elemento tão familiar ao belenense. No mirante havia uma funcionária, a qual fiscalizava os visitantes quanto ao cumprimento das normas sanitárias, como o uso de máscaras e o distanciamento. Por fim, outro espaço





Figura 6, 7 e 8

Tenda alocada para proteger os clientes; Vista do Mirante do rio; O Armazém do Tempo, agora transformado em um café

Fonte: Autores, 2021

agora novamente acessível foi o Armazém do Tempo, que até novembro estava passando por reforma e desde então deixou o uso como loja de *souvenirs* e local de exposições para abrigar um café (Figura 08).

Uma das incursões ao Portal da Amazônia (Figura 9) ocorreu em uma sexta-feira de outubro de 2020, num fim de tarde após uma visita ao Mangal. O sol estava se pondo e o horário já era o de pico da movimentação no local. Foi possível observar automóveis estacionados e parte das pistas tomadas por pessoas que caminhavam, corriam, andavam de patins ou bicicleta. Aqui a composição do público era mais diversificada: haviam muitas famílias com crianças, mas não era possível dizer que eram maioria. À beira do rio, vários

⁵ Entrevista realizada em 09 de out. de 2020.

⁶ O Parque Estadual do Utinga (PEUt), inserido na Área de Proteção Ambiental da Região Metropolitana de Belém (RMB), está localizado em áreas dos municípios de Belém e Ananindeua e abrange áreas de seis bairros, dentre eles o bairro Curió-Utinga, onde está localizada sua sede, na Av. João Paulo II. O Parque é uma unidade de conservação de proteção integral e possui uma área de 1.393,088 hectares. O PEUt, formado por florestas de terra firme e inundadas, abriga os dois principais mananciais de água doce da região, os lagos Bolonha e Água Preta, responsáveis também pelo abastecimento, de forma direta ou indireta, de 70% da população da RMB. Além do abastecimento de água, o parque promove a manutenção da biodiversidade, servindo também como área de recreação e lazer para a população.

indivíduos sentados na grama apreciavam o pôr-do-sol às margens do Rio Guamá em um clima bastante agradável, propício para conversas e também para a prática de atividades físicas, como uma aula de *yoga* ao ar livre, a qual ocorria mesmo com toda a agitação do entorno.

Nesse momento, após algum tempo observando a paisagem e os indivíduos, foi possível conversar com o casal Wellington e Grazielle⁵, que estavam sentados lado a lado em duas cadeiras dobráveis, no gramado. Ele, natural de Belém, coincidentemente do bairro da Cidade Velha, e ela, moradora do município de Marabá. Devido ao fato de morar no bairro desde o nascimento, Wellington destaca que viu tanto o Mangal quanto o Portal surgirem e que o Portal da Amazônia é, segundo ele, um dos melhores lugares de Belém por conta da imensa possibilidade de atividades que podem ser realizadas no local, fala que é reforçada por Grazielle. No entanto, o casal afirma também que o Portal acaba se tornando insuficiente para a grande procura e, portanto, deveriam existir mais espaços assim, citando o Parque Estadual do Utinga⁶ como comparação.



Figura 9
Implantação do Portal da Amazônia
Fonte: Google Earth, com modificações feitas pelos autores, 2021

Wellington afirmou também, em relação ao Mangal das Garças, que um dos pontos negativos do parque é a elitização do espaço, “*por ser tudo muito caro*”, um paradigma que, segundo ele, deveria ser quebrado. Como solução para o problema, indicou a ideia de haver um dia na semana onde todos os espaços de visitação do parque fossem gratuitos, para que as pessoas que não tivessem condições pudessem conhecê-los também, semelhante ao que ocorre com espaços ligados ao Sistema Integrado de Museus e Memoriais (SIMM) em Belém.

A incursão tornou possível também conversar com o professor Genisson Rodrigues, 38 anos, morador da Alameda Cabralzinho, situada na Rua do Arsenal. Residente do local há 31 anos, revelou que a alameda e seu entorno sempre foram lugares muito tranquilos para morar, sendo ainda mais tranquilos antes da inauguração dos espaços, mesmo que durante os fins de semana sempre houvesse normalmente uma maior movimentação. Sobre o Mangal das Garças, ele revelou que já o visitou diversas vezes, porém, hoje com menos frequência. Afirma que não viu grandes mudanças ocorrerem no perímetro após sua inauguração e, assim como Wellington, apontou como ponto negativo o preço cobrado pelo acesso às atrações e pelos quiosques no interior do Parque. No entanto, também destaca o contato com a natureza que o Mangal proporciona. O professor chama atenção para as diferenças existentes entre os dois espaços:

[...] o nível de pessoas que visitam lá (Mangal) é ... não diria elitizado, mas assim, acho que o próprio espaço impõe que você seja mais civilizado, muito diferente do Portal. O portal é aberto, então quem quiser ir de carro, vai; quem quiser ir de bicicleta, vai; quem quer fazer exercício, pregar, beber, fazer piquenique, faz; é um espaço mais democrático, o Mangal não é tão democrático, embora seja aberto ao público. [...] pra quem gosta da bagunça, o Mangal não é um atrativo. O Portal é democrático. Quer ver a elite? O pobre? O bagunceiro? O intelectual? Estão todos lá! O Mangal, o São José Liberto⁷, impõe outra classe social, não que o pobre não possa ir nesses locais, mas não são atraídos por eles. Deveria ser um dever do Estado fazer isso.

A fala do professor merece destaque por tocar em um ponto pertinente: o nível socioeconômico dos frequentadores dos espaços. De fato, é possível observar que, apesar de os dois locais estudados serem, em teoria, abertos ao público, no Portal da Amazônia (ou Orla de Belém), observamos uma maior diversidade de atividades possíveis de serem realizadas, o que acaba atraindo um público maior e mais abrangente no que concerne a fatores como renda, escolaridade, etnia,

⁷ Erguido em 1749 por frades capuchos de Nossa Senhora da Piedade para o funcionamento do convento de São José, o prédio já exerceu diferentes funções: olaria, quartel, depósito de pólvora, hospital, cadeia pública e presídio. Desde 11 de outubro de 2002 é denominado de Espaço São José Liberto, sendo considerado “território criativo”, onde o desenvolvimento econômico tem como elemento propulsor a cultura, o turismo e o design, visando a verticalização do setor mineral de gemas e joias.

etc. É sabido que o projeto do Portal abrange também a área de bairros como Jurunas, Condor e Guamá, considerados periféricos e cuja população, no geral, está inserida em um contexto socioeconômico diferente dos habitantes de bairros como Cidade Velha, Batista Campos e Campina, que também frequentam o espaço. Não é possível negar que o Mangal também seja palco do mesmo fenômeno; no entanto, na Orla tal ocorrência é amplificada.

⁸ Entrevista realizada em 10 de janeiro de 2021.

O biólogo Alison Ramos⁸, 32 anos, morador da rua Osvaldo de Caldas Brito (bairro do Jurunas), situada nas proximidades do Portal, afirma frequentar o espaço durante os fins de semana para praticar corrida e passear com o cachorro, principalmente cedo pela manhã e aos fins de tarde, os melhores e mais movimentados horários, segundo ele. Alison afirma que o público que frequenta o local usa as quadras para a prática de esportes como futebol e vôlei (Figura 10). Aos fins de semana, ao fim da tarde e durante a noite, uma das vias do local permanece fechada, permitindo que os visitantes possam andar de bicicleta, *skate*, patins, caminhar ou correr.

Ademais, ele nota no local grupos de academia que praticam exercícios ao ar livre e outros grupos formados por pessoas que praticam boxe e karatê, estes últimos em menor frequência. Durante nossa conversa, ocorrida em janeiro de 2021, em uma manhã de domingo, horário que revelou um movimento considerável, foi possível também observar no local a prática da direção por alunos de autoescolas acompanhados de seus instrutores. O biólogo acredita que a segurança no espaço melhorou sobremaneira devido ao fato de viaturas da polícia militar realizarem rondas pela área. No entanto, apesar de nunca ter sido vítima da insegurança ou violência no local, afirma escutar muitos relatos de conhecidos sobre o assunto. Considera o Portal um espaço aberto com muitas possibilidades de uso, mas que não é tão aproveitado pela falta de arborização, problema que não se restringe somente ao local, mas que afeta o bairro da Cidade Velha ou mesmo do Jurunas como um todo.

Os caramanchões (Figura 11), alguns ainda com cobertura, situados na parte inicial da orla servem como abrigo devido à sombra que proporcionam. A carência de arborização de fato faz com que, no intervalo entre as 12h e as 16h, o local seja pouco frequentado por conta da grande exposição à radiação solar, o que o torna soturno e, portanto, inseguro. Alison fala também sobre a existência de uma associação de moradores do entorno, composta por indivíduos que reali-

zam vendas de alimentos de forma legalizada no local, acrescentando que o poder público deveria fomentar a produção e comercialização de diversos tipos de produtos por moradores da área, aproveitando áreas subutilizadas nos terrenos fronteiriços à Orla.

É um espaço muito pra contemplação do rio... (Figura 12) mas tem tão pouco espaço que tem árvores assim; colocaram tanta palmeira que não cobre nada e as pessoas se concentram nos lugares onde tem árvore (Figura 13) e nos outros fica meio ocioso. Aí serve meio pra tirar foto e olhe lá...

Por ser morador da área desde o nascimento, Alison lembra que hoje onde é orla "era tudo água". Fala sobre o fato de que várias famílias tiveram de ser remanejadas para outras localidades, muitas delas distantes, rompendo, assim, possíveis laços afetivos criados com o local. Alison também destaca um dado importante:



Figura 10, 11, 12 e 13

Uma das quadras utilizadas pelo público; Os caramanchões que abrigam o público; Abaixo: À esquerda, pessoas sentadas contemplando o rio. À direita, um dos pontos de concentração de pessoas, justamente onde há árvores e sombra

Fonte: Autores, 2021

Só quem mora na... quem frequenta a orla com mais frequência (em relação aos residentes das cercanias) são aqueles que vem praticar esportes nas quadras e aqueles da associação que vem vender alguma coisa. De resto, todo mundo prefere permanecer na frente das suas casas assim no final de semana do que vir pra cá porque não tem tanta opção assim mesmo. A maioria do pessoal que vem pra cá não é daqui. Quando não tinha orla eles já ficavam na frente das suas casas, tinham uns botecos na rua e tudo mais...

No mesmo dia da entrevista anterior, também foi possível ter uma conversa com o casal Adelmo, 58, e Francisca, 51 anos. Residentes do bairro de Batista Campos, eles afirmam não ter o hábito de frequentar o espaço. No entanto, afirmam que os domingos pela manhã são o momento que consideram o melhor para visitar o local por conta do movimento não tão intenso. Afirmam também que o Portal é um bom lugar para levar o cachorro para passear e contemplar o rio. A secretária Juliana, 31 anos e sua avó Marcelina, 72, residentes do bairro do Marco, também estavam visitando o local naquele momento e afirmaram que raramente frequentam o espaço por conta da distância, mas que o consideram muito bonito, principalmente a vista para o rio. Ademais, também destacam a tranquilidade do local no domingo de manhã.

Durante a mesma incursão, foi possível observar muitos idosos e crianças, tendo em vista que o horário é propício para tais públicos. Além disso, indivíduos passeando com cachorros também foram frequentemente observados. Pudemos também constatar algo que Alison destacara: a concentração de pessoas em uma parte do trecho inicial onde existem blocos de concreto que servem como bancos e algumas árvores de tamanho médio, as quais oferecem sombra. Ali, várias pessoas pareciam interagir (algumas sem máscara, algo preocupante) umas com as outras. Nesse ponto também havia a concentração de vendedores ambulantes comercializando produtos como sorvete e vitaminas. À beira do rio, haviam várias pessoas sentadas conversando e contemplando a paisagem.

Algumas cenas chamaram a atenção: uma mulher, com uma caixa de som, sentada no gramado contemplando o rio enquanto ouvia música em um volume alto. Ela parecia estar realmente aproveitando aquele momento sem receio de julgamentos por parte de outros visitantes. Próximo a ela, três indivíduos sentados em cadeiras dobráveis, sendo um deles uma mulher que segurava uma vara de pescar (fig. 14). Além dela, havia um homem também pescando próximo à escultura do trecho inicial do Portal (fig. 15). A prática



da pesca pareceu uma atividade inusitada para o local, embora possível devido a presença do rio Guamá. Ambas as cenas evidenciam o papel que o rio exerce em relação à existência do espaço, bem como marca a já tradicional relação da população de Belém e do bairro da Cidade Velha com este.



Figura 14 e 15

A prática da pesca em pontos próximos situados no trecho inicial do local

Fonte: Autores, 2021

Considerações finais

O Mangal das Garças e a Orla de Belém, apesar de serem vizinhos imediatos e de proporcionar a integração do homem com a natureza, não atraem necessariamente o mesmo público, nem sediam as mesmas atividades. Apesar de terem sido planejados com o objetivo de oferecer à população uma janela para o rio e permitir a integração com a natureza, no Mangal é perceptível a criação de um espaço mais voltado ao turismo, onde houve a intenção de desenvolver um conceito cênico, capaz de envolver o visitante, provocando sensações e surpreendo-o durante sua caminhada com um novo elemento a cada curva (DUTRA *et al.*, 2020). Ademais, o resgate de uma regionalidade, por meio de técnicas e da arquitetura vernacular, bem como referências à cultura e memória da região são perceptíveis no local. O Mangal é um espaço para visitação, contemplação da natureza e gastronomia, não incentivando uma permanência prolongada, como aponta Mergulhão (2009).

Já o Portal da Amazônia não se restringe à orla ou beira-rio: compreende um projeto muito maior do qual a Orla de Belém faz parte. Esta, por sua vez, estende seus limites não somente ao longo do bairro da Cidade Velha, mas, principalmente ao longo do bairro do Jurunas. No caso do Portal, este constitui uma alternativa para uma área periférica, de baixada, e, portanto, alagável. Assim, foi colocado em prática o projeto, que além de promover o turismo e, principalmente, oferecer uma opção de lazer, anteriormente inexistente, à população, é responsável também por promover o "embelezamento" de uma área vista como degradada.

Enquanto no Mangal observamos uma classe média-alta como público alvo, principalmente por conta dos preços "para turistas" que as atrações possuem, o que acaba afastando parte da população que possui menor poder aquisitivo, no Portal o espaço é "mais democrático", como afirma o professor Genisson, e acessível a todos os públicos. Assim, a Orla acaba sendo um espaço que permite uma maior liberdade em termos de conduta, o que pode, inclusive, gerar problemas como a insegurança pública, a qual ronda o local e acaba, de certa maneira, se tornando um estigma. No entanto, é fato que o local permite muito mais do que a contemplação da natureza (destaque para o rio), consistindo em um espaço propício para lazer, práticas esportivas, encontros e o desenvolvimento de sociabilidades em geral.

Cabe destacar que o Mangal possui fatores como seu aspecto cênico e a limitação física imposta pela existência de muros e pela restrição do acesso a horário predeterminado, permitindo ao visitante sentir que não está dentro da cidade, como uma espécie de fuga do grande centro urbano, de acordo com um dos entrevistados. Essa sensação corrobora a reflexão de Norberg-Schulz (2006, p. 448) sobre a natureza formar uma ampla e extensa totalidade, um "lugar, que, de acordo com as circunstâncias locais, possui uma identidade peculiar". Em relação à Orla, por ser um local aberto, sem barreiras delimitantes construídas pelo homem, e no qual a vinculação ao restante do tecido urbano é visível, não temos a mesma sensação proporcionada pelo Mangal.

Destarte, é possível relacionar tais percepções ao papel do arquiteto e do projeto de arquitetura como condicionador de comportamentos, o que, por sua vez, nos conduz ao que Pallasmaa (2006) afirma sobre a experiência mais vasta e possivelmente mais importante que se pode ter da arquitetura: a sen-



sação de estar em um lugar único. O autor discorre sobre o efeito da arquitetura prover de "sentimentos primordiais", os quais formam o genuíno "vocabulário básico" da arquitetura, e é trabalhando com eles que a obra se torna, de fato, arquitetura. Uma experiência que pode provocar estes sentimentos é o "olhar pela janela, ligação com a paisagem". Assim, segundo o autor, uma forte experiência arquitetônica sempre desperta uma sensação de solidão e silêncio, não importando o número de pessoas presentes ou o barulho. Ele também afirma que a paisagem natural nunca expressa solidão da mesma maneira que um edifício. Dessa forma, a natureza não precisa do homem para explicar a si mesma; no entanto, um edifício representa seu construtor e proclama a ausência dele.

Esta disciplina contida na concepção do projeto arquitetônico e paisagístico contrasta com a liberdade de utilização dos espaços públicos multifuncionais. Faz-se necessário, portanto, que o projeto concilie os desejos de seus usuários a ponto de promover o pertencimento ao lugar, o qual, para ser desenvolvido, necessita de enraizamento, de criação de laços identitários com o lugar, algo que moradores vizinhos ao Portal podem ainda não possuir (DUARTE, 2015).

Por fim, os dois espaços, cada um à sua maneira, certamente já se consagraram no gosto do belenense, sendo também indicados aos turistas como opções de passeio e lazer. No entanto, alguns condicionantes que poderiam ser revistos, tais como os preços praticados ou a questão da insegurança pública. Seria importante que o poder público ouvisse as sugestões dos frequentadores e moradores como forma de promover melhorias. Além de terem provocado mudanças na paisagem da área onde estão localizados e na vida de inúmeros habitantes, fomentando sociabilidades e a integração com a natureza, o Mangal e a Orla constituem exemplares arquitetônicos e urbanos de importância para compreender como a arquitetura tem se desenvolvido na "nova" Cidade Velha, área considerada como Entorno do Centro Histórico de Belém e que faz parte de um bairro em que o "antigo" ainda é o principal atributo. Assim, constituindo um contraste em relação à antiguidade do núcleo inicial de fundação, tais espaços contribuem também para que a Cidade Velha como um todo seja um local ímpar, em que, apesar das adversidades que possuem os bairros de qualquer cidade brasileira, os moradores e frequentadores, no geral, gostam de estar e visitar.

Referências

AGIER, Michel. *Antropologia da Cidade. Lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

AUGÉ, Marc. *Não Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 1994.

BELÉM. Lei Ordinária N.º 7709, de 18 de maio de 1994. *Dispõe sobre a preservação e proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural do Município de Belém e dá outras providências*. Disponível em: http://www.belem.pa.gov.br/segep/download/coletanea/PDF/n_urban_p/patr_hist.pdf. Acesso em: 12 jul. 2021.

BRASIL. Decreto-Lei nº25, de 30 de novembro de 1937. *Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 12 jul. 2021.

CORBIN, Alain. *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DUARTE, Cristiane Rose de S. A empatia espacial e sua implicação nas ambiências urbanas. *Revista Projetar, edição especial de lançamento*. P. 70-76, 2015.

DUTRA et al. *Imago urbis e o parque naturalístico Mangal das Garças: um paralelo entre a arquitetura contemporânea e a culturalidade*. Disponível em: <http://arquiteturaufpamemoria.blogspot.com/2020/12/ensaio-imago-urbis-e-o-parque.html>. Acesso em: 22 jan. 2021.

ECKERT, Cornélia. As variações "paisageiras" na cidade e os jogos da memória. In: SILVEIRA, Flávio Abreu da; CANCELA, Cristina Donza (Org.). *Paisagem e cultura: dinâmica do patrimônio e da memória na atualidade*. Belém: EDUFPA, 2009.

GEERTZ, Clifford. *Vidas e Obras: o antropólogo como autor*. Tradução Vera Ribeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

GORSKI, Maria Cecilia Barbieri. *Rios e cidades: ruptura e reconciliação*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). 2008. 243 f. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008.

KLIASS, Rosa Grena; ZEIN, Ruth Verde. *Rosa Kliass: desenhando paisagens, moldando uma profissão*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

LEÃO, Monique Bentes Machado Sardo. Projeto Portal da Amazônia: Contradições na Orla de Belém/PA. In: *Anais do XV ENANPUR*, v. 15 n. 1 (2013), Recife, 2013.

MERGULHÃO, Pedro. *A paisagem Amazônica no paisagismo de Belém: caso Parque Naturalístico Mangal das Garças*. 2009. 192 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano). Universidade Federal de Pernambuco.

MIRANDA, C. S. *Cidade Velha e Feliz Lusitânia: cenários do patrimônio cultural em Belém*. 2006. 262 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém.

MIRANDA, C. S. Da Almedina à Feliz Lusitânia: personagens do patrimônio. *Amazônica - Revista de Antropologia*, Belém, v. 3, n. 2, p. 348-368, 2011.

MIRANDA, C. S.; LIMA, Zâmara Elaine Anunciata. Fordlândia e Belterra: percursos etnográficos e a patrimonialização da Arquitetura em madeira. *5% Arquitetura + Arte*, São Paulo, ano 16, v. 01, n.21, e168, p. 1-23, jan./jul./2021. Disponível em:



[http://revista5.arquitetonica.com/index.php/periodico-1/ciencias-sociais-aplicadas/for-
dlandia-e-belterra-percursos-etnograficos-e-a-patrimonializacao-da-arquitetura-em-ma-
deira](http://revista5.arquitetonica.com/index.php/periodico-1/ciencias-sociais-aplicadas/for-
dlandia-e-belterra-percursos-etnograficos-e-a-patrimonializacao-da-arquitetura-em-ma-
deira). Acesso em: 30 set. 2021.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

NORBERG-SCHULZ, Christian. "O Fenômeno do lugar". In: NESBITT, Kate (org.). *Uma Nova Agenda para a Arquitetura: antologia Teórica (1965-1995)*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

PALHETA, Nélio. Governo Alacid Nunes (1966 – 1971): Saneamento dos Canais de Belém. *Diário Oficial do Estado, Belém, PA*, n. 33.133, 23 mai. 2016, A História no Diário Oficial, p. 2.

PALLASMAA, Juhani. A geometria do sentimento: um olhar sobre a fenomenologia da arquitetura. In: Nesbitt, Kate (org.). *Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965 – 1995)*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

PONTE, Juliano Pamplona Ximenes. Cidade e água: Belém do Pará e estratégias de reapropriação das margens fluviais. *Arquitextos*, São Paulo, ano 08, n. 085.02, Vitruvius, jun. 2007. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.085/237>. Acesso em: 18 jan. 2021.

RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem cultural e patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

ROCHA, Ana Luiza C. da; ECKERT, Cornelia. Etnografia de rua: estudo de antropologia urbana. *Revista Iluminuras*. Série do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, número 44. Porto Alegre: BIEV, PPGAS/UFRGS, 2001.

SANTAELLA, Lúcia. *Percepção: fenomenologia, ecologia, semiótica*. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SANTOS, Emmanuel Raimundo Costa. História da cidade de Belém: intervenções urbanísticas. In: *XVIII Encontro Nacional de Geógrafos*. São Luís, 2016.

TUAN, Yi Fu. *Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Londrina, Eduel, 2012.

TUTYIA, Dinah Reiko. *Rua Dr. Assis: uma incursão pela paisagem patrimonial transfigurada da Cidade Velha*. 2013. 211 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Belém.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2008.

Sites consultados

<http://www.cosanpa.pa.gov.br/noticias/parque-do-utinga-inaugura-nesta-sexta-feira/>. Acesso em: 30 jun. 2021.

<http://www.mangaldasgarcas.com.br/>. Acesso em: 22 jan. 2021.

<https://saojoseliberto.com.br/historia/>. Acesso em 16 jun. 2021.

<https://www.tre-pa.jus.br/o-tre/zonas-eleitorais/mapa-das-zonas-eleitorais-de-belem>. Acesso em 04 ago. 2021.

AUGUSTO, Tainara P. S.; ALMEIDA, Marcela A. de; BONFIM, Filomena Maria A. Políticas públicas para regiões mineradoras: Etapa pós fechamento das minas. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 119-141, out. 2022

data de submissão: 16/06/2021
data de aceite: 18/07/2021

Políticas públicas para regiões mineradoras: Etapa pós fechamento das minas

Tainara P. S. Augusto, Marcela A. de Almeida e Filomena Maria A. Bomfim

Tainara P. S. AUGUSTO é Mestre em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade; discente da Universidade Federal de Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ); tainarapimenta.arq@gmail.com.

Marcela A. de ALMEIDA é Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); marcela.almeida@ufes.br.

Filomena Maria A. BOMFIM é Doutora em Comunicação e Cultura; Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ); myosha@gmail.com.

Resumo

Este artigo apresenta uma breve revisão legal sobre as políticas públicas relacionadas à mineração no Brasil para identificar ações planejadas pelos entes federativos para a etapa posterior ao fechamento de minas. Abordamos o tema em três etapas: 1) revisão da legislação em âmbito federal; 2) revisão da legislação estadual de Minas Gerais, o segundo maior produtor de minério do país; 3) revisão da legislação no âmbito municipal da cidade de Itabirito-MG, que está se preparando para a fase pós-industrial. Cada etapa aborda os temas: legislação ambiental, compensação financeira, fechamento de minas e diversificação econômica. Apontamos potencialidades e fragilidades da legislação atual em preparar os municípios para lidarem com a etapa pós-mineração, e os caminhos para modalidades mais sustentáveis de desenvolvimento econômico e social nessas regiões.

Palavras-chave: mineração, desenvolvimento, políticas públicas, fechamento de minas.

Abstract

This paper presents a legal review of public policies about mining in Brazil to identify actions planned by the government for the stage after the closure of mines. We address the topic in three steps: 1) Review of the legislation at the federal level; 2) Review of the state legislation of Minas Gerais, the most abundant ore producer in the country; 3) Review of the legislation at the municipal level, Itabirito-MG city, which is preparing itself for the post-industrial stage. Each covers: environmental legislation, economic measures, mines and various economic issues. We point out the potential and weaknesses of the current legislation in preparing the municipalities to deal with the post-mining stage, pointing out ways for more sustainable modalities of economic and social development in these regions

Keywords: mining. development. public policies. closure of mines.

Resumen

En este artículo se presenta una breve revisión bibliográfica de las Políticas Públicas sobre la minería en Brasil para identificar las acciones planificadas por el gobierno para la etapa posterior al cierre

de las minas. Abordamos el tema en tres pasos: 1) Revisión de la legislación a nivel federal; 2) Revisión de la legislación estatal de Minas Gerais, el productor de mineral más abundante del país; 3) Revisión de la legislación a nivel municipal de la ciudad de Itabirito-MG, que se está preparando para la fase posindustrial. Cada uno cubre: legislación ambiental, medidas económicas, cierre de minas y varios temas económicos. Señalamos el potencial y las debilidades de la legislación actual en la preparación de los municipios para enfrentar la etapa posterior a la explotación minera, señalando las vías para modalidades más sostenibles de desarrollo económico y social en estas regiones.

Palabras-clave: minería, desarrollo, políticas públicas, cierre de minas.

Introdução

A mineração é uma atividade capital-intensiva de grande escala para exportação que concentra grandes lucros e gera impactos. Diante disso, observa-se a necessidade de intervenção do Estado por meio de legislação, políticas públicas (PP), fiscalização e cobrança de impostos. No Brasil, a atividade está submetida a um conjunto de regulamentações nos três níveis de poder: federal, estadual e municipal, fundamentais para o controle e a minimização de prejuízos socioeconômicos e ambientais.

Este artigo possibilita compreender como a atividade é organizada, fiscalizada e regulamentada no país, no estado de Minas Gerais, segundo maior produtor de minério de ferro do país, e no município de Itabirito – MG. Trata-se de uma cidade de pequeno porte localizado na região do Quadrilátero Ferrífero (QF), conhecida por abrigar grandes empreendimentos mineradores. A economia local é organizada em torno da mineração, siderurgia e comércio, sendo os dois últimos dependentes da atividade mineradora. Tal situação evidencia o processo de enclave econômico do município que está se preparando para a fase pós mineração.

O texto apresenta a legislação e as PP relacionadas à mineração em seus respectivos níveis, com foco no contexto de fechamento de mina ou período pós-industrial, organizadas cronologicamente – o que permite verificar a evolução – nos seguintes eixos temáticos: legislação ambiental, compensação financeira, fechamento de minas e diversificação econômica.

O principal objetivo é compreender se a legislação e as PP são suficientes e eficientes para estimular um desenvolvimento socioeconômico e ambiental sustentável, para diminuir o enclave econômico e minimizar a dependência e os impactos negativos da atividade.

Legislação e políticas públicas aplicadas à mineração

Legislação Federal

Em relação à propriedade das jazidas e minas, a história do direito minerário brasileiro teve início no Período Colonial, quando os recursos minerais pertenciam à Coroa Portuguesa que estimulou a atividade e cobrava uma compensação sobre os resultados (TONIDANDEL, 2011). Durante o Império, a Constituição de 1824 garantiu a plenitude do direito de propriedade, de modo que os recursos não estavam sob o domínio do monarca. Após a Proclamação da República e a Constituição de 1891, estabeleceu-se que a propriedade do solo abrangia a do subsolo, tornando as jazidas descobertas até este período, cujos proprietários tivessem manifestado, privadas. Logo, até este momento, não existia o regime jurídico de Direito Público ao setor mineral.

A partir da Constituição de 1934, que estipulou o primeiro Código de Minas, o solo e o subsolo brasileiros foram desvinculados juridicamente, determinando os bens minerais como propriedade da União, competindo-lhe administrá-los. Assim, o minerador tem o direito de exploração, mas não há posse dos recursos (TONIDANDEL, 2011). Os recursos minerais e a atividade começam a ser regulados, visto que se trata de um setor de importância estratégica e nacional, que não pode ficar à mercê de entes federados menores (ARAUJO, 2015).

Nesse período foi criado o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), órgão governamental encarregado de gerir e fiscalizar a mineração no território nacional. Em 1967 foi criado o primeiro Código de Mineração, responsável por regulamentar as modalidades de exploração, complementado por decretos e portarias diversas (TONIDANDEL, 2011; IBRAM, 2020). O código não regulamenta o direito sobre todos os minerais, e ressalva que algumas substâncias são regidas por leis especiais. A Constituição Federal de 1988 reforça a propriedade da União, de modo que a pesquisa e a lavra só pode ocorrer mediante autorização ou concessão.

A legislação ambiental é a mais desenvolvida na legislação mineral do país. Ganhou força na legislação federal a partir dos anos de 1970, com a popularização do conceito de desenvolvimento sustentável. Uma das primeiras leis a abordar este tema de maneira apro-

fundada foi a Lei nº 6.938/1981 (BRASIL, 1981) que aprovou a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), que pretende a compatibilizar desenvolvimento econômico, social e a preservação da qualidade do meio ambiente. Ela explicita o papel de estados e municípios, considerando o meio ambiente um patrimônio público a ser assegurado e protegido. Reforça ainda a importância da educação ambiental visando capacitar a população à participação ativa.

Juntamente, foi criado o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA)¹, composto por órgãos públicos ambientais em níveis federal, estaduais e municipais, e órgãos não-governamentais, que tem como responsabilidade a proteção ambiental, por meio da criação, normatização e fiscalização de leis e diretrizes. Nessa estrutura, os órgãos federais são responsáveis por editar normas gerais, coordenar, supervisionar e executar a proteção ambiental no país. Os estados e municípios realizam as mesmas funções, de forma complementar e em seus respectivos territórios. Cada um têm autonomia para criar suas próprias leis, fiscalizar e licenciar obras que estão dentro da sua divisão geográfica, a depender da classe de impacto do empreendimento. Os municípios podem incluir os moradores no debate por meio de audiências públicas, plebiscitos, fóruns, conselhos, reuniões abertas, canais de comunicação e iniciativas populares, ampliando a participação popular.

A Constituição Federal de 1988 avança significativamente nos quesitos de proteção ao meio ambiente e desenvolvimento econômico para as áreas mineradoras. O art. 225 impõe ao poder público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações. Assim, o capítulo VI estabelece que aquele que explorar fica obrigado a recuperar o ambiente degradado (BRASIL, 1988).

O Decreto nº 97.632, de 10 de abril de 1989 (BRASIL, 1989a) estabelece que os empreendimentos que se destinam à exploração de recursos minerais devem apresentar três documentos: o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), o Relatório do Impacto Ambiental (RIMA) e um Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD). O RIMA se destina à comunidade e deve ter linguagem acessível e objetiva, enquanto o EIA é o estudo completo, com todo o detalhamento necessário para a análise dos técnicos responsáveis pela aprovação. O PRAD, por sua vez, tem como objetivo a reabilitação da área minerada. Sánchez (2001, p. 48) define que a recuperação é "o conjunto de ações que visam tornar a área apta para algum uso pro-

¹ É formado pelos: 1) Conselho de Governo, que reúne ministérios e Casa Civil da Presidência da República com o objetivo de elaborar diretrizes; 2) Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), órgão consultivo, deliberativo e fiscalizador, formado por membros dos governos federal, estaduais e municipais, profissionais e entidades; 3) Ministério do Meio Ambiente (MMA), que elabora, aplica e supervisiona as normas em todo o país; 4) Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgãos executores; 5) Órgãos Seccionais, que são as entidades estaduais responsáveis; e, por fim, 6) Órgãos Locais ou entidades municipais que controlam e gerenciam as boas práticas nos municípios.

duto, não necessariamente idêntico ao que antecedeu a atividade de mineração”. Graças ao princípio da participação, qualquer cidadão ou instituição pode se manifestar a esse respeito, sendo recomendável que a população do entorno seja consultada.

Em 1986, o processo de regulamentação do licenciamento ambiental foi iniciado pelo CONAMA. No ano de 1997, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) atualizou a PNMA, instituindo a obrigatoriedade do Licenciamento Ambiental (LA) para regularização de empreendimentos mineradores. Por meio deste documento, o poder público busca exercer controle e conciliar desenvolvimento econômico e a proteção dos recursos naturais. Atualmente, o LA é realizado em três fases: a Licença Prévia (LP), em que é apresentado o EIA do empreendimento; a Licença de Instalação (LI), que estabelece as condicionantes para a construção; e a Licença de Operação (LO), em que a empresa apresenta quais medidas de controle estão sendo cumpridas.

A Resolução CONAMA nº 237/1997 (BRASIL, 1997) define o licenciamento ambiental como o principal instrumento, definindo a competência legal para licenciar, em função da abrangência dos impactos diretos, da seguinte maneira: do município, se os impactos forem locais; do estado, se dois ou mais municípios forem impactados diretamente; e do Ibama, quando os impactos diretos ultrapassem os limites territoriais de um ou mais estados. Outro avanço nesse período foi a promulgação da Lei dos Crimes Ambientais, a Lei nº 9.605/1998 (BRASIL, 1998), que criminaliza ações lesivas ao meio ambiente, tal como a desobediência à legislação.

Durante a primeira década dos anos 2000, os avanços legislativos relacionados ao meio ambiente focaram em aspectos relacionados à biodiversidade, gestão de recursos e mudanças climáticas, existindo uma ausência de atualização ou criação de leis com foco na atividade mineradora. As legislações minerais voltam a ser discutidas e decretadas após 2010, porém, neste período, observa-se que o foco recai em questões ambientais e relacionadas à segurança do processo, principalmente de barragens. É importante salientar que, do ano 2000 à 2014, a atividade estava vivendo os reflexos do *boom das commodities*.

Em 2015, foi publicado o Decreto nº 8.437 (BRASIL, 2015), que indica as tipologias de empreendimentos e atividades em que o Licenciamento Ambiental constitui competência da União. Já em 2017, o DNPM foi extinto, sendo criada a Agência Nacional de Mi-

neração (ANM), autarquia federal vinculada ao MME, responsável pela gestão da atividade e dos recursos minerais brasileiros. Nesse mesmo período também foi apresentado um novo Código de Mineração, que não foi aprovado pelo Congresso Nacional. Com a não aprovação, o Governo Federal (MME) buscou introduzir alguns aperfeiçoamentos via decretos na legislação, como o Decreto nº 9.406/2018 (BRASIL, 2018), que considera a atividade como de utilidade pública, caracterizada pela rigidez locacional². Dessa forma, o minerador pode solicitar a servidão mineral ou desapropriação (IBRAM, 2020).

² Rigidez locacional significa que o empreendedor não pode escolher livremente o local onde exercer sua atividade produtiva, já que a localização é definida pela disponibilidade do recurso natural na área.

Em 2021, o PL 3729/2004 foi apresentado e teve seu texto-base aprovado na Câmara dos Deputados. Segundo ambientalistas, este projeto enfraquece as regras do licenciamento, uma vez que propõe a Licença por Adesão e Compromisso (LAC), uma espécie de autolicensing que seria fiscalizada posteriormente, com o objetivo de atestar se os dados são verídicos. A pressão realizada por parte das empresas em possibilitar maiores facilidade no processo de licenciamento tem como argumento o fato de considerarem o processo de licenciamento demorado, cartorial, burocrático e com baixo monitoramento após a emissão da licença, de maneira a atrapalhar o desenvolvimento econômico. A PL também possibilita aos estados e municípios deixar de exigir o licenciamento. Tal flexibilização pode estimular o enfraquecimento das leis, uma vez que os entes federativos podem criar cenários em busca de investimentos em detrimento do meio ambiente.

A compensação financeira é um dos principais benefícios da atividade mineradora para a economia. A Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais (CFEM) é o *royalty* da mineração, que tem como fundamento legal a Constituição de 1988, no qual o art. 20 assegura aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, bem como aos órgãos da União, a participação nos resultados financeiros. O art. 8 da lei determina que as rendas deverão ser aplicadas em projetos que direta ou indiretamente revertam os valores em prol da comunidade local na forma de melhorias da infraestrutura, da qualidade ambiental, da saúde e da educação. Em 2017 foi criada a Lei nº 13.540/2017 (BRASIL, 2017), que regulamenta e define novos percentuais de distribuição. O objetivo com a compensação é reduzir os possíveis impactos ambientais e socioeconômicos negativos gerados pela atividade, como a doença holandesa, o caixa único ou os enclaves econômicos. E minimizar a dependência local, preparando a localidade para o processo de fechamento de mina.

Fechamento de minas: sobre as projeções para o futuro da atividade, no ano de 2010, o Ministério de Minas e Energia (MME) divulgou o Plano Nacional de Mineração 2030 (BRASIL, 2011) que salienta a importância de um planejamento estratégico nacional de longo prazo, tendo em vista o cenário atual da atividade e a possibilidade de esgotamento das reservas minerais. O PNM 2030 define onze objetivos estratégicos que se baseiam em três diretrizes: governança pública, agregação de valor e sustentabilidade econômica. Entre as possíveis estratégias, estão: a diversificação econômica; o desenvolvimento do setor de agregação de valor; a criação de polos de desenvolvimento tecnológico e industrial; a capacitação da mão de obra local; e o incentivo a pesquisas (CARVALHO, 2011). Sobre os processos pós-industriais e de fechamento de minas, apesar da importância, o plano não aprofunda sobre o assunto. Não apresenta nenhuma estratégia ou plano de ação que possa contribuir com a situação.

O marco legal para o fechamento de mina no Brasil atualmente está embasado na Constituição Federal de 1988, no Decreto nº 97.632 e na Resolução ANM Nº 68 de 2021 que regulamenta o Plano de Fechamento de Mina – PFM (BRASIL, 2021), e define a obrigatoriedade, os processos legais e os documentos necessários. O próprio PNM 2030 considera o marco legal brasileiro insuficiente, devido à complexidade do tema, uma vez que se limita a recomposição física da área degradada, e desconsidera aspectos socioeconômicos. É importante salientar que embora a legislação brasileira obrigue as empresas de mineração a apresentar o PRAD, junto ao EIA-RIMA, esta exigência não contempla de forma sistêmica a recuperação socioeconômica e ambiental que deveriam estar previstas em um plano de fechamento de mina.

Logo, nota-se que a legislação federal não corresponde à complexidade e ao caráter sistêmico dos processos pós-industriais e fechamento de minas. A responsabilidade pelas definições são repassadas aos estados e municípios, para que eles criem suas próprias políticas e leis para conduzir de maneira mais específica os processos de fechamento. Também fica perceptível que a legislação está focada em questões relacionadas à sustentabilidade, mas com o viés da proteção do meio ambiente. São poucas leis e políticas públicas que abrangem o desenvolvimento socioeconômico das populações e regiões, e a participação popular no processo é pouco mencionada, ficando somente a cargo da Constituição Federal de 1988 e do RIMA. Tal situação é inadequada para proporcionar



um ambiente regulatório moderno e ágil para dar suporte ao desenvolvimento sustentável do setor mineral brasileiro.

Legislação Estadual

Em relação a legislação e PP estaduais, cada estado brasileiro é responsável por elaborar seus próprios instrumentos e mecanismos. Legislação ambiental: Segundo Viana e Bursztyn (2010), Minas Gerais foi um dos estados pioneiros devido ao grande número de empreendimentos minerários instalados no estado que geram um potencial de impacto significativo. O estado instituiu a Comissão de Política Ambiental (COPAM) em 1977 por meio do Decreto nº 18.466 (MINAS GERAIS, 1977). Em 1987, a COPAM foi transformada em Conselho Estadual de Política Ambiental (MINAS GERAIS, 1987a), responsável por compatibilizar os planos e projetos conforme as diretrizes federais pertinentes aos objetivos definidos pelo Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social. Atualmente, o órgão é regido pela Lei Estadual nº 21.972/2016 e pelo Decreto nº 46.937/2016 (MINAS GERAIS; 2016b; 2016a).

Em 1980, o estado aprovou a Lei nº 7.772 (MINAS GERAIS, 1980), anterior à Lei Federal nº 6.938/81 (BRASIL, 1981), que dispõe sobre as medidas de proteção, conservação e melhoria do meio ambiente no estado, determinando formas de controle e as penalidades, além de estimular incentivos e financiamentos a projetos de desenvolvimento econômico relacionados ao setor minerador.

No ano de 1987, a Lei nº 9.525 (MINAS GERAIS, 1987b) criou a Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), um dos órgãos de apoio a COPAM, que atua vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), fazendo parte do SISNAMA. A FEAM tem como competência desenvolver e implementar PP relativas à preservação e melhoria da qualidade ambiental no estado. Ela incentiva e apoia ações de inovação tecnológica e fornece apoio técnico nos processos de regularização ambiental.

O licenciamento ambiental e o EIA são exigidos pela Constituição Estadual de Minas Gerais. O estado determina o princípio da recuperação e penaliza o infrator por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, obrigando-o a fazer as reparações dos danos. O Decreto nº 46.937 (MINAS GERAIS, 2016a) regulamenta o art. 28 da Lei Estadual nº 21.972/2016 (MINAS GERAIS, 2016b) e promove uma descentralização do processo de licenciamento estadual. Dessa forma, os

municípios se tornam responsáveis pelos empreendimentos com impactos que sejam restritos aos limites da cidade. Em 2017, a DN COPAM nº 213 (MINAS GERAIS, 2017a) estabelece as tipologias cujo licenciamento é atribuição dos municípios.

Segundo Milanez (2017), o setor extrativo mineral vem desenvolvendo um poder de influência desproporcional sobre os agentes públicos em Minas Gerais. Associado a esse fenômeno, identificam-se alterações na legislação estadual que tornam o controle público mais frágil. Como exemplo podemos citar a diminuição do grau de exigência ambiental para a implementação de projetos de grande impacto, seguindo um modelo de automonitoramento pelas próprias empresas. Essa situação ajuda a compreender o porquê de dois dos maiores desastres socioambientais da história da mineração no mundo ocorrerem no estado em um curto espaço de tempo. Vale salientar que a legislação relacionada à segurança das minas e dos territórios mineradores só foram reforçadas após os desastres de Mariana (2015) e Brumadinho (2019); ação que deveria ter sido discutida anteriormente.

Como consequência ao rompimento da barragem de Fundão (2015), em Mariana-MG, foi apresentado, em julho de 2016, o Projeto de Lei de iniciativa popular “Mar de Lama Nunca Mais” (PL 3.695/2016). Apesar da comoção popular, o processo do projeto foi alterado em vários aspectos e durou três anos (MILANEZ, 2017). Após o rompimento da Barragem de Brumadinho, a questão voltou à pauta com a Resolução ANM nº 13/2019 (BRASIL, 2019). O estado garantiu a aprovação da Lei Estadual nº 23.291/2019 (MINAS GERAIS, 2019a), que instituiu a Política Estadual de Segurança de Barragens e estabeleceu novas regras e formas de controle. A Resolução Conjunta a SEMAD/FEAM nº 2.784, de 21 de março de 2019 (MINAS GERAIS, 2019b) determina a descaracterização³ de todas as barragens de contenção de rejeitos e resíduos, alteadas pelo método a montante, existentes em Minas Gerais. Tal decisão deu início a uma série de descomissionamentos de barragem.

A política ambiental mineira recebe críticas devido à influência nas decisões técnicas, fragilidades processuais e oligarquização de seus conselhos, especialmente no que diz respeito ao sistema de licenciamento (MILANEZ, 2017). A “terceirização” das responsabilidades sobre a criação de planos e ações ao setor privado denota a ineficiência do Estado na definição da legislação e das políticas públicas que protejam as populações (MILANEZ, 2017).

³ Descaracterização é o ato de intervir na estrutura com o objetivo de fazê-la perder as características de barragem. Consiste na drenagem e plantio de vegetação em toda a região sem a retirada do rejeito. É um processo extremamente complexo, que demanda pesquisas, planos e escopos bem definidos, para que ele seja feito com segurança, pois esse processo pode influenciar diretamente na estabilidade geotécnica dessas estruturas. Ao final das obras, a estrutura fica totalmente estável e é reincorporada ao relevo e ao meio ambiente.

Um exemplo dessas ações é a Fundação Renova, uma organização privada responsável pela recuperação, mitigação e compensação dos impactos socioeconômicos e socioambientais na Bacia do Rio Doce. Observa-se que a fundação não conta com representantes das comunidades atingidas, decisão que pode ser intencional, para mantê-las apartadas do processo (MILANEZ, 2017). Outro ponto passível de críticas é o fato de o Estado permitir a negociação direta entre a fundação e as pessoas atingidas. Isso pode ser prejudicial, dada a diferença de poder entre os atingidos e os representantes das empresas, o que pode tornar essas negociações injustas, pois o setor privado pode desenvolver ações e planos em benefício próprio (MILANEZ, 2017).

Compensação financeira: o estado é beneficiário da CFEM, e tem como responsabilidade promover políticas regionais de fomento a atividades econômicas e investimentos em infraestrutura para melhorar as condições das regiões mineradoras. Devido ao princípio da autonomia política, administrativa e financeira dos entes municipais, o estado de Minas Gerais não necessita apresentar leis e políticas públicas que definam ou orientam o uso das rendas minerárias. Tais ações ficam a cargo do município, o estado somente fiscaliza o uso adequado. O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) determina que os recursos devem ser aplicados em projetos que, direta ou indiretamente, beneficiem a comunidade local, na forma de melhoria da infraestrutura, da qualidade ambiental, da saúde e da educação.

Fechamento de mina: o COPAM estabeleceu a Deliberação Normativa nº 12 de 1994 (MINAS GERAIS, 1994), que determina a obrigação das empresas mineradoras em promover reuniões públicas para a apresentação do Plano Ambiental de Fechamento de Mina (PAFEM) às partes interessadas. O objetivo é coletar opiniões e sugestões da comunidade diretamente afetada, envolvendo-a no processo junto à empresa e ao poder público.

Em 2008 o estado publicou a DN COPAM nº 127 (MINAS GERAIS, 2008), normativa que estabelece diretrizes e procedimentos para a fase de fechamento de mina, considerando-o um processo que abrange toda a vida útil do empreendimento. Determina também que os usos futuros dessas áreas devem considerar suas aptidões e características, definindo objetivos, diretrizes, prazos e orçamentos, sempre em busca do bem-estar da população afetada. Em julho de 2009, passou a ser exigida a apresentação de todas as ações

implementadas ou em andamento que visem à reabilitação da área impactada, para a revalidação de licença de operação.

A DN COPAM nº 220, de 2018 (MINAS GERAIS, 2018), estabelece diretrizes e procedimentos para avaliação ambiental da fase de fechamento de minas. Nessa perspectiva, tanto o fechamento quanto a reabilitação ambiental da área são objeto de análise do órgão ambiental estadual, o qual estabelece critérios para elaboração e apresentação do Relatório de Paralisação da Atividade Minerária, PRAD e PAFEM.

Diante do cenário de fechamento de mina, torna-se fundamental a criação de estratégias de diversificação econômica para essas regiões. A Lei Estadual nº 22.381/2016 (MINAS GERAIS, 2016c) é uma das poucas leis estaduais relacionadas à diversificação produtiva dos municípios mineradores, com a finalidade de promover o fortalecimento da economia local. São instrumentos desta política: a pesquisa e financiamento de atividades; a assistência técnica; e o investimento em programas de qualificação e capacitação.

Apesar da iminência do final da atividade exploradora de minério de ferro no estado, a maior parte das ações de desenvolvimento pós-mineração são voltadas à troca da matriz exploratória, como, por exemplo, no investimento na exploração das terras raras, nióbio e grafita. Não focam no desenvolvimento de setores estratégicos que poderiam desvincular o estado do setor primário. Essas ações de expansão do setor são justificadas como uma forma de aproveitar a "vocação mineral" do estado, de forma a condicionar Minas Gerais a ser somente um eterno produtor de *commodities*.

O estado possui iniciativas interessantes que podem contribuir para o processo de diversifica o. Um exemplo   o Polo de Excelência Mineral e Metalúrgica, uma plataforma institucional que esteve em funcionamento de 2007 a 2013, por meio da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Ela congregava pesquisadores de inova o e educa o para aumentar o desempenho dos setores mineral e metalúrgico e realizar articula o entre as cadeias produtivas, institui es de fomento e financiamento, gestores, sociedade civil e parceiros internacionais, induzindo a coopera o entre produ o, pesquisa e desenvolvimento industrial, ampliando a competitividade e sustentabilidade destes segmentos (CARVALHO, 2011). Apesar da relevância da proposta, poucas informa es foram obtidas sobre o projeto.

Outra proposta interessante é o Geoparque do Quadrilátero Ferrífero. O projeto visa a valorização do conhecimento geocientífico local, de modo a potencializar o desenvolvimento cultural, ambiental e às atividades locais (CARVALHO, 2011). Tal iniciativa pode ser viabilizada graças a Lei nº 22.627/2017 (MINAS GERAIS, 2017b), que institui o Plano Estadual de Cultura de Minas Gerais, determinado para o período de 2017 a 2027. O plano cria a obrigatoriedade e assegura a identificação, preservação e a promoção de bens do patrimônio cultural situados em áreas de mineração. É uma das poucas leis com foco em questões sociais relacionadas à atividade.

Minas Gerais possui arcabouço legislativo estruturado em relação às questões ambientais. Conta com leis, normas e órgãos voltados para o controle ambiental e proteção dos recursos ambientais e socioeconômicos, pioneira na coordenação de ações para fechamento de minas. No decorrer de 30 anos houve uma evolução da legislação ambiental do estado, principalmente relacionadas ao licenciamento, que recentemente vem passando por adequações, em conformidade com a política federal.

Em comparação ao nível federal, o estado aprofunda em questões relacionadas ao processo de fechamento de mina, determinando que ele seja realizado de forma participativa, entretanto estabelece que os municípios são os responsáveis por fiscalizar e viabilizar o processo.

Legislação e políticas públicas municipais: O caso de Itabirito

O município de Itabirito está localizado na região do QF, conhecido por abrigar grandes empreendimentos mineradores no estado de Minas Gerais. A CFEM representa cerca de 48% das receitas correntes, demonstrando a relevância e a dependência do município da mineração (TCE-MG, 2016). O poder público municipal tem ciência dessa situação, visto que o diagnóstico do PRÓ-CITTÀ⁴ (apud MOURA, 2007, p. 95) salienta que “a diversificação econômica em Itabirito é essencial para a garantia do desenvolvimento sustentado ao longo do tempo, principalmente em um município que tem sua base econômica na atividade extrativa mineral, que se sabe ser finita”. Diante disso, o município deve pensar as estratégias para o período dos fechamentos de minas, visando se preparar e minimizar a dependência da atividade.

⁴ O Instituto de Estudos Pró-Cidadania (PRÓ-CITTÀ) é uma organização não governamental que oferece assessoria, capacitação e ações colaborativas. Realizou a revisão e a elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) de Itabirito, com recursos do MCidades e da prefeitura, entre abril/2009 e abril/2010. Além da revisão e elaboração do Plano Diretor e da Legislação Urbanística Básica, com recursos do tesouro municipal, realizado entre setembro/2017 e outubro/2018.

⁵ Órgão colegiado, deliberativo e consultivo de assessoramento ao Poder Executivo Municipal.

Sobre a legislação ambiental, a Lei Municipal nº 2.417/2005 (ITABIRITO, 2005b), estabelece a Política Municipal Ambiental que dispõe sobre a proteção, controle e conservação do ambiente, da melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento sustentável. O Decreto nº 7.632 (ITABIRITO, 2005a) regulamenta os órgãos responsáveis pela aplicação da lei e define que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAM) atua como órgão executor, de coordenação e nos controles. E o Conselho Municipal de Desenvolvimento sustentável e Melhoria do do Ambiente de Itabirito (CODEMA)⁵ propõem diretrizes, normas técnicas e legais para licenciar e fiscalizar, de maneira articulada aos órgãos federais e estaduais.

⁶ O TCE-MG é um órgão de controle externo da gestão e fiscalização operacional dos recursos e bens públicos. Em 2016 realizou uma série de auditorias com o objetivo de analisar as práticas municipais e a aplicação dos recursos da CFEM nas principais cidades mineradoras do estado. O Relatório Final de Auditoria Operacional tem como objetivo analisar as políticas públicas da cidade como foco na mitigação dos impactos ambientais e diversificação das atividades econômicas. Essa análise foi feita a partir do exame da documentação obtida junto à municipalidade, de entrevistas com secretários, técnicos.

A Lei Municipal nº 2.645/2007 (ITABIRITO, 2007a) dispõe sobre o registro, acompanhamento e a fiscalização da exploração de recursos minerais. É regulamentada pelo Decreto nº 8.222 (ITABIRITO, 2008) que estabelece as condições para o funcionamento, institui obrigações e impõe penalidades. O licenciamento ambiental das atividades de impacto local é regulamentado pela Deliberação Normativa n.º 09/2017 (ITABIRITO, 2017) que define a SEMAM como responsável expedir Licenciamento Ambiental Simplificado (LAS), LP, LI e LO. O monitoramento é feito por vistorias preventivas realizadas periodicamente e pela análise dos relatórios desenvolvidos pelas empresas. Apesar das leis, planos e ações apresentados, o TCE-MG⁶ considera a atuação do município reduzida, sendo necessário ampliar suas ações de fiscalização e do cumprimento das condicionantes do licenciamento estadual (TCE-MG, 2016).

Compensação financeira: A atividade mineradora aumenta a capacidade financeira da cidade, o que deveria possibilitar ao poder público local um aumento de investimentos e gastos públicos com o objetivo de melhorar as condições sociais e econômicas da sua população, e preparar o município para passar pelo processo pós-industrial da maneira mais eficiente. A Lei Municipal nº 2.836/2011 (ITABIRITO, 2011) dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento Econômico do Município de Itabirito (Fundu) que sinaliza a disposição da administração pública para a busca da diversificação econômica municipal.

Segundo o TCE-MG, o município possui deficiência no acompanhamento da CFEM por parte da Administração Municipal. O órgão recomenda que os funcionários da Secretaria Municipal de Fazenda sejam capacitados para lidar de maneira mais assertiva com a gestão da

compensação de modo a utilizar os valores de maneira mais estratégica e focada no período pós mineração na região.

Vale ressaltar que o município tem no seu histórico, casos de corrupção no uso indevido da CFEM. Em 2018, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), por meio da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público de Itabirito, realizou a operação "Pedra Vermelha", cujo objetivo foi combater fraudes às licitações e investigar sobre possíveis desvios de recursos públicos na destinação de verbas do Fundi. Os crimes praticados entre 2013 a 2018 provocaram danos de R\$ 201,26 milhões aos cofres públicos do município (OPERAÇÃO..., 2018). Estes recursos estavam sendo utilizados de maneira equivocada pelo município, em pagamentos não atrelados à finalidade para a qual a compensação foi criada (TCE-MG, 2016).

Fechamento de minas: a Lei nº 3452/2020 (ITABIRITO, 2020) define que os empreendimentos de extração mineral, que solicitam a declaração de conformidade a SEMAM, devem apresentar o PAFEM, o PRAD ou documento equivalente que evidencie as medidas de recuperação previstas para a área. A lei determina que seja apresentado um projeto conceitual do empreendimento, com informações sobre: o entorno (meio físico, biológico e econômico); os possíveis impactos ambientais; as medidas para minimizar ou corrigir os impactos; e a assunção, por parte do empreendedor, de qualquer responsabilidade decorrente do empreendimento. É necessário parecer técnico conclusivo sobre as medidas mitigadoras, compensatórias ou de reparação de danos. Em casos de significativa degradação ambiental a SEMAM deve realizar audiência pública sobre o caso.

As medidas de recuperação apresentadas no plano devem estabelecer os usos futuros das áreas ocupadas pelo empreendimento, tendo como parâmetro o uso antrópico e econômico. Deve ser previsto a reutilização da infraestrutura, dos edifícios, pátios para produção, pilhas de estéril e outras superfícies degradadas que poderão ser aproveitadas. Para garantir que os processos se viabilizem ao tempo do fechamento da mina, os empreendimentos devem prever essas ações desde o início da implantação e operação.

Diversificação econômica: A Lei nº 3452/2020 (ITABIRITO, 2020) também define que os empreendimentos mineradores devem implementar, com recursos próprios, medidas de apoio à diversificação econômica do município. O Plano Diretor de Desenvolvimento de

Itabirito, instituído pela Lei Municipal nº 2.466/2005 (ITABIRITO, 2005c), prevê a formulação de planos, programas e projetos para mitigar os impactos gerados pela atividade e estimular o desenvolvimento sustentável e a diversificação da economia local.

O poder público de Itabirito acredita que os setores industrial, agrícola e de turismo são os com maior potencial de desenvolvimento e que podem auxiliar na diversificação produtiva do município. Segundo o TCE-MG (2016), Itabirito conta, na teoria, com três planos que estimulam a diversificação econômica regional: o Plano Estratégico de Desenvolvimento Municipal; o Plano Municipal de Desenvolvimento Agrícola; e a reformulação e/ou adequação do Plano Municipal de Turismo.

Sobre os investimentos na agropecuária, a Lei Municipal nº 2.582/2007 (ITABIRITO, 2007b) dispõe sobre a instituição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), que promove a participação das comunidades rurais na elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS). O objetivo é diversificar a economia do município, levando ao aumento da produção agrícola, pecuária, e a geração de emprego e renda. Nesse processo, o Decreto nº 10.214/2014⁷ criou a Conferência Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável. A primeira edição ocorreu em abril de 2014 e atualmente o processo encontra-se interrompido.

⁷ Não existe uma versão oficial publicada desse decreto, sendo um dos problemas apontados pelo TCE-MG (2016)

No setor de turismo, a Lei Municipal nº 2.979/2013 (ITABIRITO, 2013) dispõe sobre a Política Municipal de Turismo de Itabirito cujo objetivo é diversificar a oferta turística. O plano visa integrar a sociedade no processo e incentivar a gestão participativa. Essas ações pretendem aumentar a demanda de visitantes, fortalecer a atividade e otimizar o potencial turístico da cidade. A principal crítica ao plano é o fato de as metas serem apresentadas de forma sintética e genérica, sem detalhamento, planejamento estratégico e definição de parâmetros que possibilitem monitorar e a avaliar a sua eficiência e resultados (TCE-MG, 2016).

Até 2016, segundo o TCE-MG (2016) existia uma deficiência na implementação das ações de diversificação econômica local. A cidade não conseguia desenvolver um planejamento consistente para a aplicação dos recursos em médio e longo prazo, de modo a preparar a população e a economia para o período de fechamento de minas.



Em janeiro de 2020, a prefeitura municipal apresentou a empresários locais e à imprensa um estudo sobre a diversificação econômica na cidade. O plano busca desfrutar dos atrativos naturais e da localização privilegiada do município, como um polo de logística na BR-040. Houve a tentativa de contato, sem sucesso, com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Itabirito para solicitar informações sobre o plano.

Discussão

Em nível federal, observa-se que a legislação, principalmente a do século XX, é considerada visionária, focadas em questões relacionadas à sustentabilidade, com o viés na proteção do meio ambiente. Apesar da importância da legislação ambiental essa é insuficiente para alcançar todas as dimensões que envolvem a atividade mineradora. São poucas as leis e políticas públicas claras e objetivas que abrangem o desenvolvimento socioeconômico e almejem a sustentabilidade ao longo prazo.

Sobre os órgãos ao nível federal, observa-se que eles têm caráter regulamentador e fiscalizador. A maioria das ações práticas e executivas são determinadas pela União como de responsabilidade dos estados e municípios, descentralizando os processos e as responsabilidades, como, por exemplo, nos processos de licenciamento e fechamento de minas. Tal ação é compreensível, já que instâncias mais próximas do empreendimento tendem a conseguir realizar ações mais assertivas por estarem em contato direto com a situação.

Nota-se que não existe uma lei que consiga abranger toda a complexidade do tema, sendo necessário o exame de vários decretos e leis complementares para esclarecer quais são as obrigações e funções de cada órgão e instância. Além disso, verifica-se constantes atualizações quanto às funções dos órgãos e os decretos. Dessa forma, a dificuldade de determinar responsáveis para algumas questões é inevitável pois, na tentativa de complementar, esse processo acaba por possibilitar brechas legais. Como exemplo podemos citar o processo de licenciamento. A possibilidade de cada município determinar suas legislação possibilita o enfraquecimento das leis, uma vez que os entes podem criar cenários em busca de investimentos.

Fica evidente a importância e urgência de se definir uma legislação única, moderna e específica para o setor, que propicie o desenvolvimento sustentável e proteja os territórios para a não realização da atividade.

de de maneira predatória. O IBRAM (2020a) aponta como melhor caminho para a compatibilização das legislações minerárias estaduais e municipais, a criação de um sistema específico, regulada em âmbito federal, modelo já existente para os setores de petróleo, gás e energia elétrica.

Sobre o licenciamento ambiental, o Brasil não tem uma lei única sobre o processo. A complexidade para a criação desta se dá pela multiplicidade dos atores envolvidos. Atualmente, a depender da escala e do impacto do empreendimento, o processo é de responsabilidade dos estados e municípios. Ao determinar que estes entes realizem autonomamente os processos, o licenciamento pode se tornar ineficiente, uma vez que nessas esferas há menos estrutura nos órgãos ambientais para fazer licenciamentos ágeis e robustos.

Sobre a compensação financeira observa-se que, apesar de a legislação federal orientar a utilização desses recursos, ela não delimita com clareza no que deve ser investido, dando autonomia às outras esferas. Dessa forma, a falta de especificidade na lei faz com que estados e municípios tenham a possibilidade de não direcionar esse dinheiro de forma assertiva. Esses recursos acabam entrando no caixa único dos municípios para complementar o orçamento geral. Isso acarreta a utilização da verba em áreas não prioritárias, dificultando a preparação para o processo de fechamento.

Fechamento de mina e diversificação econômica: Diferente da União, o estado de Minas Gerais aprofunda nos processos de fechamento de mina e determina que sejam realizados pelos municípios de forma participativa. O poder público de Itabirito está ciente e sendo cobrado pelo estado para aprimorar os processos de fechamento de mina e diversificação econômica. Porém, atualmente a cidade não possui planos de ação efetivos que contenham metas de curto, médio e longo prazos sobre o tema. Logo, diante dessas informações e da falta de compromisso de algumas gestões públicas, pode-se concluir que a cidade não se encontra preparada para passar pelo processo de fechamento de mina e diversificação econômica.

Conclusões

É inegável que a mineração pode gerar impactos sociais positivos, sobretudo econômicos. A instalação de uma empresa mineradora e os seus benefícios não isenta o poder público de estimular estratégias de di-

versificação da atividade produtiva. Essas devem almejar a melhoria na infraestrutura do município e os investimentos em educação e saúde, criando alternativas de desenvolvimento local.

A maior parte das políticas públicas e leis estão dentro de um entendimento restrito de sustentabilidade, existindo uma deficiência em ações não vinculadas às questões ambientais e que contemplem pontos econômicos e sociais. Existe uma escassez de políticas públicas focadas na etapa pós-industrial e de fechamento de mina com ênfase na diversificação econômica e na redução do enclave, além da predominância de mau uso das rendas minerais.

Uma das estratégias para solucionar esse problema é a elaboração de instrumentos que possibilitem um planejamento estratégico de médio e longo prazos, adotando políticas públicas que considerem a possibilidade de retração do mercado minerador e visem o desenvolvimento sustentável.

Atualmente, o arcabouço legislativo do país que não consegue alcançar esses resultados. Isso acontece, pois, apesar da consistência da legislação ao nível federal, essa somente regulamenta, não é auto-aplicável, e depende da capacidade dos estados e municípios para complementar e implementar as leis e as políticas públicas.

Uma forma de conseguirmos atingir esse objetivo é fazendo com que a União realize o seu papel fiscalizador e regulamentador de maneira mais eficiente, para impulsionar a efetivação, criação e aplicação das políticas públicas. E que os estados e municípios desempenhem suas ações executivas. O cidadão pode contribuir nesse processo estimulando a formação de forças populares por processos participativos e grupos organizados, para realizar controle social e pressão sobre os entes estaduais e municipais para realizarem os planejamentos necessários para a fase pós mineração.

Referências

BRASIL. *Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.* Brasília: Presidência da República, 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm. Acesso em: 26 abr. 2020.

BRASIL. *Constituição da República Federativa Brasileira de 1988*. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 maio 2021.

BRASIL. *Decreto nº 97.632, de 10 de abril de 1989. Dispõe sobre a regulamentação do Artigo 2º, inciso VIII, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e dá outras providências*. Brasília: Presidência da República, 1989a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D97632.htm. Acesso em: 26 abr. 2020

BRASIL. *Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataformas continentais, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências*. Brasília: Presidência da República, 1989b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l7990.htm. Acesso em: 20 set. 2020.

BRASIL. *Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997. Dispõe sobre conceitos, sujeição, e procedimento para obtenção de Licenciamento Ambiental, e dá outras providências*. Brasília: CONAMA, 1997. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.html>. Acesso em: 20 set. 2020.

BRASIL. *Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências*. Brasília: Presidência da República, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm. Acesso em: 20 set. de 2020.

BRASIL. *Ministério de Ciência e Tecnologia. Centro de Tecnologia Mineral. Mineração e desenvolvimento sustentável: desafios para o Brasil*. Maria Laura Barreto (Ed.). Rio de Janeiro: CETEM; MCT, 2001a.

BRASIL. *Ministério de Minas e Energia. Plano Nacional de Mineração 2030*. Brasília: MME; Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, 2011.

BRASIL. *Decreto nº 8.437, de 22 de abril de 2015. Regulamenta o disposto no art. 7º, caput, inciso XIV, alínea "h", e parágrafo único, da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, para estabelecer as tipologias de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental será de competência da União*. Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8437.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%208.437%2C%20DE%2022,ser%-C3%A1%20de%20compet%C3%A2ncia%20da%20Uni%C3%A3o. Acesso em: 21 maio 2021.

BRASIL. *Lei nº 13.540, de 18 de dezembro de 2017. Altera as Leis nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e 8.001, de 13 de março de 1990, para dispor sobre a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM)*. Brasília: Presidência da República, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13540.htm. Acesso em: 21 maio 2021.

BRASIL. *Decreto nº 9.406, de 12 de junho de 2018. Regulamenta o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, a Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, a Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989, e a Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017*. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9406.htm. Acesso em: 21 maio 2021.

BRASIL. *Resolução ANM nº 13, de 8 de agosto de 2019. Estabelece medidas regulatórias objetivando assegurar a estabilidade de barragens de mineração, notadamente aquelas construídas ou alteadas pelo método denominado "a montante" ou por método declarado como desconhecido e dá outras providências*. Brasília: MME; ANM, 2019. Disponível em: ht-

[tps://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-13-de-8-de-agosto-de-2019-210037027](https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-13-de-8-de-agosto-de-2019-210037027). Acesso em: 21 maio 2021.

BRASIL. Resolução ANM nº 68, de 30 de abril de 2021. Dispõe sobre as regras referentes ao Plano de Fechamento de Mina - PFM e revoga as Normas Reguladoras da Mineração nº 20.4 e nº 20.5, aprovadas pela Portaria DNPM nº 237, de 18 de outubro de 2001. Brasília: MME; ANM, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-anm-n-68-de-30-de-abril-de-2021-317640591>. Acesso em: 01 fevereiro 2022.

CARVALHO, C. G. *Mineração e desenvolvimento: políticas para os municípios mineradores*. 2011. 89f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Ouro Preto. Ouro Preto: Ufop, 2011. Disponível em: https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/-123456789/3278/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O_Minera%c3%a7%c3%a3oDesenvolvimentoPol%c3%adticas.PDF. Acesso em: 12 maio 2021.

ENRÍQUEZ, M. A. R. S. *Maldição ou dádiva? Os dilemas do desenvolvimento sustentável a partir de uma base mineira*. 2007. 449f. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília. Brasília: UnB, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO – IBRAM. *Políticas Públicas para a Indústria Mineral*. 1.ed. Brasília: IBRAM, 2020. Disponível em: https://portaldaminerao.com.br/wp-content/uploads/2020/11/PP_Ind_Mineral_WEB_final-1.pdf. Acesso em: 01 jun. 2021.

ITABIRITO (Município). Decreto n.º 7.632, de 28 de dezembro de 2005. Regulamenta a lei n.º 2.417 de 11 de julho de 2005, 2005a. Itabirito: Prefeitura Municipal, 2005a. Disponível em: <http://www.itabirito.mg.gov.br/wp-content/uploads/2015/03/Legisla----o-Ambiental.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2020

ITABIRITO (Município). Decreto nº 8222, de 26 de fevereiro de 2008. Dispõe sobre o registro, o acompanhamento e a fiscalização da exploração de recursos minerais no território do Município de Itabirito, de acordo com as competências definidas no art. 23, XI e no art.30, I e II, da Constituição Federal, estabelece condições para o funcionamento das empresas que exploram recursos minerais no território do Município de Itabirito, institui obrigações correlatas e impõe penalidades decorrentes do respectivo descumprimento, dando outras providências. Itabirito: Prefeitura Municipal, 2007. Disponível em: <https://itabirito.mg.gov.br/wp-content/uploads/2015/03/Legisla----o-Ambiental.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2021.

ITABIRITO (Município). Deliberação Normativa nº 09, de 20 de setembro de 2017. Estabelece normas e critérios para o exercício da competência administrativa do Órgão Ambiental Municipal para regularização ambiental de empreendimentos e atividades. Itabirito: Prefeitura Municipal, 2017. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1yYKacNtH-qa0cUQR8Aya3MGrBdIyMGmGN/edit>. Acesso em: 01 jan. 2022

ITABIRITO (Município). Lei Municipal nº 2.417, de 17 de julho de 2005. Disposição sobre a política de proteção, do controle e da conservação do ambiente, da melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento sustentável no município de itabirito. Itabirito: Prefeitura Municipal, 2005b. Disponível em: https://sapl.itabirito.mg.leg.br/media/sapl/public/-normajuridica/2005/1166/1166_texto_integral.pdf. Acesso em: 26 abr. 2020

ITABIRITO (Município). Lei Municipal nº 2.466, de 14 de dezembro de 2005. Institui o Plano Diretor de Itabirito, em conformidade com o estatuto da cidade. Itabirito: Prefeitura Municipal, 2005c. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;minas.gerais;-itabirito:municipal:lei:2005-12-14;2466>. Acesso em: 21 maio 2021.

ITABIRITO (Município). Lei nº 2.582, de 03 de maio de 2007. Dispõe sobre a instituição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS e dá outras providências. Itabirito: Prefeitura Municipal, 2007a. Disponível em: https://sapl.itabirito.mg.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2007/1334/1334_texto_integra l.pdf. Acesso em: 26 abr. 2020.

ITABIRITO (Município). Lei Municipal nº 2.645, de dezembro de 2007. *Dispõe sobre o registro, o acompanhamento e a fiscalização da exploração de recursos minerais no território do Município de Itabirito, de acordo com as competências definidas no art. 23, XI e no art.30, I e II, da Constituição Federal, estabelece condições para o funcionamento das empresas que exploram recursos minerais no território do Município de Itabirito, institui obrigações correlatas e impõe penalidades decorrentes do respectivo descumprimento, dando outras providências.* Itabirito: Prefeitura Municipal, 2007b. Disponível em: <https://www.itabirito.mg.leg.br/legislacao/leis/legislacao-municipal>. Acesso em: 03 fev. 2021.

ITABIRITO (Município). Lei Municipal nº 2.836, de 2011. Dispõe sobre a instituição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS e dá outras providências. Itabirito: Prefeitura Municipal, 2011. Disponível em: https://sapl.itabirito.mg.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2007/1334/1334_texto_integra_l.pdf. Acesso em: 26 abr. 2020.

ITABIRITO (Município). *Lei Municipal nº 2.979, de 11 de dezembro 2013. Disposição sobre a política municipal de turismo do município de itabirito – CMDRS e dá outras providências.* Itabirito: Prefeitura Municipal, 2013. Disponível em: https://sapl.itabirito.mg.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2013/1551/1551_texto_integral.pdf. Acesso em: 26 abr. 2020.

ITABIRITO (Município). Lei Municipal nº 3452, de 02 de setembro 2020. Regulamenta a emissão da declaração de conformidade com as leis de uso e ocupação do solo para fins de licenciamento ambiental, estabelece os casos em que serão exigidas medidas de recuperação do uso do solo local e dá outras providências. Itabirito: Prefeitura Municipal, 2020.

MILANEZ, B. *Mineração, ambiente e sociedade: impactos complexos e simplificação da legislação.* In: Boletim Regional, Urbano e Ambiental, v. 16, p. 93-101, 2017.

MINAS GERAIS (Estado). *Decreto nº 18.466, de 29 de abril de 1977. Institui a Comissão de Política Ambiental – COPAM – e dá outras providências.* Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais, 1977. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/-download.pdf?idNorma=1041>. Acesso em: 01 maio 2021.

MINAS GERAIS (Estado). *Lei nº 7.772, de 8 de setembro de 1980. Dispõe sobre a proteção, conservação e melhoria do meio ambiente.* Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais, 1980. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=5407>. Acesso em: 20 set. 2020.

MINAS GERAIS (Estado). *Lei nº 9.514, de 29 de dezembro de 1987. Transforma a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia em Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente e a Comissão de Política Ambiental COPAM – em Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM – e dá outras providências.* Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais, 1987a. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?id-Norma=2208>. Acesso em: 01 maio 2021.

MINAS GERAIS (Estado). *Lei nº 9.525, de 29 de dezembro de 1987. Dispõe sobre a instituição da Fundação Estadual do Meio Ambiente e dá outras providências.* Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais, 1987b. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=2210>. Acesso em: 20 set. 2020.

MINAS GERAIS (Estado). *Deliberação Normativa COPAM nº 12, de 13 de dezembro de 1994.* Dispõe sobre a convocação e realização de audiências públicas. Belo Horizonte: COPAM, 1994. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=109>. Acesso em: 20 set. 2020.

MINAS GERAIS (Estado). *Deliberação Normativa COPAM nº 127, de 27 de novembro de 2008. Estabelece diretrizes e procedimentos para avaliação ambiental da fase de fecha-*

mento de mina. Belo Horizonte: COPAM, 2008. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8732>. Acesso em: 20 set. 2020.

MINAS GERAIS (Estado). *Decreto nº 46.937, de 21 de janeiro de 2016. Regulamenta o art. 28 da Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, e dá outras providências*. Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais, 2016a. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=46937&ano=2016>. Acesso em: 20 set. 2020.

MINAS GERAIS (Estado). *Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016. Dispõe sobre o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema – e dá outras providências*. Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais, 2016b. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=126274#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Sistema%20Estadual,Sisema%20%E2%80%93%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias>. Acesso em: 21 maio 2021.

MINAS GERAIS (Estado). *Lei nº 22.381, de 5 de dezembro de 2016. Dispõe sobre a política estadual de diversificação produtiva dos municípios mineradores e dá outras providências*. Belo Horizonte: Governo do Estado de São Paulo, 2016c. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=5407>. Acesso em: 20 set. 2020.

MINAS GERAIS (Estado). *Deliberação Normativa COPAM nº 213, de 22 de fevereiro de 2017. Regulamenta o disposto no art. 9º, inciso XIV, alínea a e no art. 18, § 2º da Lei Complementar Federal nº 140, de 8 de dezembro de 2011, para estabelecer as tipologias de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental será atribuição dos Municípios*. Belo Horizonte: COPAM, 2017a. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=43778>. Acesso em: 20 set. 2020.

MINAS GERAIS (Estado). *Lei nº 22.627 de 31 de julho de 2017. Institui o Plano Estadual de Cultura de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais, 2017b. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=346996>. Acesso em: 20 set. 2020.

MINAS GERAIS (Estado). *Deliberação Normativa COPAM nº 220, de 21 de março de 2018. Estabelece diretrizes e procedimentos para a paralisação temporária da atividade minerária e o fechamento de mina, estabelece critérios para elaboração e apresentação do relatório de Paralisação da Atividade Minerária, do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD e do Plano Ambiental de Fechamento de Mina – PAFEM e dá outras providências*. Belo Horizonte: COPAM, 2018. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=45938>. Acesso em: 20 set. 2020.

MINAS GERAIS (Estado). *Lei nº 23.291, de 25 de fevereiro de 2019. Institui a política estadual de segurança de barragens*. Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais, 2019a. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-23291-2019-minas-gerais-institui-a-politica-estadual-de-seguranca-de-barragens>. Acesso em: 20 set. 2020

MINAS GERAIS (Estado). *Resolução Conjunta SEMAD/FEAM nº 2.784, de 21 de março de 2019. Determina a descaracterização de todas as barragens de contenção de rejeitos e resíduos, alteadas pelo método a montante, provenientes de atividades minerárias, existentes em Minas Gerais e dá outras providências*. Belo Horizonte: SEMAD, 2019b. Disponível em: <https://bit.ly/3fFulfg>. Acesso em: 21 maio 2021.

MOURA, M. G. A. *Itabirito: um centro urbano emergente, seu papel e suas transformações*. In: Dados, v. 3, p. 0-75, 2007.

OPERAÇÃO Pedra Vermelha combate fraudes em licitações e desvio de recursos do Fundi, em Itabirito. In: MPMG (on-line), 19 jun. 2018. Disponível em: <https://www.mpmg.gov.br>

mp.br/comunicacao/noticias/mpmg-e-policia-civil-deflagraram-hoje-operacao-pedra-vermelha-de-combate-a-fraudes-em-licitacoes-e-desvio-de-recursos-do-fundi-em-itabirito.htm. Acesso em: 21 maio 2021.

SÁNCHEZ, L. E. *Desengenharia: o passivo ambiental na desativação de empreendimentos industriais*. São Paulo: Edusp, 2001.

TONIDANDEL, R. *Aspectos legais e ambientais do fechamento de mina no estado de Minas Gerais*. 2011. 160f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – TCE-MG. *As políticas públicas municipais para mitigação dos impactos ambientais e diversificação das atividades econômicas: Prefeitura Municipal de Itabirito. [Relatório Final de Auditoria Operacional]*. Belo Horizonte: TCE-MG, 2016. Disponível em: <https://www.tce.mg.gov.br/IMG/Auditoria%20Operacional/ITABIRITO%20-%20Relat%C3%B3rio%20Final.pdf>. Acesso em: 12 maio 2021.

VIANA, M. B.; BURSZTYN, M. A. A. *Regularização ambiental de minerações em Minas Gerais*. In: Rem: Rev. Esc. Minas, Ouro Preto, v. 63, n. 2, p. 363-369, 2010.

Produção arquitetônica do Arquiteto Milton Monte em conexão com o lugar amazônico

Hugo Arraes e Kláudia Perdigão

ARRAES, Hugo; PERDIGÃO, Kláudia. Produção arquitetônica de Milton Monte: Conexão com o lugar amazônico. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 142-153, out. 2022

data de submissão: 31/07/2021
data de aceite: 17/03/2022

Hugo ARRAES é Mestrando, aluno do PPGAU-UFPA; felipe.arraes99@gmail.com

Kláudia PERDIGÃO é Doutora, professora na FAU/PPGAU-UFPA; klaudiaufpa@gmail.com

Resumo

A teoria arquitetônica tem destacado a noção do lugar como parte do processo projetual, sendo uma chave importante para intervenção arquitetônica. As produções de alguns arquitetos na Amazônia, como Milton Monte, Severiano Porto e Oswaldo Bratke, apresentam-se como referências que demonstram uma forte conexão e respeito ao lugar. Assim sendo, investiga-se a arquitetura produzida por Milton Monte, contextualizando-a com as produções dos demais arquitetos mencionados, para identificar como a arquitetura responde às peculiaridades amazônicas quando realizada por um arquiteto nativo. Percebeu-se que os três arquitetos entendiam a necessidade de adequação aos aspectos bioclimático e cultural em seus projetos, mas Milton Monte utilizou a referência vernacular da região como fonte analógica. Nesse sentido, espera-se que tais práticas arquitetônicas possam servir como subsídios e objetos de estudo para apoio aos arquitetos atuantes na Amazônia

Palavras-chave: projeto, lugar, Amazônia.

Abstract

Architectural theory has highlighted the notion of place as part of the design process, being an important key to architectural intervention. The production of some architects in the Amazon, such as Milton Monte, Severiano Porto and Oswaldo Bratke, is a reference that demonstrates a strong connection and respect for the place. Therefore, the architecture produced by Milton Monte is investigated, contextualizing it with the productions of the other mentioned architects, in order to identify how architecture responds to the Amazonian peculiarities when carried out by a native architect. It was noticed that those three architects understood the need to adapt their designs to the bioclimatic and cultural aspects, but Milton Monte went further: he used the region's vernacular reference as an analog source. In this sense, it is expected that such architectural practices can serve as subsidies and objects of study to support architects working in the Amazon.

Keywords: design, place, Amazon.

Resumen

La teoría arquitectónica ha destacado la noción de lugar como parte del proceso de proyecto, siendo una clave importante para la intervención arquitectónica. La producción de algunos arquitectos de la Amazonía, como Milton Monte, Severiano Porto y Oswaldo Bratke, se presenta como un referente que demuestra una fuerte conexión y respeto por el lugar. Por tanto, se investiga la arquitectura producida por Milton Monte, contextualizándola con las producciones de los otros arquitectos mencionados, con el fin de identificar cómo la arquitectura responde a las peculiaridades amazónicas cuando la realiza un arquitecto autóctono. Se notó que los tres arquitectos entendieron la necesidad de adaptarse a los aspectos bioclimáticos y culturales en sus proyectos, pero Mil-



ton Monte fue más allá: utilizó la referencia vernácula de la región como fuente analógica. En este sentido, se espera que tales prácticas arquitectónicas puedan servir como subsidios y objetos de estudio para apoyar a los arquitectos que trabajan en la Amazonía.
Palabras-clave: proyecto, lugar, Amazon.

Introdução

A produção do ambiente construído na Amazônia é resultado da vasta combinação entre conhecimentos provenientes de um pensamento hegemônico e de um saber próprio de culturas nativas e de outras que migraram para a região, resultando em conhecimento formal que é incorporado por arquitetos locais e de outras localidades brasileiras. Com base em Autor 2 (2016), percebe-se que o conhecimento do nativo amazônico é intuitivo e oferece soluções adequadas às peculiaridades ambientais da região, tornando, assim, a produção do ambiente construído orgânica e habitável.

A relação da população ribeirinha com o espaço construído é rica em conhecimentos e experiências e seu aprendizado é liberto das formalidades do conhecimento erudito (NOGUEIRA, 2016). Tratam-se, portanto, de saberes que o conhecimento formal atribuiu à denominada arquitetura vernacular, com autoria de não profissionais e que constitui um gênero construtivo homogêneo, identificável pela cultura, meio e época (SILVA, 1994).

Milton Monte é um arquiteto nativo da Região Amazônica, nascido no Estado do Acre, sendo pioneiro no Pará com a produção de uma arquitetura que incorpora as particularidades da Região, voltando-se mais para influências internas do que para externas, o que permitiu a produção de uma arquitetura com forte referência na linguagem vernacular. Segawa (2005) constata que cada espaço e elemento arquitetônico na obra de Monte estão condicionados a uma demanda estrutural e/ou climática.

Na produção arquitetônica erudita da Amazônia brasileira, destacam-se as produções dos arquitetos Milton Monte, Severiano Porto e Oswaldo Bratke, com atuações profissionais frequentemente apontadas para o diálogo com as realidades ambiental e cultural locais, e, desse modo, incorporam um sentido de lugar.

Pela sua importância, Milton Monte permanece sendo objeto de investigação e, aqui, apresenta-se um recorte de abordagem circunscrito ao seu modo particular de responder às especificidades locais na produção de sua conhecida "Arquitetura do Barracão" (MONTE,

1986), com o objetivo de levantar aspectos da prática projetual de arquitetos em conjunto com a lógica de atuação profissional na Amazônia.

Arquitetura e o respeito ao lugar

A discussão da arquitetura articulada à cultura do lugar se mostra pertinente na obra de Milton Monte, tanto pela sua referência ao interior da floresta amazônica quanto pela referência à casa indígena e, de um modo geral, à cultura tradicional da região (OLIVEIRA *et al.*, 2018). Segawa (2005) expõe que, antes de se apoiarem no regionalismo e no contextualismo, os arquitetos amazônicos da geração da década de 80, da qual Milton Monte faz parte, entendem a relação com a natureza como fundamental.

De um ponto de vista eminentemente projetual, a discussão sobre a produção do arquiteto Milton Monte perpassa não somente a questão do regionalismo, mas também a discussão sobre as referências, conceitos e procedimentos projetuais que ele usava para fundamentar sua arquitetura, o que representa mais uma estratégia de resistência à extinção do modo de vida tradicional na Amazônia.

Na mesma direção, a produção de Severiano Porto é representativa de uma prática moderna no Estado do Amazonas que incorpora a utilização de materiais locais e os condicionantes bioclimáticos. Como expõe Cereto (2016), Severiano Porto é amplamente difundido como um arquiteto que utilizava a madeira em seus projetos, entretanto, essa visão não se

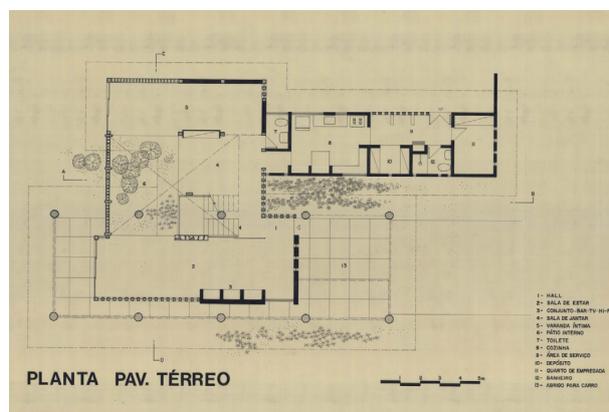


Figura 1 e 2
Residência Recife (esquerda), Manaus (arquiteto Severiano Porto); Planta baixa residência Recife (direita) em Manaus (arquiteto Severiano Porto)

Fonte: Clássicos da Arquitetura: Residência Recife / Severiano Porto | ArchDaily Brasil – Acesso em janeiro de 2022

correlaciona com a produção do arquiteto que trabalhava também com outros materiais como o concreto e tijolos.

Cereto (2016) afirma ainda que a produção de Porto colocou a Amazônia no mapa da Arquitetura Latino-americana graças à capacidade de promover a adaptação do edifício ao meio e destaca, entre as suas contribuições, o olhar atento para a cultura cabocla e sua decisão em aprender com ela. Para o autor, a globalização da arquitetura na Amazônia vem reduzindo as demandas pelas técnicas primitivas.

Considera-se que a discussão sobre a cultura do lugar se mostra bastante pertinente na obra de Oswaldo Bratke, pois, na década de 50, o arquiteto foi contratado pela ICOMI e foi responsável pelo plano urbanístico e projeto arquitetônico de dois núcleos residenciais, Serra do Navio e Vila Amazonas.

Como aponta Correia (2012), a economia exigida pela natureza industrial do empreendimento foi colocada ao lado da busca da garantia de conforto em uma região de clima quente e úmido, e, ambas orientaram

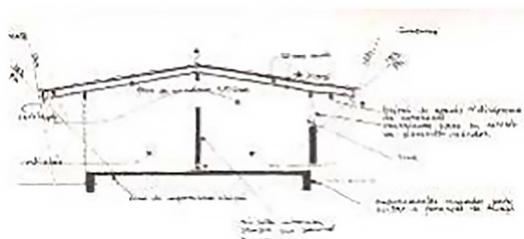


Figura 3
Croqui (esquerda) e edificação (direita) em vila Serra do Navio
(arquiteto Oswaldo Bratke)
Fonte: Sarquis (2011, p. 6)

aspectos do projeto das casas, como a adoção tanto de soluções projetuais que permitissem a ventilação cruzada quanto a adoção de casas operárias germinadas para redução de custos, respectivamente.

Correia (2012) também explicita que foram construídas seis tipologias de casas que se diferenciavam em relação a tamanho, número de peças e acabamentos, mas que tinham em comum a adoção de soluções projetuais para atingir padrões de conforto.

As referências vernacular e erudita na obra de Milton Monte

O Arquiteto Milton Monte declara, em seus projetos, a adequação ao lugar e se destaca tanto pelas estratégias utilizadas quanto pela adaptação de exemplares vernaculares que foram estudados, decompostos e usados por ele como fonte analógica em seu processo de concepção arquitetônica. A trajetória e respeito de Milton Monte ao ambiente amazônico são expressos em analogias a formas observadas durante sua vida, como o barracão seringalista e a casa Waiãpi (ver Figuras 4 e 5).

Essas referências podem ser relacionadas com as inferências de Rossi (2006) sobre o pensamento analógico e suas possíveis origens. Em seu artigo “Uma arquitetura analógica”, Rossi (2006, p. 380) fala de objetos afetivos que a memória invoca na concepção

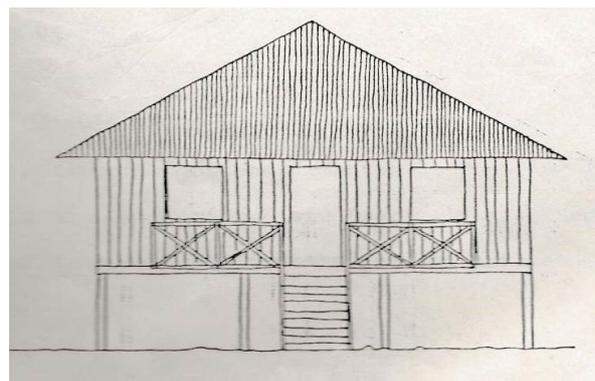
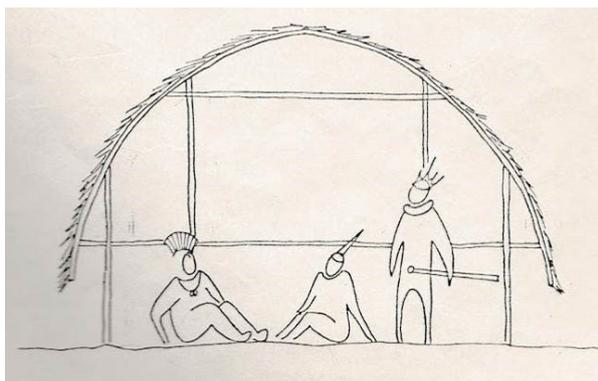


Figura 4 e 5

Croqui elaborado por Monte representando o Barracão seringalista observado durante sua infância no Acre; Croqui elaborado por Monte representando a casa Waiãpi, observada pelo arquiteto em exposição em 1976

Fonte: Monte (1986)

de um projeto, de modo que as operações analógicas podem ser interpretadas como uma “[...] série de coisas, objetos afetivos a serem usados pela memória ou na concepção de um projeto.”

Como ressalta Raiol (2022)¹, Monte correlacionava arquiteturas eruditas internacionais ao seu repertório pessoal e vivências da região: “Dos arquitetos de fora, ele admirava alguns arquitetos japoneses² que usavam coberturas em ‘V’ invertido, pois se assemelhava à arquitetura do barracão, que ele adorava por ter sido a imagem que lhe ficou quando criança no Acre. Hoje se chama de memória afetiva.” (RAIOL, 2022).

¹ José de Andrade Raiol é arquiteto paraense, professor do curso de arquitetura e urbanismo da Faculdade Ideal (Belém, PA). Foi colaborador de Milton Monte na realização de projetos durante a década de 90 e amigo pessoal dele. Concedeu entrevista para Autor 2 a fim de auxiliar o entendimento do modo de produção do arquiteto, buscado em parte neste artigo.

² Anteriormente, o entrevistado havia citado os arquitetos modernos Frank Lloyd Wright e Richard Neutra como referências internacionais diretas na rotina de trabalho com Milton Monte.

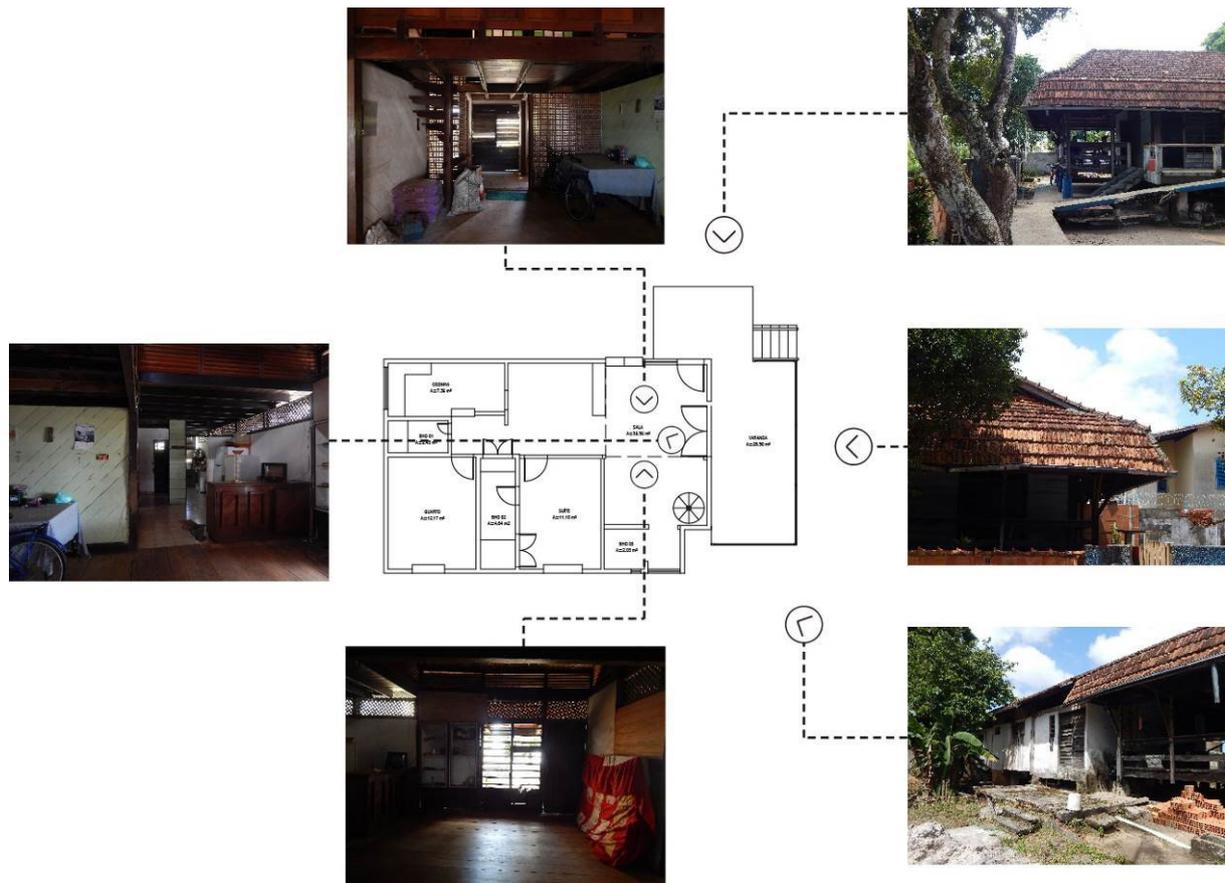


Figura 6
Soluções projetuais a princípios bioclimáticos na Residência Onda Amarela (arquiteto Milton Monte)
Fonte: XXXX, XXXX, 2018

Monte (1986) relata uma experiência de observação quando, em 1976, visita uma casa indígena Waiãpi (figura 5) e cita as estratégias e soluções formais que melhoravam a temperatura interna, destacando seus aspectos construtivos, principalmente a cobertura e os beirais. Isso demonstra a preocupação do arquiteto não somente com a adoção de estratégias bioclimáticas, mas também com a busca por referências que possam articular a cultura amazônica à solução arquitetônica, sistematizadas no meio científico pelo AUTOR 2 (Figura 6).

Por outro lado, a influência internacional em sua obra comparece como referência importante. A admiração pelo trabalho de Frank Lloyd Wright, bem como o contato com as publicações de revistas latino-americanas e publicações internacionais, como "Arquitetura de interesse social em países de clima quente" por Richard Neutra, ajudam a revelar a herança modernista tão marcante na sua formação em arquitetura.

Sarquis (2011) aponta que a publicação do livro de Neutra influenciou a geração de arquitetos paraenses

na década de 80. Monte (1986) corrobora, apontando a leitura do livro como uma inspiração para a sua produção erudita, mais adaptada para a Amazônia. Raiol (2022) relata que:

Ele (Monte) sempre dizia que admirava em Frank Wright duas coisas: A dramaticidade dos planos Horizontais, tipo na obra da Cascata, e também a grandiosidade e personalidade dos telhados [...] e para climas tropicais o telhado em "V" invertido é mais adequado porque a água escoar mais rápido e se cria um espaço maior entre a superfície aquecida e o morador, sempre Monte enfatizava. Quanto a Neutra, ele gostava das experiências que Neutra fez na América Central, costa Rica, senão me engano, usando grandes fechamentos basculantes, grandes beirais. (RAIOL, 2022).

O contato com a obra de Bratke possibilitou a Monte um aprofundamento de soluções eruditas específicas para a região. Em relação ao contato com a obra de Bratke durante uma visita a vila Serra do Navio na década de 80, organizada pelo Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPA, Raiol (2022) relata que Monte comentava que a visita a Serra do Navio abriu um caminho novo para a arquitetura na Amazônia. "Tinham pavilhões em "V" invertido, grandes beirais, venezianas articuladas e o uso adequado da madeira". Assim sendo, a produção de Milton Monte responde às necessidades latentes associadas ao território, permitindo uma relação muito estreita entre o modo de vida do interior da Floresta Amazônica e o conhecimento formal da arquitetura.

Monte, Bratke e Porto: Arquitetura em conexão com o lugar amazônico

A produção de Milton Monte dentro de uma esfera de projetos que reconhecem o lugar como critério de decisão projetual, especificamente o lugar amazônico, conforme princípios bioclimáticos observados e relacionados com as edificações da floresta, a casa indígena e o barracão dos seringais na Amazônia (AUTOR 2), pode ser observada no Quadro 1.

Essa análise se baseia em Autor 2 (1997) que verifica a relação entre a Residência Onda Amarela, residência de veraneio do Arq. Milton Monte na Ilha do (Mosqueiro-PA) e a casa Waiãpi (GALLOIS, 2002) com base nos princípios de adequação climática em zonas equatoriais sistematizados por Villas Boas (1980). À análise do Autor 2 (1997) foram acrescentados por Oliveira (2018) o barracão seringalista e a Residência Kalume, também projeto do Arq. Milton Monte, o que demonstra a continuidade nas pesquisas sobre a obra desse arquiteto.

Primeiramente, em relação à obra de Bratke, percebeu-se que o arquiteto adota uma abordagem de materiais modernos (telha de fibrocimento, alvenaria), estratégias para ventilação cruzada (venezianas, divisórias internas que não seguem até o forro) e a concebe de forma racional, semelhante à produção em série própria do período industrial – em peças devidamente desenhadas pelo escritório (CORREIA, 2012).

Assim sendo, a produção habitacional para Vila Serra do Navio dialoga com os preceitos modernistas nas *Company Towns*, com a típica separação das edificações por aspectos funcionais e tipológicos (CORREIA, 2012), ao mesmo tempo em que respeita a necessidade de ajustes do projeto ao local de implantação. Dessa forma, a produção habitacional em Vila Serra do Navio acontece de forma coerente ao lugar, pois o projeto se preocupa em resolver questões relacionadas ao bioclimatismo e ao modo de vida local.

É interessante ressaltar que a produção em Serra do Navio não simula o vernáculo local e se configura como uma introdução de uma nova forma de morar, mas que busca respeitar o modo de vida da cultura regional. Da mesma forma, a residência Onda Amarela de Milton Monte também busca maneiras de atender às condicionantes ambientais; fazendo isso sem copiar os elementos e soluções construtivas locais, mas sim os observando e os adaptando a uma solução erudita pautada na funcionalidade.

Já em relação à produção analisada de Severiano Porto, a Residência Recife, por outro lado, destaca-se a incorporação de materiais modernos, como a telha de fibrocimento e incorporação da organização em planta por meio de setores social, íntimo e serviço no programa. Há também uma valorização do local por meio do material, utilizando o sistema construtivo em madeira. Na Residência Onda Amarela, a adequação climática ocorre por meio de beirais, pela utilização de venezianas e pela presença de avarandados cobertos. Essa residência apresenta o sistema estrutural em madeira, o que a conecta ainda mais a um resultado formal que busca nos elementos e soluções construtivas locais um amparo para conceber o programa e soluções arquitetônicas.

O projeto de Monte incorpora materiais relacionados ao erudito (moderno), ao mesmo tempo em que incorpora soluções projetuais baseadas em exemplares vernaculares da Amazônia. Isso ocorre por meio de elementos tradicionais que são empregados de forma inovadora por meio não só da replicabilidade do voca-

<p>RESIDÊNCIA ONDA AMARELA - MILTON MONTE DISTRITO DE MOSQUEIRO, BELÉM-PA</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Distribuição dos espaços: Inexistência de divisórias entre a sala, cozinha e mezanino; Varanda frontal conjugada por uma porta de 4 folhas; • Cobertura: Cobertura de 4 águas com beiral na fachada principal; Revestida de Material de demolição (Telha francesa); Ático ventilado; Forro em madeira; • Beiral: Beiral Quebrado, conhecido como quebra-sol/quebra-chuva; Protege do sol, da chuva e controla a iluminação natural; Localizado nas orientações onde o sol e a precipitação pluviométrica têm maior incidência: entorno da varanda frontal; • Aberturas: Vãos de janelas e portas são vedados com esquadrias de madeira, inclusive com bandeiras vazadas. Aberturas fixas são decorrentes de tijolos invertidos, ½vez, uso de peças de madeiras espaçadas; • Elevação do nível do piso: Elevado para evitar contato com o solo úmido e melhorar a ventilação natural; • Utilização de espaços: Espaço interno de convivência E descanso; A varanda frontal é o espaço de maior permanência.
<p>RESIDÊNCIA RECIFE – SEVERIANO PORTO MANAUS-AMAZONAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Distribuição dos espaços: os espaços são compartimentados e cobertos; • Cobertura: cobertura em águas variadas em madeira e com telhado de fibrocimento; • Beiral: em fibrocimento e madeira, seguindo a estrutura da cobertura; • Aberturas: em geral são utilizadas aberturas em madeira e vidro também; • Elevação do nível do piso: o piso não é elevado e não apresenta desníveis, excluindo-se o fato de que a edificação apresenta dois pavimentos; • Utilização de espaços: atividades relacionadas ao uso de residência unifamiliar e acontecem nos ambientes interiores da casa, pois não há varandas.
<p>RESIDÊNCIAS VILA SERRA DO NAVIO – OSWALDO BRATKE VILA SERRA DO NAVIO-AMAPÁ</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Distribuição dos espaços: apresenta setorização e ambientes com base no programa tradicional das residências unifamiliar (social, serviço e íntimo); sendo que em alguns casos as residências possuem o banheiro no setor de serviço, disposição essa, alinhada ao pensamento do usuário do isolamento do banheiro como fator cultural. Ademais, os ambientes apresentam divisórias entre si; • Cobertura: Telhado em duas águas realizado em estrutura de madeira e telha de fibrocimento; • Beira: os beirais seguem as águas do telhado e protegem parte das fachadas da insolação; • Aberturas: geralmente em madeira com venezianas, sendo também recorrentes aberturas em elementos vazados (cogobós); • Elevação do nível do piso: a edificação não apresenta desníveis e o piso não está elevado do nível do solo; • Utilização de espaços: as maiorias das atividades acontecem dentro da casa sendo a setorização determinante para sua utilização.

Quadro 1

Síntese das relações observadas na obra de Milton Monte

Fonte: AUTOR 2, 1997, adaptado pelos autores

bulário vernacular, mas por meio de estudos das proporções de beirais (altura/largura), por meio da utilização de forros duplos (para melhoria das condições de conforto térmico), e por meio de soluções criativas de aberturas no ático, de modo a criar circulação de ar na cobertura das edificações.

Considerações finais

A analogia com o barracão seringalista e a casa Waiãpi, bem como o relato e estudos do arquiteto sobre essas tipologias demonstram que Milton Monte busca na arquitetura vernacular amazônica uma referência projetual. Percebe-se que a produção de Milton Monte adota um sistema de referências baseado nos padrões culturais vernaculares arquitetônicos locais.

A atuação dos Arquitetos Milton Monte, Oswaldo Bratke e Severiano Porto na Amazônia demonstram convergência na produção da arquitetura com ajustes bioclimáticos, adequações culturais e utilização de técnicas construtivas locais em diferentes níveis e quantidades.

Severiano Porto e Milton Monte utilizam o saber construtivo local como referência. Entretanto, Monte apresenta a analogia com a arquitetura vernacular em seu aspecto formal como principal fator diferenciador. Enquanto Bratke, por sua vez, emprega a adequação bioclimática como um fator racional, que pauta a economia e viabilidade do empreendimento de Serra do Navio. Os três arquitetos apresentados demonstram a importância da especificidade do projeto e do papel do lugar como estratégia projetual.

O Arquiteto Milton Monte adotou analogias com o barracão seringalista e a casa indígena, assumindo o significado da arquitetura vernacular para criação de um vocabulário arquitetônico muito particular, o que permitiu uma atuação profissional apoiada em padrões culturais amazônicos.

Constata-se que as práticas dos arquitetos estudados podem servir como referências importantes para arquitetos atuantes na Amazônia por meio da incorporação de conceitos através de discussões e processos analógicos que privilegiem a conexão entre projeto e lugar.

Assim, pode-se visar um cenário futuro de aprofundamento de estudos sobre a trajetória de arquitetos locais e de outros arquitetos atuantes na Região, comprometidos com aspectos ambientais e culturais, consolidando-se, portanto, um campo de investigações no qual a teoria fundamenta a prática. Desse modo, a pesquisa em projeto cumpre seu papel ao contribuir com a atuação profissional mais atenta e respeitosa do arquiteto com o lugar amazônico.

Agradecimentos

Prestam-se agradecimentos ao órgão fundamentador de pesquisa pela oportunidade da bolsa para iniciação científica que permitiu, por decorrência, este artigo; à orientação promovida por Autor 2 e à ajuda oferecida pela equipe do Laboratório no qual foi desenvolvido esta pesquisa. Agradece-se ao Entrevistado José de Andrade Raiol pela disponibilidade e pelas considerações fornecidas em relação ao contato com o arquiteto Milton Monte por meio de entrevista.

Referências

AUTOR 2. Título oculto. In: *Encontro Nacional sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis*, 1997, Canela, RS. Anais, Canela, RS. 1997. P. XX.

AUTOR 2. Título oculto. *VIRUS*, São Carlos, n. xx, 2016. Disponível em: link oculto. Acesso em junho de 2021. Isso vai nas referências ainda na avaliação cega?

AUTOR 2, Título oculto. In: *Modern Environmental Science and Engineering*, v. x, p. XXX-XXX, 2021.

CERETO, Marcos Paulo. Severiano Porto: lições para as cidades amazônicas. *PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFA*, V. 9, n. 1. jan./jun. 2016. P. 193-208. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/305454723_SEVERIANO_PORTO_LICOES_PARA_AS_CIDADES_AMAZONICAS>. Acesso em janeiro de 2020.

CORREIA, Thelma de Barros. Bratke e o projeto civilizatório da Icomi. *Revista pós*, v.19, n.3. São Paulo. junho 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/48080>>. Acesso em fevereiro de 2020.

FRAMPTON, Kenneth. *Perspectivas para um Regionalismo Crítico*. In: NESBITT, Kate (Org.). Uma nova agenda para a arquitetura. Antologia teórica (1965-1995). São Paulo, Cosac Naify. 2006. P. 503-520.

GALLOIS, Catherine. *Wajãpi rena: roças, pátios e casas*. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2002.

MAHFUZ, Edson da Cunha. A Reflexões Sobre a Construção da Forma Pertinente In: LARA, Fernando; MARQUES, Sonia (Org.). *Projetar: Desafios e conquistas da pesquisa e do ensino de projeto*. Rio de Janeiro: EVC. 2003. P. 64-81.

MONTE, José Milton Pinheiro. *Estudos e contribuições sobre modelos de projetos e edificações na Amazônia Equatorial*. 1986. 61f. Monografia (Especialização em Arquitetura nos Trópicos) – Belém, PA.

NOGUEIRA, Leila Regina Batista. *Arquitetura vernacular e paisagem amazônica: um caminho na busca pelo habitar poético*. Revista da Abordagem Gestáltica - Phenomenological Studies – XXII (2), Goiânia - GO, v. 22, n. 2, p. 171-180, jul-dez, 2016.

OLIVEIRA, Leonice Farias. *Análise e interpretação de projetos residenciais do Arq. Milton Monte no contexto amazônico: olhares entre arquitetura erudita e não erudita*. Relatório de pesquisa – Universidade XX. Belém, PA. 2018.

OLIVEIRA, Leonice Farias; LADEIA, Danielle Cunha. Milton Monte e sua Arquitetura do Barracão: análise da residência Onda Amarela, Ilha do Mosqueiro (PA). In: *III SAMA: Seminário de Arquitetura Moderna na Amazônia*. Belém. 2018.

RAIOL, José de Andrade. *Entrevista sobre a relação de trabalho com o arquiteto Milton Monte*. [entrevista cedida a] Autor 2. Belém, 30 de janeiro de 2022.

ROSSI, Aldo. Uma arquitetura analógica. In: NESBITT, Kate (Org.). *Uma nova agenda para a arquitetura*. Antologia teórica (1965-1995). São Paulo. Cosac Naify. 2006, P. 377-384.

SARQUIS, Giovanni Blanco. *Arquitetura moderna e contemporânea em Belém: diálogo entre tempos*. 9º seminário docomomo brasil interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do patrimônio recente Brasília. Junho de 2011.



SEGAWA, Hugo. Tropicalismo o barbárie. In: *Arquitectura latinoamericana contemporánea*. Barcelona, Espanha: Gustavo Gili. 2005. cap.nº4, p.83-99.

SILVA, Elvan. Arquitetura e Cultura vernácula. In: *Matéria, Ideia e Forma: Uma definição de arquitetura*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS. 1994.

Patrimônio cultural em territórios metropolitanos: Novos aportes para sua compreensão

Maria Cristina da Silva Schicchi

SCHICCHI, Maria Cristina da Silva. Patrimônio cultural em territórios metropolitanos: Novos aportes para sua compreensão. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 154-171, out. 2022

data de submissão: 16/06/2021

data de aceite: 10/05/2022

Maria Cristina da Silva SCHICCHI é Doutora pela Universidade de São Paulo (USP) e Professora Titular da Pontifícia Universidade Católica de Campinas; cristina.schicchi@puc-campinas.edu.br

Resumo

A Região Metropolitana de Campinas (RMC), cuja sede é Campinas, é formada por um conjunto de cidades médias e pequenas, onde as relações de identidade e pertencimento não mais se estabelecem dentro de divisas municipais, ressaltando-se a ocorrência de uma rede de relações sociais em estreita vinculação com a especialização/concentração de atividades no território. Há uma semelhança nos processos de constituição física, do tecido social e da dinâmica atual das cidades que entrelaçam, de forma complexa e diacrônica, uma variedade de referências culturais (materiais e imateriais). Disso decorreu a hipótese de que a compreensão de um conjunto de cidades alinhadas por vetores de crescimento e expansão da região, historicamente constituídos, possibilitariam novas perspectivas para a discussão do patrimônio cultural. Nesse artigo são apresentados os resultados do estudo de um dos sete vetores, onde foi possível revelar uma nova estruturação baseada nas relações de identidade e pertencimento e suas referências culturais associadas.

Palavras-chave: identidade, pertencimento, patrimônio, urbanização, território metropolitano.

Abstract

The Metropolitan Region of Campinas (RMC), whose main city is Campinas, is formed by a group of medium and small cities, where the relations of identity and belonging are no longer established within municipal boundaries, with emphasis on the occurrence of a network of social relations closely connected to the specialization / concentration of activities in the territory. There is a similarity in the processes of physical constitution, the social fabric and the current dynamics of cities that interweave, in a complex and diachronic way, a variety of cultural references (material and immaterial). This led to the hypothesis that the understanding of a set of cities aligned by vectors of growth and expansion in the region, historically constituted, would enable new perspectives for the discussion of cultural heritage. In this article, the results of the study of one of the seven vectors are presented, where it was possible to reveal a new structure based on the relations of identity and belonging and their associated cultural references.

Keywords: identity, belonging, heritage, urbanization, metropolitan territory.

Resumen

La Región Metropolitana de Campinas (RMC), cuya sede es Campinas, está formada por un grupo de ciudades medianas y pequeñas, donde las relaciones de identidad y pertenencia ya no se establecen dentro de los límites municipales, dónde ocurre una red de relaciones sociales en estrecha relación con la especialización / concentración de actividades en el territorio. Hay una similitud en los procesos de constitución física, el tejido social y la dinámica actual de las ciudades que entrelazan, de manera compleja y diacrónica, una variedad de referencias culturales (materiales e inmateriales). Esto llevó a la hipótesis de que la comprensión de



un conjunto de ciudades alineadas con vectores de crecimiento y expansión en la región, históricamente constituidas, podría ofrecer nuevas perspectivas para la discusión del patrimonio cultural. En este artículo, se presentan los resultados del estudio de uno de los siete vectores, donde fue posible revelar una nueva estructura basada en las relaciones de identidad y pertenencia y sus referencias culturales asociadas.

Palabras-clave: *identidad, pertenencia, patrimonio, urbanización, territorio metropolitano.*

Introdução

Essa expansão patrimonial ilimitada obriga que se coloque a questão sobre o que será necessário destruir um dia: “Começa-se então a compreender que uma sociedade que se recusa a levar em conta as destruições necessárias à sua evolução é uma sociedade morta... Aprender a destruir, determinar com a máxima sensibilidade o que é preciso ‘destruir’, no sentido de não levá-lo em consideração como referência, será o ensinamento de base que os arquitetos deverão receber em suas escolas”... Como fazer da destruição um ato que não seja negativo, uma vez que a lógica patrimonial já é em si um empreendimento de destruição? (PARENT, 1987 apud JEUDY, 2005, p. 69-70)

Essa pesquisa se propôs a avançar, sob o ponto de vista teórico e metodológico, a reflexão e reavaliação das formas de reconhecimento do território metropolitano em função da componente cultural que, em geral, subjaz aos processos de transformação e quase nunca é objeto de ponderação no planejamento, a despeito de ser essencial para a discussão da preservação das paisagens formadas e identificação de referências culturais relevantes em nível local.

Neste caso, partiu-se do reconhecimento das singularidades no território metropolitano da RMC, encontradas em seus sete vetores de crescimento, que também são interpretados como eixos de conexão e como âmbitos em que convergem desde os processos de formação até os problemas urbanos de vários municípios. Isso permitiu a identificação de conformações periféricas, mas que numa análise mais detida revelam contornos próprios e territórios distintos: o periurbano e o suburbano. Nesses, entrelaçam-se novas e tradicionais práticas sociais, que implicam diretamente as relações de identidade e pertencimento e, conseqüentemente, a identificação e valorização dos remanescentes históricos e culturais.

Essa condição ficou evidente principalmente ao analisar os casos dos territórios ao longo do vetor 2 e a formação das cidades de Americana, Santa Bárbara D’Oeste, Nova Odessa e Sumaré e Hortolândia, sendo as três primeiras tratadas neste artigo. As referências culturais estão dispersas no espaço entre cidades,



precursoras muitas vezes dos próprios núcleos urbanos, onde ainda conservam características relacionadas ao modo de vida rural.

Definiu-se, entretanto, desde o início, que urbano, suburbano ou periurbano não seriam concebidos como recortes ecológicos que moldam comportamentos humanos ou de grupos. Para o entendimento destes comportamentos, valores, modos de vida, era necessário considerar outras explicações, tais como as características relacionadas às classes sociais e ao ciclo de vida destas (GANS, 1962, p.639 apud BOLÁN, 2001).

É uma pesquisa qualitativa. O método é o histórico-cultural, empírico e analítico de conteúdos e de discursos.

O artigo está dividido em duas partes: uma apresentação da formação do território e o entrelaçamento dos aspectos culturais e patrimoniais, onde serão discutidas três cidades pertencentes ao vetor, Americana, Santa Bárbara d'Oeste e Nova Odessa; e, uma discussão sobre questões relevantes relacionadas ao modo de vida e às possibilidades de reconhecimento das referências culturais (LONDRES, 2000) a partir das comunidades a elas relacionadas, com um viés para a interpretação da relação território e patrimônio.

Entre três cidades: Território e patrimônios dispersos

Santa Bárbara d'Oeste

Iniciar a descrição da formação do território por Santa Barbara d'Oeste pode ser ilustrativo da forma de ocupação das primeiras comunidades na região: negros, americanos, russos, italianos (Fig.01).

Margarida da Graça Martins (1782 - 1864), veio para o local entre a Vila de São Carlos (atual Campinas) e Vila Nova da Constituição (atual Piracicaba) no ano de 1818 para a sua sesmaria (SILVA, 2004). Sendo devota de Santa Bárbara, Margarida doou terras para a construção de uma capela em homenagem à santa. Isso explica o nome da cidade, que pertencia inicialmente ao território da cidade de Porto Feliz. Somente quando Piracicaba emancipou-se de Itú é que a Vila passa a pertencer à área de Piracicaba. Com a vinda dos primeiros imigrantes americanos em 1886, a cidade passa a ser chamada Vila de Santa Bárbara.

A história dos americanos em Santa Barbara D'Oeste iniciou-se na Fazenda Machadinho, adquirida pelo Co-

ronel William Hutchinson Norris, que pertencia a Vila Nova da Constituição (Piracicaba). Com a chegada de novas famílias, 26 ao todo, formou-se o primeiro núcleo de imigrantes norte-americanos. Vindos, em sua grande maioria, em decorrência do fim da Guerra Civil Americana, os sulistas/confederados haviam perdido grande parte de suas propriedades (GONÇALVES E RAMOS, 2008). Para tal, enviavam mensageiros pagos para o Brasil e outros países como observadores, os quais, ao retornarem aos EUA, publicavam relatos detalhados das formas de vida local, dos recursos disponíveis para o cultivo, para o trabalho. Havia escritórios do Brasil em alguns estados norte-americanos. Muitos destes mensageiros eram pastores, como o reverendo J. C. B, que escreveu o livro "Brazil and the brazilians", publicado e republicado, respectivamente, em 1866, 1867 e 1868 (BRYAN, 1967).



Figura 1
 Mappa da Provincia de São Paulo mandado organizar pela Sociedade Promotora de Imigração de S. Paulo” de 1886, que apresenta os principais fluxos de imigração no interior do Estado
 Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo In site Revista Pesquisa da Fapesp número 214, em dezembro de 2013. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/2013/12/18/entre-paredes-de-concreto/>. Acesso em 08/02/2020

Com o crescimento do núcleo criaram-se escolas e igrejas. O Coronel Asa Thompson Oliver, com a morte de sua esposa sem ter na época um cemitério destinado aos batistas, enterrou-a no quintal de sua fazenda. Outros colonos solicitaram ao Coronel a permissão para que enterrassem seus entes em sua fazenda. As-

sim surgiu o Cemitério do Campo (Fig.02), que conta também com uma capela batista (ANDRADE, s/d), cujo conjunto, mais tarde, tornou-se um dos principais patrimônios dos descendentes dos imigrantes americanos que ajudaram a fundar Americana e Santa Bárbara D'Oeste.

Para sua administração foi criada a "Fraternidade Descendência Americana", uma associação filantrópica destinada a preservar os interesses do patrimônio do Cemitério e da comunidade (HOPEWELL, 1957). A associação promove no cemitério uma das festas anuais mais importantes de famílias dos descendentes, a Festa dos Confederados, que oferece comidas, apresentação de bancas musicais. Alguns dos membros comparecem vestidos com roupas típicas da sociedade americana sulista do século XIX.

Um ano mais tarde, chegaram os primeiros imigrantes italianos, em 1887, também atraídos pelos baixos preços das terras. Ao todo 28 famílias chegaram para trabalhar na Fazenda Salto Grande, hoje no território pertencente a Americana, sob a liderança de Joaquin Boer, para substituírem o trabalho escravo. Uma grande parcela dos imigrantes vindos da Itália era de regiões têxteis e foram trazidos para trabalhar na Carioba - fábrica têxtil de Americana. Mais tarde os trabalhadores da Fazenda Salto Grande se juntariam a esses. A construção da Igreja Católica de Santo Antônio na Vila Americana em 1897 é um dos marcos desta imigração na cidade (COMUNIDADE, 1997), além da presença do "Circolo Italiano", criado em 1997 (CIRCOLO, s/d).

Dois bairros rurais criados neste período preservam ainda hoje características rurais típicas. Sapezeiro (antigo Invernada), criado pela família de Antônio



Figura 2
Santa Bárbara D'Oeste. À direita, o Cemitério do Campo (1867-71); à esquerda, Capela de Santo Antônio de Sapezeiro, no bairro rural de Sapezeiro (1922)

Fonte: Acervo da pesquisa, 2019

Francisco de Godoy, em 1900. O nome Santo Antônio do Sapezeiro (Fig.02) veio com a construção da capela de Santo Antônio, em 1905 (SANTO ANTONIO DO SAPEZEIRO, 2000). Hoje, duas das principais atrações turísticas do bairro são a linguiça caseira que é produzida ali e a festa da Capela de Santo Antônio, realizada desde 1934, que atraem habitantes da região metropolitana para o bairro nos finais de semana. Outro bairro rural importante para a comunidade italiana, o Caiubi, teve como um de seus fundadores Antônio Angolini, vindo da Itália para trabalhar na lavoura em Campinas (ITALIA,1996). Em Caiubi, o potencial turístico começa a se delinear a partir da instalação de restaurantes, chácaras e casas de veraneio.

Santa Bárbara D'Oeste, contou com quatro importantes usinas, Usina Cillos (1903), Usina Furlan, Usina Azanha (1935) e Usina Santa Bárbara(1914) (Cillos e Azanha, 2011, p.14). Estas usinas cederam terras para a construção da Estrada de Ferro, para que pudessem escoar suas produções (USINAS, 1997). Uma das mais importantes, a Usina Santa Bárbara, criou a Companhia de Estrada de Ferro e Agrícola de Santa Bárbara para a construção de um ramal para o escoamento de sua produção (SILVA, 2004). A área da usina e seu entorno era um importante lugar de vida social neste período, pois possuía escola, igreja e vila operária, além de edifícios administrativos em seu entorno, cujos edifícios ainda estão preservados. A Usina está desativada e, mesmo em mau estado de conservação, celebra- anualmente em suas dependências a Festa da Negadinha, organizada e frequentada por ex-moradores e ex-funcionários.

Americana

Americana fazia parte do território de Santa Bárbara, que, por sua vez pertenceu ao município de Nova Constituição (hoje Piracicaba) e também ao de São Carlos (hoje, Campinas). Isso demonstra como as histórias dos territórios hoje pertencentes a diferentes municípios estão entrelaçadas, sendo importante conhecimento e interpretação destes para além das divisas municipais. Sua origem está relacionada à implantação de três principais fazendas: Salto Grande, Machadinho e Palmeiras, a partir da Sesmaria de Domingos da Costa Machado I, no século XVIII.

A Fazenda Machadinho, que se localizava na atual Praça Basílio Rangel, já foi demolida. A Fazenda Palmeiras constituiu-se em terreno particular, hoje incorporado à Fazenda do Estado – Instituto de Zootecnia, uma das principais instituições da região. A Fazenda



Salto Grande, produzia cana e algodão e sua sede foi localizada no encontro dos rios Atibaia e Jaguari, onde nasce o rio Piracicaba. Ela guarda a origem da história dos negros em Americana.

Um fato marcante é a vinda de negros trazidos da região de Minas Gerais pelo proprietário Manoel Teixeira Vilela em 1799, assim que adquire as terras da Fazenda e começa a construir a casa sede, com mão de obra negra escravizada. Segundo Ramos (2007), sabe-se que após abolição, os ex escravizados, abandonados à própria sorte, dividiram-se. Muitos conseguiram ficar ligados à terra, seja trabalhando como assalariados nas fazendas, seja ocupando terras devolutas e praticando lavouras de subsistência.

Portanto, a história da comunidade negra permeia todos os momentos de transformação econômica e social de Americana e região, porém, não faz parte das referências culturais locais. Essa invisibilidade se explica, além do preconceito ainda presente, pela vulnerabilidade das marcas conservadas no território. A Fazenda Salto Grande chegou a abrigar 223 negros escravizados. Porém, os negros não moraram nas senzalas adjacentes a casa sede, que foram destinadas aos imigrantes, pois havia choças de pau a pique que lhes serviram de moradias e ficavam um pouco mais distante da senzala (RIBEIRO, 2005).

Outro fator evidente na formação do território de Americana - que, desde sua origem, já se mesclava aos territórios hoje pertencentes a Campinas e Santa Bárbara D'Oeste, é a toponímia, marcada pela influência indígena nos nomes de municípios e distritos que permeiam o Rio Piracicaba. Estão na origem o tupi, como Caubi, Carioba, Piracicaba e Tupi, os nomes dos rios Jaguari e Atibaia, os quais atestam a importância dos moradores originais dessa região, mais do que os que sobrevieram no final do século XIX, como os estadunidenses, conforme já apontado anteriormente (AGUIAR, 2009).

Em 1875, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro inaugurou a Estação de Santa Bárbara (depois Estação de Villa Americana, nome utilizado nos relatórios da Cia já em 1900; depois Estação Americana). A inauguração da ferrovia iria deslocar o crescimento das vilas e núcleos coloniais, até então mais disperso, para o entorno das estações. Datam de 1882 os primeiros loteamentos na área central de Americana. Também favoreceria a instalação das primeiras fábricas na região, como a Fábrica de Tecidos Carioba, inaugurada pela empresa "Souza Queiróz, Ralston &

Cia”, que começou com 28 teares, 34 operários (alemanês, estadunidenses e escravos) (CARDOSO, 2004).

A Fábrica Carioba foi comprada pela empresa “Clement Wilmot & Cia”, que deu início à construção da vila operária. Porém, três anos mais tarde (1885) a fábrica entrou em falência e foi confiscada pela Caixa.

Em 1901, o alemão Franz Müller adquiriu a fábrica em leilão, com apoio do irmão e do engenheiro inglês Rawlinson, criando a firma “Rawlinson, Müller & Cia. Em 1911, com o crescimento da vila, construiu uma barragem no rio Atibaia, produzindo e fornecendo energia elétrica para a fábrica e a vila Carioba, Villa Americana, Santa Bárbara, Cosmópolis e outras cidades vizinhas. Iniciava-se o processo de desenvolvimento conjunto da região, que mais tarde uniria as cidades ao longo do caminho que hoje corresponde ao vetor 2 (Fig.03).

Há registros de algumas famílias negras escravizadas que trabalhavam na indústria de Carioba, na época em que pertencia aos Wilmot, em 1887. Segundo Ribeiro (2005), moradores afirmaram que havia negros que trabalhavam principalmente em Salto Grande. Quando os irmãos Wilmot eram seus proprietários, os negros saíam da fazenda e iam até a fábrica, conversar com os empregados. Porém, quando a família Müller assumiu o controle da fábrica, os negros já não a frequentavam mais. Muitos deles procuraram outros centros urbanos para manter sua subsistência após a abolição.

O auge da Fábrica Carioba foi na década de 1930, quando a vila, de mesmo nome, já possuía inúmeras residências operárias e patronais e vários equipamentos institucionais, sociais e esportivos. Ou seja, tornou-se um núcleo autônomo, onde inclusive a população de outras cidades podia encontrar recreação.

O declínio da produção da fábrica se deveu ao início da produção dos tecidos de fibra sintética (rayon), consideravelmente mais baratos no mercado nacional. Já nos últimos anos da década de 1930, começou a surgir em Villa Americana a “indústria têxtil façonista”. Consistiu na união de famílias tecelãs de Carioba, que adquiriam teares antigos de empresas maiores e passaram a produzir tecidos em suas residências (COLLI, 1997). Esse processo de produção façonista, que tem suas raízes nos diversos ciclos de crise da tecnologia de produção das indústrias têxteis da região, não marcou somente o território de Americana, mas também o de Santa Bárbara e Nova Odessa, com





Figura 3
Vetor 2, Americana. Remanescentes da Fábrica de Tecidos Carioba
Fonte: Acervo da pesquisa, 2018

a formação de bairros suburbanos onde se dispersou esta produção doméstica, que até os dias atuais abrigam microempresas de produção à feição.

Nos anos 1960-70, Americana passa por um grande desenvolvimento industrial, urbano e crescimento demográfico e torna-se centro regional. Grandes empresas e multinacionais se instalaram na cidade, provocando grande fluxo migratório interestadual e surgimento de problemas urbanos, como a transformação dos bairros das outras duas cidades estudadas, Nova Odessa e Santa Bárbara d'Oeste, em subúrbios dormitórios (PASQUOTTO et al., 2014)

No final da década de 1970 e início dos anos 1980, a vila de Carioba foi sendo demolida aos poucos, com forte resistência da população, ocupações e criação de movimentos, como o Comitê Pró-Carioba (STOCK, 2009). Em 1983, a Carioba passou para as mãos da Prefeitura.

Na residência remanescente dos antigos proprietários da fábrica Carioba, funcionou a Casa de Cultura "Hermann Müller" e o casarão da Fazenda Salto Grande abrigava, até recentemente, o Museu Histórico Pedagógico Municipal Doutor João da Silva Carrão, dois dos principais patrimônios da cidade, que hoje estão fechados por questões sanitárias.

¹ Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo.

Houve várias tentativas de tombamento do conjunto pelo Condephaat¹ nos anos 1980. Posteriormente, os galpões da fábrica foram subdivididos internamente e alugados para várias tecelagens (façonistas) e a sede se transformou na Casa de Cultura Hermann Müller, em 1999, conforme já dito. Recentemente, em 2015, com apoio do Condepham, órgão de preservação municipal, houve tentativas de criar uma associação pela Memória de Carioba.

Nova Odessa

O povoamento da região do Quilombo, hoje dentro dos limites da cidade de Nova Odessa, também teve início no século XVIII, com a concessão de sesmarias pelo governo colonial a interessados em se fixar na região. Um dos mais importantes foi José Teixeira Nogueira (1798), cujos descendentes colonizaram grande parte da região (NOVA ODESSA, s/d).

Augusto Ramos (funcionário da Secretaria da Agricultura) foi um dos principais articuladores para a vinda de imigrantes para o núcleo de Nova Odessa em 1905 (BOLDRINI, 1989). Entre os anos de 1909 a 1911, outras fazendas foram compradas para compor a colônia, sendo que algumas hoje fazem parte de outro município, o de Sumaré. O território das fazendas Pinheiro, Paraíso e Sertãozinho, comporiam as seis seções (Nova Odessa, Fazenda Velha, Engenho Velho, Sertãozinho, Paraizo e Pinheiros) do Núcleo colonial de Nova Odessa (Fig.04).

A vinda de letos está relacionada à crise gerada pela longa dominação russa na Letônia, que teve seu ápice

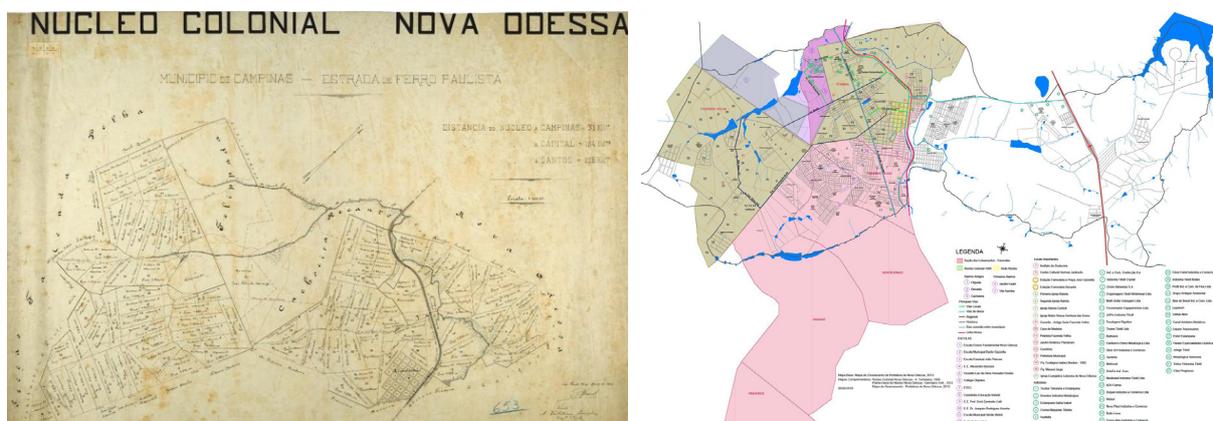


Figura 4 Nova Odessa. À esquerda, planta original do Núcleo Colonial Nova Odessa; à direita, mapa de abairramento do Município de Nova Odessa com sobreposição da planta do Núcleo Colonial, onde foi possível constatar que tanto os nomes quanto as divisas dos bairros atuais ainda guardam relação com as sessões do núcleo original.

Fonte: Fonte: Acervo da equipe, 2019

na Revolução de 1905. Com a ajuda de Carlos Botelho, então secretário da Agricultura, deu-se início à imigração para o Brasil. Parte do interesse dos letos em relação ao Brasil se deu por influência de uma publicação no diário "*Baltijas Wehstnesis*" (o mensageiro báltico) em 1889, e um pequeno livro editado em Riga (Letônia) no início de 1890 denominado "*Brasilija*" (Brasil). As publicações tratavam da "[...] fertilidade da terra brasileira, flora e fauna, as facilidades dadas pelo governo a vinda do imigrante, assim como o incentivo a formação de aglomerados de imigrantes da mesma nacionalidade, para evitar a nostalgia, e os problemas culturais" (HISTÓRIA, s/d)

Carlos Botelho também dá início ao primeiro traçado da cidade, bem como à instalação da estação ferroviária, que teria passagem pela Fazenda Velha, implementando-o nos mesmos nos moldes urbanísticos que a cidade de Odessa na Ucrânia.

O núcleo colonial instalado em Nova Odessa, já era composto em pontos distintos por portugueses e italianos, que se encontravam em sua maioria na Fazenda Pombal e Fazenda Velha (bairros Cachoeirinha e Filipada) (LIMA, 1999).

A primeira Igreja Batista foi erguida em 1906 no bairro chamado Fazenda Velha, e é uma das principais referências culturais da comunidade. Um templo maior inaugurado em 1918, é utilizado até os dias de hoje, em local que ainda conta com amplo refeitório, churrasqueiras, edifício de educação religiosa, casa residencial, quiosque, prédio com classes infantis e um palco para shows musicais (PETERLEVITZ, s/d). A terceira Igreja Batista foi construída para as celebrações em português para os novos imigrantes. Como não havia na cidade um cemitério batista, muitos letos foram enterrados nas cidades vizinhas como Santa Bárbara e Americana (NOVA ODESSA, 1977).

A ferrovia que percorria de Campinas a Rio Claro, em 1873, foi a primeira a atravessar o município de Nova Odessa, porém não havia uma parada no local. Com o crescimento da população que se formava na região e para atender as necessidades do núcleo colonial foi necessária a instalação de uma linha telegráfica, em 1905, denominada Posto Telegráfico de Pombal. Dois anos mais tarde, esse posto tornava-se a Estação de Nova Odessa. A primeira parada, Recanto, foi inaugurada em 1907, próxima à Vila Americana. No ano de 1948 foram implantadas várias tecelagens na cidade,

como a Indústria Têxtil Cooperativa Nova Odessa. Em 1939 tornou-se distrito de Americana e em 1958 é elevada a Município (LIMA, 1999).

As duas principais festas típicas da cidade de Nova Odessa são a “Feira das Nações”, na qual se reúnem várias barracas com comidas típicas de vários países, como por exemplo letos, australianos, americanos, dentre outros; e a Festa do Ligo, que é organizada pela comunidade dos descendentes da Letônia na cidade e tem como objetivo resgatar a cultura do país do leste europeu, celebrando o solstício de verão. Durante a festa são feitas apresentações de danças, músicas e barracas com comidas típicas (DESCENDENTES, 2017).

O vetor como eixo de interpretação de referências culturais no território

No vetor 2, conforme foi possível compreender, os núcleos coloniais, primeiros assentamentos permanentes na região, se formaram a partir da imigração, comunidades que criaram marcos que ainda hoje conservam, de certa forma, o caráter rural ou suburbano. As histórias dos municípios se entrelaçam, portanto, no território formado entre os núcleos principais.

Uma questão relevante, já apontada por Queiroz (1978), ao estudar os bairros rurais paulistas é que a dispersão (característica também dos territórios metropolitanos) cria outros vetores de leitura. O território está conectado por múltiplas inter-relações sociais e cotidianas, mas essa teia não coincide com as formas materializadas por ele.

Ao estudar o “espaço-tempo vivido”, em levantamento de campo, de conversas com moradores, líderes de comunidades rurais, de comunidades culturais diversas, além de visitas aos espaços públicos, privados e referências construídas, constatou-se que o território é múltiplo, diverso e complexo e “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica”. A noção de pluralidade do território ou de “multiterritorialidade” ou de “um entrecruzamento de diferentes” territórios (HAESBAERT, 2007, p.34) foi a que mais se aproximou de como, de fato, se poderia definir o vetor analisado, o que exigiu uma série de leituras e releituras a partir de pontos de vistas diferentes para a sua compreensão (POULOT, 2009). Embora pertençam aos municípios, formam um território contínuo entre o modo de vida rural e urbano, que acabou por tornar-se um



potencial turístico para uma região. Completa esse cenário, o número de segundas residências instaladas em condomínios de classe média e alta junto aos pequenos núcleos rurais, o que indica a utilização para lazer ou mesmo turismo rural.

Esses territórios demandam questões muito distintas das áreas urbanas das cidades. Em muitos casos, são setores em que as relações de identidade e pertencimento se tornam inconstantes, como é o caso dos bairros que se situam nas divisas entre Santa Bárbara d'Oeste, Americana e Limeira. Nesses, a toponímia é marcada por antigas estratégias de deslocamento na região, como é o caso da Estrada da Balsa, que liga Santa Bárbara a Limeira, onde, até 1925, quando foi construída a ponte Funil, os moradores faziam a travessia do rio Piracicaba por balsa. Esta mesma estrada passa pela Avenida da Amizade, próxima aos bairros Vila Dainese e Jardim Europa, essencialmente formado por operários e estabelecimentos fezonistas, que tem esse nome como forma de celebrar a amizade entre os moradores das duas cidades que já viveram muitos conflitos em relação às divisas.

Em outro exemplo, no bairro Jardim Mollon, um bairro pendular à Avenida Santa Bárbara, que liga o núcleo homônimo com o de Americana, é possível verificar que em várias ruas, as calçadas recebem mosaicos com as iniciais de cada município gravadas, uma espécie de selo de pertencimento que delimita as divisas e que se concretiza no espaço público (Fig.05).

Esse aspecto se reflete na gestão destes territórios, a tal ponto que gerou duas propostas específicas no Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Campinas, que está sendo elaborado



Figura 5
Bairro Jardim Mollon. Imagens dos mosaicos das calçadas das ruas do bairro: à esquerda, o símbolo de Americana e à direita, o símbolo de Santa Bárbara.
Fonte: Acervo da pesquisa, 2019

pela AGEMCAMP, as propostas nº 47 e 48, dentro dos aspectos relacionados à "Governança e Identidade Metropolitana". A primeira, cujo título é "*Ajustes nos limites municipais*" e a segunda, com o título "*Gestão de áreas conurbadas*", que propõe "*Equacionamento dos problemas das áreas conurbadas, articulando políticas integradas entre os municípios*". Entretanto, o problema foi registrado apenas sob o viés administrativo pois, ambas as propostas, ignoraram outros níveis de abordagem demandados por essa discussão como, por exemplo, os de identidade e pertencimento (PDUI, 2018).

Há um consenso entre planejadores de que a urbanidade é um valor a ser considerado na medida do desenvolvimento social das cidades, porém, isso não é tão notável no caso da ruralidade. Há um certo desconhecimento, segundo Abramovay (2000, p.25-26), para quem a "A ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização. Ela será cada vez mais um valor para as sociedades contemporâneas".

Ambos os atributos representam um conjunto de atividades e formas de vida de distintos grupos sociais que implicam na identificação do valor atribuído aos objetos e práticas locais. Contudo, como estabelecer um nivelamento valorativo entre diferentes populações, com distintos interesses?

Segundo Poulot (2009, p.229-230), as instituições internacionais como a Unesco, o Icomos e o Getty Conservation Institute, admitem que para a gestão do patrimônio a partir da noção de significação cultural é necessário que seja identificada a importância do valor de determinado patrimônio para suas "comunidades de interpretação":

O desafio consiste, desde então, em saber, quem, na comunidade, decide o que deve ser protegido e como legitimar as escolhas adotadas. Desse modo, voltam a ser formuladas as questões clássicas da sociologia política em relação aos poderes de nomear ou à capacidade de fabricar a coletividade, seja ela formada por famílias, grupos étnicos, regiões ou nações.

As cidades do vetor 2 da Região Metropolitana de Campinas apresentam uma grande quantidade de associações que representam pequenas comunidades seletivas, formadas a partir da origem comum de seus membros, já citadas, como a Fraternidade Americana, o Movimento UNEGRO e o Circolo Italiano di Americana.

O papel destas associações será sempre muito importante em relação à transmissão da memória dos grupos e na identificação dos lugares e objetos de significado cultural (ICOMOS, 2006). Porém, não se pode ignorar as relações de disputa e poder que se estabelecem sobre o território, conforme aponta Geary (1996, p. 31 apud CANDAU, 2019):

[...] longe de ser o compartilhamento espontâneo de uma experiência viva e transmitida, a memória coletiva foi também orquestrada, não menos que a memória histórica, como uma estratégia favorecendo a solidariedade e mobilização de um grupo através de um processo permanente de eliminação e escolha.

Um fato simbólico, que ilustra essa afirmação, em relação ao casarão da Fazenda Salto Grande, por exemplo, é que apesar de nele funcionar um Museu, sendo, portanto, um patrimônio "oficial" da cidade, o local teve que ser reivindicado pelo movimento UNEGRO² de Americana para realização de encontros da comunidade. Um desses encontros, denominado "O negro na história de Americana"³, foi realizado dentro do casarão interditado, em agosto de 2019. O evento contou com café comunitário, palestras, rodas de conversa e atividades culturais. As falas das diversas lideranças negras da região, reafirmaram que o casarão representa uma prova material da existência dos negros nesta cidade, um espaço de memória dos antepassados, cuja trajetória, segundo os organizadores, é negada e silenciada.

² UNEGRO: União de negros e Negras pela Igualdade.

³ JORNAL O LIBERAL, 23/ago/2019. Disponível em: <https://liberal.com.br/cultura/participacao-de-negros-na-historia-de-americana-e-tema-de-debate-1063498/> Acesso em 30/abril/2020.

Na sociedade contemporânea, o desvanecimento das grandes memórias organizadoras - as unificadoras dos princípios de vida, calcadas no imaginário sobre colonizadores, heróis e mártires - faz com que cada indivíduo siga seu próprio caminho, o que resulta em memórias fragmentadas e, ao mesmo tempo, faz com que nenhum grupo tenha a possibilidade de construir essa unificação, posto que encerrado em sua esfera de especialização (HERVIEU-LÉGER, 1993 apud CANDAU p. 184).

Formas de abordagem do patrimônio - paisagem, itinerários, redes culturais e inventários participativos - em simultâneo ou em associação, e seus respectivos instrumentos de preservação, indicam um caminho para se pensar uma estratégia de preservação dos remanescentes da RMC, que se configuram como um patrimônio regional, metropolitano, cuja escala transcende a atuação de órgãos municipais de preservação. Porém,

[...] aceitar ter que fazer escolhas em nossas heranças, reconhecer que a totalidade das memórias nos é inacessível, admitir nossa radical individualidade e a impossibilidade definitiva de um compartilhamento absoluto com o Outro é, talvez, a única maneira de reconstruir as memórias que não serão mais hegemônicas, mas pelo menos sólidas e organizadoras de um laço social em condições de repudiar toda ideia de submissão (CANDAU, 2019, p. 195).

Faz-se com essa citação uma conclusão, com a qual é importante retornar à epígrafe inicial, que enuncia a ideia de que no futuro será necessário saber o que destruir e que o próprio ato de preservar, não atento a essas mudanças na forma de definição de valores a partir das transformações nas formas de vida e nas formas de apreensão, transmissão e salvaguarda das memórias, pode ser um ato de destruir.

Agradecimentos

À FAPESP, pelo financiamento desta pesquisa através do Auxílio nº 2018/00743-7; ao CNPQ pela bolsa Produtividade em Pesquisa (proc. 305078/2020-8). Às bolsistas Treinamento Técnico FAPESP: Camila Campoy, Heloisa Padula, Julhia Bernardo e Mirian Senna.

Referências

- A COMUNIDADE Italiana em Santa Bárbara. In *Jornal Gazeta Metropolitana – Suplemento A história de Santa Bárbara. A chegada dos Italianos*, n.8, s.d, s.n., 20 nov. 1997.
- A HOPWELL Church, marco histórico da civilização americana do norte em nosso município. In *Jornal D'Oeste*. Santa Bárbara D'Oeste, 13 jan. 1957. FUNDAÇÃO ROMI.
- ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. *Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão*. Texto para Discussão nº 702. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- AGUIAR, Letícia. *Imigrantes norte-americanos no Brasil: mito e realidade, o caso de Santa Bárbara*. Dissertação (Mestrado). IE/Unicamp, Campinas, 2009.
- ANDRADE, André Luiz Alípio de. *Variações sobre o tema: a sociedade auxiliadora da indústria nacional e o debate sobre o fim do tráfico de escravos (1845-1850)*. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Instituto de economia, UNICAMP, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2002. Disponível em: < http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/285874/1/Andrade_AndreLuizAlipiode_M.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2019.
- BOLÁN, Eduardo Nivón. Las contradicciones de la ciudad difusa. *Revista ALTERIDADES* 13 (26). Ciudad de México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2003. Págs. 15-33.
- BOLDRINI, Maria I. *A migração leta – O núcleo oficial de Nova Odessa*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989, 132 p.

BRYAN, Abílio Serra. *Americana, sua história*, s.l., 1967.

CANDAU, Jöel. *Memória e Identidade*. Tradução maria Letícia Ferreira. 1ª ed. 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019.

CARDOSO, Ana Maria Vieira. *Família de cidades: a atividade têxtil em Americana e entorno*. Dissertação (Mestrado). IG/Unicamp, Campinas, 2004.

CIRCOLO Italiano será formado ainda esse ano na cidade. s.n, Santa Bárbara d'Oeste: FUNDAÇÃO ROMI, s.d.

COLLI, Juliana Marília. *O façõnismo pelo avesso: um estudo das formas de organização do trabalho à fação no ramo de tecelagem do polo têxtil de Americana – SP*. Dissertação (Mestrado). UNICAMP, Campinas, 1997.

DA ITÁLIA para o Brasil. 100 anos de imigração da família Angolini. *Jornal Diário de Santa Bárbara*, Santa Bárbara D'Oeste. 15 dez. 1996.

DESCENDENTES da Letônia fazem festa típica em Nova Odessa. S.n., Portal G1, 23 jun 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/piracicaba-regiao/noticia/descendentes-da-letonia-fazem-festa-tipica-em-nova-odessa.ghtml>> .Acesso: 27 fev. 2019.

GANS, Herbert J. Urbanism and Suburbanism as a Ways of Life. In Arnold M. Rose (ed.). *Human Behavior and Social Processes*. London: Routledge and Kegan Paul, 1962.

GONÇALVES, José Sidnei; Soraia de Fátima RAMOS, S. F. Da origem à hegemonia e crise do algodão meridional brasileiro no século XX. In *Informações econômicas*, São Paulo, v.38, n.2, fev. 2008. Disponível em: < <http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/ie/2008/tec3-0208.pdf>> . Acesso em: 14 fev. 2019.

HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade: Um debate. *Revista GEOgraphia*-Ano IX – Nº 17, 2007.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. La religion pour mémoire. *Revue Française de Science Politique*. Paris: Le Cerf, 1993, 274p.

ICOMOS AUSTRALIA – International Council on Monuments and Sites. A Carta de Burra. Tradução para a língua portuguesa por António de Borja Araújo, Eng.º Civil I.S.T. Dezembro de 2006.

JEUDY, H.P. *Espelho das Cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

LIMA, Maria Silvia Viaro de. *A revitalização do centro de Nova Odessa*. Nova Odessa: [s.n.] 1999, p.1-68.

LONDRES, Maria Cecilia. Referências Culturais: Base para uma novas políticas de patrimônio. In *Inventário Nacional de Referências Culturais*. Manual de Aplicação. IPHAN. Departamento de Identificação e Documentação. Brasília: IPHAN/MinC, 2000, p.11-21. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Edital_de_Chamamento_Publico_Congadas_de_Sao_Paulo-Anexo4.pdf> Acesso em 30/abr/2020.

NOVA ODESSA. São Paulo – SP. Histórico. *Biblioteca do Instituto Brasileira de Geografia e Estatística*. IBGE. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/sao-paulo/novaodessa.pdf>> . Acesso em: 19 fev. 2019.

PASQUOTTO, Geise Brizotti, SILVA, Paula Francisca Ferreira da; SOUSA, Luana de Souza e, GARCIA, V., SILVA, Maria Scarpinatte Muniz da . A expansão urbana de Americana e a questão regional. *Revista Rua*, Número 20 – Volume II. Campinas, Nov. 2014.

PDUI. Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado. Região Metropolitana de Campinas. CADERNO DE PROPOSTAS DA SOCIEDADE CIVIL, 2018. Disponível em: <<https://www.pdui.sp.gov.br/rmc/?tag=governanca>>, Acesso: 01/março/2019.

PETERLEVITZ, Raine R. História da Igreja Batista Fazenda Velha. Portal da Igreja Batista Fazenda Velha. s.d. Disponível em: <<http://www.batistafazendavelha.com.br/igreja/a-pi-bno/>>. Acesso: 26 fev. 2019.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente. Séculos XVIII – XXI. Do monumento aos valores*. Tradução João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Bairros rurais paulistas*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1978.

RAMOS, Cláudia Monteiro da Rocha. Os negros na História de Americana. In *UNEGRO AMERICANA* [facebook], 24/jan/2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/UnegroAmericana/posts/1709625822682929/>. Acesso em 31/abril/2020.

RIBEIRO, Maria José Ferreira de Araújo. *Memória, Imigração e Educação – Fábrica de Tecidos Carioba: Uma vila industrial paulista no início do Séc. XX*. Tese (Doutorado). UNICAMP. Campinas, 2005.

SILVA, J. R. Usina tem 127 anos. *O Liberal*, Suplemento Santa Bárbara D'Oeste 186 anos. Santa Bárbara D'Oeste, 04 dez. de 2004, p.3.

STOCK, Suzete de Cássia Volpato. *Benamata: um lugar, uma herança*. Tese (Doutorado) FE/Unicamp, Campinas, 2009.

USINAS e Imigrantes consolidam economia. *Jornal Gazeta Metropolitana – Suplemento A História de Santa Bárbara 4 – 1930 a 1970. A consolidação da economia*, Santa Bárbara d'Oeste, s.n., 23 out. 1997. p.3.

THESIS

Arquivo

"A 'pele' atmosférica da cidade"

Tonino Griffero

Tradução da Dra. **Ethel Pinheiro Santana**; Programa de Pós-Graduação em arquitetura da UFRJ (PROARQ/FAU/UFRJ).

Atmosferologia

Via de regra, a atmosfera de uma cidade não é gerada por um processo cognitivo cumulativo e experiencial, usando uma síntese fatalmente construtivista que é condicionada pela projeção psicológica do sujeito. De acordo com uma abordagem atmosférica (Griffero, 2010a; 2014) que destaca a aparência *qua talis* e as primeiras impressões do que nos rodeia, as atmosferas (incluindo as urbanas) são quase-coisas (Griffero, 2013). Elas são um exemplo dessa síntese passiva, em grande parte intersubjetiva e holística, que precede a análise e influencia desde o início a situação emocional do observador, resistindo além de qualquer tentativa consciente de adaptação. A atmosfera de uma cidade, então, constitui uma "presença" influente, em alguns aspectos semelhante aos poderes demoníacos e "influenciadores" (no sentido espiritual, N.T.) ou à cor atmosférica esteticamente espalhada no espaço circundante por ocasionais edifícios e suas fachadas¹. Tal percepção é fato real para um observador sensível a um "urbanismo não utilitarista" (Vazquez, 2010, p. 37), mesmo que não estejamos necessariamente convencidos do poder metamórfico total sobre a ambiência de uma deriva situacionista (que poderia tornar belas até as coisas mais sem graça!) (ibid., p. 38, 66). Como em toda experiência subjetiva específica: a) que está inextricavelmente ligada a processos corporificados (obviamente no sentido do Leib² fenomenológico ou do corpo sentido) e b) que pode ser caracterizada por uma microgranularidade qualitativa inacessível a uma perspectiva naturalista-epistêmica (possível somente na terceira pessoa), acredito que a atmosfera seja, em suma, mais um estado "espacial" do mundo do que um estado psíquico muito particular³. Contudo, se interpretarmos "meu" sentimento não como algo que temos, mas, como algo que "possuímos", pressupõe-se a derrubada de uma metafísica introjetiva (invenção da *psique*) amplamente dominante em nossa cultura. Trata-se de uma "campanha" agressiva de des-psicologizar a esfera emocional e de externalizar os sentimentos⁴, entendidos como restrições ou *affordances* situacionais que, como nas condições climáticas, modulam o espaço vivido pré-dimensional, cuja presença sentimos⁵ e, conseqüentemente, também

Coordenadora do Proarq/UFRJ (2020-2022 e 2022-2024). Arquiteta e Urbanista e Jovem Cientista do Nosso Estado. Professora Associada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/UFRJ, concursada desde 2006. Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2001) - tendo se graduado com Magna Cum Laude, mestrado em Arquitetura (2004) e doutorado em Arquitetura (2010), ambos pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura- Proarq/UFRJ. É pesquisadora associada à Rede Internacional de Ambiances (ambiances.net).

Para a realização desta versão em Português do texto "The atmospheric "skin" of the city", de Tonino Griffero, publicado pela Routledge em 2013 por meio da Rede Internacional Ambiances, ficou determinado entre tradutora e autor que o conjunto de grandes parágrafos repletos de questionamentos e desenvolvimentos textuais seria mantido, além dos hibridismos de termos, de modo a expressar a forma e a "anatomia" original dos pensamentos do autor. Para a realização desta tradução a tradutora e a Revista Thésis agradecem à Rede Ambiances e à Pesquisa UMR 1563 - Ambiances Architecturales et Urbaines, nas pessoas dos profs. Jean-Paul Thibaud, Damien Masson e Rainer Kazig, e ao autor, Prof. Tonino Griffero - que gentilmente cedeu o direito de versão e publicação.

¹ Ver Otto (1989); Merleau-Ponty (2003, p. 353, 417).

² "Corpo", em alemão, no sentido de referência a diversas teorias insurgentes sobre o valor do corpo, despontadas na Alemanha desde a Fenomenologia de Hursserl e Heidegger (N.T.)

³ Schmitz (2003, p. 181); Klages (1976, p. 349; 1979, p. 449).

⁴ Para uma abordagem inicial à filosofia das atmosferas ver Tellenbach (2013), Schmitz (1969; 1998; 2006; 2011), Böhme (1989; 1995; 1998; 2001; 2006a; 2006b), Hauskeller (1995), Griffero (2010a; 2014), Thibaud (2012) e Rauh (2012).

⁵ Ver Gibson (1999); Griffero (2009; 2010b).

modulam nosso estado de espírito. Como impressões penetrantes que antecedem a distinção sujeito/objeto, a "autoridade" dos sentimentos ressoa nas "ilhas" (e não nos órgãos internos) de nosso corpo sentido⁶.

Por mais contra-intuitivo que seja – estamos, afinal, tentando pensar sobre a esfera emocional como era concebida antes da "psiquização" (século V a.C.), ou seja, antes que o thymos⁷ extra-pessoal demoníaco fosse relegado a uma esfera psíquica privada e inventada (psique) (Rappe, 1995) – essa concepção estético-fenomenológica do sentimento atmosférico como antagonista pré-subjetivo e pré-objetivo (Schmitz, 1969, p. 102) visa corrigir o dualismo dominante e questionar uma explicação puramente projetiva dos sentimentos externos. Não aspiramos a uma regressão impossível a um modo de vida pré-introjetivo, mas, simplesmente, a um reequilíbrio saudável da ontologia psíquica predominante. Deixando de lado aqui uma teoria mais exaustiva das atmosferas⁸, bastará por ora apontar brevemente que as atmosferas não são acessíveis a uma percepção representativa extraocular, mas, sim a uma [percepção] deambulatória e sinestésica. E que as atmosferas nos colocam como quase-coisas que, independentemente de sua imprecisão constitutiva – que só pode ser estigmatizada por aqueles que idealizam o *pathos*⁹ naturalista da certeza – irradiam efeitos amplamente compartilhados e, em todo caso, não imputáveis a sensações subjetivas ocasionais, pelo menos dentro de determinadas culturas homogêneas.

Figuratividade Urbana (ou Familiaridade?)

Da mesma forma que o perfume de uma rosa sobrevém à materialidade da flor, a atmosfera de uma cidade sobrevém à materialidade urbana (Hasse, 2008b, p. 103), e isso se deve a uma enorme constelação de fatores: situação geográfico-climática, condição histórica e socioeconômica, qualidade arquitetônico-infraestrutural, expressividade de valor, linguagem, e assim por diante. Como uma multiplicidade caótica que se distingue por uma significação internamente difusa (Schmitz, 1998) e, como tal, mais descritível do que rigorosa e conceitualmente definível, a cidade possui uma poderosa carga atmosférica, muitas vezes cristalizada ou sintetizada memorialmente, nas palavras de Benjamin, como "imagens do pensamento". [A cidade] possui, poderíamos dizer, uma "pele" emocional e polissensorial própria (Hasse, 2000, p. 168; 2002b; 2003; 2008a), tanto que a paisagem urbana torna-se um marco psico-tópico, o centro dos mapas

⁶ Sobre "ilhas corporais" ver Schmitz (1965) e Griffero (2010d; 2013).

⁷ Thymos é um termo utilizado por Platão como representação da intelectualidade, e do mundo inteligível. Para Platão, o thymos era o "mundo das ideias", por isso, ligado ao espírito e, muitas vezes, a esfera desejante dentro de nós. Acima de tudo, em sua Teoria Tripartite da Alma, as três partes em questão: a razão, o espírito e o desejo (em grego, logos, thymos e eros) deveriam funcionar em equilíbrio em todo ser vivente racional, para não sermos consumidos por ideias demoníacas (N.T.).

⁸ Griffero (2010a; 2014). See also Griffero (2006; 2009; 2010c).

⁹ Sentimento de piedade ou de ternura e melancolia empática (N.T.).

mentais, obviamente mais emocional do que cognitiva, em que toda a cidade (vivida) é fisionomicamente condensada. É uma pele – relembro aqui outra determinação ontológica e quase objetiva de atmosferas (Griffero, 2010a, p. 127-128; 2013, p. 15) – que não é de modo algum propriedade do objeto (de qual objeto?), uma mera concha para algo mais essencial dentro; é uma qualidade que as coisas não “têm”, mas, na manifestação da qual, as coisas se extinguem. É um modo-de-ser penetrante (Metzger, 1971, p. 77-78) que gera o espaço afetivo no qual (literalmente) entramos, uma “pele” corpórea¹⁰ com a qual seu “personagem” se identifica totalmente.

¹⁰ Sua metáfora indica a indistinção do espaço físico e do espaço vivido, e do corpo físico e do corpo sentido (do observador) (Hasse, 2000, p. 118, 133).

¹¹ As atmosferas, para nós, não existem apenas quando ocorrem, mas, também quando são planejadas (é o que Böhme chama de “trabalho estético”) e quando são notadas, mesmo sem termos sido encantados por elas. Ver também Hasse (2008b, p. 108).

¹² Expressão Latina para “uma parte (tomada) para o inteiro”; é uma figura de linguagem em que o nome de uma parte de um objeto, lugar ou conceito é usado ou considerado para representar sua totalidade (N.T.).

¹³ “Unidades de ambiência, mais do que pequenas ilhas espalhadas, são continentes que se movem sobre as superfícies das cidades, que tendem a se afastar, aproximar, fragmentar-se e dividir-se ao longo de linhas de falhas, movidos pelas forças de atração apaixonada” (Vazquez, 2010, pág. 133).

¹⁴ Uma clara referência ao pesquisador Jean-Paul Thibaud e seu método construído (2001).

¹⁵ O que pressupõe a) a impossibilidade de uma superposição, b) a interação entre dizer e perceber e, em última análise, precisamente a c) deambulação.

A imagem da cidade pode ser comprometida pela ruptura entre forma e função, bem como pela dissolução de vínculos comunitários tradicionais (Damisch, 1998, p. 30) e, no entanto, cada cidade pode continuar a expressar “um estilo específico, uma gíria ou dialeto, ou uma forma de humor que às vezes tem um rótulo especial” (Rykwert, 2003, p. 271), ou seja, uma atmosfera. Seja sua imagem superficial ou vivida intensamente, a atmosfera urbana ainda é como sempre “um ser que nos enfeitiçou, do qual não podemos nos separar; continuamos seus filhos ou seus visitantes tímidos” (Mitscherlich, 1968, p. 32), a menos que nosso estado de espírito seja tão anestésico que nos impeça de perceber cognitivamente¹¹, senão compartilhar, a atmosfera existente – uma atmosfera que naturalmente pode se diferenciar e eventualmente colidir com o que experimentamos em áreas residenciais ou não estritamente residenciais (como mercados, portos, estações, etc.), gerando um mapa emocional que consiste, por um lado, em amplificar, ligar ou separar ilegitimamente singularidades urbanas para obter uma imagem padrão (e fatalmente estereotipada) e, por outro, rejeitar o estratagema retórico do *pars pro toto*¹², de dissolver o tecido urbano em ilhas atmosféricas.¹³

A cidade possui uma pele atmosférica, certamente menos superficial, mesmo em termos de paisagem que se percorre: atravessada pelo *flâneur*, substituído urbano do “promeneur” (Benjamin, 2002, p. 471, 473) ou pelo psicogeógrafo à deriva (Careri, 2006; Vazquez, 2010), ou, e com maior fiabilidade científica, pelo sociólogo urbano, cujos “parcours commentés”¹⁴, fruto de uma percepção *in situ* cuidada e interdisciplinar¹⁵, sublinham o facto de a ambiência tangível ser co-determinada pela meio físico, por fenômenos percebidos, mas também por comportamentos sociais como incorporação, atualização e pela reconfiguração do potencial perceptível do lugar percorrido (Thibaud,

2001, p. 97-98). A atmosfera de uma cidade, assim, é gerada também pelo caminhar, entendido como espaço de enunciação (de Certeau, 2005, p. 151), cuja língua seria o sistema urbano, e ao qual se seguiria um processo, esperançosamente subversivo de apropriação topográfica, interpretação espacial do lugar e negociação pragmática. Como resultado intermitente de um processo (também) real, as atmosferas urbanas encarnam perfeitamente o fato de que todas as atmosferas, por oposição às coisas em sentido estrito, aparecem e desaparecem, sem a possibilidade de se perguntar onde e como existem quando não são percebidas.

Seja esta a síntese parcialmente reflexiva de um método ou um *a priori* exclusivamente impressionista, a atmosfera urbana, em todo caso, se manifesta como uma qualidade penetrante (Dewey)¹⁶, às vezes apenas superficial e preliminar, metafórica e meramente virtual: vistas da cidade conhecidas apenas através do cinema – como o *skyline* de Manhattan, visto de perspectivas frontais, ou aéreas normalmente impossíveis¹⁷ – derivam sua força icônica de processos sempre parcialmente subjetivos como o *pars pro toto* e a oclusão mais ou menos intencional de algumas partes, como se percebe pela síntese de cidades como Moscou (imediatamente após a revolução), Las Vegas e Los Angeles em termos, respectivamente, de austeridade e hesitação, de espetáculo permanentemente alucinado e teia de fluxos infinitos (Thibaud & Thomas, 2004). Tal atmosfera urbana não pode ser considerada menos eficaz apenas porque deriva das impressões distais de quem contempla a cidade de uma perspectiva mais elevada do que das (mais autênticas?) impressões de quem experimenta a cidade de maneiras diferentes, talvez encontrando lugares inesperados, uma cidade paralela, percorrendo-a e construindo novas psicogeografias¹⁸. Além disso, a atmosfera urbana é uma imagem que rapidamente se torna um mito à medida que “na verdade vamos a esses lugares, vamos lá com a ideia de fazer algumas coisas e não outras” (Marback, Bruch & Eicher, 1998, p. 6). Somos condicionados a fazê-lo por biótopos, mas também psico-tipos ou seja, por “pontos em que a alma se aquieta [e que] constituem, para quem deve o que é também a esta cidade, uma parte de sua autoconfiança” (Mitscherlich, 1968, p. 16)¹⁹. Na cidade – discutivelmente uma remanescente secularizada da pátria (Hasse, 2000, p. 52) – “cada pedaço de mundo [é] cada vez mais subtraído de seus elementos sinistros e menos tranquilizadores” (ibid., p. 120). Isso também se deve à eficácia de uma atmosfera insubstancial, de uma aura vital qualitativa (e

¹⁶ Alusão à John Dewey, filósofo e pedagogo norte-americano representante da corrente Instrumentista, um dos fundadores da escola filosófica de Pragmatismo, juntamente com Charles Sanders Peirce e William James (N.T.).

¹⁷ De outros pontos de vista, de fato, Manhattan “se projeta para fora de um deserto formado por destroços industriais, trilhos e quadras fragmentadas” (Knodt, 1994, p. 9).

¹⁸ Amin & Thrift (2001, p. 28-48) imaginam uma integração das ações do “flâneur”, ritmos urbanos e “pegadas” do passado.

¹⁹ “Apoio psíquico [...] ao qual se deve dedicar um interesse uniforme, para o qual devemos nos voltar com uma afetividade constante” (Mitscherlich, 1968, p. 56).

ativa e pré-reflexiva), como fica implícito afinal pela escolha do termo *Ambiência* (Thibaud, 2003, p. 284; 2012; Carnevali, 2006), cuja organização hipotética se enquadra nas tarefas das ciências humanas e possivelmente daquelas instituições cuja função é "estabelecer virtualmente uma identidade" (Müller & Dröge, 2005, p. 100). Não devemos, contudo, subestimar dois elementos: a) que muitas atmosferas urbanas são o resultado inconsciente do planejamento (heterogênesse de objetivos), como no caso de Manhattan, que oferece a seus habitantes "o espetáculo, inscrito em pedra, concreto e aço, de um modo de vida obedecendo a um programa bem diferente, respondendo a uma questão bem diferente daquela da 'habitação'" (Damisch, 1998, p. 153) – os resultados, porém, ficaram longe do esperado; b) que as atmosferas são às vezes mais um inconsciente transcendental, uma condição perceptiva de fundo, do que um objeto da consciência, de percepção transitiva (Thibaud, 2003, p. 293).

Se assumirmos que algumas situações que prescindem totalmente de *Atmosfera*, estas definidas por uma nitidez desprovida de auras retencionais e protensionais (Fränkel & Joel, 1927, p. 91ss.) são patológicas, então temos que admitir que o "caráter" (fisionômico) mais frequentemente envolvido na percepção urbana é o da "familiaridade". Essa noção, no entanto, possui muitas vozes. A atmosfera urbana parece familiar quando a cidade permite que mesmo os recém-chegados se sintam em casa ou estejam no controle de sua existência, graças, por exemplo, a um esquema uniforme de percurso ou à oferta de estilos cinéticos sincronizados e intuitivos. Isso vale também para as cidades que dão estaque a poderosas sugestões de mobilidade por impulsos sonoros que influenciam²⁰ não tanto "o que" somos persuadidos a fazer, mas "como" o fazemos (Thibaud, 2003, p. 290f.). E, possivelmente, em primeiro lugar, quando oferece direções reversíveis: do mesmo modo que fazemos em casa, decidimos se vamos de um quarto para o outro sem nenhum motivo em particular, e onde podemos sentar ou deitar numa poltrona; então, nos sentimos "em casa" naquelas cidades onde podemos nos "perder" sem nenhuma aprovação social, onde não somos obrigados a focar exclusivamente no que está à nossa frente e nos movemos perceptivelmente em todas as direções, sem exigir reviravoltas funcionais (psicológicas, nem corporais), onde, enfim, é tão fácil ser hóspede de alguém quanto hospedá-lo reciprocamente (Schmitz, 2008, p. 34). A familiaridade aqui, da qual não devemos de modo algum omitir os efeitos colaterais (como a vida provinciana às vezes sufocante), não parece

²⁰ Com exceção de casos extremos (o barulho da torcida em um estádio ou a meditação silenciosa na igreja).



contrastar totalmente com o que é exigido pelos apologistas da subversão hodológica²¹, para quem o movimento não é alienante apenas quando produz uma exceção (circunscrita) ao uso predominante das ruas, meramente funcionais, mas à sua continuação possível no infinito e à sua rígida rotina cinética (pedestres, carros, bicicletas etc.). Em todo caso, poderíamos definir como inóspita a atmosfera de uma cidade que seja desprovida de identidade, urbanisticamente incoerente, contra-intuitiva em seu sistema viário, carente de trajetórias/atalhos e nomes capazes de gerar uma magnetização semântica (de Certeau, 2005, p. 158, 160, 164), percebida apenas como um local de residência e trabalhos forçados: percebida, em outras palavras, como um "lado de fora", no qual nunca poderemos nos sentir em casa.

Decerto não é uma descoberta recente que a toda cidade expressa uma atmosfera específica. A noção de atmosfera urbana é antecipada, por exemplo, pela atmosfera de "efeito", escolhida por Sitte (1889) como conceito-chave de um urbanismo pictórico-orgânico inspirado no impressionismo tardio, que poderia contrastar ao priorizar lugares de valor (Venturi Ferriolo, 2009, p. 172.), ou a progressiva anestesia do urbanismo moderno (monótono, antinatural e sem harmonia, Porfyriou, 2010). Ao contrário, a atmosfera é antecipada também pela mais recente noção de imageabilidade urbana, com a qual vislumbramos, independentemente da objetividade cartográfica, um encontro entre o sujeito e certas qualidades objetivas²² que podem gerar uma imagem poderosa e identitária dos lugares (Lynch, 1971, p. 31-32), significativamente ausente na chamada "gentrificação": uma atmosfera-figuratividade estimulada tanto pela facilidade com que se orienta,²³ quanto pelas performances²⁴ qualitativas mais sofisticadas, visando a legitimação de identidade (Damisch, 1998, p. 32). Assim, "a identidade do lugar está intimamente ligada à identidade pessoal. 'Eu estou aqui' sustenta 'eu sou'" (Lynch, 1981, p. 134). Além disso, a paisagem olfativa²⁵ e a paisagem acústica (no sentido mais amplo)²⁶ também devem ser levadas em consideração, com variações de acordo com a nacionalidade, clima, costumes e tradições.

Ensaçando uma exemplificação ampla, mas, longe de ser exaustiva, a atmosfera será diferente se a cidade for histórica, cheia de ruínas que sugerem a vingança da natureza sobre a soberba racionalidade das ações humanas (Simmel, 1984) e, em todo caso, capaz de envelhecer com dignidade, sem dar lugar à rejeição

²¹ O conceito "espaço de vida" (*lebensraum*) do psicólogo Kurt Lewin (1890-1947), é baseado em sua compreensão de que o comportamento humano é função simultânea da pessoa e do ambiente. Em outros termos, o "ambiente psicológico total" inclui tanto a dimensão geográfica objetiva quanto as valências qualitativas do espaço. Assim, surge a ideia de "caminhos privilegiados", pelos quais o mundo é apreendido em nossa deambulação, e a cuja teoria Lewin deu o nome de hodologia (N.T.).

²² Um "entre" possibilitado pela co-presença (corpórea, mas também social e simbólica) de sujeito e objeto (Böhme, 2001, 2006a) e não apenas difícil de localizar nos dois polos (Thibaud & Thomas, 2004, p. 108), mas, a rigor, mesmo antes deles.

²³ "Basta que um marco espacial permita ao visitante se orientar e imediatamente os mais ávidos agentes imobiliários começarão a chamá-lo de 'ponto de identidade'" (Rykwert, 2003, p. 165).

²⁴ Segundo Lynch (1996): vitalidade-significado-coerência-aces-sibilidade-controle, e mais dois meta-critérios, como eficiência e justiça.

²⁵ "Os cheiros permitem identificar lugares e identificar-se com lugares" (Böhme, 1998, p. 50).

²⁶ Segundo Böhme (ibid., p. 64) é possível distinguir acusticamente os lugares, mesmo entre as zonas peatonais das várias cidades alemãs.

e ao desejo (Fromm, 2008, p. 71), também estético, de demoli-la rapidamente; ou se for uma cidade nova, talvez reconstruída com atenção ao passado, possivelmente produzindo um resultado “kitsch”; se a cidade possui um centro animado ou áreas equivalentes a este centro, bairros satélites ou mesmo agradáveis cidades-jardim; se é urbanisticamente compacta ou se foi planejada de acordo com um alto índice de zoneamento; se isola as pessoas em prédios residenciais semelhantes a silos, com uma distinção marcante entre cidade alta e baixa, ou se ainda inclui condomínios fechados (possivelmente desenvolvidos verticalmente: arranha-céus e coberturas); ou se permite a quem a habita uma proximidade constante. A atmosfera também será diferente se a cidade for composta por ruas estreitas e vielas sinuosas refratárias ao tráfego de veículos e, portanto, aparentemente feitas para “o povo”; ou se for constituída por grandes avenidas e autoestradas arborizadas. Se relega sua socialização aos shoppings ou se há uma rua principal (diferente do ponto de vista atmosférico, diga-se de passagem, se for uma rua específica e notável, ou comum a determinado uso), ou quem sabe possui uma ampla praça no estilo das cidades latinas, cuja identidade como lugar de passagem ou de lazer (teatros, parques e cafés) nas cidades históricas europeias é percebida poderosamente quanto mais chegamos a esses grandes espaços por meio de ruas estreitas, ou de espaços que nos exasperam pela concentração de carros, ou são experimentados em sentidos forçados pela direção das ruas (Kazig, 2008, p. 153). Além disso, diferentes atmosferas derivarão da existência de um *skyline* simbolicamente carregado, da acessibilidade ou privação ameaçadora de acesso aos edifícios²⁷, da presença de um museu capaz de “criar um novo tipo de atmosfera pública” (Rykwert, 2003, p. 297), atraindo o culto dessa religião mundial que o turismo (também em sua forma elitista) se tornou hoje. As atmosferas serão diferentes mais uma vez, como é o caso das cidades pequenas, ou mesmo das cidades maiores – dentro de seus “recortes espaciais notáveis” (Vazquez, 2010, p. 84), se pudermos fazer emergir uma maneira para identificar com precisão todas as atividades comerciais essenciais (como em: aqui é a padaria, aqui é a farmácia, etc.). E se as estradas não levam a uma vastidão indeterminada, mas ligam com segurança (ou seja, sem exigir um estado de consciência constante e alerta de possíveis perigos) a lugares socialmente estabelecidos em grande parte reversíveis. No sentido oposto há uma diferente atmosfera nas metrópoles desorganizadas, com uma disponibilidade alucinante de atividades comerciais,

²⁷ A atmosfera dos arranha-céus mais antigos de Nova York (“bases porosas, atravessadas por espaços semi-públicos e comerciais de vários tipos”, lobbies “propositalmente projetados para serem exibidos ao público”) desapareceu dos arranha-céus mais recentes, comprovando assim o fracasso do sonho igualitário americano (Rykwert, 2003, p. 273).

muitas fundamentalmente equivalentes entre si, e as ruas parecem não ter propósito, levando a lugares tão semanticamente "vazios" que podem ser considerados, efetivamente, não-lugares.

A atmosfera (desaxiologizada)

Devemos, portanto, dissipar alguns equívocos. Em primeiro lugar, que uma cidade meramente construída (a chamada região urbana) é *ipso facto* desprovida de atmosfera. Que apenas o centro histórico, a cidade "antiga" e/ou "cidade consolidada"²⁸ tem uma atmosfera, em detrimento dos subúrbios ou periferias, erroneamente já considerados incapazes de induzir experiências. Finalmente, que a atmosfera de uma cidade tem que ser necessariamente semelhante à que se respira em uma pequena cidade, tipificada por situações que não estão acontecendo, ao contrário, estão acessíveis, e por repetições de rotinas (Schmitz, 2008, p. 37).

O fato é que devemos considerar as atmosferas mesmo quando emanando de lugares urbanos pacatos na vida metropolitana anônima, que "como oásis para que o indivíduo se encontre consigo, como espaços sentimentais capazes de acalmar, criar identidade e promover bem-estar terapêutico" (Fromm, 2008, p. 90), satisfazem cada vez mais a nossa necessidade de sentido (cinemas, restaurantes, museus, escritórios, jardins, estacionamentos, etc.). É verdade que descobrimos o apelo de algumas avenidas apenas quando estão fechadas ao trânsito, mas o fato é que elas exalam algum tipo de atmosfera – talvez negativa – mesmo durante o pior engarrafamento. Em suma, e afastando-se das tentações regressivas neorromânticas que nunca estão totalmente ausentes no discurso atmosferológico: não há atmosfera apenas onde reconhecemos uma reunificação situacional orgânica (à la [John] Dewey), onde os edifícios estão em ruínas (sem estarem completamente degradados)²⁹, mas também onde experimentamos um inquietante nivelamento dos lugares, onde um espaço fragmentário e, como tal, carente de um núcleo de valor específico, é o cenário de uma agitação anônima. Em outras palavras: a teoria segundo a qual podemos considerar estética apenas a exposição a espaços estranhos e provocativos, por isso mais passíveis de interpretação (Haapala, 2004, p. 49-51), é excessivamente condicionada por um modelo derivado de vanguardas do século XX. No entanto, é apenas em nome de uma crítica cultural preconcebida e nostálgica que descartamos o fato de uma atmosfera poder manifestar-se "mesmo na chaminé de uma fábrica, num bloco habitacional feito de

²⁸ Mais atmosférica talvez apenas porque, estando há algum tempo integrado na paisagem original e tendo sofrido um desenvolvimento gradual e orgânico, não está sujeita à avaliação crítica [da cidade suburbana] (Gombrich, 1991, p. 264-278).

²⁹ Como Peregalli (2010) nostalgicamente se refere.

lajotas terracota, num hotel que lembra um acampamento" (Klages, 1940, p. 282).

Como resultado de uma auto representação urbana, mesmo a inospitalidade da cidade contemporânea é uma atmosfera, talvez, e infelizmente, sob o pretexto de um "pesadelo petrificado" (Mitscherlich, 1968, p. 29). Afinal, não é verdade que até mesmo os pátios sufocantes e os becos sujos encontrados em Dickens exalam sua atmosfera específica? A "intensificação da vida nervosa" prenunciada por Simmel (1995, p. 36), a indiferença emocional e a cultura objetiva produzida pela urbanização europeia, em que "tudo parece plano, cinzento, sem graça, incapaz de inspirar qualquer preferência" (ibid., p. 54 e 43) é, por sua vez, uma atmosfera de superficialidade e "nervosismo". Da mesma forma, uma "paisagem" é tal mesmo quando desfigurada pelo artifício, e podemos chamar de atmosférico até mesmo o envolvimento emocional e corporal negativo que sentimos na cidade mais caótica e anônima, em lugares frios e abstratos, mesmo nos chamados não-lugares. Tendo devidamente desaxiologizado a noção de "pele" atmosférica (Hasse, 2002a), podemos afirmar que mesmo "uma estrada com uma longa e estereotipada fachada de casas semelhantes entre si não é, de forma alguma, uma estrada neutra em termos de forma, mas, ao contrário, muito eficaz na experiência devido à sua monotonia exaustiva, que é sentida e rejeitada como sendo fria, anônima, ausente e provocantemente 'sem lugar'" (Lorenzer, 1968, p. 70).

Vivendo como em um "cultivo" imersivo de atmosferas

Apesar do fato de que a "pulsão escópica e gnóstica" (de Certeau, 2005, p. 144) nos levar a privilegiar a vista aérea de uma cidade, a qualidade atmosférica de uma cidade deriva naturalmente de seu caráter arquitetônico imanente, que, quando "atmosfera e estado de espírito, [oferece] a sensação perfeitamente temperada de seus espaços construídos [e] é imediatamente comunicada aos espectadores, moradores, visitantes e vizinhança imediata" (Labs & Ehlert, in Zumthor, 2006, p. 7). Decorre, por outras palavras, de um padrão interiorizado ("habitabilidade") que a arquitetura deve levar em conta, para não oferecer utopias filosóficas, mas, "experiências vividas" (Janson, 2005, p. 147), e que a "medida 'experimental' da qualidade de um ambiente ou de um elemento ambiental" depende não apenas de aspectos funcionais, mas, de "aspectos emocionais, comunicacionais e simbólicos, típicos da relação entre as pessoas e a



estrutura físico-espacial” (Bonaiuto, Bilotta & Fornara, 2004, p. 36, 9). Mesmo aqueles que demolem um edifício às vezes são obrigados a preservar de alguma forma o espírito do lugar, por exemplo, reutilizando elementos deste em outras obras (Koolhaas, 2000).

Distanciando-se de uma apologia (excessivamente pós-modernista) da experiência urbana vivida, em detrimento de uma experiência menos descontínua e, como tal, mais reflexiva, é preciso, no entanto, sublinhar que o projeto, enquanto *mise-en-scène* de experiências intimamente ligadas ao potencial expressivo do corpo vivo (Meisenheimer, 2006), não deve e não pode desconsiderar “como nos sentimos” no espaço projetado. Não se pode subestimar o fato de que mesmo a sombra projetada por um edifício, que invade o espaço vizinho, determina um poderoso efeito estético e corporal (e, portanto, atmosférico)³⁰: da irritabilidade à insônia, à dificuldade respiratória e à desvalorização estética do lugar, etc. Como toda *Gestalt*, os edifícios “podem nos comunicar apenas o que nós mesmos expressamos com suas qualidades, [isto é] relações de peso ou dureza, todos aqueles aspectos que para nós possuem um valor expressivo [...], os grandes *sentimentos da vida*, que têm como premissa a condição duradoura dos corpos” (Wölfflin, 1985, p. 30; itálico do autor). Isso também explica o efeito orgânico-cinestésico da ótica, e especialmente da simetria e assimetria, como “órgão mais direto de expressão” (ibid., p. 35) e nos músculos (ibid., p. 33). Embora teoricamente debilitado³¹, infelizmente em parte ainda projetivo³² e às vezes muito ingênuo em suas associações (peso=nostalgia, simetria=bem-estar, janelas=olhos, arco redondo=felicidade etc.), a abordagem de Wölfflin do final do século XIX já corretamente remonta à percepção formal de sentir-se afetivamente e corporalmente na presença de outra coisa (Böhme, 2006a, p. 110).

Ao gerar “orientações, sugestões cinéticas, marcadores” (Böhme, 2006a, p. 113), os edifícios produzem uma ampla gama de atmosferas na cidade. Por vezes até pela sua sonoridade metafórica – “há edifícios que ressoam maravilhosamente, que me dizem: estou seguro, não estou só” – ou por sua temperatura “física e muito provavelmente psíquica” (Zumthor, 2006, p. 33, 35): pense-se, por exemplo, na frieza burocrática sugerida por um edifício totalmente ‘fechado’ (de vidro ou granito). Quer sejam edifícios capazes de poderosas sugestões ligadas ao *pathos*³³ ou sensações de constelações urbanas ao ar livre, que permitem autênticos espaços roteirizados (Klein, 2004, p. 11) [como em centros urbanos noturnos], as atmosferas

³⁰ Com relação à instalação de turbinas eólicas, ver Hasse (2005, p. 377-387). Ver também Wendorf et al. (2004).

³¹ “A questão de saber se é a história física do corpo humano que condiciona as formas da arquitetura ou vice-versa nos levaria longe demais para ser discutida neste ensaio” (Wölfflin, 1985, p. 73, 57). Mas este é precisamente o ponto que merece discussão!

³² “O que sabemos de nós mesmos, a sensação que o espreguiçamento confortável e relaxante nos traz, *transpomos* para este tipo de distribuição de massas e aproveitamos a serena tranquilidade que edifícios deste tipo despertam em nós” (ibid., p. 54; itálico do autor).

³³ Conforme explicado acima, que estimula o sentimento de piedade ou de tristeza, ou de compaixão ou empatia (N.T.).

urbanas, que não mais pertencem apenas à relação de espiritualidade ou ao poder, mas, também ao consumo, forçam o observador a "mergulhar neles" (Bieger, 2007), ou mesmo alternar rapidamente entre imersão e emersão (Bieger, 2011, p. 93). Responsáveis pela "compreensão imediata, contato imediato, rejeição imediata" (Zumthor, 2006, p. 13), e geradas fundamentalmente por tudo – "coisas, pessoas, ar, ruídos, tom, cores, presenças materiais, estruturas e também formas" (ibid., p. 17)³⁴, as atmosferas modulam de forma *pática* o espaço pericorpóreo do observador.

³⁴ Um exemplo seria a inversão da ordem hierárquica-simbólica e, portanto, da ordem atmosférica também, produzida por elevadores (Simmen & Drepper, 1984) e pelo uso generalizado de vidro e aço (Böhme, 2006a, p. 86-87, 116-118; Zumthor, 1999, p. 22). Ver também Hasse (2008b)

Chegou a hora de "passar para a sala-de-estar", de passar a habitar como uma "terceira pele" (Funke, 2006), o que não consiste em ter um teto sobre a cabeça, mas, em "inscrever coisas e lugares de um ambiente, neutro em seu significado, dentro de um perfil de significância pessoal" (Hasse, 2008a, p. 109). Habitar equivale a tornar o espaço não-euclidiano e, portanto, anisotrópico, promovendo, portanto, uma nutrição de sentimentos atmosféricos possíveis apenas quando "em casa". Pode ser que a autorrealização hoje dependa excessivamente da esfera privada e possa degenerar para uma "tirania da intimidade" (Sennett, 1977) ou uma obsessão defensiva e imunitária (Sloterdijk)³⁵, mas não há dúvida de que o lar é um gerador muito especial de atmosferas (plurais!). Mais uma vez, estes [os lares] são diferentes se são prototípicos (objetivos, externos e não intencionais), derivativos (objetivos, externos e produzidos intencionalmente) ou decididamente espúrios em sua natureza relacional (subjativa e projetiva). E diferentemente, mais dependentes, para dar apenas um exemplo, da mudança do critério de organização dos ambientes - uma vez ligados entre si (como uma atmosfera de "estação ferroviária"), ou posicionados em torno de um corredor ou hall (de onde derivou uma atmosfera doméstica mais estável) e, finalmente, dissolvido nos grandes espaços abertos de hoje, com sua atmosfera ilusória de vastidão e liberdade. É óbvio que não apenas a estética muitas vezes abstrata e a atmosfera concreta divergem, como é o caso, por exemplo, quando móveis elegantes inibem uma conversa (Hall, 1968, p. 133, 141), mas também que a "satisfação residencial" como "resposta de avaliação possível sobre o prazer ou gratificação de viver e habitar um determinado lugar" (Bonaiuto, Bilotta & Fornara, 2004, p. 47), nunca deve ser confundido com símbolos de status contingentes; nem, por exemplo, com o fetichismo da higiene doméstica, nem com o privilégio da sala-de-estar como espaço formal, como "sala majestosa fora de um castelo" (Mitscherlich, 1968, p. 115, 122). Independentemente do sucesso, a cultura do

³⁵ Uma segregação que, por outro lado, é contrariada pela porosidade das paredes domésticas [em contato com] (satélites, internet, telemóveis, etc.).

habitar, até o momento de dizer "venha me ver" querendo dizer "venha à minha casa" (Dürckheim, 2005, p. 93), é, em todos os sentidos, uma procura da atmosfera ideal, tão protetora da privacidade quanto capaz de satisfazer as necessidades sócio-expressivas dos habitantes. Atmosfera e domosfera estão, assim, indissociavelmente ligadas, pois "morar é sentir sentindo-se, perceber percebendo-se" (Vitta, 2008, p. 97), uma disposição corporal sentida que, fundindo *aisthesis* e *pathos*, é produzida não só pelo conforto e calor doméstico³⁶ mas também pela possibilidade de simplesmente sentar-se numa poltrona e, fechando os olhos, entrar subitamente num "mundo novo" (Schmitz, 1977, p. 207).

Conclusão

Apenas esbocei uma análise atmosférica da vida urbana. Devemos agora ir além da ingênua, mas, inegável sensação de que se retirássemos a praça de uma determinada cidade não a perceberíamos atmosféricamente como uma extensão do espaço (e como consequência da habitabilidade), e empreender uma análise estética e psicossocial capaz de contextualizar essa impressão imediata em um discurso sobre a cidade como um estado de espírito global. Um discurso também capaz de distinguir coisas e situações para as quais a capacidade de evocar certas atmosferas no espaço urbano é inerente de forma relativamente constante daquelas que, pelo contrário, o fazem apenas ocasionalmente, dependendo, em outras palavras, tanto da constelação de que se tornam parte e do estado subjetivo de quem as considera.

No caso da atmosfera urbana, entendida como síntese peculiar quase-objetiva de "êxtase" de materiais, de estados de espírito (possivelmente manipulados) e de processos de comunicação socialmente necessários, devemos, em todo caso, evitar qualquer flutuação perigosa entre polaridades extremas, como a anomia de liberdade absoluta (e apenas aparentemente emancipatória) e a viscosidade de um apelo (sempre regressivo) por alguma forma de pátria/berço. Isso nos levaria a reconhecer a "capacidade arquetônica", no entrelaçamento da significação urbana e da liberdade, que é justamente a cidade, como "máquina de tolerância" (Janson & Wolfrum, 2008, p. 107, 103), como um playground para desvios psicogeográficos em busca de trajetórias apaixonantes, ou ambiências tão variáveis quanto as placas geológicas (Vazquez, 2010, p. 51), que é habitável [a cidade] não apenas quando uma parte privada é controlada³⁷ – apesar da indiscutível necessidade de alguma forma de proteção

³⁶ Personagens que são descaradamente sinestésicos, mesmo que sejam relativamente variáveis. Para um americano e para um alemão, por exemplo, "a porta aberta e fechada não tem de forma alguma o mesmo significado" (Hall, op. cit., p. 169).

³⁷ Talvez até a estetização solipsista dos lofts/apartamentis de onde o carro do dono, estacionado, pode até ser constantemente visto (ver Hasse, 2008a, p. 120ss.)

contra atmosferas exógenas interferentes – mas também quando é vivida, até que os traços dos ocupantes sejam impressos livremente nela (de Certeau, 2005).

Mas, novamente, prossigamos deixando de lado as tentações neorromânticas e movimentistas. As derivas situacionistas, por exemplo, não são necessariamente mais atmosféricas que a *flânerie*, injustamente pensada (politicamente) como forma nefasta de enraizamento identitário (idiotia) e defesa do existente (Vazquez, 2010, p. 188, 87). A mera passagem lúdica, que testa "a paisagem sonora, a iluminação, o clima, as conversas, os encontros, os gostos e os cheiros, bons ou ruins", e que promove o uso indevido dos espaços, também os encontros com as pessoas certas (!) e a sensibilidade, superior à atmosfera que se desfaz (!) (Vazquez, 2010, p. 73, 164, 163, 154-155), não oferece nada mais ou melhor do que simplesmente passear e viver (tão burguesa essa colocação!). No entanto, uma discussão sobre o potencial atmosférico da experiência performativa no espaço urbano, bem como sobre ela ser um efeito de disposições de planejamento e de manipulação de uma economia de encenação fundada em desejos que são, por definição, insatisfatórios (Böhme, 2001, p. 49., 175.) – disposições que, no entanto, precisamos conhecer para podermos nos defender, pelo menos parcialmente³⁸ – nos levariam longe demais. Como Sócrates habilmente concluiu [em um diálogo Platônico]: falaremos sobre isso em outra hora!

³⁸ Do meu ponto de vista, não é verdade que "procurar as leis de condicionamento não te liberta delas, ao contrário, aprofunda a relação", levando a uma "ciência do controle" (Vazquez, 2010, p. 83).

Bibliografia

- AMIN, Ash & THRIFT, Nigel. 2001. Città. Ripensare la dimensione urbana. Tr. by F. Santandrea, Ed. By A. Mela. Bologna: Il Mulino. 2005.
- BENJAMIN, Walter. 2002 [1982]. I „passages“ di Parigi. Ed. by R. Tiedemann and E. Ganni, 2 vol. Torino: Einaudi.
- BIEGER, Laura. 2007. Ästhetik der Immersion: Raum-Erleben zwischen Welt und Bild. Las Vegas, Washington und die White City. Bielefeld: Transcript.
- BIEGER, Laura. 2011. Ästhetik der Immersion: Wenn Räume wollen. Immersive Erleben als Raumerleben. In: Lehnert, Gertrud (ed.). Raum und Gefühl. Der Spatial Turn und die neue Emotionsforschung. Bielefeld: Transcript. pp. 75-95.
- BÖHME, Gernot. 1989. Für eine ökologische Naturästhetik. Frankfurt a. M: Suhrkamp.
- BÖHME, Gernot. 1995. Atmosphäre. Essays zur neuen Ästhetik. Frankfurt a. M: Suhrkamp.
- BÖHME, Gernot. 1998. Anmutungen. Über das Atmosphärische. Ostfildern v. Stuttgart: Tertium.

- BÖHME, Gernot. 2001. *Atmosfera, estasi, messe in scena. L'estetica come teoria generale della percezione*. Ed. by T. Griffero. Milano: Marinotti. 2010.
- BÖHME, Gernot. 2006a. *Architektur und Atmosphäre*. München: Fink.
- BÖHME, G. *Atmosphäre als Grundbegriffeiner neuen Ästhetik*, in: Id., *Atmosphäre. Essays zur neuen Ästhetik*, Suhrkamp, Frankfurt a. M. 1995, pp. 21-48.
- GRIFFERO, Tonino. In: Griffero, Tonino & Somaini, Antonio (eds.). *Rivista di estetica*. n.s., 46, 33. pp. 5-24.
- BONAIUTO, Marina; BILOTTA, Elena & FORNARA, Ferdinando. 2004. *Che cos'è la psicologia architettonica*. Roma: Carocci.
- CARERI, Francesco. 2006. *Walkscapes. Camminare come pratica estetica*. Torino: Einaudi.
- CARNEVALI, Barbara. 2006. "Aura" e "ambiente": Léon Daudet tra Proust e Benjamin. In: Griffero, Tonino & Somaini, Antonio (eds.). *Rivista di estetica*. n.s., 46, 33. p. 117-141.
- DAMISCH, Hubert. 1998 [1996]. *Skyline. La città Narciso*. Tr. by L. Perrona & D. Nicolai. Genova-Milano: Costa & Nolan.
- DE CERTEAU, Michel. 2005 [1980]. *L'invenzione del quotidiano*. Tr. by M. Baccianini, intr. by A. Posfácio de D. Borrelli. Roma: Edizioni Lavoro.
- DÜRCKHEIM, Karlfried Graf von. 2005 [1932]. *Untersuchungen zum gelebten Raum. Erlebniswirklichkeit und ihr Verständnis. Systematische Untersuchungen II*. In: Hasse, Jürgen (ed.), *Natur – Raum – Gesellschaft 4*. Intr. by J. Hasse et al., Frankfurt a. M: Institut für Didaktik der Geographie. pp. 11-108.
- FRÄNKEL, Fritz & JOEL, Ernst. 1927. *Beiträge zur experimentellen Psychopathologie. Der Haschischrausch*. *Zeitschrift für die gesamte Neurologie und Psychiatrie*. 11. pp. 84-106.
- FROMM, Ludwig. 2008. *Wohnen in der Stadt*. In: Hasse, Jürgen (ed.) *Die Stadt als Wohnraum*. Freiburg/München: Alber. pp. 63-93.
- FUNKE, Dieter. 2006. *Die dritte Haut. Psychoanalyse des Wohnens*. Gießen: Psychosozial-Verlag.
- GIBSON, James. 1999 [1986]. *Un approccio ecologico alla percezione visiva*. Trad. R. Lucio, intr. By P. Bozzi & R. Luccio. Bologna: Il Mulino.
- GOMBRICH, Ernst. 1991 [1987]. *La bellezza delle vecchie città*. In Id.: *Riflessioni sulla storia dell'arte*. In: *Opinioni e critiche*. Ed. by R. Woodfield, trad. G. Bona, Torino: Einaudi. pp. 264-278.
- GRIFFERO, Tonino. 2006. *Quasi-cose che spariscono e ritornano, senza che però si possa domandare dove siano state nel frattempo. Appunti per un'estetica-ontologia delle atmosfere*. In: Griffero, Tonino & Somaini, Antonio (eds.). *Rivista di estetica*. n.s., 46, 33. pp. 45-68.
- GRIFFERO, Tonino. 2009. *Atmosfericità. "Prima impressione" e Spazi emozionali*. In: *Revista Aisthesis*. 1. pp. 49-66, disponível em <<http://www.seminariodestetica.it/Aisthesis/03griffero.pdf>>
- GRIFFERO, Tonino. 2010a. *Atmosferologia. Estetica degli spazi emozionali*. Roma-Bari: Laterza.

GRIFFERO, Tonino. 2010b. Il ritorno dello spazio (vissuto). In: Di Monte, Michele & Rotili Manrica (eds.). Spazio fisico-spazio vissuto (Sensibilia3-2009). Milano: Mimesis. pp. 207-239.

GRIFFERO, Tonino. 2010c. Dal bello all'atmosferico. Tra estetica e atmosferologia. In Russo, Luigi (ed.). Dopo l'estetica. Palermo: Aesthetica preprint. pp. 133-146.

GRIFFERO, Tonino. 2010d. Il corpo (proprio) rappresentato. *Teorie & Modelli*, XV, 2-3. pp. 241-257.

GRIFFERO, Tonino. 2013. Quasi-cose. La realtà dei sentimenti. Milano: Bruno Mondadori.

GRIFFERO, Tonino. 2014. Atmospheres: Aesthetics of Emotional Spaces. Farnham: Ashgate.

HAAPALA, Arto. 2004. On the Aesthetics of the Everyday. Familiarity, Strangeness and the Meaning of Place. In: Light, Andrew & Smith, Jonathan (eds.). *The Aesthetics of Everyday Life*. New York: Columbia University Press. pp. 39-55.

HALL, Edward. 1968 [1966]. La dimensione nascosta. Tr. by M. Bonfantini, intr. by U. Eco, Milano: Bompiani.

HASSE, Jürgen. 2000. Die Wunden der Stadt. Für eine neue Ästhetik unserer Städte. Wien: Passagen.

HASSE, Jürgen. 2002a. Die Atmosphäre einer Straße. Die Drosselgasse in Rüdesheim am Rhein. In: Hasse, Jürgen (ed.). *Subjektivität in der Stadtforschung, Natur – Raum – Gesellschaft* 3. pp. 61-113.

HASSE, Jürgen. 2002b. Zum Verhältnis von Stadt und Atmosphäre. In: Hasse, Jürgen (ed.). *Subjektivität in der Stadtforschung, Natur – Raum – Gesellschaft* 3. pp. 19-40.

HASSE, Jürgen. 2003. Stadt als erlebter und gelebter Raum – kein Sein ohne Handeln? In: Döring, Martin et al (eds.). *Stadt-Raum-Natur: Die Metropole als politisch konstruierter Raum*. Hamburg: Hamburg University Press. p. 174-218.

HASSE, Jürgen. 2005. *Fundsachen der Sinne. Eine phänomenologische Revision alltäglichen Erlebens*. Freiburg/München: Alber.

HASSE, Jürgen. 2006. Atmosfere e tonalità emotive. I sentimenti come mezzi di comunicazione. Trad. A. Somaini. In: Griffero, Tonino & Somaini, Antonio (eds.). *Rivista di estetica*. n.s., 46, 33. pp. 95-115.

HASSE, Jürgen. 2008a. Schöner wohnen? Zur Bedeutung von Ästhetisierung im Stadtraum. In: Hasse, Jürgen (ed.). *Die Stadt als Wohnraum*. Freiburg/München: Alber. pp. 109-132.

HASSE, Jürgen. 2008b. Die Stadt als Raum der Atmosphären. Zur Differenzierung von Atmosphären und Stimmungen. In: Hasse Jürgen (ed.). *Stadt und Atmosphäre. Die Alte Stadt. Vierteljahreszeitschrift für Stadtgeschichte, Stadtsoziologie, Denkmalpflege und Stadtentwicklung*. 35, 2. pp. 103-116.

HASSE, Jürgen (ed.). 2008a. *Die Stadt als Wohnraum*. Freiburg/München: Alber. Hasse, Jürgen (ed.). 2008b. *Stadt und Atmosphäre. Die Alte Stadt. Vierteljahreszeitschrift für Stadtgeschichte, Stadtsoziologie, Denkmalpflege und Stadtentwicklung*. 35, 2.

HAUSKELLER, Michael. 1995. *Atmosphären erleben. Philosophische Untersuchungen zur Sinneswahrnehmung*. Berlin: Akademie Verlag.

JANSON, Alban. 2005 [1932]. Einführung in den Beitrag von Graf Karlfried von Dürckheim

aus der Perspektive der Architektur. Ein Scherzo in Zitronenholz. In Hasse, Jürgen (ed.), *Natur – Raum – Gesellschaft 4*. Intr. by J. Hasse et al., Frankfurt a. M: Institut für Didaktik der Geographie. p. 147-171.

JANSON, Alban & WOLFRUM, Sophie. 2008. "Leben bedeutet zu Hause zu sein, wo immer man hingeht." In: Hasse Jürgen (ed.) *Stadt und Atmosphäre. Die Alte Stadt. Vierteljahresschrift für Stadtgeschichte, Stadtsoziologie, Denkmalpflege und Stadtentwicklung*. 35, 2. pp. 94-108.

KAZIG, Rainer. 2008. Typische Atmosphären städtischer Plätze. Auf dem Weg zu einer anwendungsorientierten Atmosphärenforschung. In: Hasse, Jürgen (ed.). *Stadt und Atmosphäre. Die Alte Stadt. Vierteljahresschrift für Stadtgeschichte, Stadtsoziologie, Denkmalpflege und Stadtentwicklung*. 35, 2. pp. 147-160.

KLAGES, Ludwig. 1940. *L'anima e lo spirito*. Tr. by R. Cantoni. Milano: Bompiani.

KLAGES, Ludwig. 1976. *Charakterkunde I*. Intr. by H. A. Müller. Bonn: Bouvier.

KLAGES, Ludwig. 1979. *Charakterkunde II*. Intr. by H. E. Schröder. Bonn: Bouvier.

KLEIN, Norman. 2004. *The Vatican to Vegas: a history of special effects*. New York/London: The New Press.

KNODT, Reinhardt. 1994. *Atmosphären und das Fest. Über einige vergessene Gegenstände des guten Geschmacks*. Norderstedt: Grin.

KOOLHAAS, Rem. 2000 [1978]. *Delirious New York. Un manifesto retroattivo per Manhattan*. Ed. by M. Biraghi. Milano: Mondadori Electa.

LORENZER, Alfred. 1968. Städtebau: Funktionalismus und Sozialmontage? Zur sozialpsychologischen Funktion der Architektur. In: Berndt, Heide et al. (eds.). *Architektur als Ideologie*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp. p. 51-104.

LYNCH, Kevin. 1971 [1960]. *L'immagine della città*. Tr. and intr. by G. C. Guarda. Padova: Marsilio.

LYNCH, Kevin. 1996 [1981]. *Progettare la città. La qualità della forma urbana*. Ed. by R. Melai. Intr. by B. Gabrielli. Milano: Etas.

MARBACK, Richard; Bruch, Patrich & Eicher, Jill. 1998. *Cities, cultures, conversations. Readings for writers*. Boston (Mass.): Allyn & Bacon.

MEISENHEIMER, Wolfgang. 2006. *Das Denken des Leibes und der architektonische Raum*. Köln: Meisenheimer & König.

MERLEAU-PONTY, Maurice. 2003 [1945]. *Fenomenologia della percezione*. Tr. by A. Bonomi. Milano: Bompiani.

METZGER, Wolfgang. 1971 [1941]. *I fondamenti della psicologia della Gestalt*. Tr. by L. Lumbelli. Firenze: GiuntiBarbèra.

MITSCHERLICH, Alexander. 1968 [1965]. *Il feticcio urbano. La città inabitabile, istigatrice di discordia*. Trad. C. Mainoldi. Torino: Einaudi.

MÜLLER, Michael & DRÖGE, Franz. 2005. *Die ausgestellte Stadt*. Basel: Birkhäuser.

OTTO, Rudolf. 1989 [1917]. *Il sacro. L'irrazionale nell'idea del divino e la sua relazione al razionale*. Ed. by E. Buonaiuti. Milano: Feltrinelli.

- PEREGALLI, Roberto. 2010. I luoghi e la polvere. Sulla bellezza dell'imperfezione. Milano: Bompiani.
- PORFYRIOU, Heleni. 2010. Spazio urbano come luogo. Camillo Sitte e il ruolo della visione nella modernità. In: Di Monte, Michele & Rotili, Manrica (eds.). Spazio fisico/spazio vissuto (Sensibilia 3). Milano: Mimesis. pp. 261-278.
- RAPPE, Guido. 1995. Archaische Leiberfahrung. Der Leib in der frühgriechischen Philosophie und in außereuropäischen Kulturen. Berlin: Akademie Verlag.
- RAUH, Andreas. 2012. Die besondere Atmosphäre. Ästhetische Feldforschungen. Bielefeld: Transcript.
- RYKWERT, Joseph. 2003 [2000]. La seduzione del luogo. Storia e futuro della città. Tr. by D. Sacchi. Torino: Einaudi.
- SCHMITZ, Hermann. 1965. System der Philosophie. II.1, Der Leib. Bonn: Bouvier.
- SCHMITZ, Hermann. 1969. System der Philosophie. III.2, Der Gefühlsraum. Bonn: Bouvier.
- SCHMITZ, Hermann. 1977. System der Philosophie. III.4, Das Göttliche und der Raum. Bonn: Bouvier.
- SCHMITZ, Hermann. 1998. Situationen und Atmosphären. Zur Ästhetik und Ontologie bei Gernot Böhme. In: Hauskeller, Michael et al. (eds.). Naturerkenntnis und Natursein. Für Gernot Böhme. Frankfurt a. M.: Suhrkamp. pp. 176-190.
- SCHMITZ, Hermann. 2003. Was ist Neue Phänomenologie? Rostock: Koch.
- SCHMITZ, Hermann. 2006. I sentimenti come atmosfere. Tr. by T. Griffero. In: Griffero Tonino & Somaini Antonio (eds.) Rivista di estetica. n.s., 46, 33. p. 25-43.
- SCHMITZ, Hermann. 2008. Heimisch sein. In: Hasse, Jürgen (ed.). Die Stadt als Wohnraum. Freiburg/ München: Alber. p. 25-39.
- SCHMITZ, Hermann. 2011 [2009]. Nuova Fenomenologia. Una introduzione. Ed. by T. Griffero. Milano: Marinotti.
- SENNETT, Richard. 1977. The fall of public man. New York: A. Knopf.
- SIMMEL, Georg. 1995 [1903]. La metropoli e la vita dello spirito. Ed. by P. Jedlowski. Roma: Armando.
- SIMMEN, Jeannot & DREPPER, Uwe. 1984. Der Fahrstuhl. Die Geschichte der vertikalen Eroberung. München: Prostel.
- SITTE, Camillo. 1981 [1889]. L'arte di costruire le città. L'urbanistica secondo i suoi fondamenti estetici. Ed. by D. Wiczorek, intr. by F. Choay. Milano: Jaca Book.
- TELLENBACH, Hubertus. 2013 [1968]. L'aroma del mondo. Ed. by M. Mazzeo. Milano: Marinotti.
- THIBAUD, Jean-Paul. 2001. La méthode des parcours commentés. In Grosjean, Michèle & Thibaud, Jean-Paul. L'espace urbain en méthodes. Marseille: Editions Parenthèses. pp. 79-99.
- THIBAUD, Jean-Paul. 2003. Die sinnliche Umwelt von Städten. Zum Verständnis urbaner

Atmosphären. In: Hauskeller, Michael (ed.). Die Kunst der Wahrnehmung. Beiträge zu einer Philosophie der sinnlichen Erkenntnis. Kusterdingen: Die Graue Edition. 2003. pp. 280-297.

THIBAUD, Jean-Paul. 2012. Petite archéologie de la notion d'ambiance. Communications. 90. pp. 155-174.

THIBAUD, Jean-Paul & THOMAS, Rachel. 2004. L'ambiance comme expression de la vie urbaine, Cosmopolitiques 7. pp. 102-108.

VAZQUEZ, Daniele. 2010. Manuale di psicogeografia. Intr. by L. Arnaudo. Cuneo: Nerosubianco.

VENTURI FERRIOLO, Massimo. 2009. Percepire paesaggi. La potenza dello sguardo. Torino: Bollati Boringhieri.

VITTA, Maurizio. 2008. Dell'abitare. Corpi spazi oggetti immagini. Torino: Einaudi.

WENDORF, Gabriele; Felbinger, Doris; Graf, Bettina; Gruner, Sabine; Jonuschat, Helga & Saphörster,

OLAF. 2004. Von den Qualitäten des Wohnumfeldes zur Lebensqualität? Das Konzept des "Atmosphärischen" als Ausgangspunkt einer integrierten Theorie. Discussion paper Nr. 11/04. Berlin: Zentrum für Technik und Gesellschaft der TUB.

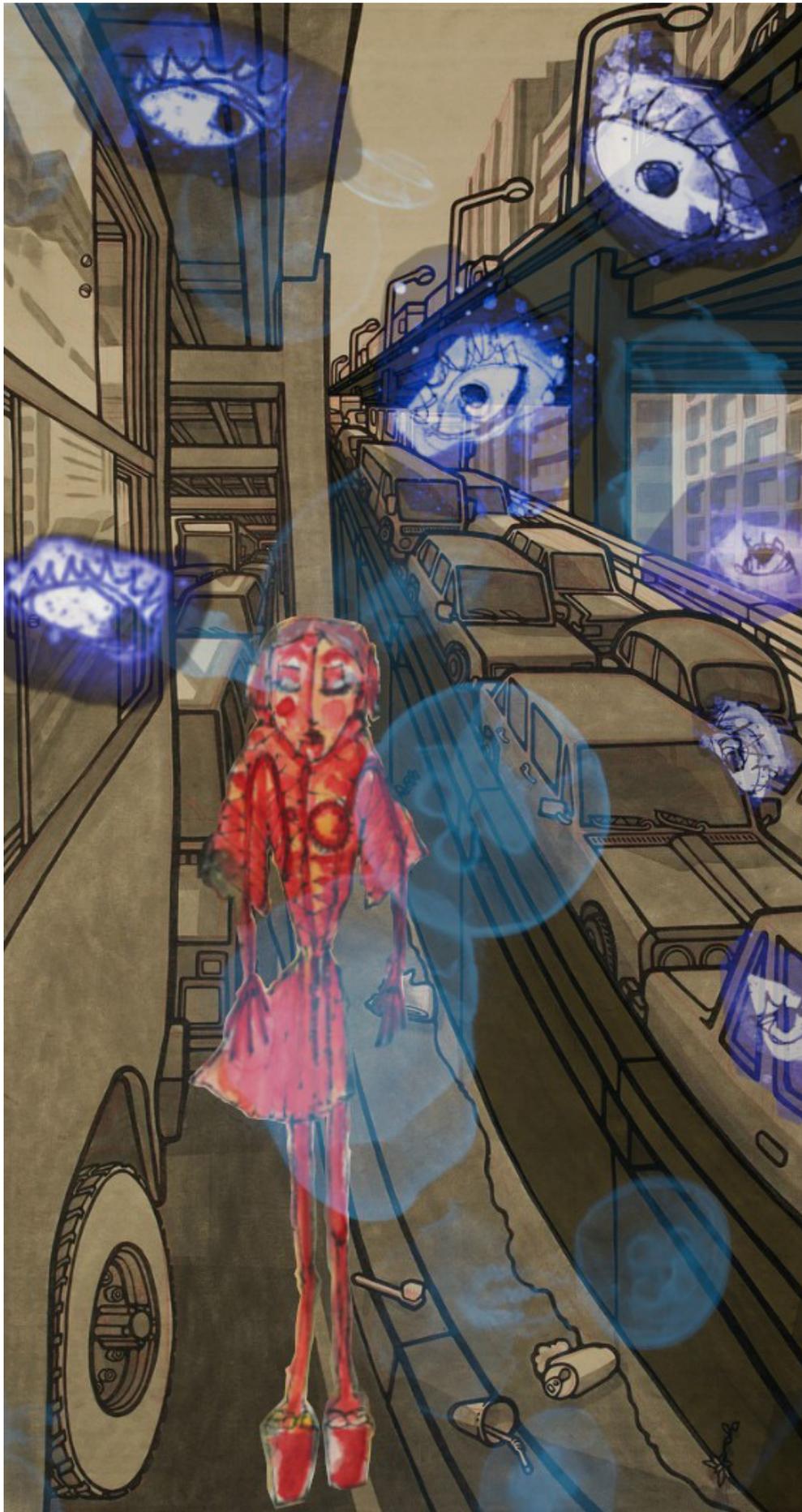
WÖLFFLIN, Heinrich. 1985 [1886]. Psicologia dell'architettura. Ed. by L. Scarpa, intr. by D. Hoffmann- Axthelm. Venezia: Cluva.

ZUMTHOR, Peter. 1999. Architektur denken. Basel-Boston-Berlin: Birkhäuser.

ZUMTHOR, Peter. 2006. Atmosphären. Architektonische Umgebungen. Die Dinge um mich herum. Basel-Boston-Berlin: Birkhäuser.

THESIS

Recensão

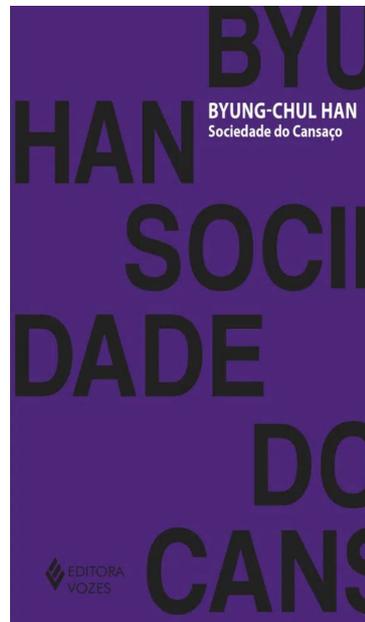


Sujeitos assujeitados: Produzindo a exaustão

Cibele Saliba Rizek

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do Cansaço*. Editora Vozes, 2ª. Edição ampliada. Petrópolis, 2021

Cibele Saliba Rizek é Professora titular do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Pesquisadora do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania FFLCH USP. Pesquisadora do CNPq



A leitura desse pequeno livro não é fácil. Navega-se com o autor por um conjunto de pequenos ensaios que entrelaçam temas e disciplinas diferentes, permeados por sólidas concordâncias e discordâncias nem sempre totalmente desvendadas, ensaios que atravessam campos de reflexão como a filosofia e a psicanálise, que tangenciam considerações sociológicas e políticas, em busca de linhas mestras que permitam compreender condições objetivas, desdobramentos

e densidades que conformam subjetividades, relações de alteridade nubladas ou obscurecidas, suas mediações contemporâneas, inclusive aquelas compostas pelas tecnologias digitais. Esse rendilhado de temas e questões compõem, assim, as 128 páginas dessa edição, que incluiu anexos sobre a formação de sujeitos e sobre a celebração e a festa, sua potência silenciada, sua impossibilidade contemporânea.

Para demonstrar algo dessa dificuldade – inclusive de apreciação por qualquer mortal cuja reflexão esteja circunscrita por um campo disciplinar – talvez seja necessário elencar alguns dos temas e dos alertas mais significativos do autor, cuja formação filosófica é evidente à cada página. Do estranho ou estrangeiro e sua presença identificados, com Esposito, como elementos do paradigma imunológico¹ (primeiro negado e depois abandonado na continuidade do argumento), passando pelos excessos de positividade e ausência reiterada de negatividade, Han vai construindo o que pode ser identificado como uma espécie de genealogia das relações amigo/inimigo, que se distingue da genealogia da violência, o que conduz o leitor à ideia segundo a qual, a “violência da positividade não pressupõe nenhuma inimizade. Desenvolve-se precisamente numa sociedade permissiva e pacificada. (...) Habita o

¹ Ver especialmente ESPOSITO, Roberto. *Temos da Política: Comunidade, Imunidade, Biopolítica*. Curitiba: UFPR, 2017

espaço livre de negatividade do igual, onde não se dá nenhuma polarização entre inimigo e amigo, interior e exterior ou entre próprio e estranho.”(p. 19) Violência sistêmica e adoecimento se compõem assim como um primeiro tema que perpassa as formas contemporâneas do psiquismo advindas da depressão, da síndrome de *burnout*, dos déficits de atenção. O excesso do mesmo ou do igual surge de uma massificação do positivo que se transmuta em violência sistêmica cujos desdobramentos vão aparecendo nos capítulos seguintes.

Se a primeira polêmica foi travada com Roberto Espósito em torno do esgotamento do paradigma imunológico, a questão das disciplinas e de uma sociedade disciplinar – cuja forma já teria sido ultrapassada pela biopolítica na obra do próprio Foucault – é o centro da discussão que tem lugar no segundo capítulo, eixo pelo qual o autor conduz sua reflexão em torno da formulação de uma “sociedade do desempenho” que conforma sujeitos mais rápidos e mais produtivos do que o “sujeito da obediência”. Tal como Foucault, Han constata a linha de continuidade entre os traços constituídos pelas disciplinas e aqueles modulados pelo desempenho, já que “o sujeito do desempenho continua disciplinado” (pp25-6). A discussão e identificação da sociedade do desempenho se desdobra em mais uma discussão, desta vez com Ehremberg, em torno da depressão. Desempenho, depressão e *burnout* se entrelaçam em torno não do excesso de responsabilidade e iniciativa, mas em resposta ao “imperativo do desempenho como um novo mandato da sociedade pós moderna do trabalho” (p.27). Um novo tipo humano, “exposto e entregue indefeso ao excesso de positividade” passa a ser identificado como um *animal laborans* depressivo que explora a si mesmo “quiza deliberadamente, sem qualquer coação estranha. É agressor e vítima ao mesmo tempo”. (p.28). “A lamúria do indivíduo depressivo de que *é possível* só se torna possível numa sociedade que crê que *nada é impossível*.” Em meio à autoacusação destrutiva e à autoagressão, em meio à guerra consigo mesmo, o “depressivo é o inválido dessa guerra internalizada. A depressão é o adoecimento de uma sociedade que sofre sob o excesso de positividade.” (p. 29). Começam a ser delineados percursos que constituem e atravessam uma forma social do desempenho e seus desdobramentos e implicações subjetivantes, em especial (mas não exclusivamente) do ponto de vista do adoecimento. As novas doenças de característica epidêmica são consistentes e coetâneas com os desdobramentos subjetivos do desempenho, do excesso de positividade e do banimento tanto do negativo quanto das formas críticas de apreensão do mundo.

² Ver H. Arendt *A Condição Humana*. Forense Universitária, Rio de Janeiro 2007 10ª. edição

A discussão que se segue traz a marca da filosofia política de Arendt e de sua retomada, em **A Condição Humana**², da noção de *Vita Activa*, tal como se constituiu na longa tradição da filosofia ocidental. Mais uma vez é o *animal laborans* em suas características contemporâneas que ocupa o centro do argumento. Mas, na contramão da retomada das dimensões metabólicas, tal como formuladas no mundo grego e recuperadas por Arendt, o autor de **A Sociedade do Cansaço** constrói a figura desse animal em sua versão “pós moderna”. “O animal laborans pós-moderno não abandona sua individualidade ou seu ego para entregar-se pelo trabalho a um processo de vida anônimo da espécie. (p.43).” “Visto com precisão, o *animal laborans* pós moderno é tudo menos animalesco. É hiperativo e hiperneurótico”. Marcado pelo isolamento, supostamente ancorado em religiões que não passam de “técnicas fanáticas” em rápida obsolescência, reduzidos à duração em um mundo marcado pela transitoriedade permanente cujas narrativas são rapidamente desrealizadas, esse *animal laborans* se transforma em vida nua. Han aproximaria em poucas páginas e talvez a partir de leituras um tanto simplificadas e planas dois pensadores defasados no tempo e nos contextos de suas produções: Arendt e Agamben. Se o pensador italiano dialoga intensamente com Arendt, Han buscaria atualizar sua reflexão sobre o *homo sacer*, também em versão pós moderna, que traz para o tempo do agora o morto vivo dos campos de concentração. Essa atualização – talvez um tanto apressada – contempla como novidade em relação ao argumento de que todos nós somos potencialmente *homines sacri*, tal como Agamben enuncia, o fato de que carregamos conosco, para onde quer que possamos ir, nosso próprio posto e campo de trabalho.

“A especificidade desse campo de trabalho é que somos ao mesmo tempo prisioneiro e vigia, vítima e agressor. Assim, acabamos explorando a nós mesmos ... a exploração é possível mesmo sem senhorio. Pessoas que sofrem de depressão ... ou SB (síndrome do burnout) desenvolvem sintomas iguais aos que apresentavam aqueles muçulmanos nos campos de concentração.” (p.47)

Para além dos esclarecimentos sobre a referência tantas vezes utilizadas por Agamben àqueles marcados pela debilidade física e mental, aos esqueletos ambulantes, os muçulmanos na linguagem utilizada dentro dos campos nazistas, Han estabelece relações entre a figura do trabalhador “pós moderno” da sociedade do esgotamento e a figura emblematicamente moderna do morto vivo. Assim também, a leitura das contribuições de Arendt – que via na emergência do social uma espécie de protagonismo do metabólico

sobre a ação humana e sua potência política – talvez tenda a nublar sua grandeza por um contraponto um tanto raso entre a figura moderna do trabalho e o que Han identifica como *animal laborans* pós moderno. Talvez, desse modo, a apreensão significativa e importante dos nexos contemporâneos que conformam o trabalho como empreendimento de si³ se percam na argumentação entremeada de polêmicas e de diálogos um tanto simplificadores com pensadores do calibre de Arendt e Agamben.

Diante da ausência de negatividade, do esvaziamento do espanto como lugar do pensamento, tal como Arendt enunciara, diante de sua transformação em cálculo, diante da positivação geral do mundo, o argumento do livro chega finalmente à sociedade do cansaço. O cansaço que corrói a capacidade de falar e esvazia a alma não é um cansaço do mundo, mas um cansaço solitário e sem mundo.⁴

Nos dois anexos desse pequeno livro comparecem ainda outros elementos dignos de serem retomados já que são, ao que parece, centrais na detecção dos elementos transversais que constituem condições objetivas e desdobramentos subjetivos. No primeiro, intitulado *Sociedade do Esgotamento*, novos diálogos, proximidades e discordâncias se perfilam com maior ou menor centralidade para a argumentação. A primeira delas diz respeito à constituição do “aparelho psíquico” em Freud, tal como apresentado por Han, que traz uma aproximação entre o pai da psicanálise e as contribuições filosóficas de Kant. Mais uma vez as especificidades do sujeito contemporâneo ganham relevância.

“O sujeito de desempenho da modernidade tardia não se submete a nenhum trabalho compulsório. Suas máximas não são obediência, lei e cumprimento do dever, mas liberdade e boa vontade. Do trabalho espera, acima de tudo, alcançar prazer. Tampouco se trata de seguir o chamado de um outro. ... ele ouve a si mesmo. Deve ser um empreendedor de si mesmo. Assim, ele se desvincula da negatividade das ordens do outro. Mas essa liberdade do outro não só lhe proporciona emancipação e libertação. A dialética misteriosa da liberdade transforma essa liberdade em novas coações.” (p.83)

Nessas teias em que a noção mesma de liberdade se transforma em coação⁵ nascem sujeitos que concorrem consigo próprios até o limite de sua auto-destruição. Esses sujeitos marcados por processos de flexibilização continuamente exacerbada não trazem consigo a cicatriz das disciplinas e das repressões, mas ao contrário, flexibilizam seu caráter e, nesse

³ A ideia de uma sociedade de empresas, proveniente do empresariamento de si foi formulada por Foucault em *O Nascimento da Biopolítica*, Martins Fontes, São Paulo, 2008 também ausente do argumento de Han

⁴ A falta do mundo, o esvaziamento do mundo comum é a marca da solidão tal como tematizada por Arendt em *A Condição Humana*, entre outras contribuições da autora. Curiosamente, o argumento classicamente formulado por ela não é retomado nessa definição da sociedade do cansaço.

⁵ Caberia aqui retomar as considerações de Foucault sobre os processos de governo pela liberdade, tal como se conformam em sua genealogia do liberalismo europeu. Ver especialmente, entre outros volumes em que foram publicados os Cursos no Collège de France, *Em Defesa da Sociedade*, Martins Fontes, São Paulo, 1999.

processo, perdem suas formas.

“Vertido em sentido positivo, esse homem sem caráter significaria o homem flexível, aquele que pode acolher toda e qualquer forma, todo e qualquer papel, toda e qualquer função, Essa falta de forma ou flexibilidade produz uma eficiência econômica elevada”. (p. 87) Esse sujeito, “esgotado de si mesmo, de lutar consigo mesmo (é) incapaz de sair de si, estar lá fora, de confiar no outro, no mundo” (p. 91) o que o conduz à auto erosão e ao esvaziamento, agravado pelo mundo digital. “Nos círculos virtuais, o eu pode mover-se praticamente desprovido do ‘princípio de realidade’ que seria um princípio do outro e da resistência”. (p.91) Nesse mundo virtual onde o luto sofre permanente interdição, nasce uma suposta “alegria” que se ancora numa “massa de aplausos que dá atenção ao ego exposto ao modo de uma mercadoria” (p.93)

Nesse excerto reaparecem e se atualizam as ideias que marcaram o **Homem sem Qualidades** de um Musil⁶ ou mesmo os temas da **Corrosão do Caráter**⁷ de R. Sennet, embora esses autores não sejam citados. O excesso, a exacerbação de estímulos, o esgotamento também poderiam remeter ao clássico *As Grandes Cidades e a Vida do Espírito*⁸ de G. Simmel, mas essas referências passaram despercebidas. Por outro lado, ganham relevo vínculos e tramas que permitem perceber, em escalas diferentes, fenômenos interligados, como na citação em que Han aponta o que é transversal às transformações sócio econômicas e aos processos de construção subjetiva:

“A sociedade disciplinar industrial depende de uma identidade firme e imutável, enquanto a sociedade do desempenho não industrial necessita de uma pessoa flexível, para poder aumentar a produção”. (p 97)

Se toda uma trajetória intelectual que constitui essas dimensões ao longo do século XX é no mínimo relegada ao silêncio, ganham destaque outros elementos na formação do sujeito da sociedade do cansaço e do esgotamento, pela constante transformação da liberdade em coação, pela emergência dessa auto coação destrutiva que se transforma em violência auto gerada o que, por sua vez, transforma soberania em sacrifício, *homo liber em homo sacer de si mesmo* (p.105) às voltas com o imperativo da sobrevivência, “que absolutiza o sadio” produzindo “zumbis saudáveis, e fitness, zumbis do desempenho e do botox.” Somos então mortos vivos de nova cepa, já que estamos mortos demais para viver e vivos demais para morrer (pp 118-9)

Se a obra de Agamben permanece dialogando com o argumento desse primeiro anexo, outras ausências podem ser notadas especialmente a partir de temas

⁶ R. Musil – O Homem sem Qualidades. Nova fronteira, Rio de Janeiro, 1989

⁷ R. Sennet. A Corrosão do Caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Editora Record. Rio de Janeiro, 2015 16ª. edição

⁸ G. Simmel *As Grandes Cidades e a Vida do Espírito* (1903) in <https://www.scielo.br/j/mana/a/Wf-kbJzPmYNdfNWxpyKpcwWj/?lang=pt>

e enfoques muito próximos. Talvez esse seja o caso de Rancière⁹ e mesmo das teses de Arendt sobre o encolhimento do político e o esvaziamento do mundo comum, também mantidos em silêncio mesmo que a citação reproduzida abaixo seja muito semelhante a essas concepções.

“Hoje parece que a política vive ainda apenas de decretos de urgência. Já não é livre. Isto quer dizer: Hoje já não há política. Se ela não admite nenhuma alternativa, acaba se aproximando de uma ditadura, da ditadura do capital. Os políticos, que hoje se degradaram em capangas do sistema, que no melhor dos casos são háveis administradores da economia doméstica ou contadores, não são mais políticos no sentido aristotélico.” (p.120)

Nesse panorama dominado pelo terrorismo do capital e do capitalismo financeiro (p.123) não há lugar para a festa e para a celebração, impossibilitadas pela natureza totalitária da devastação produzida pelo tempo e pela natureza do trabalho e das identidades flexíveis, das relações virtualmente mediadas, das composições e imbricamentos que fazem de cada um de nós parte das vitrines onde imperam as formas mercantis, que nos envolvem e nos impregnam do falso e danoso brilho de suas formas fetichizadas.

Para além das aproximações e distanciamentos inerentes à forma ensaio pairam, ao final da leitura, algumas questões que dizem respeito, por exemplo, às caracterizações do nosso tempo e de seus elementos. Afinal, se perseguimos trajetórias de temas e questões, talvez essas dimensões expostas e exploradas no livro **A Sociedade do Cansaço** sejam apenas modulações contemporâneas de processos que atravessaram e constituíram as condições objetivas e subjetivas que vêm varrendo o mundo há pelo menos dois séculos, desde que “tudo que é sólido se desmancha no ar”¹⁰. Ou talvez a formulação da sociedade do cansaço e do esgotamento seja apenas a última modulação desse longo processo cujos males de nascença foram denunciados eloquentemente por autores presentes e ausentes nos argumentos que se perfilam ao longo dos excertos, escritos na forma de ensaios e anexos finais. Talvez, ainda, a novidade do texto seja então composta por ênfases e aproximações – algumas apenas retomadas, outras inéditas – que permitem problematizar de novos ângulos as questões que nos constituem. ao mesmo tempo em que destituem mundos e experiências comuns, tal como foram sendo enunciadas e prospectadas, consequente e profundamente analisadas por diferentes vertentes do pensamento crítico.

⁹ Ver entre outras referências J. Rancière O Desentendimento, Política e Filosofia, Editora 34, São Paulo, 1996.

¹⁰ Referência à frase de Marx e Engels formulada no Manifesto do Partido Comunista, publicado pela primeira vez de 1848.

THESIS

Passagens

A cidade de feltro

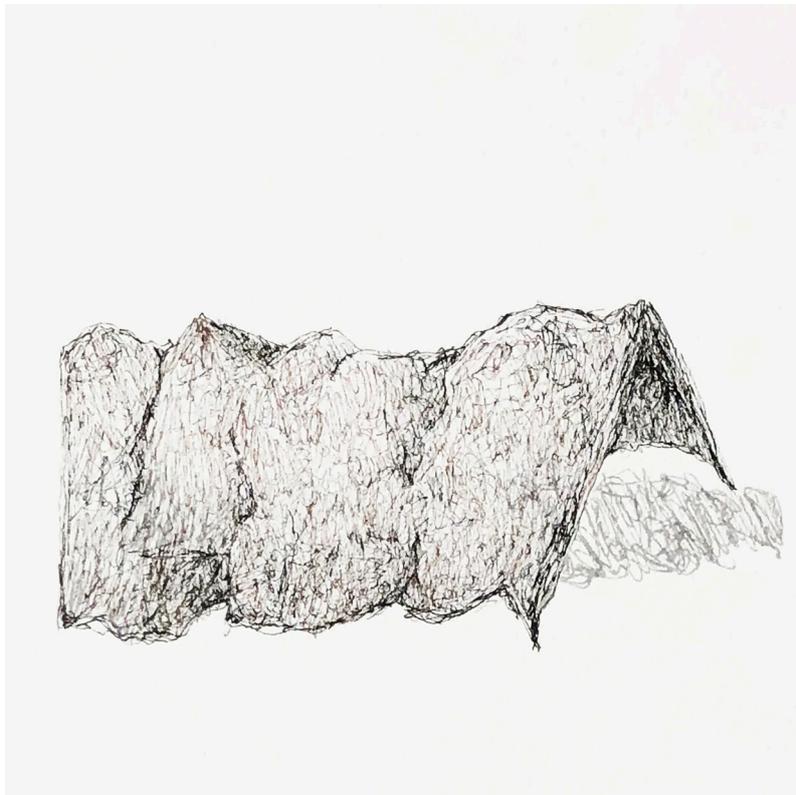
Em 2022, mudei para São Paulo. Saí de Salvador, minha terra natal, uma cidade extremamente desigual, no entanto não poderia imaginar com o que estava prestes a me deparar na capital paulistana. Conheci uma cidade dentro da cidade, a população de rua de São Paulo, que cresceu assombrosamente durante e depois da Pandemia do Covid-19, e agora está em um número aproximado de trinta e duas mil pessoas.

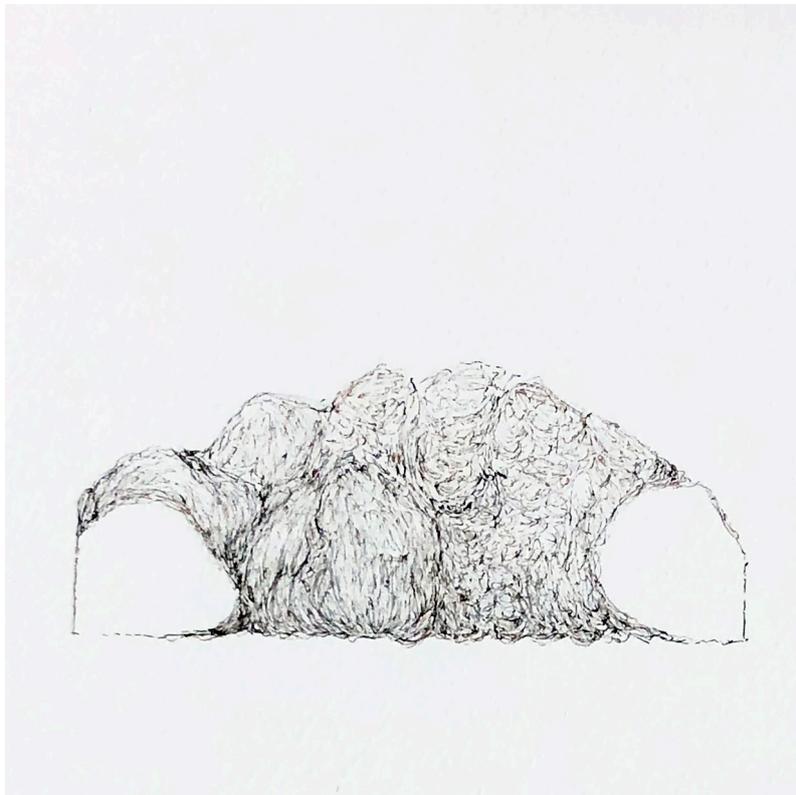
Cheguei no frio, e a resolução das autoridades para que essas pessoas não perecessem às baixas temperaturas foi a distribuição de um sem fim de cobertores de feltro. Feltros esses que muito me lembravam o livro "Mil Platôs", de Deleuze e Guattari, os nômades e a desterritorialização, mas que também os deixavam sem face, os mesclavam com o cinza da cidade, com as calçadas, com os prédios, com o ruído do trânsito. A arquitetura de São Paulo ganhara outro relevo para mim, outra textura, e alguma dor.

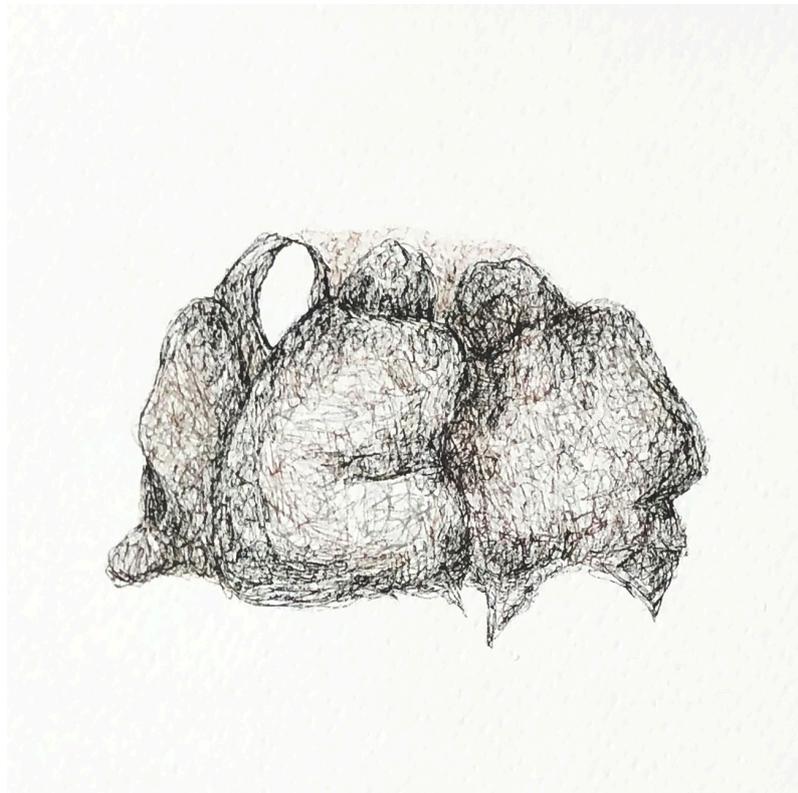
Essa nova arquitetura, uma massa rizomática que se espalha pelo centro de São Paulo, para os jornais, o senso comum e para a governança paulistana é tratada como uma população à parte, sem rosto, sem história, como não paulistanos.

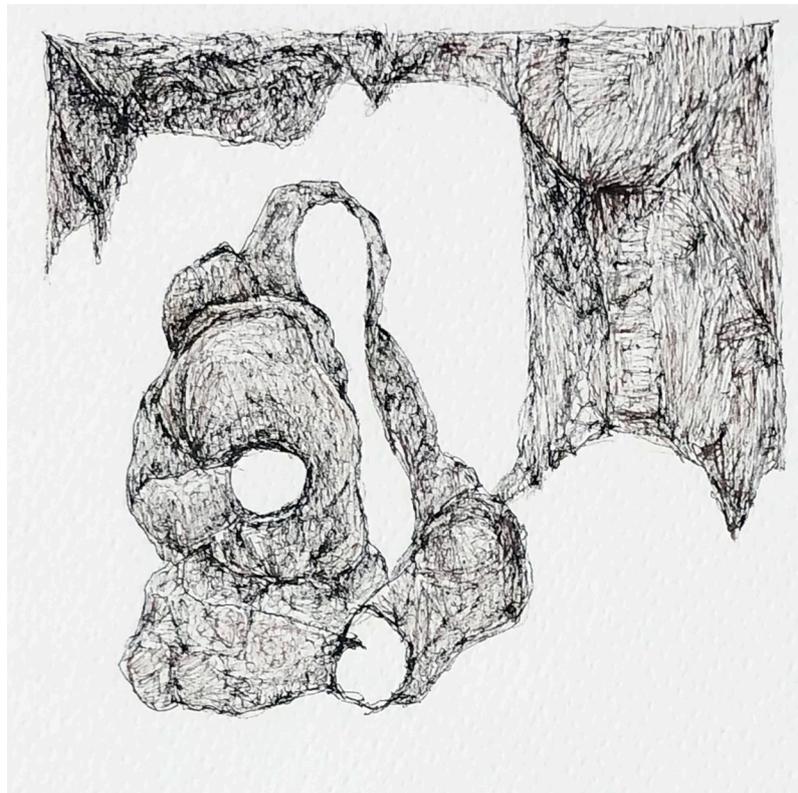
Sob os contornos dos cobertores de feltro habita uma cidade. Uma população vulnerável ao desemprego, à recente perda de renda da pandemia e das políticas autoritárias do nosso país. Dentro da cidade de São Paulo há essa cidade, há milhares de histórias e fazeres, contornos, gente que ali vai se moldando a essa textura e construindo uma urbanidade dura, reflexo e consequência do nosso projeto de nação. E foi isso que procurei ilustrar aqui: os habitantes que são a própria Cidade de Feltro.

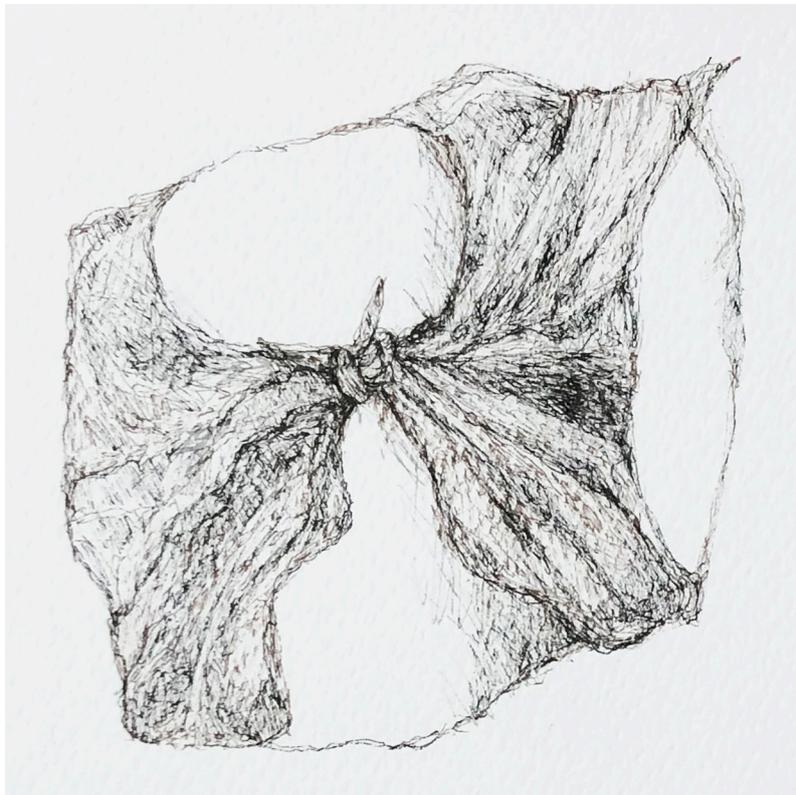
Amine Barbuda
São Paulo, Junho de 2022.



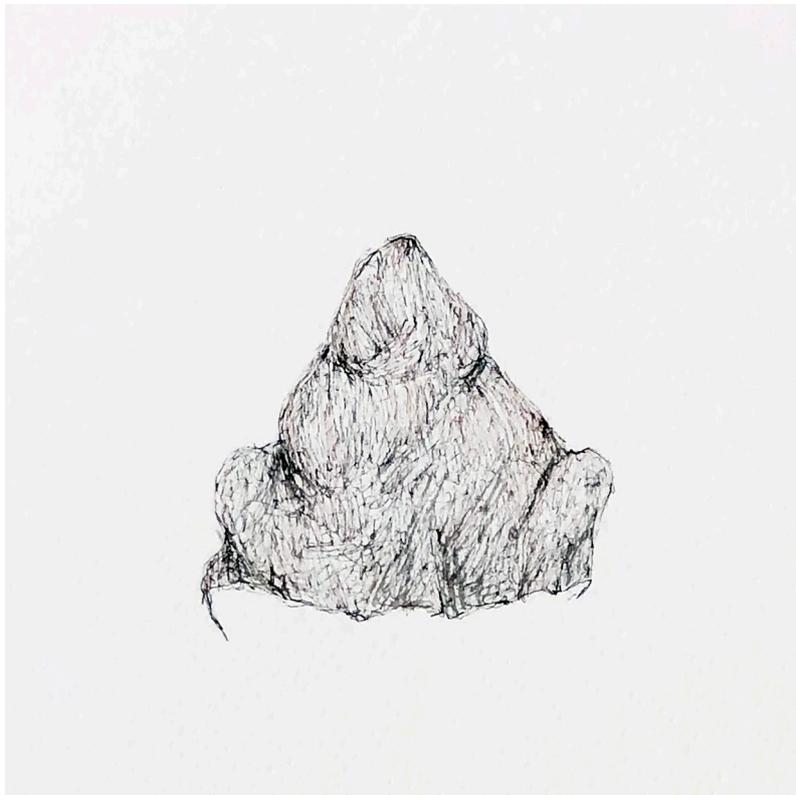




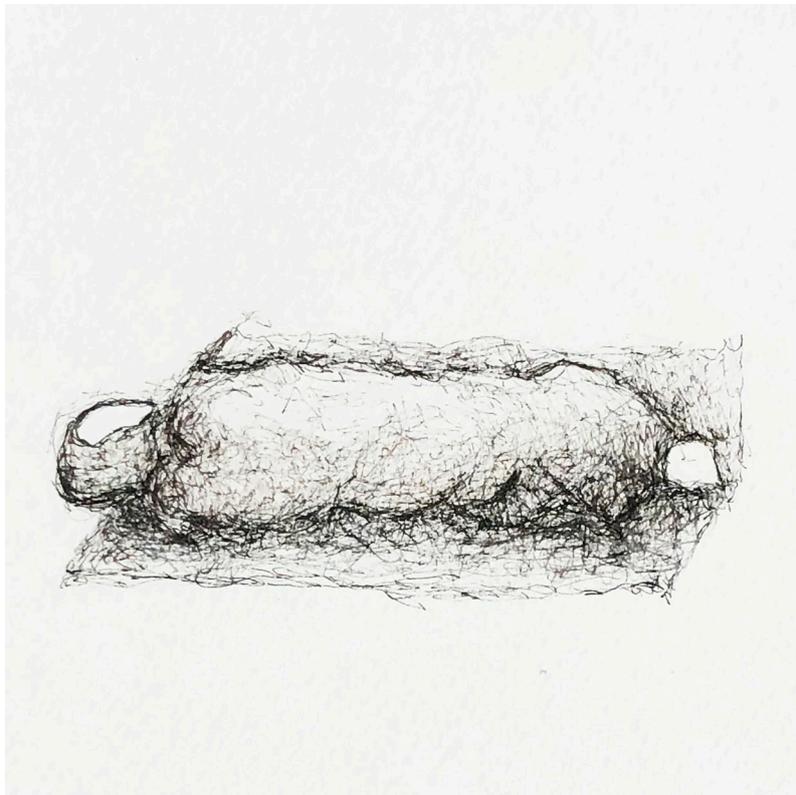














THESIS
REVISTA DA ANPARQ

ANPARQ
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
EM ARQUITETURA E URBANISMO